

Processos pendentes há mais de 4 anos

**Tribunais Judiciais - Levantamento
2025**

Índice

Índice de Figuras.....	13
Abreviaturas	20
I) SUMÁRIO EXECUTIVO.....	22
II) INTRODUÇÃO	22
1. Enquadramento e objetivos	22
2. Duração: tempos considerados na recolha	23
3. Estrutura do Relatório	24
III) NOTAS METODOLÓGICAS.....	24
1. Abordagem inicial.....	24
2. Critérios base.....	25
3. Critérios complementares	26
4. Critérios de exclusão	27
5. Primeira Instância.....	29
6. Tribunais Superiores.....	31
7. Qualidade dos dados	32
IV) DESCRIÇÃO DOS DADOS.....	32
A. TRIBUNAIS DE PRIMEIRA INSTÂNCIA.....	32
1. Processos pendentes há mais de quatro anos nos TCOM e TCTA	32
1.1 Processos pendentes há mais de quatro anos por área jurisdicional	33
1.2 Processos pendentes há mais de quatro anos por espécie.....	34
2. Processos pendentes há mais de quatro anos por Comarca	35
2.1 Comarca dos Açores.....	35
2.1.1 Jurisdição Cível.....	36
2.1.2 Jurisdição Criminal.....	37
2.1.3 Jurisdição Laboral	37
2.1.4 Jurisdição de Família e Menores.....	38
2.1.5 Jurisdição de Comércio.....	38
2.2 Comarca de Aveiro	39
2.2.1 Jurisdição Cível.....	40

2.2.2	Jurisdição Criminal	41
2.2.3	Jurisdição Instrução Criminal	41
2.2.4	Jurisdição Laboral	42
2.2.5	Jurisdição de Família e Menores.....	42
2.2.6	Jurisdição de Comércio	43
2.2.7	Jurisdição de Execução	44
2.3	Comarca de Beja.....	45
2.3.1	Jurisdição Cível.....	45
2.3.2	Jurisdição Criminal	46
2.3.3	Jurisdição Laboral	47
2.3.4	Jurisdição de Família e Menores.....	48
2.3.5	Jurisdição de Comércio	48
2.4	Comarca de Braga	49
2.4.1	Jurisdição Cível.....	49
2.4.2	Jurisdição Criminal	51
2.4.3	Jurisdição Instrução Criminal	51
2.4.4	Jurisdição Laboral	52
2.4.5	Jurisdição de Família e Menores.....	53
2.4.6	Jurisdição de Comércio	53
2.4.7	Jurisdição de Execução	55
2.5	Comarca de Bragança.....	55
2.5.1	Jurisdição Cível.....	56
2.5.2	Jurisdição Criminal	57
2.5.3	Jurisdição Laboral	57
2.5.4	Jurisdição de Família e Menores.....	58
2.5.5	Jurisdição de Comércio	58
2.6	Comarca de Castelo Branco	59
2.6.1	Jurisdição Cível.....	60
2.6.2	Jurisdição Criminal	61
2.6.3	Jurisdição Laboral	61
2.6.4	Jurisdição de Família e Menores.....	61

2.6.5	Jurisdição de Comércio.....	62
2.7	Comarca de Coimbra.....	63
2.7.1	Jurisdição Cível.....	64
2.7.2	Jurisdição Criminal.....	65
2.7.3	Jurisdição Instrução Criminal.....	65
2.7.4	Jurisdição Laboral.....	66
2.7.5	Jurisdição de Família e Menores.....	66
2.7.6	Jurisdição de Comércio.....	67
2.7.7	Jurisdição de Execução.....	68
2.8	Comarca de Évora.....	68
2.8.1	Jurisdição Cível.....	69
2.8.2	Jurisdição Criminal.....	70
2.8.3	Jurisdição Laboral.....	70
2.8.4	Jurisdição de Família e Menores.....	71
2.8.5	Jurisdição de Comércio.....	71
2.8.6	Jurisdição de Execução.....	72
2.9	Comarca de Faro.....	73
2.9.1	Jurisdição Cível.....	73
2.9.2	Jurisdição Criminal.....	74
2.9.3	Jurisdição Instrução Criminal.....	76
2.9.4	Jurisdição Laboral.....	76
2.9.5	Jurisdição de Família e Menores.....	77
2.9.6	Jurisdição de Comércio.....	77
2.9.7	Jurisdição de Execução.....	78
2.10	Comarca da Guarda.....	79
2.10.1	Jurisdição Cível.....	80
2.10.2	Jurisdição Criminal.....	81
2.10.3	Jurisdição Laboral.....	81
2.10.4	Jurisdição de Família e Menores.....	81
2.10.5	Jurisdição de Comércio.....	82
2.11	Comarca de Leiria.....	83

2.11.1	Jurisdição Cível.....	83
2.11.2	Jurisdição Criminal.....	84
2.11.3	Jurisdição Instrução Criminal.....	85
2.11.4	Jurisdição Laboral.....	85
2.11.5	Jurisdição de Família e Menores.....	86
2.11.6	Jurisdição de Comércio.....	86
2.11.7	Jurisdição de Execução.....	87
2.12	Comarca de Lisboa.....	90
2.12.1	Jurisdição Cível.....	90
2.12.2	Jurisdição Criminal.....	92
2.12.3	Jurisdição Instrução Criminal.....	93
2.12.4	Jurisdição Laboral.....	93
2.12.5	Jurisdição de Família e Menores.....	94
2.12.6	Jurisdição de Comércio.....	95
2.12.7	Jurisdição de Execução.....	96
2.12.8	Tribunal Marítimo.....	97
2.12.9	Tribunal da Propriedade Intelectual.....	98
2.12.10	Tribunal Central de Instrução Criminal.....	98
2.13	Comarca de Lisboa Norte.....	99
2.13.1	Jurisdição Cível.....	99
2.13.2	Jurisdição Criminal.....	101
2.13.3	Jurisdição Instrução Criminal.....	101
2.13.4	Jurisdição Laboral.....	102
2.13.5	Jurisdição de Família e Menores.....	102
2.13.6	Jurisdição de Comércio.....	103
2.13.7	Jurisdição de Execução.....	104
2.14	Comarca de Lisboa Oeste.....	105
2.14.1	Jurisdição Cível.....	106
2.14.2	Jurisdição Criminal.....	107
2.14.3	Jurisdição Instrução Criminal.....	108
2.14.4	Jurisdição Laboral.....	109

2.14.5	Jurisdição de Família e Menores.....	109
2.14.6	Jurisdição de Comércio.....	111
2.14.7	Jurisdição de Execução	112
2.15	Comarca da Madeira	113
2.15.1	Jurisdição Cível.....	113
2.15.2	Jurisdição Criminal.....	114
2.15.3	Jurisdição Laboral	115
2.15.4	Jurisdição de Família e Menores.....	115
2.15.5	Jurisdição de Comércio.....	116
2.15.6	Jurisdição de Execução	117
2.16	Comarca de Portalegre.....	118
2.16.1	Jurisdição Cível.....	119
2.16.2	Jurisdição Criminal.....	120
2.16.3	Jurisdição Laboral	120
2.16.4	Jurisdição de Família e Menores.....	121
2.17	Comarca do Porto	123
2.17.1	Jurisdição Cível.....	123
2.17.2	Jurisdição Criminal.....	124
2.17.3	Jurisdição Instrução Criminal.....	125
2.17.4	Jurisdição Laboral	126
2.17.5	Jurisdição de Família e Menores.....	126
2.17.6	Jurisdição de Comércio.....	127
2.17.7	Jurisdição de Execução	128
2.18	Comarca do Porto Este.....	129
2.18.1	Jurisdição Cível.....	130
2.18.2	Jurisdição Criminal.....	130
2.18.4	Jurisdição Laboral	132
2.18.5	Jurisdição de Família e Menores.....	132
2.18.6	Jurisdição de Comércio.....	133
2.18.7	Jurisdição de Execução	133
2.19	Comarca de Santarém.....	134

2.19.1	Jurisdição Cível.....	134
2.19.2	Jurisdição Criminal.....	135
2.19.3	Jurisdição Instrução Criminal.....	136
2.19.4	Jurisdição Laboral.....	136
2.19.5	Jurisdição de Família e Menores.....	137
2.19.6	Jurisdição de Comércio.....	138
2.19.7	Jurisdição de Execução.....	138
2.20	Comarca de Setúbal.....	140
2.20.1	Jurisdição Cível.....	140
2.20.2	Jurisdição Criminal.....	141
2.20.3	Jurisdição Laboral.....	142
2.20.4	Jurisdição de Família e Menores.....	142
2.20.5	Jurisdição de Comércio.....	143
2.20.6	Jurisdição de Execução.....	144
2.21	Comarca de Viana do Castelo.....	145
2.21.1	Jurisdição Cível.....	145
2.21.2	Jurisdição Criminal.....	146
2.21.3	Jurisdição Instrução Criminal.....	147
2.21.4	Jurisdição Laboral.....	147
2.21.5	Jurisdição de Família e Menores.....	148
2.21.6	Jurisdição de Comércio.....	148
2.22	Comarca de Vila Real.....	149
2.22.1	Jurisdição Cível.....	149
2.22.2	Jurisdição Criminal.....	150
2.22.3	Jurisdição Instrução Criminal.....	150
2.22.4	Jurisdição Laboral.....	151
2.22.5	Jurisdição de Família e Menores.....	151
2.22.6	Jurisdição de Comércio.....	152
2.22.7	Jurisdição de Execução.....	153
2.23	Comarca de Viseu.....	153
2.23.1	Jurisdição Cível.....	154

2.23.2	Jurisdição Criminal.....	155
2.23.3	Jurisdição Instrução Criminal.....	156
2.23.4	Jurisdição Laboral	156
2.23.5	Jurisdição de Família e Menores.....	157
B.	TRIBUNAIS DE RELAÇÃO.....	159
1.	Processos entrados há mais de quatro anos pendentes nos Tribunais da Relação (TR).....	159
1.1	Processos pendentes por área jurisdicional.....	159
1.1.1	Considerando as jurisdições Cível, Criminal e Social.....	159
1.1.2	Jurisdições de Comércio e de Propriedade Intelectual, Concorrência, Regulação e Supervisão (PICRS)	160
1.2	Processos pendentes por espécie	160
2.	Processos entrados há mais de quatro anos pendentes no Tribunal da Relação de Coimbra (TRC)	
	161	
2.1.	Processos Pendentes por área jurisdicional.....	161
2.2.	Processos Pendentes por espécie	162
3.	Processos entrados há mais de quatro anos pendentes no Tribunal da Relação de Évora (TRE)	
	162	
3.1.	Processos pendentes por área jurisdicional.....	162
3.2.	Processos pendentes por espécie	163
4.	Processos entrados há mais de quatro anos pendentes no Tribunal da Relação de Guimarães (TRG).....	163
4.1.	Processos Pendentes por área jurisdicional.....	163
4.2.	Processos Pendentes por espécie	163
5.	Processos entrados há mais de quatro anos pendentes no Tribunal da Relação de Lisboa (TRL)	
	164	
5.1.	Processos Pendentes por área jurisdicional.....	164
5.2.	Processos Pendentes por espécie	164
6.	Processos entrados há mais de quatro anos pendentes no Tribunal da Relação do Porto (TRP)	
	165	
6.1.	Processos pendentes por área jurisdicional.....	165
6.2.	Processos Pendentes por espécie	165

7.	Processos sem decisão entrados nos Tribunais de Relação há mais de 1 ano.....	166
7.1.	Processos Pendentes por área jurisdicional.....	166
7.1.1.	Considerando as jurisdições Cível, Criminal e Social.....	166
7.1.2.	Considerando as jurisdições de Comércio e PICRS separadamente	167
7.2.	Processos pendentes por espécie	167
8.	Tribunal da Relação de Coimbra (TRC)	168
8.1.	Processos sem decisão por área jurisdicional	168
8.2.	Processos sem decisão por espécie	169
9.	Tribunal da Relação de Évora (TRE)	169
9.1.	Processos sem decisão por área jurisdicional	169
9.2.	Processos sem decisão por Espécie	169
10.	Tribunal da Relação de Guimarães (TRG)	170
10.1.	Processos sem decisão por área jurisdicional.....	170
10.2.	Processos sem decisão por espécie	170
11.	Tribunal da Relação de Lisboa	171
11.1.	Processos pendentes sem decisão por área jurisdicional.....	171
11.2.	Processos pendentes sem decisão por espécie	171
12.	Tribunal da Relação do Porto (TRP)	172
12.1.	Processos sem decisão por área jurisdicional.....	172
12.2.	Processos sem decisão por espécie	172
C.	SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	173
1.	Processos entrados há mais de quatro anos pendentes no Supremo Tribunal de Justiça (STJ)	173
1.1.	Processos pendentes por área jurisdicional.....	174
1.2.	Processos Pendentes por espécie	174
2.	Processos sem decisão entrados no Supremo Tribunal de Justiça há mais de um ano	175
2.1.	Processos pendentes por área jurisdicional.....	175
2.2.	Processos pendentes por espécie	175
V)	ANÁLISE DOS DADOS.....	176
A.	TRIBUNAIS DE PRIMEIRA INSTÂNCIA	176
1.	Pendências com mais de quatro anos em relação com as pendências globais	176

2.	Pendências com mais de quatro anos em relação com as pendências globais, por espécie..	177
2.1.	Todas as espécies	177
2.2.	Por espécie de interesse.....	178
2.2.1.	Inventários.....	178
a)	Pendência de inventários em relação com a pendência global de processos	178
b)	Pendência de inventários com mais de quatro anos em relação com a pendência global dessa espécie	179
2.2.2	Insolvências	180
a)	Pendência de insolvências em relação com a pendência global de processos.....	180
b)	Pendência de insolvências com mais de quatro anos em relação com a pendência global dessa espécie	182
2.2.3	Acompanhamento de Maior	183
a)	Pendência de processo de Acompanhamento de Maior em relação com a pendência global de processos.....	183
b)	Pendência de processos de Acompanhamento de Maior com mais de quatro anos em relação com a pendência global dessa espécie.....	184
2.2.4	Família e Menores	185
a)	Pendência de processos de família e menores em relação com a pendência global de processos	185
b)	Pendência de processos de família e menores com mais de quatro anos em relação com a pendência global desses processos	186
3.	Execuções	187
3.1.	Processos executivos pendentes há mais de quatro anos.....	187
3.2.	Processos executivos pendentes há mais de quatro anos.....	188
3.3.	Execuções (com +4 anos face à pendência global).....	191
3.4.	Tabela das execuções com mais de quatro anos Oficial de justiça ou Agente de Execução	192
3.5.	Pendência relativa dos processos executivos com mais de 4 anos da responsabilidade do Agente de Execução	193
3.6.	Pendência relativa dos processos executivos com mais de 4 anos da responsabilidade do Oficial de Justiça	194

B.	TRIBUNAIS DE RELAÇÃO	195
1.	Processos entrados há mais de 4 anos	195
1.1.	Processos entrados há mais de quatro anos pendentes nas Relações	196
1.2.	Processos entrados há mais de 4 anos pendentes nas Relações, por espécie	196
1.2.1.	Pendência relativa das Apelações face à pendência total	197
1.2.2.	Recursos Penais	198
1.2.3.	Revisão/Confirmação de Sentença Estrangeira	199
1.2.4.	Ação de Anulação de Decisão Arbitral	199
1.3.1	Apelações	200
1.2.5.	Recursos penais	201
1.2.6.	Processos para revisão/confirmação de sentença estrangeira.....	201
1.2.7.	Ações de anulação de decisão arbitral	202
2.	Processos entrados há mais de 1 ano.....	202
2.1.	Processos entrados há mais de um ano pendentes nas Relações.....	202
2.2.	Processos entrados há mais de 1 ano pendentes nas Relações, por espécie	203
2.2.1.	Apelações	204
2.2.2.	Recursos Penais	205
2.2.3.	Processos para revisão/confirmação de sentença estrangeira.....	206
2.2.4.	Ações de anulação de decisão arbitral	206
C.	Supremo Tribunal de Justiça.....	207
1.	Processos entrados há mais de 4 anos.....	207
1.1.	Processos entrados há mais de quatro anos pendentes no STJ.....	207
1.2.	Processos entrados há mais de 4 anos pendentes no STJ, por espécie	207
1.2.1	Pendência relativa das espécies em análise face à pendência total	209
1.3.	Pendências com mais de 4 anos.	209
2.	Processos entrados há mais de 1 ano	210
2.1.	Processos entrados há mais de um ano pendentes no STJ	210
2.2.	Processos entrados há mais de um ano pendentes no STJ, por espécie.....	210
V)	DESENVOLVIMENTOS SUBSEQUENTES E DIFICULDADES APURADAS	212
1.	Enquadramento e Delimitação da Análise.....	212
2.	Dificuldades Identificadas.....	214

2.1. Definição dos dados pertinentes.....	214
2.2. Insuficiência de automatismos.....	214
2.3. Divergências entre o CITIUS e a realidade processual.....	214
2.4. Recursos humanos	214
3. Aspetos a Considerar e Aprofundar.....	214
3.1. Consolidação da atividade de registo das secretarias	214
3.2. Definição dos dados estatísticos relevantes.....	215
3.3. Análise da duração processual por fases.....	215
3.4. Estudo específico sobre processos de insolvência	215
3.5. Estudo sobre a pendência nos processos de execução.....	216
3.6. Realização periódica de estudos com objeto idêntico	216
3.7. Avaliação da estrutura das pendências por referência à duração	216
VI) CONCLUSÕES	216

Índice de Figuras

FIGURA 1 - PROCESSOS PENDENTES HÁ MAIS DE QUATRO ANOS NOS TCOM	33
FIGURA 2 - PROCESSOS PENDENTES HÁ MAIS DE QUATRO ANOS NOS TCTA	33
FIGURA 3 - PROCESSO PENDENTES HÁ MAIS DE 4 ANOS NOS TCOM E TCTA	34
FIGURA 4 - PROCESSOS PENDENTES HÁ MAIS DE QUATRO ANOS NOS TCOM E TCTA POR ESPÉCIE	35
FIGURA 5 - PROCESSOS PENDENTES HÁ MAIS DE QUATRO ANOS NA COMARCA DOS AÇORES	36
FIGURA 6 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CÍVEL (AÇORES).....	36
FIGURA 7 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CRIMINAL.....	37
FIGURA 8 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA LABORAL.....	37
FIGURA 9 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DE FAMÍLIA E MENORES	38
FIGURA 10 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DO COMÉRCIO.....	39
FIGURA 11- PROCESSOS PENDENTES HÁ MAIS DE QUATRO ANOS NA COMARCA DE AVEIRO	39
FIGURA 12 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CÍVEL	40
FIGURA 13 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CRIMINAL	41
FIGURA 14 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL	41
FIGURA 15 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA LABORAL	42
FIGURA 16 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA FAMÍLIA E MENORES	43
FIGURA 17 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DO COMÉRCIO.....	44
FIGURA 18 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA EXECUÇÃO	44
FIGURA 19 - PROCESSOS PENDENTES HÁ MAIS DE 4 ANOS NA COMARCA DE BEJA	45
FIGURA 20 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CÍVEL	46
FIGURA 21 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CRIMINAL	47
FIGURA 22 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA LABORAL	47
FIGURA 23 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA FAMÍLIA E MENORES	48
FIGURA 24 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DO COMÉRCIO.....	48
FIGURA 25- PROCESSOS PENDENTES HÁ MAIS DE QUATRO ANOS NA COMARCA DE BRAGA	49
FIGURA 26- PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CÍVEL (BRAGA).....	50
FIGURA 27 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CRIMINAL (BRAGA)	51
FIGURA 28 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CRIMINAL (BRAGA)	52
FIGURA 29 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA LABORAL	52
FIGURA 30 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA FAMÍLIA E MENORES	53
FIGURA 31- PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DO COMÉRCIO	54

FIGURA 32 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA EXECUÇÃO	55
FIGURA 33 - PROCESSOS PENDENTES HÁ MAIS DE QUATRO ANOS NA COMARCA DE BRAGANÇA.....	56
FIGURA 34 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CÍVEL	56
FIGURA 35 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CRIMINAL	57
FIGURA 36 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA LABORAL	57
FIGURA 37 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA FAMÍLIA E MENORES	58
FIGURA 38 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DO COMÉRCIO.....	59
FIGURA 39 - PROCESSOS PENDENTES HÁ MAIS DE QUATRO ANOS NA COMARCA DE CASTELO BRANCO.....	60
FIGURA 40 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CÍVEL	60
FIGURA 41 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CRIMINAL	61
FIGURA 42 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA LABORAL	61
FIGURA 43 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DE FAMÍLIA E MENORES	62
FIGURA 44 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DO COMÉRCIO.....	62
FIGURA 45 - PROCESSOS PENDENTES HÁ MAIS DE QUATRO ANOS NA COMARCA DE COIMBRA	63
FIGURA 46 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CÍVEL	64
FIGURA 47 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CRIMINAL	65
FIGURA 48 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL	65
FIGURA 49 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA LABORAL	66
FIGURA 50 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA FAMÍLIA E MENORES	67
FIGURA 51 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DO COMÉRCIO.....	67
FIGURA 52 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DE EXECUÇÃO	68
FIGURA 53 - PROCESSOS PENDENTES HÁ MAIS DE QUATRO ANOS NA COMARCA DE ÉVORA.....	69
FIGURA 54 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CÍVEL	69
FIGURA 55 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CRIMINAL	70
FIGURA 56 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA LABORAL	70
FIGURA 57 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA FAMÍLIA E MENORES	71
FIGURA 58 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DO COMÉRCIO.....	72
FIGURA 59 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA EXECUÇÃO	72
FIGURA 60 - PROCESSOS PENDENTES HÁ MAIS DE 4 ANOS NA COMARCA DE FARO	73
FIGURA 61 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CÍVEL	74
FIGURA 62 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CRIMINAL	75
FIGURA 63 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL	76
FIGURA 64 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA LABORAL	76
FIGURA 65 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA FAMÍLIA E MENORES	77

FIGURA 66 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DO COMÉRCIO.....	78
FIGURA 67 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA EXECUÇÃO	79
FIGURA 68 - PROCESSOS PENDENTES HÁ MAIS DE 4 ANOS NA COMARCA DA GUARDA	80
FIGURA 69 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CÍVEL	80
FIGURA 70 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CRIMINAL	81
FIGURA 71 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA LABORAL	81
FIGURA 72 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA FAMÍLIA E MENORES	82
FIGURA 73 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DO COMÉRCIO.....	82
FIGURA 74 - PROCESSOS PENDENTES HÁ MAIS DE QUATRO ANOS NA COMARCA DE LEIRIA	83
FIGURA 75 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CÍVEL	84
FIGURA 76 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CRIMINAL	85
FIGURA 77 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL	85
FIGURA 78 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA LABORAL	86
FIGURA 79 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA FAMÍLIA E MENORES	86
FIGURA 80 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DO COMÉRCIO.....	87
FIGURA 81 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA EXECUÇÃO	88
FIGURA 82 - PROCESSOS PENDENTES HÁ MAIS DE 4 ANOS NA COMARCA DE LISBOA	90
FIGURA 83 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CÍVEL	92
FIGURA 84 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CRIMINAL	93
FIGURA 85 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL	93
FIGURA 86 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA LABORAL	94
FIGURA 87 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA FAMÍLIA E MENORES	95
FIGURA 88 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DO COMÉRCIO.....	96
FIGURA 89 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA EXECUÇÃO	97
FIGURA 90 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NO TRIBUNAL MARÍTIMO	97
FIGURA 91 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NO TRIBUNAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL.....	98
FIGURA 92 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NO TRIBUNAL CENTRAL DE INSTRUÇÃO CRIMINAL	99
FIGURA 93 - PROCESSOS PENDENTES HÁ MAIS DE 4 ANOS NA COMARCA DE LISBOA NORTE.....	99
FIGURA 94 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CÍVEL	100
FIGURA 95 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CRIMINAL	101
FIGURA 96 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL	102
FIGURA 97 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA LABORAL	102
FIGURA 98 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA FAMÍLIA E MENORES	103
FIGURA 99 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DO COMÉRCIO.....	104

FIGURA 100 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA EXECUÇÃO	105
FIGURA 101 - PROCESSOS PENDENTES HÁ MAIS DE 4 ANOS NA COMARCA DE LISBOA OESTE	106
FIGURA 102 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CÍVEL	107
FIGURA 103 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CRIMINAL	108
FIGURA 104 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL.....	109
FIGURA 105 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA LABORAL	109
FIGURA 106 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA FAMÍLIA E MENORES	110
FIGURA 107 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DO COMÉRCIO.....	112
FIGURA 108 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA EXECUÇÃO	112
FIGURA 109 - PROCESSOS PENDENTES HÁ MAIS DE 4 ANOS NA COMARCA DA MADEIRA	113
FIGURA 110 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CÍVEL	114
FIGURA 111 – PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CRIMINAL.....	114
FIGURA 112 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA LABORAL	115
FIGURA 113 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DE FAMÍLIA E MENORES	116
FIGURA 114 – PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DE COMÉRCIO.....	117
FIGURA 115 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA EXECUÇÃO	117
FIGURA 116 - PROCESSOS PENDENTES HÁ MAIS DE 4 ANOS NA COMARCA DE PORTALEGRE	119
FIGURA 117 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CÍVEL	120
FIGURA 118 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CRIMINAL	120
FIGURA 119 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA LABORAL	121
FIGURA 120 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA FAMÍLIA E MENORES	121
FIGURA 121 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DO COMÉRCIO.....	122
FIGURA 122 – PROCESSOS PENDENTES HÁ MAIS DE 4 ANOS NA COMARCA DO PORTO.....	123
FIGURA 123 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CÍVEL	124
FIGURA 124 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CRIMINAL	125
FIGURA 125 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL.....	125
FIGURA 126 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA LABORAL	126
FIGURA 127 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA FAMÍLIA E MENORES	127
FIGURA 128 -PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DO COMÉRCIO	128
FIGURA 129 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA EXECUÇÃO	129
FIGURA 130 -PROCESSOS PENDENTES HÁ MAIS DE 4 ANOS NA COMARCA DO PORTO ESTE.....	129
FIGURA 131 – PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CÍVEL	130
FIGURA 132 – PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CRIMINAL.....	131
FIGURA 133 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL.....	131

FIGURA 134 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA LABORAL	132
FIGURA 135 – PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA FAMÍLIA E MENORES.....	132
FIGURA 136 – PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DO COMÉRCIO	133
FIGURA 137 – PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA EXECUÇÃO.....	134
FIGURA 138 - PROCESSOS PENDENTES HÁ MAIS DE 4 ANOS NA COMARCA DE SANTARÉM	134
FIGURA 139 – PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CÍVEL	135
FIGURA 140 - PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CRIMINAL	136
FIGURA 141 – – PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL	136
FIGURA 142 – PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA LABORAL	137
FIGURA 143 – PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA FAMÍLIA E MENORES.....	137
FIGURA 144 – PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DO COMÉRCIO	138
FIGURA 145 – PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA EXECUÇÃO.....	139
FIGURA 146 – PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NO TRIBUNAL DA CONCORRÊNCIA, REGULAÇÃO E SUPERVISÃO	139
FIGURA 147 – PROCESSOS PENDENTES HÁ MAIS DE 4 ANOS	140
FIGURA 148 – PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CÍVEL	141
FIGURA 149 – PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CRIMINAL.....	141
FIGURA 150 – PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA LABORAL	142
FIGURA 151 – PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA FAMÍLIA E MENORES.....	143
FIGURA 152 – PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DO COMÉRCIO	144
FIGURA 153 – PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA EXECUÇÃO.....	144
FIGURA 154 – PROCESSOS PENDENTES HÁ MAIS DE 4 ANOS NA COMARCA DE VIANA DO CASTELO.....	145
FIGURA 155 – PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CÍVEL.....	146
FIGURA 156 – PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CRIMINAL.....	147
FIGURA 157 – PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL.....	147
FIGURA 158 – PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA LABORAL	147
FIGURA 159 – PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA FAMÍLIA E MENORES.....	148
FIGURA 160 – PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DO COMÉRCIO	148
FIGURA 161 – PROCESSOS PENDENTES HÁ MAIS DE 4 ANOS NA COMARCA DE VILA REAL	149
FIGURA 162 – PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CÍVEL	150
FIGURA 163 – PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CRIMINAL.....	150
FIGURA 164 – PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL.....	151
FIGURA 165 – PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA LABORAL	151
FIGURA 166 – PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA FAMÍLIA E MENORES.....	152
FIGURA 167 – PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DO COMÉRCIO	152

FIGURA 168 – PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA EXECUÇÃO.....	153
FIGURA 169 - PROCESSOS PENDENTES HÁ MAIS DE 4 ANOS NA COMARCA DE VISEU	154
FIGURA 170 – PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CÍVEL	155
FIGURA 171 – PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA CRIMINAL.....	155
FIGURA 172 – PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL	156
FIGURA 173 – PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA LABORAL	156
FIGURA 174 – PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA FAMÍLIA E MENORES.....	157
FIGURA 175 – PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DO COMÉRCIO	158
FIGURA 176 – PROCESSOS PENDENTES POR ESPÉCIE NA ÁREA DA EXECUÇÃO.....	158
FIGURA 177 – PROCESSOS ENTRADOS HÁ MAIS DE 4 ANOS, PENDENTES NOS TR.....	159
FIGURA 178 – PROCESSOS ENTRADOS HÁ MAIS DE 4 ANOS PENDENTES NOS TR - CÍVEL, CRIMINAL E SOCIAL	160
FIGURA 179 - PROCESSOS ENTRADOS HÁ MAIS DE 4 ANOS PENDENTES NOS TR, DISTINGUINDO AS ÁREAS DE COMÉRCIO E PICRS ...	160
FIGURA 180 - PROCESSOS ENTRADOS HÁ MAIS DE 4 ANOS, PENDENTES NOS TR, POR ESPÉCIES.....	161
FIGURA 181 – PROCESSOS ENTRADOS HÁ MAIS DE 4 ANOS PENDENTES NO TRC, POR ÁREA JURISDICIONAL.....	161
FIGURA 182 – PROCESSOS ENTRADOS HÁ MAIS DE 4 ANOS PENDENTES NO TRC, POR ESPÉCIE	162
FIGURA 183 - PROCESSOS ENTRADOS HÁ MAIS DE 4 ANOS PENDENTES NO TRE, POR ÁREA JURISDICIONAL.....	162
FIGURA 184 – PROCESSOS ENTRADOS HÁ MAIS DE 4 ANOS PENDENTES NO TRE, POR ESPÉCIE.....	163
FIGURA 185 - PROCESSOS ENTRADOS HÁ MAIS DE 4 ANOS PENDENTES NO TRG, POR ÁREA JURISDICIONAL	163
FIGURA 186 - PROCESSOS ENTRADOS HÁ MAIS DE 4 ANOS PENDENTES NO TRG, POR ESPÉCIE.....	164
FIGURA 187 – PROCESSOS ENTRADOS HÁ MAIS DE 4 ANOS PENDENTES NO TRL, POR ÁREA JURISDICIONAL	164
FIGURA 188 – PROCESSOS ENTRADOS HÁ MAIS DE 4 ANOS PENDENTES NO TRL, POR ESPÉCIE.....	165
FIGURA 189 – PROCESSOS ENTRADOS HÁ MAIS DE 4 ANOS PENDENTES NO TRP, POR ÁREA JURISDICIONAL.....	165
FIGURA 190 – PROCESSOS ENTRADOS HÁ MAIS DE 4 ANOS PENDENTES NO TRP, POR ESPÉCIE.....	166
FIGURA 191 – PROCESSOS PENDENTES NOS TR HÁ MAIS DE 1 ANO	166
FIGURA 192 – PROCESSOS PENDENTES NOS TR HÁ MAIS DE 1 ANO, POR ÁREA JURISDICIONAL.....	167
FIGURA 193 – PROCESSOS PENDENTES NOS TR HÁ MAIS DE 1 ANO, DESAGREGANDO AS JURISDIÇÕES DE COMÉRCIO E PICRS.....	167
FIGURA 194 - PROCESSOS PENDENTES NOS TR HÁ MAIS DE 1 ANO, POR ESPÉCIE	168
FIGURA 195 – PROCESSOS PENDENTES NO TRC HÁ MAIS DE 1 ANO, POR ÁREA JURISDICIONAL	168
FIGURA 196 – PROCESSOS PENDENTES NO TRC HÁ MAIS DE 1 ANO, POR ESPÉCIE.....	169
FIGURA 197 – PROCESSOS PENDENTES NO TRE HÁ MAIS DE UM 1 ANO, POR ÁREA JURISDICIONAL	169
FIGURA 198 – PROCESSOS PENDENTES NO TRE HÁ MAIS DE UM 1, POR ESPÉCIE.....	170
FIGURA 199 – PROCESSOS PENDENTES NO TRG HÁ MAIS DE 1 ANO, POR ÁREA JURISDICIONAL.....	170
FIGURA 200 – PROCESSOS PENDENTES NO TRG HÁ MAIS DE 1 ANO, POR ESPÉCIE	171
FIGURA 201– PROCESSOS PENDENTES NO TRL HÁ MAIS DE 1 ANO, POR ÁREA JURISDICIONAL	171

FIGURA 202 – PROCESSOS PENDENTES NO TRL, HÁ MAIS DE 1 ANO, POR ESPÉCIE	172
FIGURA 203 – PROCESSOS PENDENTES NO TRP HÁ MAIS DE UM 1 ANO, POR ÁREA JURISDICIONAL	172
FIGURA 204 – PROCESSOS PENDENTES NO TRP HÁ MAIS DE 1 ANO, POR ESPÉCIE.....	173
FIGURA 205 – PROCESSOS ENTRADOS HÁ MAIS DE 4 ANOS, PENDENTES NO STJ	173
FIGURA 206 – PROCESSOS ENTRADOS HÁ MAIS DE 4 ANOS PENDENTES NO STJ, POR ÁREA JURISDICIONAL	174
FIGURA 207 – PROCESSOS SEM DECISÃO ENTRADOS NO STJ HÁ MAIS DE 1 ANO, POR ESPÉCIE.....	174
FIGURA 208 – PROCESSOS SEM DECISÃO ENTRADOS NO STJ HÁ MAIS DE 1 ANO, POR ÁREA JURISDICIONAL	175
FIGURA 209 – PROCESSOS SEM DECISÃO ENTRADOS NO STJ HÁ MAIS DE 1 ANO, POR ESPÉCIE.....	176
FIGURA 210 - ESPÉCIES EM ANÁLISE COM + 4 ANOS	178
FIGURA 211 - ESPÉCIES EM ANÁLISE COM + 4 ANOS EM PERCENTAGEM.....	178
FIGURA 212 – EXECUÇÕES PENDENTES HÁ MAIS DE QUATRO ANOS EM CADA UMA DAS 23 COMARCAS	189
FIGURA 213 – PROCESSOS EXECUTIVOS PENDENTES HÁ MAIS DE QUATRO ANOS TRAMITADOS POR AE OU POR OJ.....	190
FIGURA 214 – ESPÉCIES EM ANÁLISE NOS 5 TR COM MAIS DE 4 ANOS	197
FIGURA 215 – ESPÉCIES EM ANÁLISE NOS 5 TR COM MAIS DE 4 ANOS, EM PERCENTAGEM	197
FIGURA 216 – ESPÉCIES EM ANÁLISE NOS 5 TR COM MAIS DE 1 ANO.....	203
FIGURA 217 – ESPÉCIES EM ANÁLISE NOS 5 TR COM MAIS DE 1 ANO, EM PERCENTAGEM.....	204
FIGURA 218 – ESPÉCIES EM ANÁLISE NO STJ COM MAIS 4 ANOS	208
FIGURA 219 - ESPÉCIES EM ANÁLISE NO STJ COM +4 ANOS, EM PERCENTAGEM	208
FIGURA 220 – ESPÉCIES EM ANÁLISE NO STJ COM MAIS DE 1 ANO.....	211
FIGURA 221 - ESPÉCIES EM ANÁLISE NO STJ COM +1 ANO, EM PERCENTAGEM.....	211

Abreviaturas

CM - Jurisdição de comércio
CSM – Conselho Superior da Magistratura
CV – Jurisdição Cível
EX - Jurisdição de execução
FM - Jurisdição de família e menores
PN Instrução - Jurisdição de instrução criminal
PN – Jurisdição Penal
TB - Jurisdição laboral
TCOM – Tribunais Judiciais de Comarca
TCOM Açores - Tribunal Judicial da Comarca dos Açores
TCOM Aveiro - Tribunal Judicial da Comarca de Aveiro
TCOM Beja - Tribunal Judicial da Comarca de Beja
TCOM Braga - Tribunal judicial da Comarca de Braga
TCOM Bragança - Tribunal Judicial da Comarca de Bragança
TCOM Castelo Branco - Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco
TCOM Coimbra - Tribunal Judicial da Comarca de Coimbra
TCOM Évora - Tribunal Judicial da Comarca de Évora
TCOM Faro - Tribunal Judicial da Comarca de Faro
TCOM Guarda - Tribunal Judicial da Comarca da Guarda
TCOM Leiria - Tribunal Judicial da Comarca de leiria
TCOM Lisboa - Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa
TCOM Lisboa Norte – Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte
TCOM Lisboa Oeste - Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste
TCOM Madeira - Tribunal Judicial da Comarca da Madeira
TCOM Portalegre - Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre
TCOM Porto - Tribunal Judicial da Comarca do Porto
TCOM Porto Este - Tribunal Judicial da Comarca do Porto Este
TCOM Santarém - Tribunal Judicial da Comarca de Santarém
TCOM Setúbal - Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal
TCOM Viana do Castelo - Tribunal Judicial da Comarca de Viana do Castelo
TCOM Vila Real - Tribunal Judicial da Comarca de Vila Real
TCOM Viseu - Tribunal Judicial da Comarca de Viseu
TPI - Tribunal da Propriedade Intelectual
TCRS – Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão
TCIC - Tribunal Central de Instrução Criminal
TM – Tribunal Marítimo
TCTA – Tribunais de Competência Territorial Alargada
TRC – Tribunal da Relação de Coimbra
TRE – Tribunal da Relação de Évora
TRG – Tribunal da Relação de Guimarães
TRL – Tribunal da Relação de Lisboa
TRP – Tribunal da Relação do Porto
STJ – Supremo Tribunal de Justiça



FICHA TÉCNICA
(Ver POIP)

I) SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório apresenta os resultados do levantamento dos processos pendentes há mais de quatro anos nos tribunais judiciais, abrangendo a Primeira Instância (TCOM e TCTA), os Tribunais da Relação (TR) e o Supremo Tribunal de Justiça (STJ). A análise incide sobretudo sobre os processos em que subsiste a necessidade de intervenção judicial para decisão das situações submetidas a apreciação.

Os resultados são apresentados por Comarca, incluindo os Tribunais de Competência Territorial Alargada, por Tribunal de Relação e pelo Supremo Tribunal de Justiça. A informação é ainda desagregada por áreas jurisdicionais e por espécies de processos. Na primeira instância e nos Tribunais da Relação, os dados são apresentados quer de forma global, quer desagregados por cada tribunal.

Adicionalmente, o relatório inclui informação relativa aos processos pendentes há mais de um ano nos Tribunais Superiores, considerando como critério a data de entrada no respetivo tribunal.

A recolha e análise dos dados evidenciou limitações relevantes do sistema de informação, em particular do CITIUS, nomeadamente a ausência de histórico estatístico e a mutabilidade dos dados, por serem condicionados pela contínua atividade de registo das secretarias. Estas limitações exigem a definição de critérios específicos para a pesquisa em determinadas jurisdições e evidenciam oportunidades de melhoria no sistema estatístico, designadamente ao nível da recolha de dados ao longo da tramitação processual e da sua preservação para efeitos de análise e apoio à decisão.

II) INTRODUÇÃO

1. Enquadramento e objetivos

O Programa de Atividades do CSM para o biénio de 2024/2025 prevê a recolha estatística de dados relativos aos processos pendentes há mais de quatro anos nos tribunais judiciais, abrangendo as Instâncias e o Supremo Tribunal de Justiça.

A previsão deste estudo no Programa de Atividades teve como objetivo gerar conhecimento sobre as pendências de processos judiciais sem decisão final transitada em julgado, na perspetiva do direito das pessoas à obtenção de decisões em tempo razoável.

A gestão de recursos e a promoção da tempestividade decisória constituem a motivação do Conselho Superior da Magistratura para a realização deste estudo. Reconhece-se que parte significativa das demoras decorre de dificuldades de resposta atempada por diversos órgãos e serviços externos aos tribunais. Por isso, a existência de processos pendentes sem decisão não traduz, necessariamente, atraso na prolação da decisão. Tal circunstância pode decorrer de diversos fatores que inviabilizam o normal prosseguimento dos autos. A perspetiva adotada neste estudo é a das pessoas intervenientes como partes nos processos, não se destinando à identificação das causas dos atrasos processuais, matéria que é apreciada pelo CSM em outros âmbitos de atuação.

Em consequência, a recolha de dados prescindiu da análise das causas da duração, em consonância com a perspetiva adotada: a das partes que aguardam decisão. Ainda assim, a informação recolhida, apresentada nos anexos, permite aos tribunais proceder a uma análise mais detalhada das situações, em particular daquelas que se revelem menos explicáveis.

2. Duração: tempos considerados na recolha

Foi fixado um prazo de quatro anos, uniforme para toda a tramitação processual em primeira instância e em recurso, apesar de ser evidente que o tempo razoável de pendência varia consoante as espécies processuais, designadamente em função da diversidade dos prazos processuais legalmente estabelecidos ou da complexidade ou urgência das matérias.

Apesar desta diversidade e da sua repercussão no prazo razoável de decisão, foi utilizado um prazo único por se entender ser vantajosa a visão global que o prazo uniforme permite. Acresce que, considerando as fases de recurso, a duração de quatro anos corresponde, em termos gerais, a um limite a partir do qual o prazo para obtenção de uma decisão deixa de ser razoável, constituindo, nessa medida, um marco que aconselha especial atenção em termos de gestão processual.

Na leitura dos dados é necessário ter presente que o prazo de quatro anos se reporta à instauração do processo ou, nos casos em que os momentos não coincidem, à entrada em sede judicial. Assim, é possível que um processo tenha já mais de quatro anos de pendência quando dá entrada num tribunal de recurso.

Por esse motivo, no decurso do trabalho e atendendo ao interesse manifestado pelos Presidentes dos Tribunais Superiores, bem como à mesma lógica de gestão processual baseada em factos, foi aditado o objetivo de recolher dados relativos aos processos pendentes de decisão que tenham dado entrada em cada um dos tribunais superiores há mais de um ano.

3. Estrutura do Relatório

Após os pontos introdutórios, o capítulo III) apresenta a metodologia seguida e os critérios adotados na pesquisa realizada. No capítulo IV) consta a descrição dos dados recolhidos nas Comarcas, Relações e no Supremo Tribunal de Justiça, enquanto o V) agrega e analisa esses dados: na primeira instância com referência global às jurisdições e específica a tipos de processos, na primeira instância e nos tribunais superiores por jurisdições. O capítulo VI) indica perspectivas de estudos futuros e correções necessárias à obtenção de dados estatísticos mais próximos da realidade. O capítulo VII) enuncia algumas conclusões.

Em anexo constam os dados de pesquisa que suportam o trabalho, permitindo a verificação da informação apresentada, a apreciação crítica das conclusões extraídas, a utilização de critérios complementares de análise e a realização de cruzamentos de dados que não foram explorados neste relatório. Nessa medida pretende-se possibilitar a reutilização dos dados.

III) NOTAS METODOLÓGICAS

1. Abordagem inicial

A metodologia adotada assentou numa abordagem colaborativa e interativa. Numa fase inicial, foram consultados diversos juízes de diferentes jurisdições, com o objetivo de definir os critérios a utilizar na pesquisa tendo em conta as especificidades das várias espécies processuais e dos diferentes níveis de jurisdição.

Posteriormente, os dados recolhidos foram remetidos a cada tribunal para verificação, validação e eventual correção, permitindo assegurar a consistência e fiabilidade da informação. Os contributos recebidos foram analisados e integrados sempre que se revelaram relevantes e compatíveis com os objetivos do estudo.

Nos casos em que tal se justificava, foi inserida neste relatório, no capítulo do respetivo tribunal, uma nota com aspetos da pronúncia.

2. Critérios base

Todos os dados estatísticos constantes do presente relatório foram recolhidos através do sistema informático de apoio à tramitação dos processos judiciais, no separador Habilus/Consultas. As recolhas ocorreram em diferentes momentos do ano de 2025, com exceção dos dados relativos às pendências globais, recolhidos nos primeiros dias de 2026. Nos meses de abril e maio foi feita a recolha nos Tribunais da Relação, em setembro no Supremo Tribunal de Justiça, nos dias 17 e 18 de novembro de 2025 nas 23 Comarcas, e no dia 25 de novembro de 2025 nos Tribunais de Competência Territorial Alargada.

Os dados refletem necessariamente os registos efetuados pelas secretarias judiciais até às respetivas datas de recolha. A indicação dessas datas justifica-se pelo facto de os resultados variarem em função da atividade de registo das secretarias, uma vez que o sistema atribui aos registos a data do facto registado e não a data do registo. Por esse motivo, recolhas efetuadas em datas distintas, ainda que referentes ao mesmo período temporal, podem apresentar resultados diferentes.

Os critérios de pesquisa foram definidos tendo em conta as especificidades das diversas jurisdições, com o objetivo de identificar, em cada uma delas, a decisão que põe termo ao processo na perspetiva das pessoas, bem como de sinalizar situações suscetíveis de enviar os resultados. Estas situações estão essencialmente relacionadas com o funcionamento da plataforma informática de apoio à tramitação processual e com as suas funcionalidades de registo e classificação.

Foi considerada como termo final do período de referência a data de 31 de dezembro de 2024, atendendo ao prazo fixado e ao facto de a recolha de dados se ter iniciado em 2025.

A pesquisa foi efetuada no módulo de consultas e listagens do sistema CITIUS, com recurso aos critérios base “Pendentes estatísticos a 31-12-2024” e “Data de autuação ≤ 31/12/2020”.

Não foi utilizado o módulo de estatísticas do CITIUS por este apenas permitir a obtenção de dados relativos a processos pendentes, não possibilitando a análise da duração dos processos. Embora em abstrato a data de autuação devesse corresponder à data de entrada do processo no sistema, esse critério não se revelou suficiente, por si só, no âmbito dos tribunais judiciais. Com efeito, existem processos autuados com referência a fases da titularidade do Ministério Público (nomeadamente processos de inquérito ou processos de acidente de trabalho na fase conciliatória). Por outro lado, em diversas situações, a data de autuação é alterada — indevidamente, no entendimento que aqui se adota — o que implica a perda do registo original, como sucede, por exemplo, em casos de redistribuição.

Em resultado dessas limitações, a pesquisa assentou num cruzamento de critérios, que será descrito no ponto seguinte.

3. Critérios complementares

Para além dos critérios base indicados no ponto anterior, foram considerados critérios adicionais, com o objetivo de despistar situações em que a aplicação exclusiva daqueles não assegura a fidedignidade dos resultados obtidos.

O campo “Data Criação” foi utilizado para efeito de verificação. Este campo permite efetuar a pesquisa com referência à data de instauração do processo, mesmo nos casos em que as datas de autuação são significativamente posteriores, em virtude das vicissitudes anteriormente descritas. Contudo, este critério não pode ser utilizado de forma isolada, uma vez que a data de criação pode anteceder a entrada do processo nos tribunais judiciais, designadamente quando respeita a fases não judiciais prévias à intervenção jurisdicional, conforme indicado anteriormente.

Foram ainda utilizados vários outros elementos para despistagem de erros e controlo da informação recolhida.

Definidos os critérios de pesquisa, a sua aplicação foi efetuada nos seguintes termos:

- **Módulo de pesquisa:** consultas e listagens do sistema CITIUS;
- **Critérios base:** “Pendentes estatísticos a 31-12-2024” e “Data de autuação ≤ 31-12-2020”;
- **Critérios complementares:**
 - “Data Criação ≤ 31-12-2020”, Espécie de Processo, Número de Processo, Unidade Orgânica, Detalhes do interveniente, Data da Decisão e Data de Encerramento.

Quadro-síntese — Critérios de Pesquisa

Critério	Descrição
Módulo de pesquisa	Consultas e listagens do sistema CITIUS
Critérios base	- Pendentes estatísticos a 31-12-2024 - Data de autuação ≤ 31-12-2020
Critérios complementares	- Data de Criação - Espécie de Processo - Número de Processo - Unidade Orgânica - Detalhes do Interveniente - Data da Decisão - Data de Encerramento

4. Critérios de exclusão

Em consonância com o objetivo definido, foram estabelecidos critérios de exclusão destinados a eliminar situações em que a aplicação do critério base conduzia à recolha de dados relativos a processos que, em termos substantivos, não aguardavam resposta dos tribunais.

Foram, assim, excluídos do universo da análise os seguintes tipos de processos e situações:

- Anexos e traslados;

- Recursos em separado, relativamente aos tribunais recorridos;
- Reclamações previstas no artigo 643.º do Código de Processo Civil e no artigo 405.º do Código de Processo Penal, relativamente aos tribunais reclamados;
- Inquéritos, no que respeita a atos jurisdicionais e ao primeiro interrogatório;
- Execuções fiscais;
- Cartas precatórias;
- Processos de acidentes de trabalho, na fase conciliatória;
- Processos em que a tramitação não é possível por declaração de contumácia.

Quadro-síntese — Critérios de Exclusão

Categoria	Tipo de processo / situação excluída	Fundamento da exclusão
Estruturas processuais acessórias	Anexos e traslados	Não constituem processos autónomos a aguardar decisão judicial
Meios de impugnação	Recursos em separado (quanto aos tribunais recorridos)	A decisão não compete ao tribunal recorrido
Meios incidentais	Reclamações (art.º 643.º do CPC e art.º 405.º do CPP), quanto aos tribunais reclamados	A apreciação cabe a instância diversa da considerada
Fase pré-processual / Ministério Público	Inquéritos (atos jurisdicionais e 1.º interrogatório)	Não correspondem a processos pendentes de decisão judicial
Jurisdição tributária	Execuções fiscais	Excluídas do âmbito material da análise
Cooperação judiciária	Cartas precatórias	Atos de cooperação, sem decisão de mérito no tribunal deprecado
Processos especiais	Acidentes de trabalho — fase conciliatória	Fase não jurisdicional, anterior à intervenção decisória

Categoria	Tipo de processo / situação excluída	Fundamento da exclusão
Situações processuais especiais	Contumácia	Inexistência de condições para decisão de mérito

5. Primeira Instância

Nos **Tribunais de Comarca** foram consideradas as seguintes áreas jurisdicionais: cível, criminal e instrução criminal, laboral, família e menores, comércio e execução.

5.1. A inclusão dos processos em cada uma das jurisdições obedeceu aos critérios abaixo enunciados:

Jurisdição cível: Abrange todos os processos de natureza cível identificados pelo prefixo (cv), ainda que a respetiva tramitação ocorra noutras jurisdições, com exceção das situações especificamente enquadradas nas jurisdições de comércio e de execução, conforme adiante se explicita.

Jurisdição criminal: Inclui todos os processos identificados pelo prefixo (pn).

Jurisdição de instrução criminal: Compreende todos os processos tramitados nos Juízos de Instrução Criminal, bem como os processos da espécie “(pn) Instrução”, ainda que tramitados noutros juízos.

Jurisdição de família e menores: Inclui todos os processos identificados pelo prefixo (fm).

Jurisdição laboral: Abrange todos os processos identificados pelo prefixo (tb).

Jurisdição de execução: Inclui exclusivamente os processos tramitados nos Juízos de Execução. Nas comarcas onde não existem juízos de execução, consideraram-se os apensos declarativos dos processos executivos no âmbito da jurisdição cível.

Foram recolhidos autonomamente os dados relativos aos processos executivos distinguindo entre aqueles que dependem exclusivamente da atividade dos tribunais, por serem tramitados por oficiais de justiça, daqueles que dependem da atividade dos agentes de execução.

Do levantamento estatístico resulta que, na área cível, a maior percentagem de processos com duração superior a quatro anos refere-se a processos executivos. Essa desproporção é certamente um reflexo da pendência global.

Contudo, deverá considerar-se que da aplicação das atuais disposições processuais não seria de prever que o número de execuções pendentes por mais de quatro anos fosse tão significativo. Atualmente a ausência de bens penhoráveis e o acordo de pagamento em prestações determinam a extinção da execução. Assim se não forem encontrados bens penhoráveis são notificados exequente e executado para indicarem bens à penhora, extinguindo-se a execução se os não indicarem. Por outro lado, o acordo para pagamento em prestações determina desde logo a extinção da execução. Importa averiguar se estas normas são cumpridas quanto à extinção das execuções.

Jurisdição de comércio: Integra todos os processos identificados pelo prefixo (cm). Nas comarcas dotadas de secções de comércio, foram igualmente incluídos os processos com o prefixo (cv) afetos a essas secções. De notar que podem estar pendentes na jurisdição processos próprios de outras em razão da sua apensação a processos de insolvência. É o caso na comarca de Porto Este em que se encontra pendente uma Ação de Impugnação da Regularidade e Licitude do Despedimento.

Nesta jurisdição foram discriminadas as ações de deliberação social, as ações de resolução de negócios e as ações comuns.

Os processos de insolvência foram considerados desde que não se encontrassem encerrados, mesmo com decisão final, permanecendo em pendência de secretaria, sem prejuízo de uma análise autónoma dos respetivos apensos, designadamente reclamações de créditos, liquidação do ativo e qualificação da insolvência.

Assim, nos processos de insolvência foi desconsiderada a decisão inicial de declaração de insolvência. Com efeito, no sistema CITIUS, essa decisão determina que o processo passe a constar como estatisticamente findo numa fase muito precoce do seu desenvolvimento, quando a finalidade última do processo — a satisfação dos credores na medida do possível —

pressupõe ainda intervenção judicial ulterior. Em consequência, a pesquisa incidiu sobre a pendência de secretaria e não sobre a pendência estatística oficial.

Instrução criminal: foram autonomizadas as instruções. Os processos de inquérito remetidos aos tribunais para a prática de atos jurisdicionais ou para a realização de primeiro interrogatório foram excluídos.

5.2. Alguns Tribunais/Juízos mereceram tratamento diferenciado:

Juízos de Execução: Foram recolhidos os dados relativos aos apensos declarativos, por corresponderem às espécies processuais que dependem de forma mais direta da atividade judicial. O critério anteriormente existente relativo à pendência imputável à responsabilidade dos tribunais — sugerido pelo Conselho Superior da Magistratura no âmbito do sistema de indicadores de gestão e posteriormente introduzido pela Direção-Geral de Política de Justiça — deixou de se encontrar disponível, apesar da sua reconhecida utilidade para exercícios de análise como o presente.

Tribunais de Execução de Penas: Não foram considerados atendendo às suas características específicas. Estes tribunais acompanham a execução das penas aplicadas em processos de natureza criminal, sendo a respetiva pendência predominantemente determinada pela duração das penas, não se encontrando, em regra, dependente de atividade jurisdicional a desenvolver.

6. Tribunais Superiores

No que respeita aos Tribunais Superiores, foram consideradas as especificidades decorrentes da sua organização interna em secções, especializadas de modo que não é igual em todos os Tribunais.

No Supremo Tribunal de Justiça, foram igualmente tidas em conta a Formação para verificação dos pressupostos da revista excecional e Secção de Contencioso.

7. Qualidade dos dados

Os dados recolhidos correspondem aos registos efetuados pelas secretarias judiciais tal como constam do sistema informático, não tendo sido objeto de verificação quanto à sua exatidão material.

O sistema de introdução e validação de dados determina que a informação nele constante não se encontre plenamente consolidada podendo variar em função do momento da consulta. Com efeito, os registos refletem retroativamente a atividade das secretarias com referência à data das decisões registadas, não à data da respetiva inserção no sistema. Em virtude destas características, os dados não assumem natureza estática, estando sujeitos a alterações posteriores à recolha, com impacto nos períodos temporais a que dizem respeito.

Após a recolha, os dados foram tratados externamente ao sistema de registo, de forma estática, com o objetivo de evitar incongruências decorrentes da falta de consolidação dos dados no sistema CITIUS.

Foram recolhidos os dados das pendências globais por Tribunal a fim de determinar a percentagem dos processos com duração superior a 4 anos.

IV) DESCRIÇÃO DOS DADOS

A. TRIBUNAIS DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

1. Processos pendentes há mais de quatro anos nos TCOM e TCTA

Nos TCOM e TCTA existiam 27 705 processos pendentes há mais de quatro anos. A pendência global era de 260.450 processos, correspondendo aqueles a 10,64%.

Deste universo, 27 641 processos correspondem às 23 Comarcas e 64 aos Tribunais de Competência Territorial Alargada.

Nestes últimos contam-se 25 processos do Tribunal da Concorrência Regulação e Supervisão, 16 do Tribunal da Propriedade Intelectual, 14 do Tribunal Central de Instrução Criminal e 9 do Tribunal Marítimo (**figuras 1 e 2**).

Figura 1 - Processos pendentes há mais de quatro anos nos TCOM

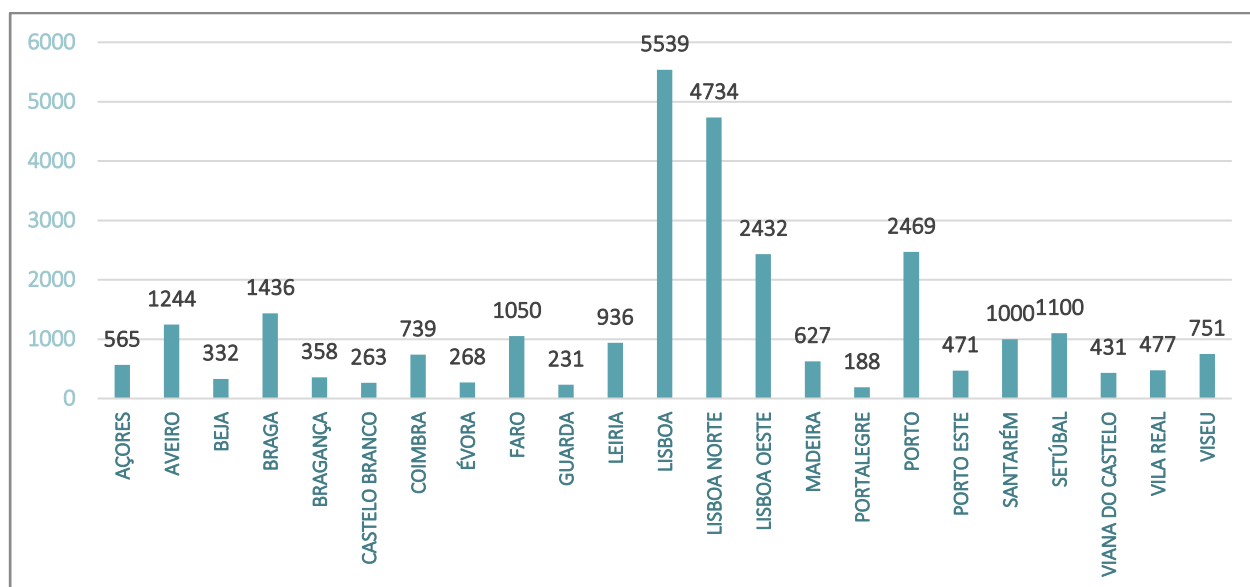
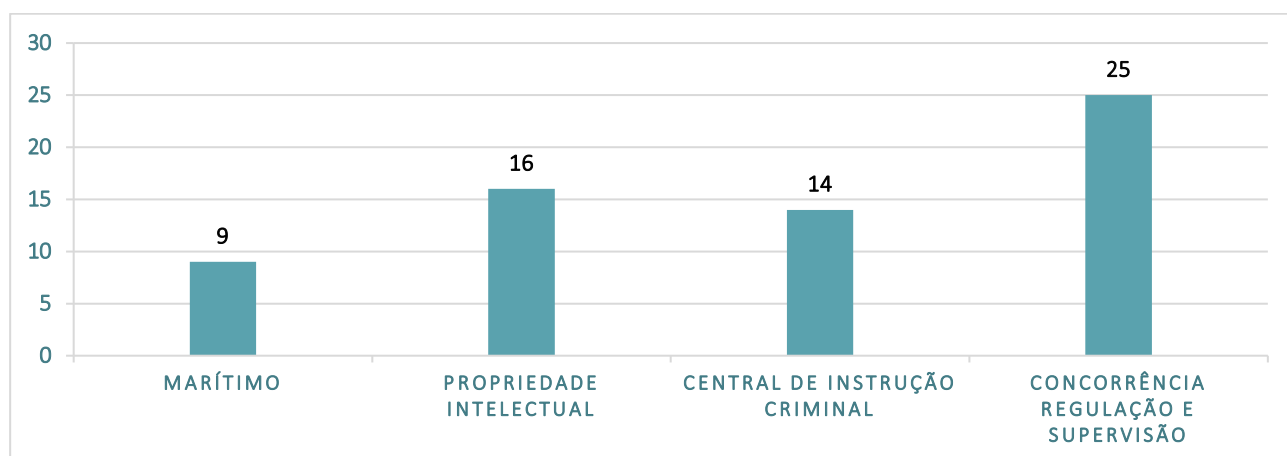


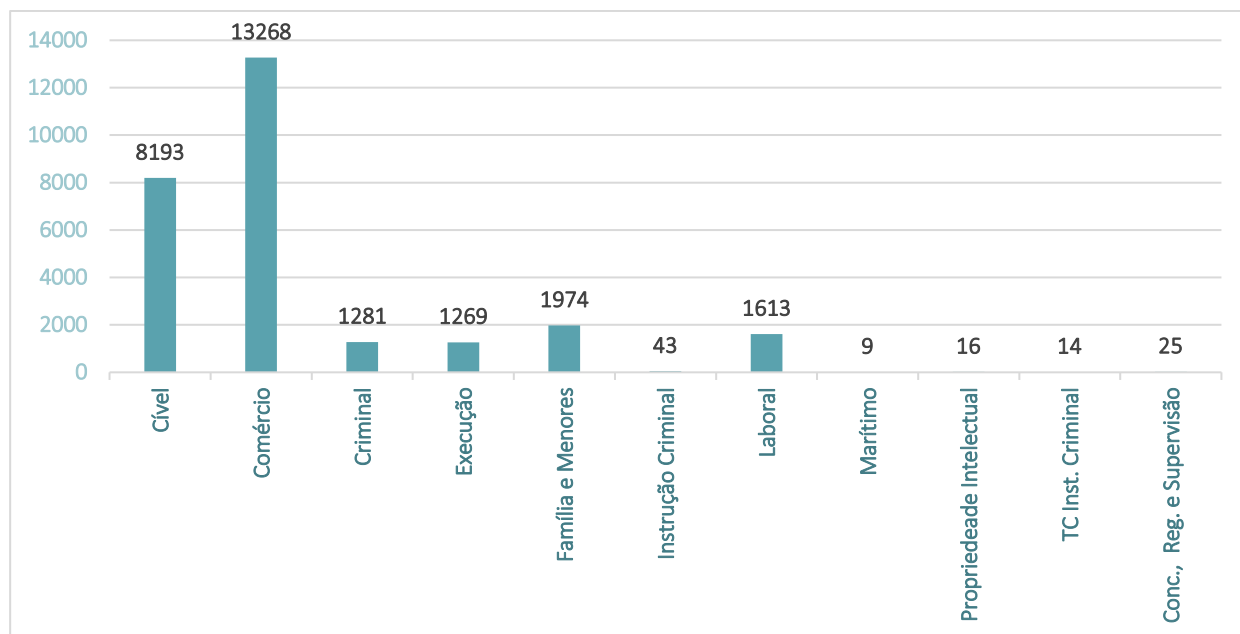
Figura 2 - Processos pendentes há mais de quatro anos nos TCTA



1.1 Processos pendentes há mais de quatro anos por área jurisdicional

A distribuição dos processos pendentes há mais de quatro anos por áreas jurisdicionais era a seguinte: jurisdição cível - 8 193; jurisdição de comércio - 13 268; jurisdição de família e menores - 1 974; jurisdição laboral - 1 613; jurisdição criminal - 1 281; jurisdição de execução - 1 269; e jurisdição de instrução criminal – 43 (**figura 3**).

Figura 3 - Processo pendentes há mais de 4 anos nos TCOM e TCTA



1.2 Processos pendentes há mais de quatro anos por espécie

Nos Tribunais de 1.^a Instância, no conjunto dos processos pendentes há mais de quatro anos, destacam-se as espécies “(cm) Insolvência” – 10 862; “(cv) Ação de Processo Comum” - 3 079; e “(cv) Inventário” - 2 658 processos (**figura 4**).

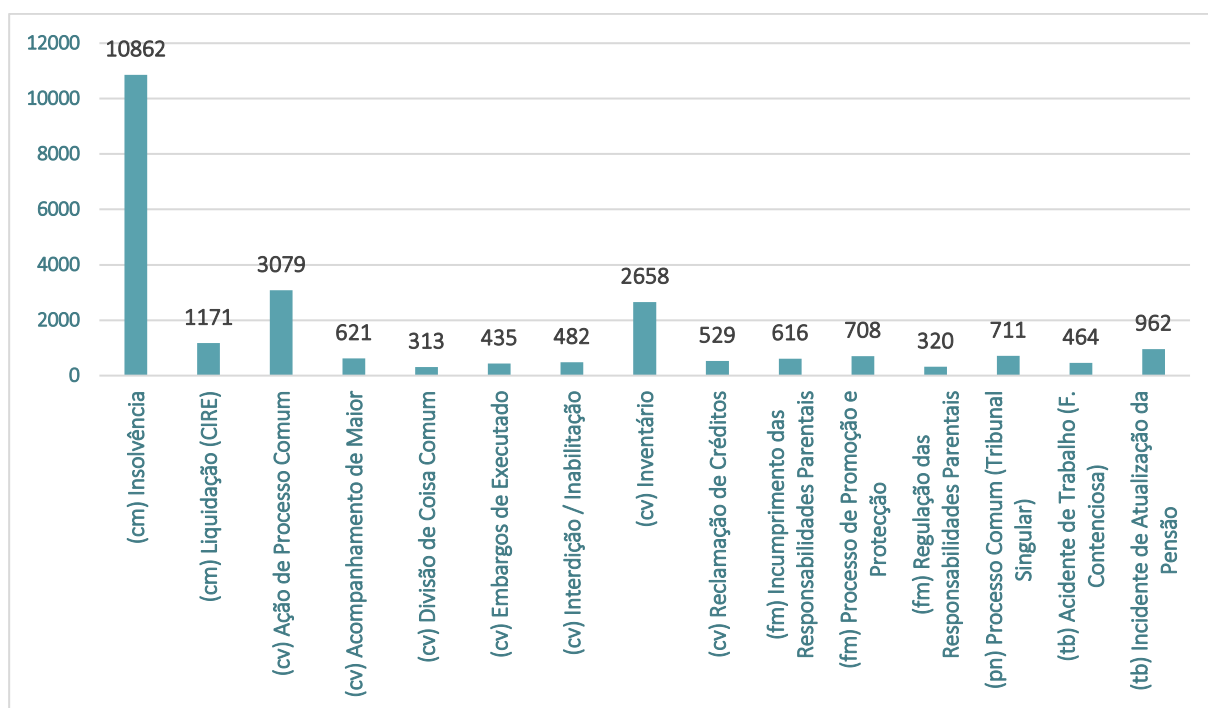
Na figura 4 são apresentadas apenas as 15 espécies processuais com maior expressão, uma vez que a elevada diversidade de espécies existentes não permitiria uma leitura clara e adequada do universo total. Numa fase posterior do relatório, aquando da análise individualizada por Comarca, estas espécies serão apresentadas de forma discriminada.

Relativamente às duas espécies com maior número de processos pendentes há mais de quatro anos, importa esclarecer que:

- As “Insolvências” englobam: “(cm) Insolvência pessoa coletiva (Requerida)” – 1 572; “(cm) Insolvência pessoa singular (Apresentação)” – 1 322; “(cm) Insolvência pessoa singular (Requerida)” – 1 070 e “(cm) Insolvência pessoa singular (Apresentação)” – 6 898;
- Os “Inventários” englobam: “(cv) Inventário competência exclusiva)” – 533; “(cv) Inventário competência facultativa)” – 1 493; “(cv) Inventário Herança” 490; “(cv) Inventário (Lei 23/2013)

– 22; “(cv) Inventário / Partilha de Bens em Casos Especiais” – 117 e “(cv) Inventário Notarial” – 3;

Figura 4 -Processos pendentes há mais de quatro anos nos TCOM e TCTA por espécie



2. Processos pendentes há mais de quatro anos por Comarca

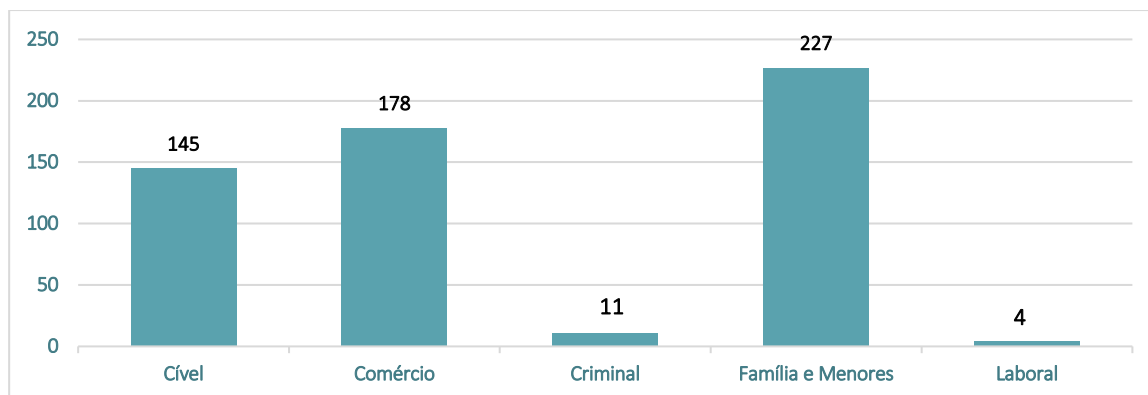
2.1 Comarca dos Açores

Na Comarca dos Açores existiam 565 processos pendentes há mais de quatro anos. A pendência global era de 4660 processos, correspondendo aqueles a 12,12%.

A sua distribuição por áreas jurisdicionais era a seguinte: cível – 145; criminal - 11; laboral - 4; família e menores - 227; e comércio - 178 processos (**figura 5**).

Não existiam processos nesta situação nas jurisdições de instrução criminal e de execução.

Figura 5 - Processos pendentes há mais de quatro anos na Comarca dos Açores



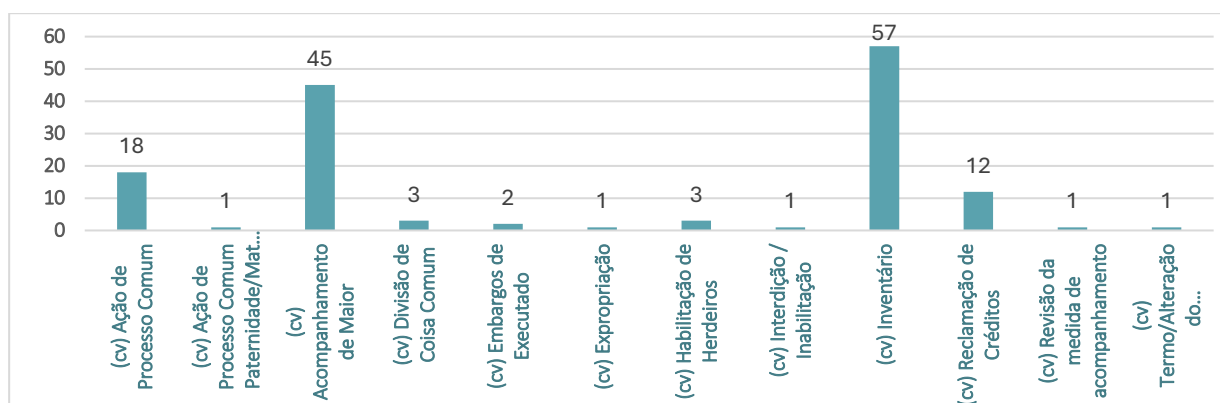
2.1.1 Jurisdição Cível

Na jurisdição cível registavam-se 145 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Inventário” com 57 e “Acompanhamento de Maior” com 45. Seguem-se “Ação de Processo Comum”, com 18 processos, e “Reclamação de Créditos”, com 12.

As restantes espécies apresentam expressão residual, com números entre três e um processo: “Divisão de Coisa Comum” e “Habilitação de Herdeiros”, ambas com 3 processos; “Embargos de Executado”, com 2 processos; e, com 1 processo cada, “Ação de Processo Comum – Paternidade/Maternidade”, “Expropriação”, “Interdição/Inabilitação”, “Revisão de Medida de Acompanhamento” e “Termo/Alteração de Acompanhamento” (figura 6).

Figura 6 - Processos pendentes por espécie na área cível (Açores)



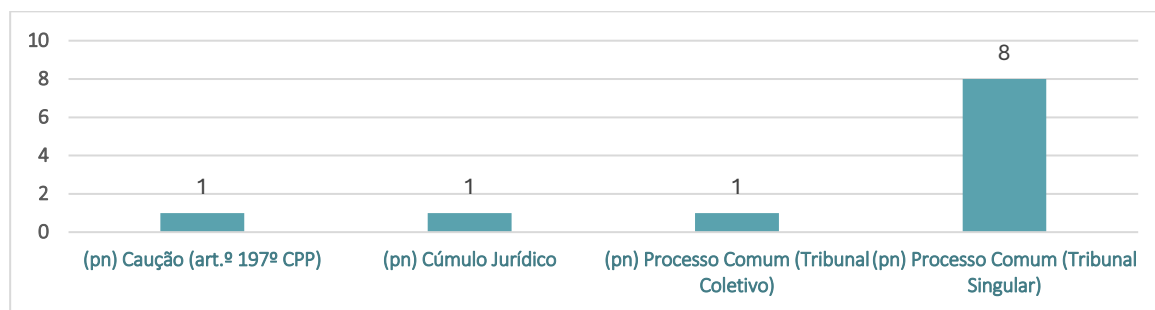
2.1.2 Jurisdição Criminal

Na jurisdição criminal, registavam-se 11 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Processo Comum (Tribunal Singular)” com 8 processos.

As restantes espécies apresentam expressão residual, com 1 processo cada, designadamente “Caução (art.º 197.º do CPP)”, “Cúmulo Jurídico” e “Processo Comum (Tribunal Coletivo)” (figura 7).

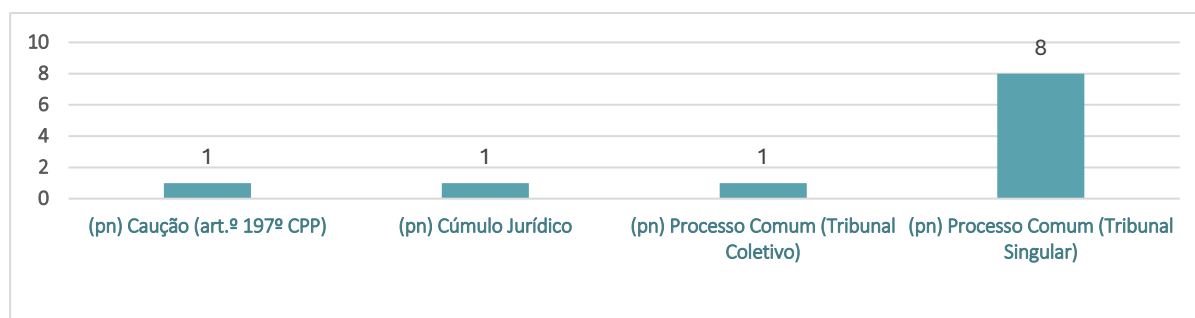
Figura 7 - Processos pendentes por espécie na área criminal



2.1.3 Jurisdição Laboral

Na jurisdição laboral a pendência de processos com mais de quatro anos revelou-se residual, totalizando 4 processos, distribuídos por três espécies processuais: “Acidente de Trabalho (fase contenciosa)” – 2; e “Ação de Impugnação Judicial da Regularidade e Litude do Despedimento” e “Incidente de Revisão de Incapacidade/Pensão” – 1 cada (figura 8).

Figura 8 - Processos pendentes por espécie na área laboral



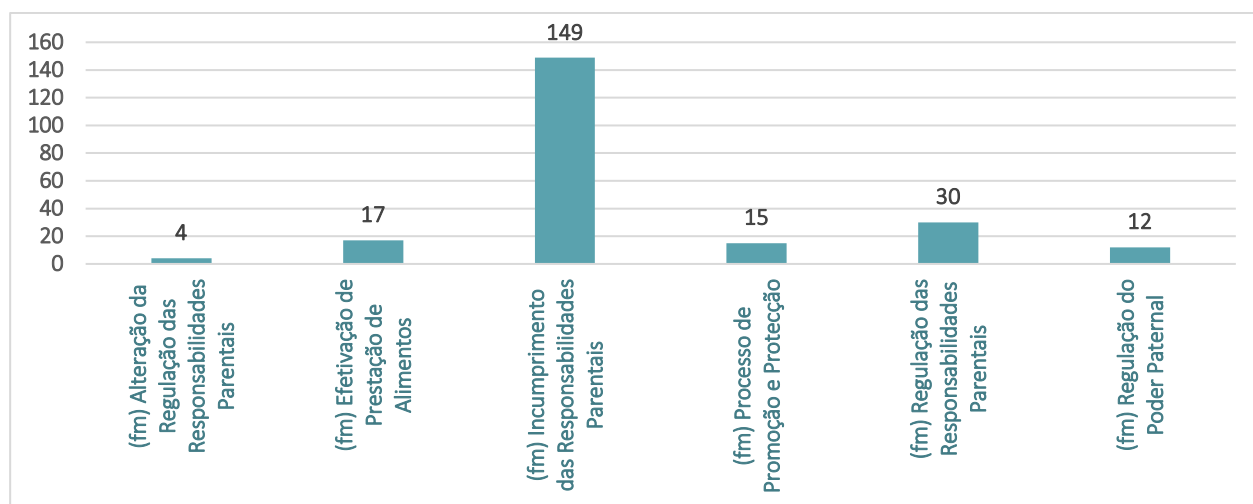
2.1.4 Jurisdição de Família e Menores

Na jurisdição de família e menores registavam-se 227 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Incumprimento das Responsabilidades Parentais” com 149 processos. Seguem-se “Regulação das Responsabilidades Parentais” com 30, “Efetivação de Prestação de Alimentos” com 17, “Processo de Promoção e Proteção” com 15 e “Regulação das Responsabilidades Parentais” com 12.

Por último, com muito pouca expressão “Alteração da Regulação das Responsabilidades Parentais” com 4 processos (figura 9).

Figura 9 - Processos pendentes por espécie na área de família e menores



2.1.5 Jurisdição de Comércio

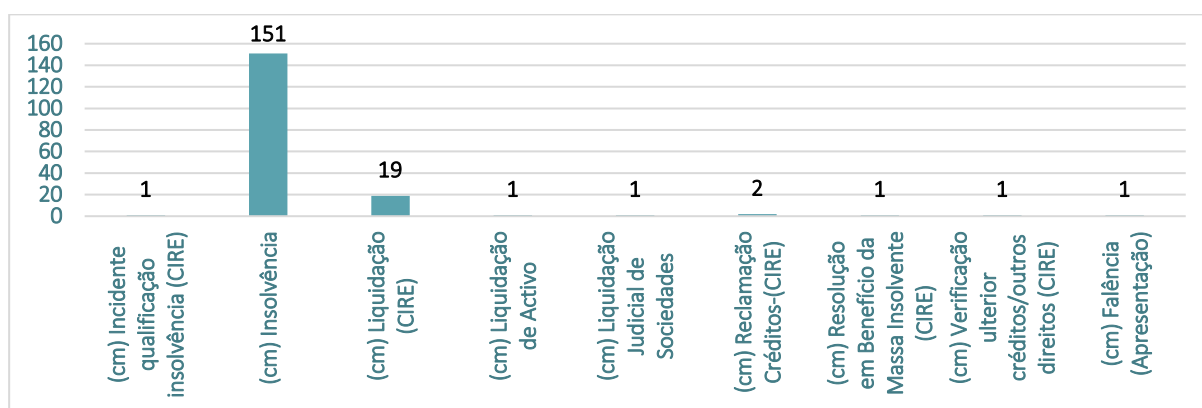
Na jurisdição de comércio registavam-se 178 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Insolvência” com 151 processos, dos quais 33 respeitam a pessoas coletivas, 16 por apresentação e 17 requeridas, e 118 a pessoas singulares, 89 por apresentação e 29 requeridas. Segue-se a espécie “Liquidação (CIRE)”, com 19 processos.

As restantes espécies apresentam expressão reduzida, com um ou dois processos. Em concreto, a espécie “Reclamação de Créditos (CIRE)” contabiliza 2 processos, enquanto

“Incidente de Qualificação da Insolvência (CIRE)”, “Liquidação de Ativo”, “Liquidação Judicial de Sociedades”, “Resolução em Benefício da Massa Insolvente (CIRE)” e “Verificação Ulterior de Créditos/Outros Direitos (CIRE)” registam um processo cada. (figura 10).

Figura 10 - Processos pendentes por espécie na área do comércio

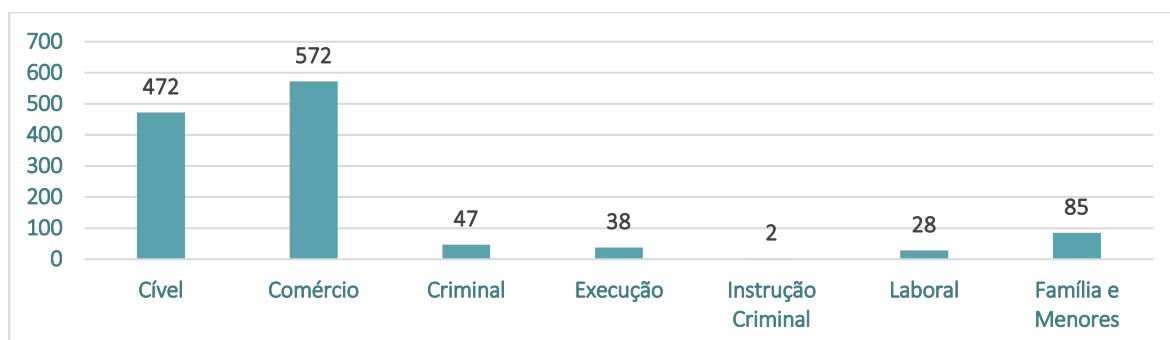


2.2 Comarca de Aveiro

Na Comarca de Aveiro existiam 1 244 processos pendentes há mais de quatro anos. A pendência global era de 15 473 processos, correspondendo aqueles a 8,04%.

A sua distribuição por áreas jurisdicionais era a seguinte: cível – 472; criminal – 47; instrução criminal – 2; laboral – 28; família e menores – 85; comércio – 572; e execução - 38 (figura 11).

Figura 11- Processos pendentes há mais de quatro anos na Comarca de Aveiro



2.2.1 Jurisdição Cível

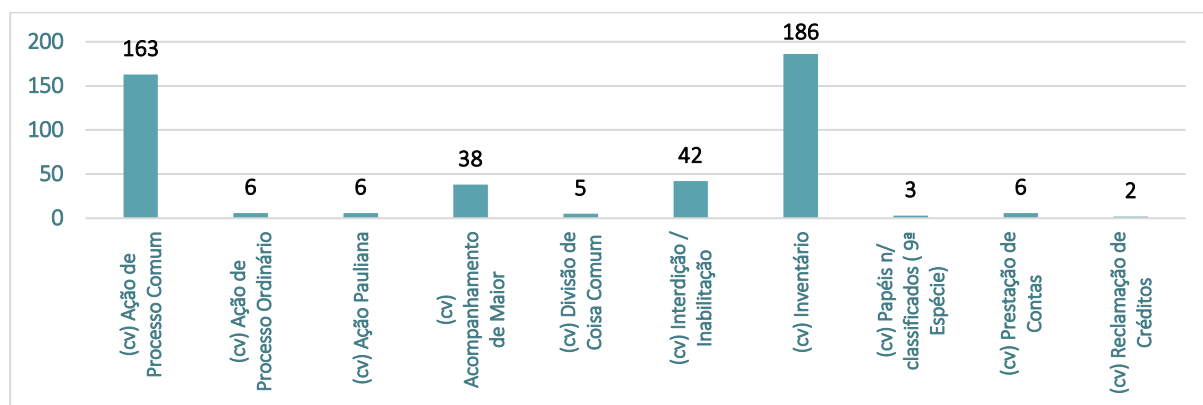
Na jurisdição cível registavam-se 472 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Inventário” e “Ação de Processo Comum”, com 186 e 163 processos, respetivamente. Seguem-se as espécies “Interdição/Inabilitação” com 42, “Acompanhamento de Maior” com 38, “Ação de Processo Ordinário”, “Ação Pauliana” e “Prestação de Contas” com 6 cada, “Ação de Divisão de Coisa Comum” com 5, “Papéis não classificados” com 3 e “Reclamação de Créditos” com 2 (**figura 12**).

Para além das espécies processuais anteriormente destacadas, foram ainda identificadas 15 outras espécies, cada uma com apenas um processo. Atenta a sua residual expressão estatística, estas espécies não foram representadas nos gráficos, por forma a salvaguardar a clareza e a legibilidade da informação visual apresentada.

Não obstante, procede-se à sua enumeração: “Ação de Honorários”, “Ação de Processo Comum Paternidade/Maternidade”, “Ação de Processo Sumário”, “Ação Especial de Cumprimento de Obrigações – DL n.º 269/98 (limite da alçada da 1.ª instância)”, “Ação Especial de Cumprimento de Obrigações – DL n.º 269/98 (superior à alçada da 1.ª instância)”, “Ação Popular”, “Autorização/Confirmação Judicial”, “Embargos de Terceiro”, “Expropriação”, “Herança Jacente”, “Liquidação”, “Oposição à Execução”, “Oposição à Penhora”, “Suprimento de Consentimento” e “Procedimento Cautelar”.

Figura 12 - Processos pendentes por espécie na área cível



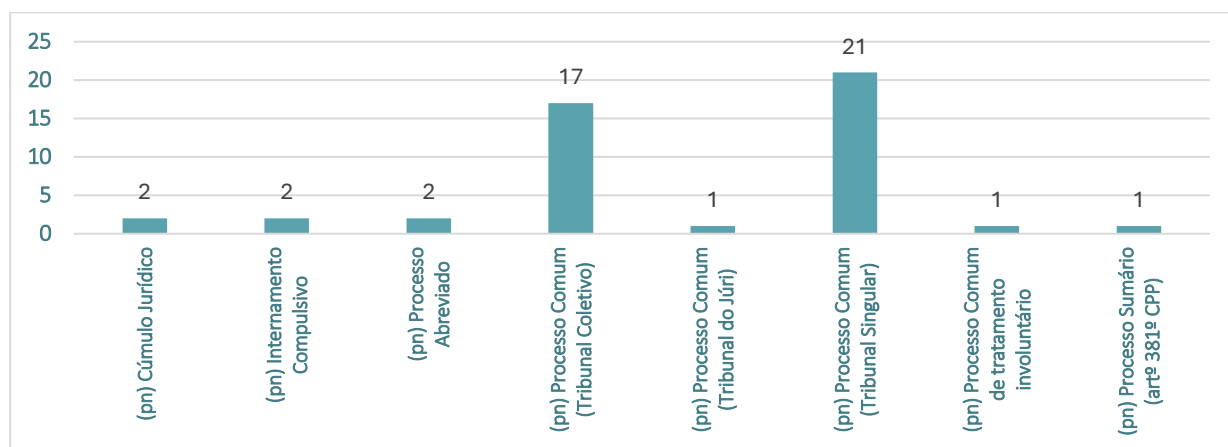
2.2.2 Jurisdição Criminal

Na jurisdição criminal registavam-se 47 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Processo Comum (Tribunal Singular)” e “Processo Comum (Tribunal Coletivo)” com 21 e 17 processos, respetivamente.

As restantes espécies apresentam expressão residual, contabilizando-se 2 processos em cada uma das espécies “Cúmulo Jurídico”, “Internamento Compulsivo” e “Processo Abreviado”, e 1 processo em cada uma das seguintes: “Processo Comum (Tribunal do Júri)”, “Processo Comum de Tratamento Involuntário” e “Processo Sumário (art.º 381.º do CPP)” (figura 13).

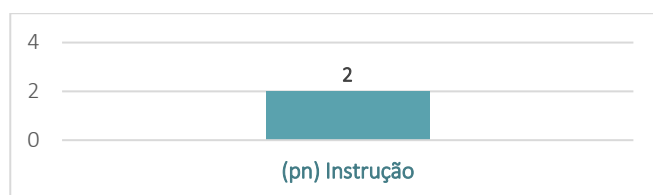
Figura 13 - Processos pendentes por espécie na área criminal



2.2.3 Jurisdição Instrução Criminal

Na jurisdição de instrução criminal registavam-se 2 processos pendentes há mais de quatro anos, ambos enquadrados na espécie “Instrução” (figura 14).

Figura 14 - Processos pendentes por espécie na área da instrução criminal



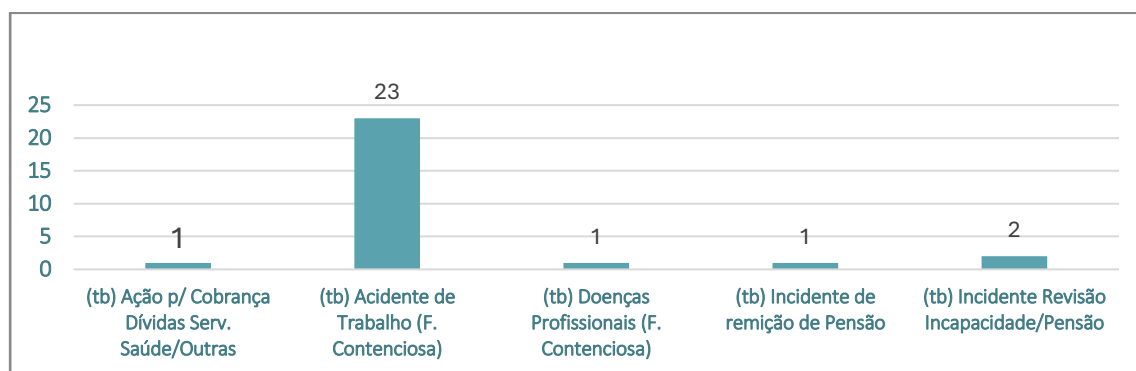
2.2.4 Jurisdição Laboral

Na jurisdição laboral registavam-se 28 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Acidente de Trabalho (Fase Contenciosa)” com 23 processos.

As restantes espécies apresentam expressão residual com 1 ou 2 processos, designadamente: “Incidente de Revisão de Incapacidade/Pensão” com 2 processos, e, com 1 processo cada, as espécies “Ação para Cobrança de Dívidas de Serviços de Saúde/Outras”, “Doenças Profissionais (Fase Contenciosa)” e “Incidente de Remição de Pensão” (**figura 15**).

Figura 15 - Processos pendentes por espécie na área laboral



2.2.5 Jurisdição de Família e Menores

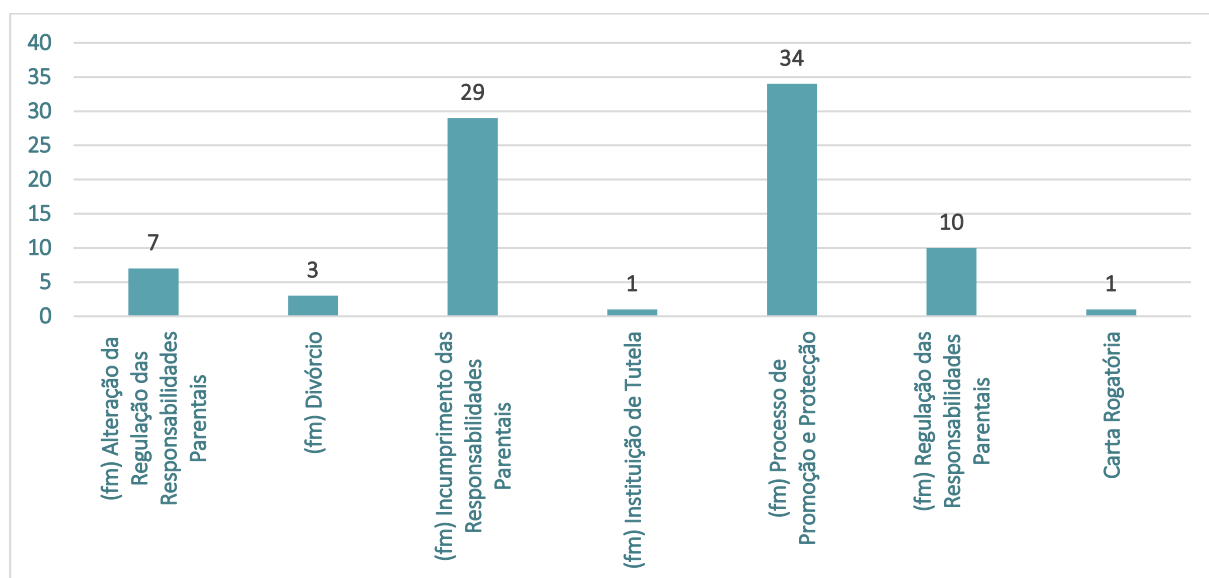
Na jurisdição de família e menores registavam-se 85 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Processo de Promoção e Proteção” com 34 processos, e “Incumprimento das Responsabilidades Parentais” com 29 processos.

Seguem-se os processos de “Regulação das Responsabilidades Parentais” com 10 processos e de “Alteração da Regulação das Responsabilidades Parentais” com 7. Com menor expressão surgem os processos de “Divórcio” com 3 processos.

Por último, com carácter residual, regista-se 1 processo em cada uma das espécies “Instituição de Tutela” e “Carta Rogatória” (**figura 16**).

Figura 16 - Processos pendentes por espécie na área da família e menores



2.2.6 Jurisdição de Comércio

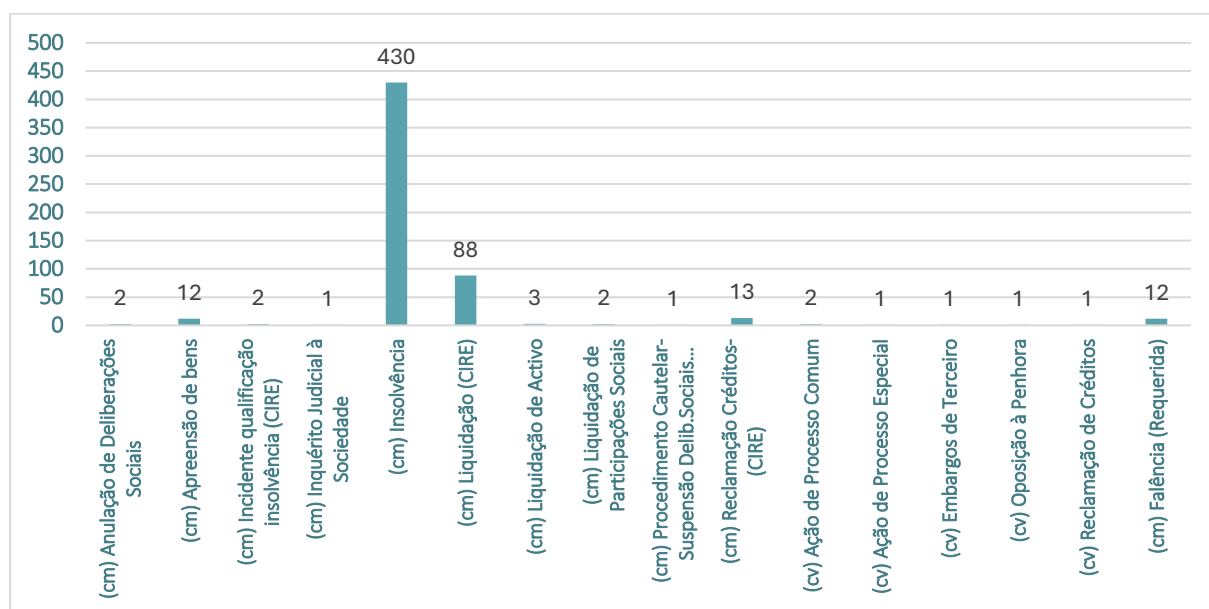
Na jurisdição de comércio registavam-se 572 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se os processos de “Insolvência” com 430 processos, dos quais 101 respeitam a pessoas coletivas (60 de apresentação e 41 requeridas) e 329 a pessoas singulares (288 de apresentação e 41 requeridas).

Também assumem relevância os processos de “Liquidação (CIRE)” com 88 processos, seguidos pelas espécies “Reclamação de Créditos (CIRE)” com 13 processos e “Apreensão de Bens” e “Falências (Requerida), ambas com 12 processos.

As demais espécies apresentam representatividade reduzida, variando entre 1 e 3 processos. Em detalhe: “Liquidação de Ativo” com 3 processos; “Anulação de Deliberações Sociais”, “Incidente de Qualificação de Insolvência (CIRE)”, “Liquidação de Participações Sociais” e “Ação de Processo Comum” com 2 processos cada; e, com 1 processo cada, “Inquérito Judicial à Sociedade”, “Procedimento Cautelar – Suspensão de Deliberações Sociais (CPC2013)”, “Ação de Processo Especial”, “Embargos de Terceiro”, “Oposição à Penhora” e “Reclamação de Créditos”. (figura 17).

Figura 17 - Processos pendentes por espécie na área do comércio



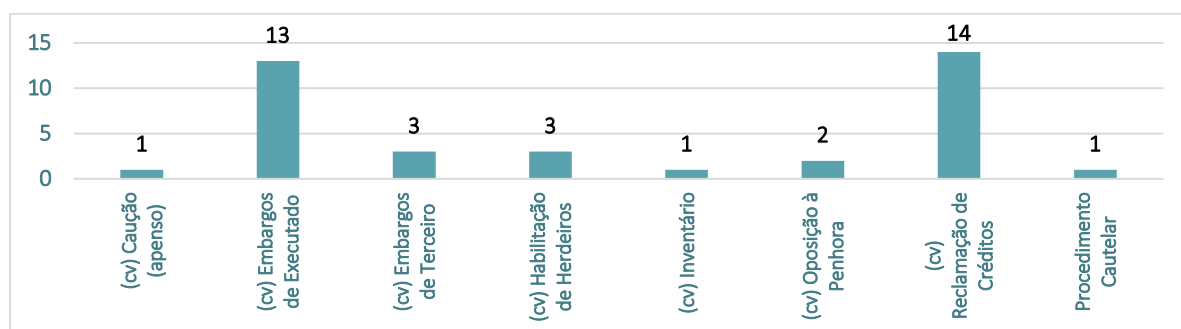
2.2.7 Jurisdição de Execução

Na jurisdição de execução registavam-se 38 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Reclamação de Créditos” e “Embargos de Executado” com 14 e 13 processos, respetivamente.

As restantes espécies apresentam expressão reduzida variando entre 1 e 3 processos. Especificamente, “Embargos de Terceiro” e “Habilitação de Herdeiros” contabilizam 3 processos cada, “Oposição à Penhora” apresenta 2 processos, enquanto as espécies “Caução (apenso)”, “Inventário” e “Procedimento Cautelar” registam 1 processo cada (figura 18).

Figura 18 - Processos pendentes por espécie na área da execução



NOTA: A respeito dos dados recolhidos, a Comarca de Aveiro remeteu as listagens com comentários indicando a situação atual dos processos indicados como pendentes há mais de quatro anos. Foi ainda informado que, nesses processos, foram proferidas 21 sentenças no segundo semestre de 2025, das quais 20 nos últimos três meses.

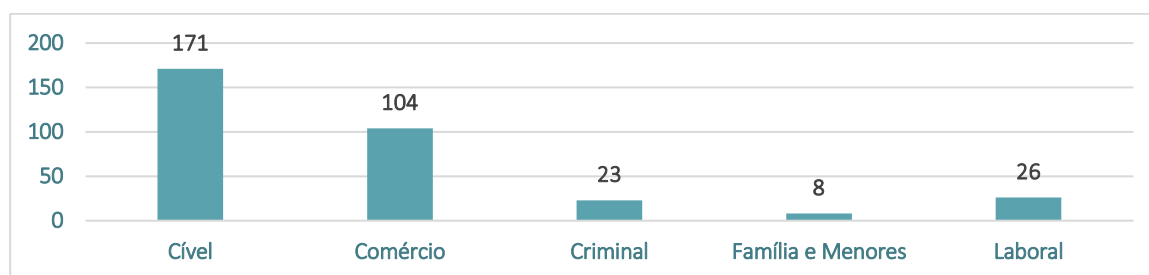
2.3 Comarca de Beja

Na Comarca de Beja existiam 332 processos pendentes há mais de quatro anos. A pendência global era de 2783 processos, correspondendo aqueles a 11,93%.

A distribuição por áreas jurisdicionais era a seguinte: cível - 171; comércio - 104; laboral - 26; criminal - 23; e família e menores – 8 (**figura 19**).

Não existiam processos nestas circunstâncias nas jurisdições de instrução criminal e de execução.

Figura 19 - Processos pendentes há mais de 4 anos na Comarca de Beja



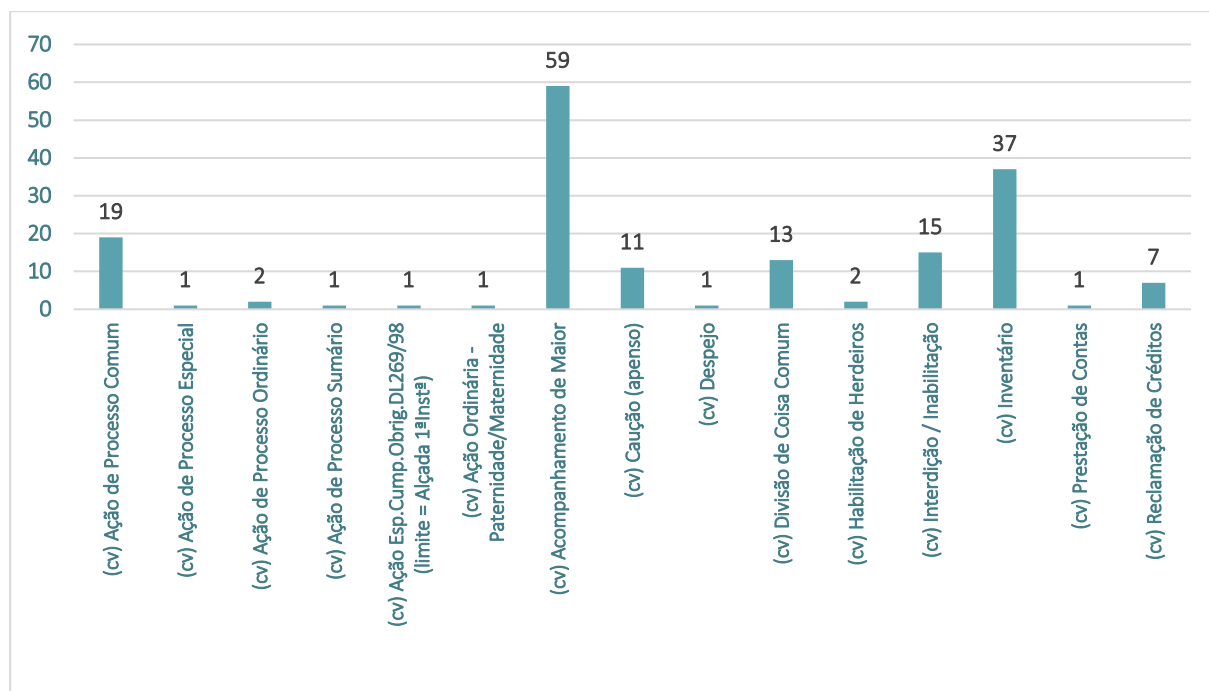
2.3.1 Jurisdição Cível

Na jurisdição cível registavam-se 171 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se os processos de “Acompanhamento de Maior”, com 59 processos, e de “Inventário” com 37 processos. Seguem-se as espécies “Ação de Processo Comum” com 19 processos, “Interdição/Inabilitação” com 15, “Divisão de Coisa Comum” com 13, “Caução (apenso)” com 11, e “Reclamação de Créditos” com 7.

As restantes espécies apresentam expressão residual com valores entre 1 e 2 processos, designadamente “Ação de Processo Ordinário” e “Habilitação de Herdeiros”, com 2 processos cada, e, com 1 processo, as espécies “Ação de Processo Especial”, “Ação de Processo Sumário”, “Ação Especial para Cumprimento de Obrigações Pecuniárias DL 269/98 (limite = alçada da 1.ª instância)”, “Ação Ordinária – Paternidade/Maternidade”, “Despejo” e “Prestação de Contas” (figura 20).

Figura 20 - Processos pendentes por espécie na área cível



2.3.2 Jurisdição Criminal

Na jurisdição criminal registavam-se 23 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Processo Comum (Tribunal Singular)” com 12 processos.

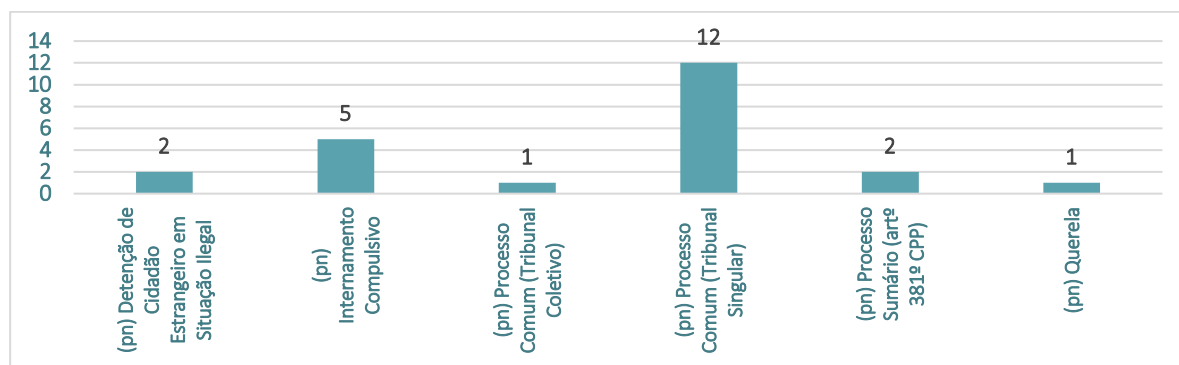
Segue-se a espécie “Internamento Compulsivo” com 5 processos.

As restantes espécies apresentam expressão residual com apenas 1 ou 2 processos.

Designadamente, “Detenção de Cidadão Estrangeiro em Situação Ilegal” e “Processo Sumário

(art.º 381.º do CPP)” registam 2 processos cada, enquanto as espécies “Processo Comum (Tribunal Coletivo)” e “Querela” contabilizam 1 processo cada (**figura 21**).

Figura 21 - Processos pendentes por espécie na área criminal



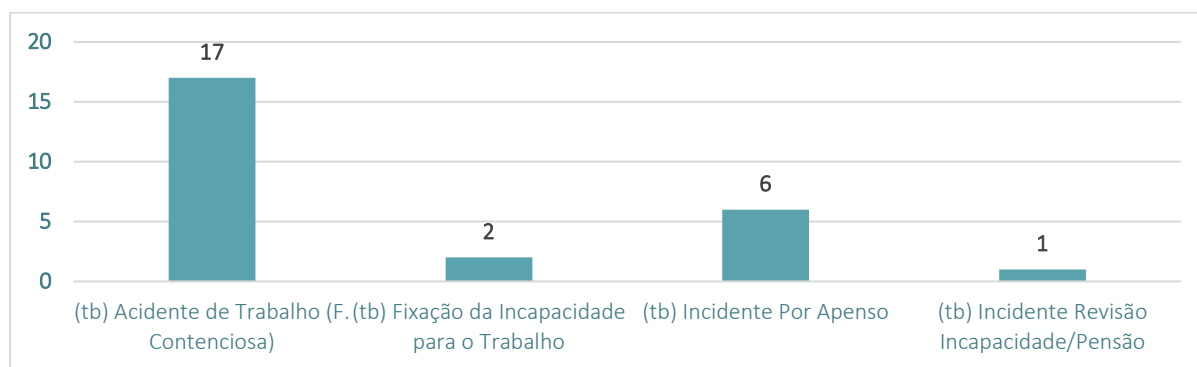
2.3.3 Jurisdição Laboral

Na jurisdição laboral registavam-se 26 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Acidente de Trabalho (F. Contenciosa/Requer.)” com 17 processos, seguida de “Incidentes por Apenso” com 6.

Com expressão residual, registavam-se ainda 2 processos de “Fixação da Incapacidade para o Trabalho” e 1 processo da espécie “Incidente de Revisão de Incapacidade/Pensão” (**figura 22**).

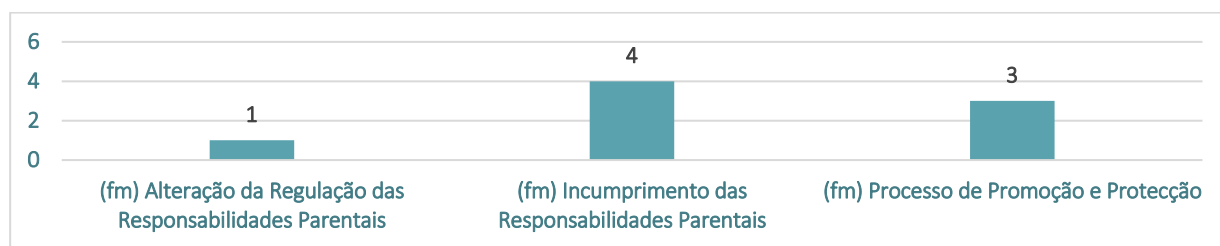
Figura 22 - Processos pendentes por espécie na área laboral



2.3.4 Jurisdição de Família e Menores

Na jurisdição de família e menores registavam-se 8 processos pendentes há mais de quatro anos, distribuídos pelas seguintes espécies: “Incumprimento das Responsabilidades Parentais”, com 4 processos; “Processo de Promoção e Proteção”, com 3 processos; e “Alteração da Regulação das Responsabilidades Parentais”, com 1 processo (**figura 23**).

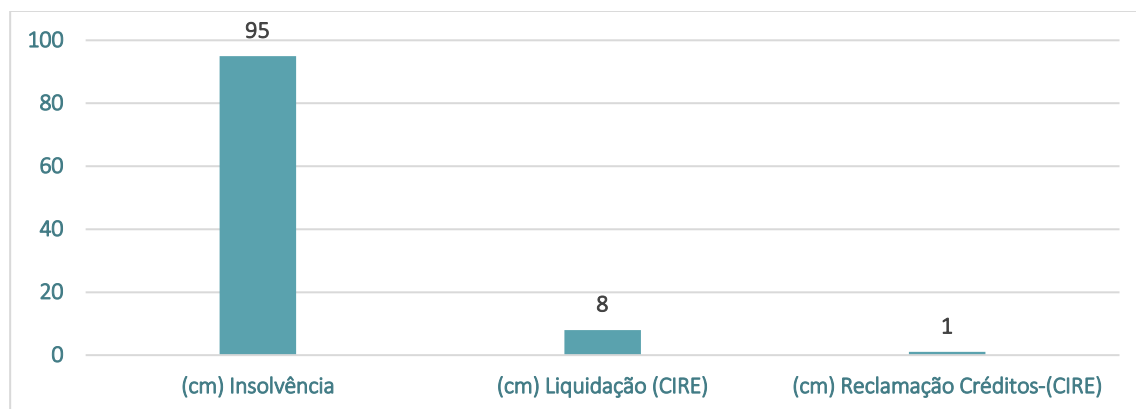
Figura 23 - Processos pendentes por espécie na área da família e menores



2.3.5 Jurisdição de Comércio

Na jurisdição de comércio registavam-se 104 processos pendentes há mais de quatro anos. Destacam-se os processos de “Insolvência” com 95 processos, dos quais 13 respeitam a pessoas coletivas (8 de apresentação e 5 requeridas) e 82 a pessoas singulares (66 de apresentação e 16 requeridas). Segue-se a espécie “Liquidação (CIRE)” com 8 processos. Por último, regista-se 1 processo da espécie “Reclamação de Créditos (CIRE)” (**figura 24**).

Figura 24 - Processos pendentes por espécie na área do comércio



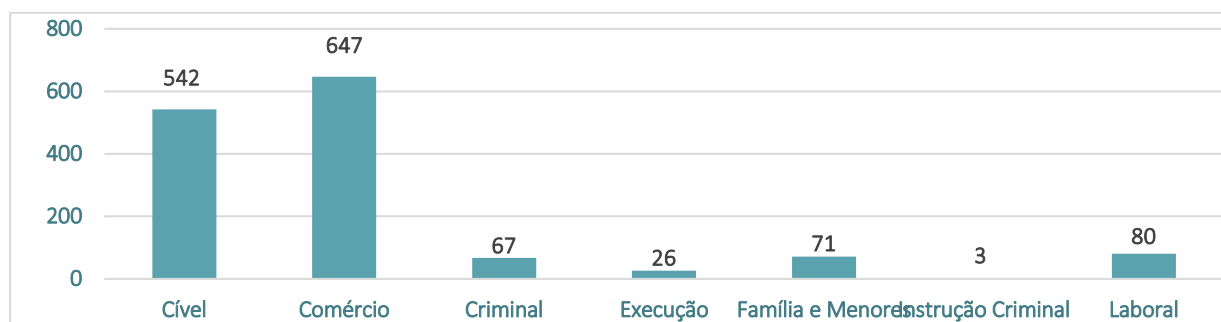
NOTA: A respeito dos dados recolhidos, a Comarca de Beja remeteu as listagens acompanhadas de comentários que indicam a situação atual dos processos identificados como pendentes há mais de quatro anos. São prestadas diversas informações relativamente a esses processos, salientando-se, em particular, as que se reportam às causas dos atrasos no respetivo desfecho, designadamente aquelas imputáveis a fatores externos ao Tribunal.

2.4 Comarca de Braga

Na Comarca de Braga existiam 1 436 processos pendentes há mais de quatro anos. A pendência global era de 21 060 processos, correspondendo aqueles a 6,82%.

A sua distribuição por áreas jurisdicionais era a seguinte: cível – 542, criminal – 67, instrução criminal – 3, laboral – 80, família e menores – 71, comércio – 647 e execução – 26 (**figura 25**).

Figura 25- Processos pendentes há mais de quatro anos na Comarca de Braga



2.4.1 Jurisdição Cível

Na jurisdição cível registavam-se 542 processos pendentes há mais de quatro anos.

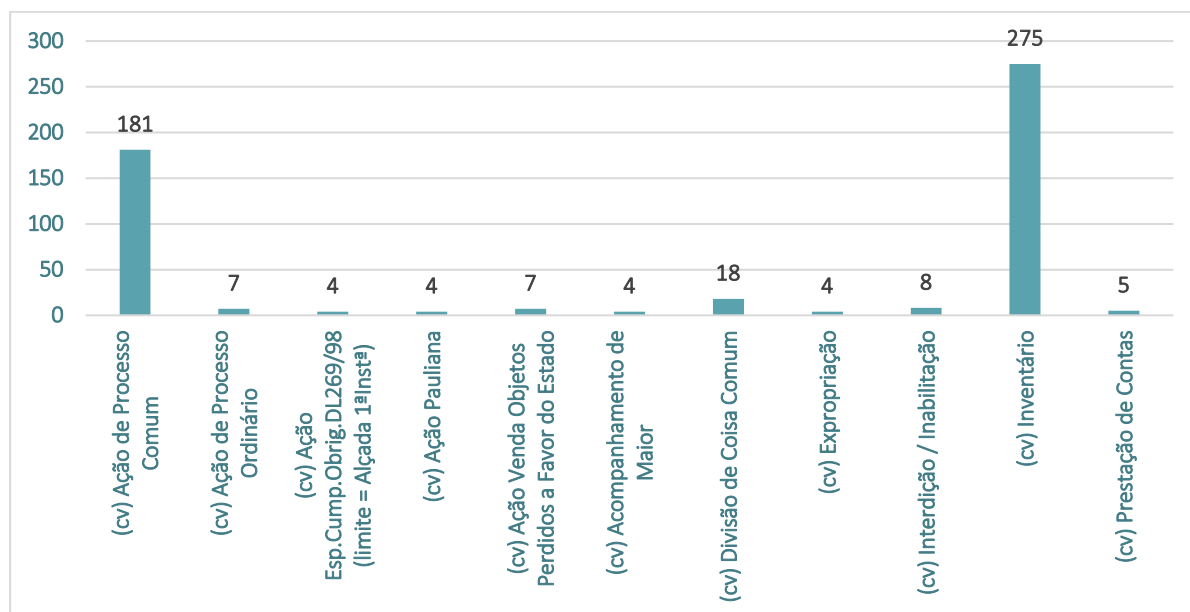
Destacam-se os processos de “Inventário” com 275 processos e de “Ação de Processo Comum” com 181.

Outras espécies, embora em menor número, apresentam alguma expressão, nomeadamente “Interdição/Inabilitação” com 42 processos e “Acompanhamento de Maior” com 38 processos. Para além das espécies acima mencionadas, identificaram-se ainda diversas outras de reduzida representatividade estatística: “Ação de Processo Ordinário”, “Ação Pauliana” e “Prestação de

Contas” com 6 processos cada, “Divisão de Coisa Comum” com 5, “Papéis não classificados (9ª Espécie)” com 3 e “Reclamação de Créditos” com 2.

Para além das espécies processuais já destacadas, identificaram-se 15 outras espécies, cada uma com 1 a 3 processos. Devido à sua reduzida expressão estatística, estas não foram representadas nos gráficos, de forma a garantir clareza e facilitar a leitura visual dos dados. Todavia, enumeram-se a seguir: com 3 processos: “Ação de Processo Comum Paternidade/Maternidade” e “Embargos de Executado”; com 2 processos: “Ação de Processo Sumário”, “Ação Especial para Cumprimento de Obrigações PecuniáriasDL 269/98 (superior alçada 1ª instância)”, “Ação Popular”, “Habilitação de Herdeiros”, “Incidente Liquidação”, “Notificação Judicial Avulsa” e “Oposição à Penhora”; com 1 processo cada: “Ação de Honorários”, “Ação de Processo Especial”, “Despejo”, “Oposição à Execução” e “Procedimento Cautelar” (figura 26).

Figura 26- Processos pendentes por espécie na área cível (Braga)



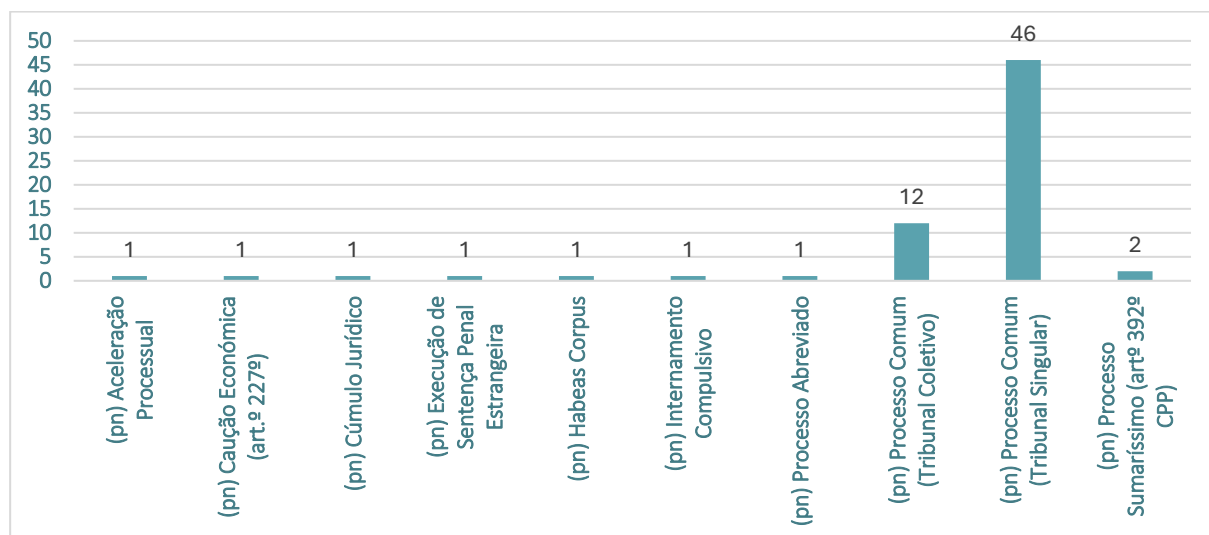
2.4.2 Jurisdição Criminal

Na jurisdição criminal registavam-se 67 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Processo Comum (Tribunal Singular)” com 46 processos, seguida de “Processo Comum (Tribunal Coletivo)” com 12.

As restantes espécies, com apenas 1 ou 2 processos, apresentam expressão residual: com 2 processos, “Processo Sumaríssimo (art.º 392.º CPP)”; com 1 processo cada, as espécies “Aceleração Processual”, “Caução Económica (art.º 227.º)”, “Cúmulo Jurídico”, “Execução de Sentença Penal Estrangeira”, “Habeas Corpus”, “Internamento Compulsivo” e “Processo Abreviado” (figura 27).

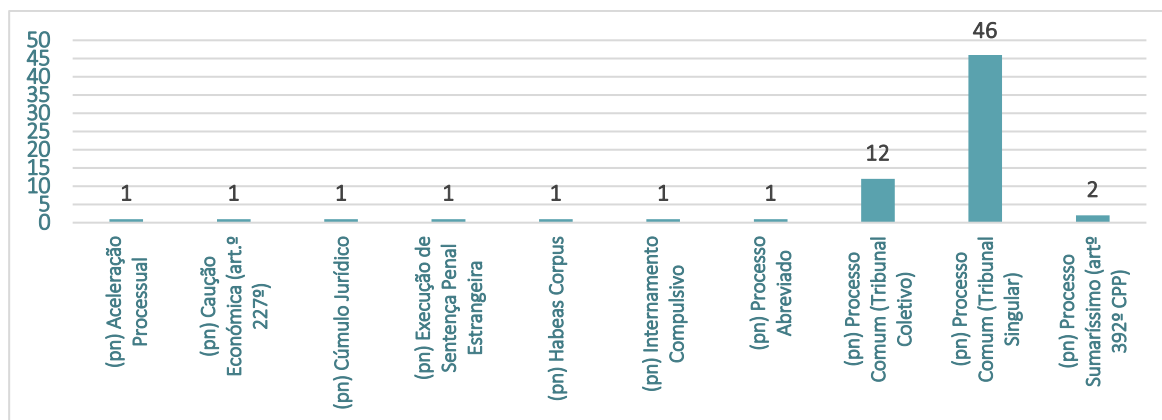
Figura 27 - Processos pendentes por espécie na área criminal (Braga)



2.4.3 Jurisdição Instrução Criminal

Na jurisdição de instrução criminal registavam-se 2 processos na espécie “Instrução” e 1 processo na espécie “Caução (art.º 197.º CPP)” pendentes há mais de quatro anos (figura 28).

Figura 28 - Processos pendentes por espécie na área criminal (Braga)



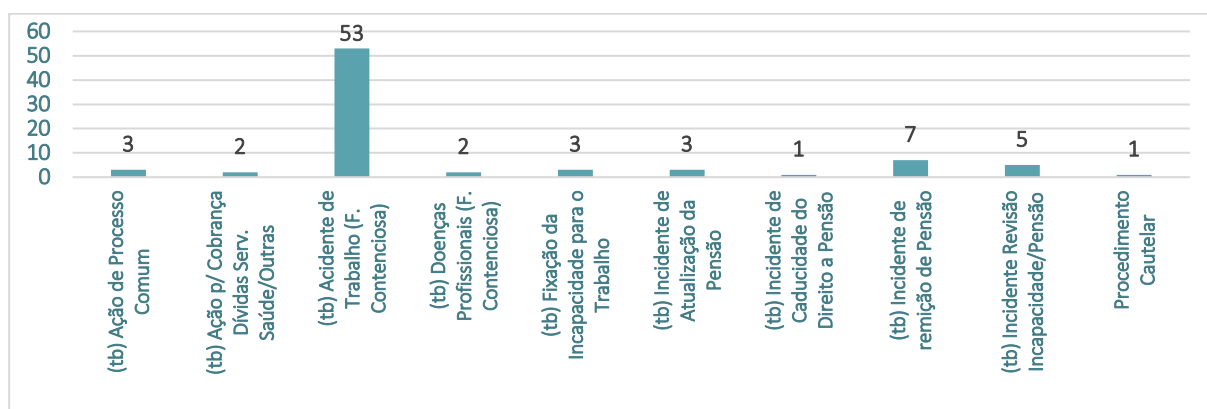
2.4.4 Jurisdição Laboral

Na jurisdição laboral registavam-se 80 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se os “Acidente de Trabalho (F. Contenciosa/Requer.)” com 53 processos.

Segue-se as espécies “Incidente de remição de Pensão” com 7 processos, “Incidente Revisão Incapacidade/Pensão” com 5 processos, e “Ação de Processo Comum”, “Fixação da Incapacidade para o Trabalho” e “Incidente de Atualização da Pensão”, com 3 processos cada. Com muito pouca expressão, existiam, “Doenças Profissionais (F. Contenciosa)” com 2 processos e as espécies “Incidente de Caducidade do Direito a Pensão” e “Procedimento Cautelar” com 1 cada (figura 29).

Figura 29 - Processos pendentes por espécie na área laboral



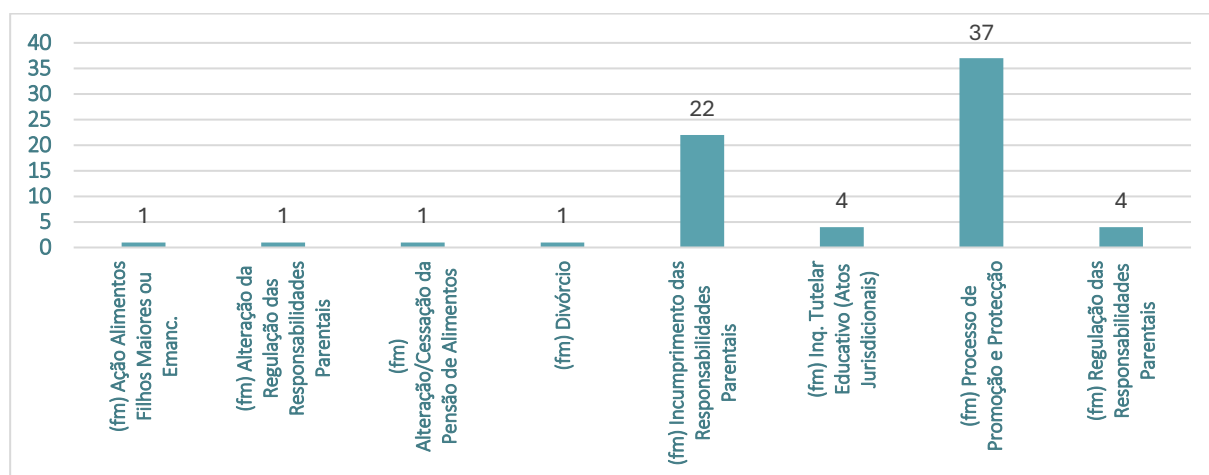
2.4.5 Jurisdição de Família e Menores

Na jurisdição de família e menores registavam-se 71 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Promoção e Proteção” com 37 processos e “Incumprimento das Responsabilidades Parentais” com 22 processos.

Com 4 processos cada, registam-se as espécies “Inquérito Tutelar Educativo (Atos Jurisdicionais)” e “Regulação das Responsabilidades Parentais”. Com expressão muito reduzida, existe 1 processo em cada uma das seguintes espécies: “Ação de Alimentos para Filhos Maiores ou Emancipados”, “Alteração da Regulação das Responsabilidades Parentais”, “Alteração/Cessação da Pensão de Alimentos” e “Divórcio” (figura 30).

Figura 30 - Processos pendentes por espécie na área da família e menores



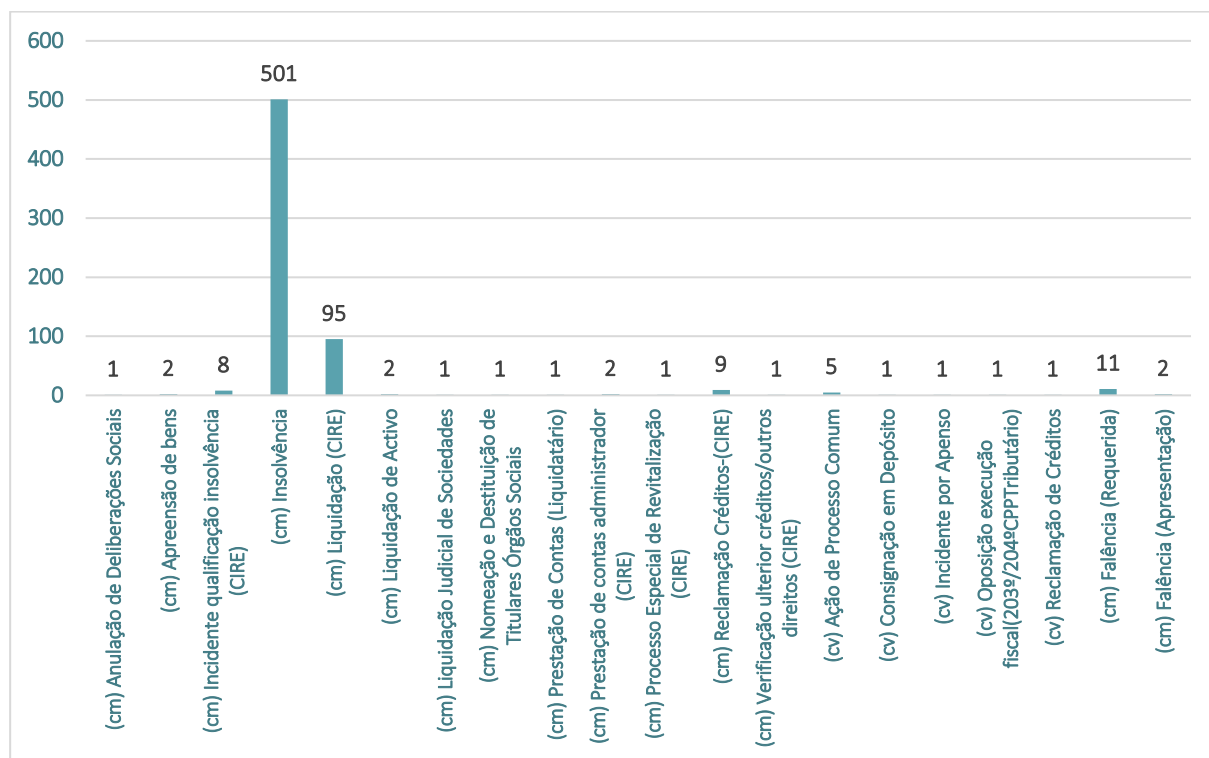
2.4.6 Jurisdição de Comércio

Na jurisdição de comércio registavam-se 647 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Insolvência” com 501 processos, dos quais 189 são de pessoa coletiva (61 de apresentação e 128 requeridas) e 312 de pessoa singular (216 de apresentação e 96 requeridas). Assumem também relevância os processos de “Liquidação (CIRE)” com 95 processos. Seguem-se as espécies “Falência (Requerida)”, “Reclamação de Créditos (CIRE)” e “Incidente Qualificação Insolvência (CIRE)” com 11, 9 e 8 processos, respetivamente. As

restantes espécies apresentam reduzida representatividade, variando entre 1 e 5 processos. Especificamente, “Ação de Processo Comum” conta com 5 processos; “Apreensão de Bens”, “Liquidação de Ativo” e “Prestação de Contas Administrador (CIRE)” e “Falência (Apresentação)” acumulam 2 processos cada; enquanto cada uma das seguintes categorias possui apenas 1 processo: “Anulação de Deliberações Sociais”, “Liquidação Judicial de Sociedades”, “Nomeação e Destituição de Titulares de Órgãos Sociais”, “Prestação de Contas (Liquidatário)”, “Processo Especial de Revitalização (CIRE)”, “Verificação Ulterior de Créditos/Outros Direitos (CIRE)”, “Consignação em Depósito”, “Incidente por Apenso”, “Oposição à Execução Fiscal (art.º 203º/204º CPP Tributário)” e “Reclamação de Créditos” (figura 31).

Figura 31- Processos pendentes por espécie na área do comércio



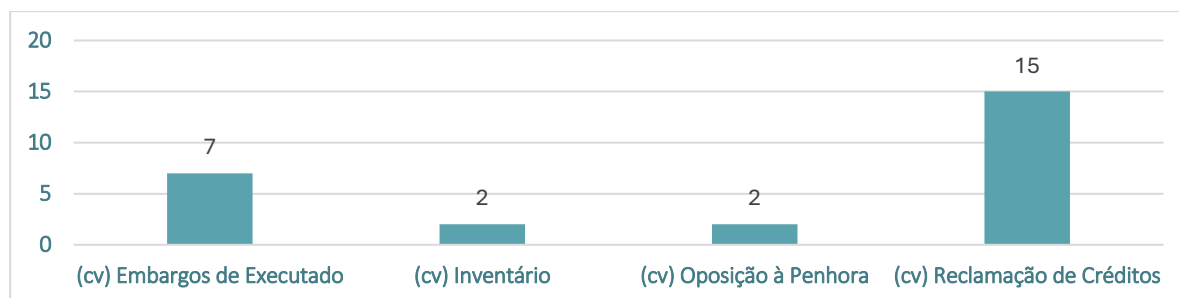
2.4.7 Jurisdição de Execução

Na jurisdição de execução registavam-se 26 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Reclamações de Créditos” com 15 processos, seguida de “Embargos de Executado” com 7.

Por último, com 2 processos cada, encontram-se as espécies “Inventário” e “Oposição à Penhora” (figura 32).

Figura 32 - Processos pendentes por espécie na área da execução



NOTA: A respeito dos dados recolhidos, a Comarca de Braga remeteu as listagens com comentários indicando a situação atual dos processos indicados como pendentes há mais de quatro anos. A respeito dos dados recolhidos, a Comarca de Aveiro remeteu as listagens acompanhadas de comentários que indicam a situação atual dos processos identificados como pendentes há mais de quatro anos. São prestadas diversas informações relativamente a esses processos, destacando-se, em particular, as que se referem às causas dos atrasos no respetivo desfecho, nomeadamente fatores externos ao Tribunal, bem como a insuficiência de recursos de secretaria, designadamente para a realização da conta.

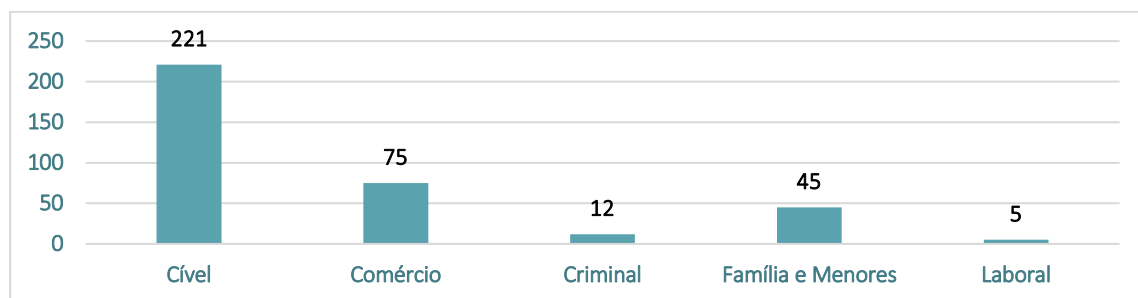
2.5 Comarca de Bragança

Na Comarca de Bragança existiam 358 processos pendentes há mais de quatro anos. A pendência global era de 3112 processos, correspondendo aqueles a 11,50%.

A sua distribuição por áreas jurisdicionais era a seguinte: cível – 221, criminal – 11, laboral – 5, família e menores – 45 e comércio – 75.

Não se registavam processos nessas condições nas jurisdições de instrução criminal e de execução (figura 33).

Figura 33 - Processos pendentes há mais de quatro anos na Comarca de Bragança



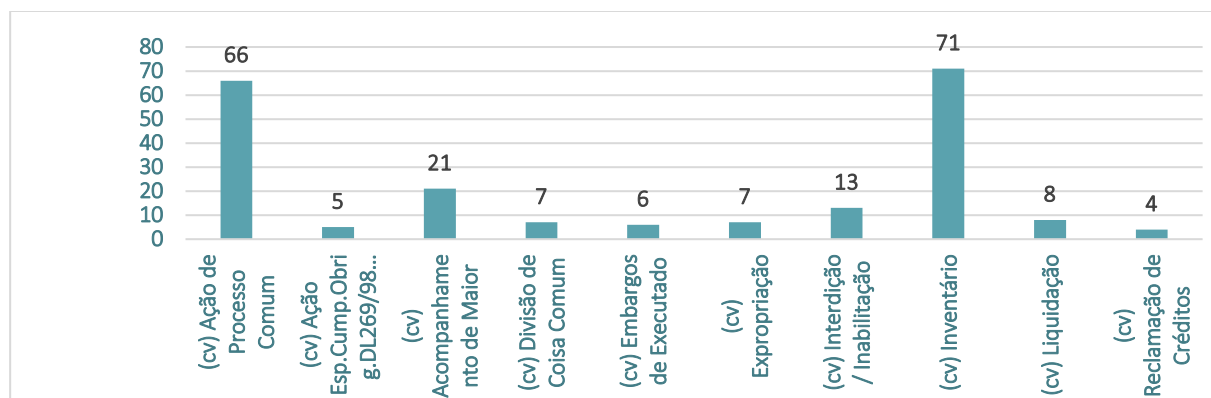
2.5.1 Jurisdição Cível

Na jurisdição cível registavam-se 221 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Inventário” e de “Ação de Processo Comum”, com 71 e 66 processos, respetivamente, seguindo-se “Acompanhamento de Maior” com 21 e “Interdição/Inabilitação”, com 13.

Nas restantes espécies, com menor expressão estatística, identificam-se a “Liquidação” com 8 processos, a “Divisão de Coisa Comum” e a “Expropriação” ambas com 7, os “Embargos de Executado” com 6, a “Ação Especial para Cumprimento de Obrigações Pecuniárias DL 269/98 (limite = alçada da 1.ª instância)” com 5 e a “Reclamação de Créditos” com 4 (figura 34).

Figura 34 - Processos pendentes por espécie na área cível

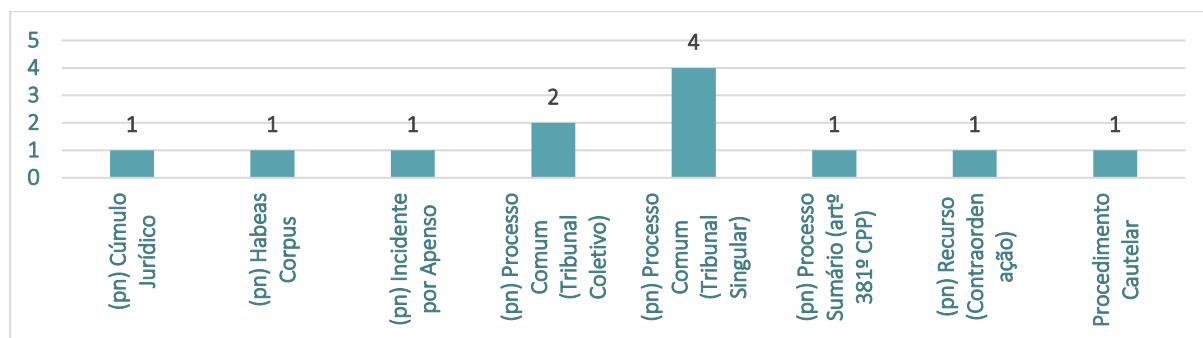


2.5.2 Jurisdição Criminal

Na jurisdição criminal registavam-se 12 processos pendentes há mais de quatro anos.

Distribuídos pelas seguintes espécies: “Processo Comum (Tribunal Singular)”, com 4 processos; “Processo Comum (Tribunal Coletivo)”, com 2 processos; e, com 1 processo cada, as espécies “Cúmulo Jurídico”, “Habeas Corpus”, “Incidente por Apenso”, “Processo Sumário (art.º 381.º do CPP)”, “Recurso (Contraordenação)” e “Procedimento Cautelar” (**figura 35**).

Figura 35 - Processos pendentes por espécie na área criminal



2.5.3 Jurisdição Laboral

Na jurisdição laboral os processos pendentes há mais de quatro anos apresentam carácter residual, limitando-se a 5 processos.

Destacam-se 3 processos de “Acidente de Trabalho (F. Contenciosa)” e 2 processos da espécie “Incidente de Remição de Pensão” (**figura 36**).

Figura 36 - Processos pendentes por espécie na área laboral



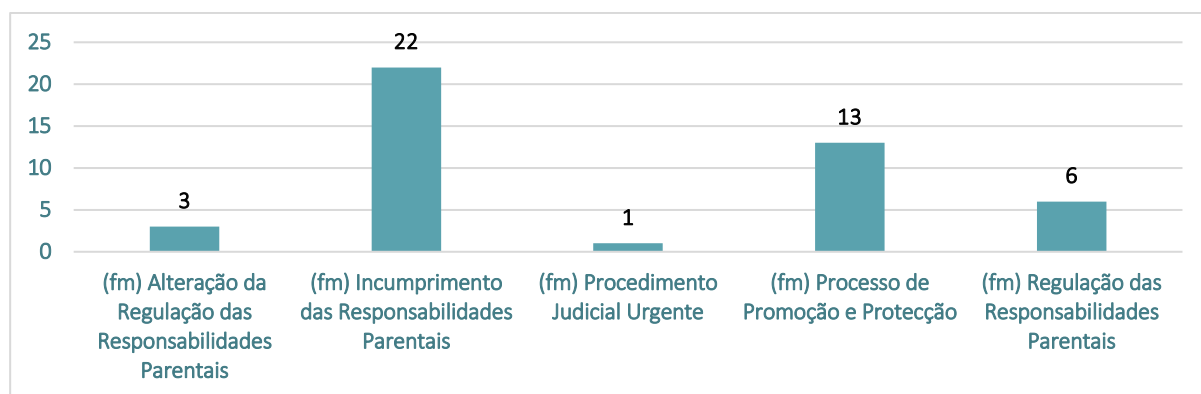
2.5.4 Jurisdição de Família e Menores

Na jurisdição de família e menores registavam-se 45 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Incumprimento das Responsabilidades Parentais” com 22 processos, seguindo-se “Processo de Promoção e Proteção” com 13 e “Regulação das Responsabilidades Parentais”, com 6.

As restantes espécies apresentam expressão residual, contabilizando-se 3 processos de “Alteração da Regulação das Responsabilidades Parentais” e 1 processo de “Procedimento Judicial Urgente” (figura 37).

Figura 37 - Processos pendentes por espécie na área da família e menores



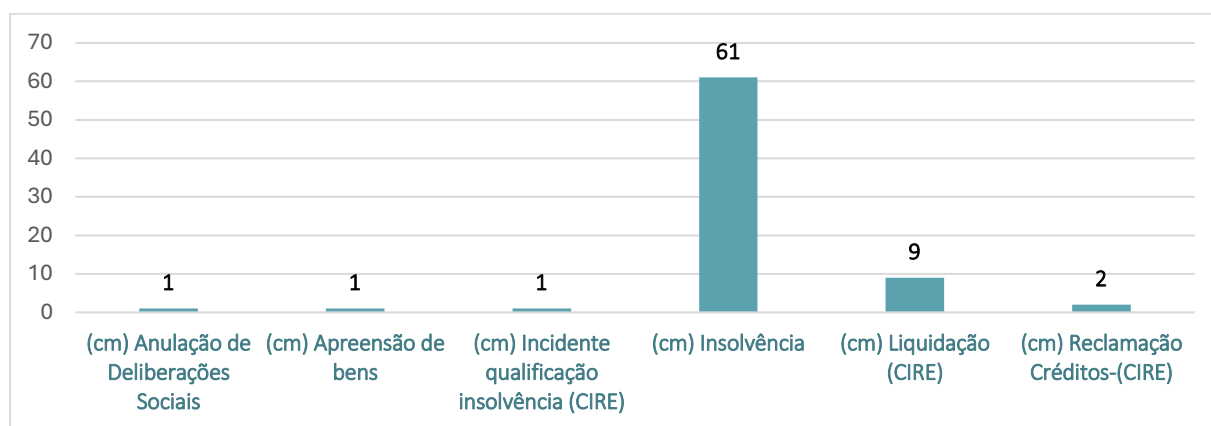
2.5.5 Jurisdição de Comércio

Na jurisdição de comércio registavam-se 75 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Insolvência” com 61 processos, dos quais 18 respeitam a pessoas coletivas (3 de apresentação e 15 requeridas) e 43 a pessoas singulares (35 de apresentação e 8 requerida). Segue-se a espécie “Liquidação (CIRE)” com 9 processos.

As restantes espécies apresentam expressão residual, contabilizando-se 2 processos de “Reclamação de Créditos (CIRE)” e 1 processo em cada uma das seguintes espécies: “Anulação de Deliberações Sociais”, “Apreensão de Bens” e “Incidente de Qualificação da Insolvência (CIRE)” (figura 38).

Figura 38 - Processos pendentes por espécie na área do comércio



NOTA: A respeito dos dados recolhidos, a Comarca de Bragança remeteu as listagens com comentários indicando a situação atual dos processos indicados como pendentes há mais de quatro anos. São prestadas diversas informações relativamente a esses processos, destacando-se, em particular, as que se referem às causas dos atrasos no desfecho, nomeadamente por agentes externos ao Tribunal, mas também por baixas prolongadas de magistrados ou influência da situação pandémica.

2.6 Comarca de Castelo Branco

Na Comarca de Castelo Branco existiam 263 processos pendentes há mais de quatro anos. A pendência global era de 3122 processos, correspondendo aqueles a 8,42%.

A sua distribuição por áreas jurisdicionais era a seguinte: cível – 124; comércio – 96; família e menores – 38; laboral - 4 processos; e criminal - 1 (**figura 39**).

Não se registavam processos nessas circunstâncias nas jurisdições de instrução criminal e de execução.

Figura 39 - Processos pendentes há mais de quatro anos na Comarca de Castelo Branco



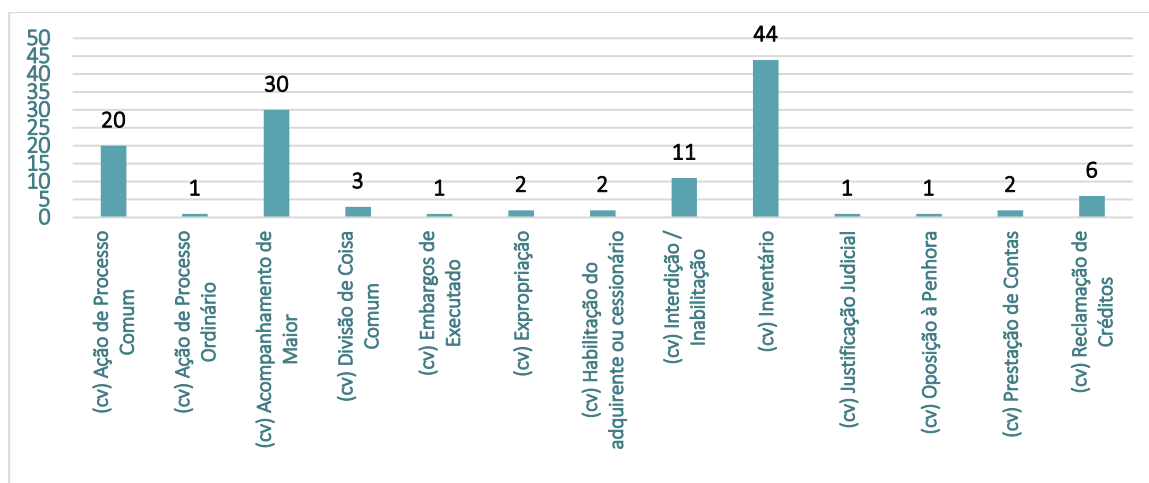
2.6.1 Jurisdição Cível

Na jurisdição cível registavam-se 124 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Inventário” e “Acompanhamento de Maior” com 44 e 30 processos, respetivamente. Seguem-se “Ação de Processo Comum” com 20 processos, “Interdição/Inabilitação” com 11 e “Reclamação de Créditos” com 6.

As restantes espécies, variando entre 3 e 1 processos, apresentam expressão residual, nomeadamente: “Divisão de Coisa Comum” com 3 processos, “Expropriação” e “Habilitação do adquirente ou cessionário” com 2 processos cada e, com 1 processo, as espécies “Ação de Processo Ordinário”, “Embargos de Executado”, “Justificação Judicial” e “Oposição à Penhora” (figura 40).

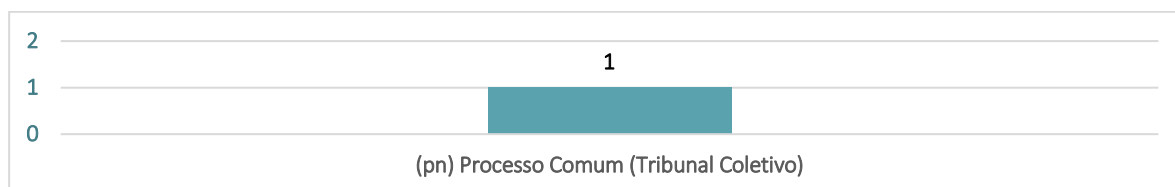
Figura 40 - Processos pendentes por espécie na área cível



2.6.2 Jurisdição Criminal

Na jurisdição criminal registava-se 1 processo pendente há mais de quatro anos, pertencente à espécie “Processo Comum (Tribunal Coletivo)” (**figura 41**).

Figura 41 - Processos pendentes por espécie na área criminal

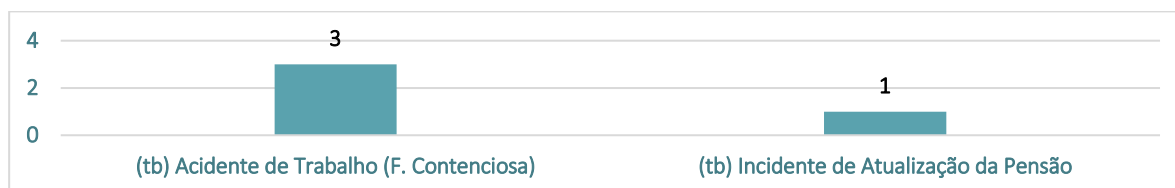


2.6.3 Jurisdição Laboral

Na jurisdição laboral registavam-se 4 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se 3 processos de “Acidente de Trabalho (F. Contenciosa)”. O restante processo é de “Incidente de Atualização da Pensão” (**figura 42**).

Figura 42 - Processos pendentes por espécie na área laboral



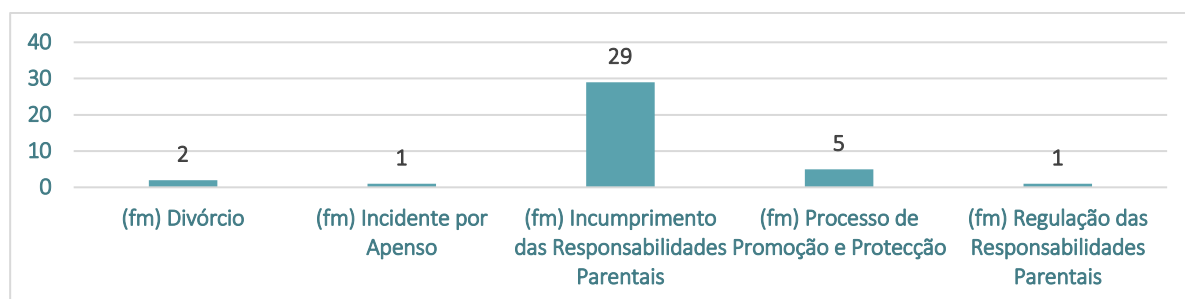
2.6.4 Jurisdição de Família e Menores

Na jurisdição de família e menores existiam 38 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Incumprimento das Responsabilidades Parentais” com 29 processos, seguida de “Processo de Promoção e Proteção” com 5 e de “Divórcio” com 2.

Com expressão muito residual, encontra-se ainda 1 processo na espécie “Regulação das Responsabilidades Parentais” (**figura 43**).

Figura 43 - Processos pendentes por espécie na área de família e menores



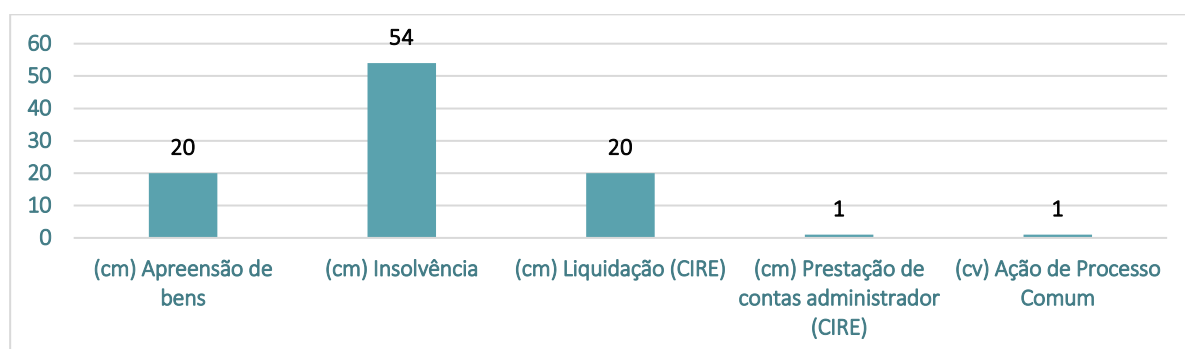
2.6.5 Jurisdição de Comércio

Na jurisdição de comércio existiam 96 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Insolvência” com 54 processos, dos quais 18 são de pessoa coletiva (14 de apresentação e 4 requeridas) e 36 de pessoa singular (27 de apresentação e 9 requeridas). Seguem-se as espécies “Apreensão de bens” e “Liquidação (CIRE)”, ambas com 20 processos.

As restantes espécies apresentam representatividade muito reduzida, contando apenas com 1 processo cada, designadamente “Prestação de contas administrador (CIRE)” e “Ação de Processo Comum” (figura 44).

Figura 44 - Processos pendentes por espécie na área do comércio



NOTA: A respeito dos dados recolhidos, a Comarca de Castelo Branco remeteu as listagens com comentários indicando a situação atual dos processos indicados como pendentes há mais de quatro anos. São prestadas diversas informações relativamente a esses processos.

Foi emitida pronúncia quanto aos critérios utilizados no estudo com as seguintes observações:

- os processos reabertos para decisão não podem ser considerados como pendentes sem decisão final desde a sua instauração;
- os apensos de reclamação, verificação e graduação de créditos, frequentemente abrangendo várias sentenças não devem ser considerados pendentes desde a instauração;
- nos processos de acompanhamento de maior, a reabertura para revisão legal ou extinção da instância, por óbito do acompanhado, impede a sua classificação como pendentes sem decisão final desde a instauração;
- os apensos de incumprimento das responsabilidades parentais, em que vão sendo proferidas decisões finais, também não devem constar como pendentes há mais de quatro anos.

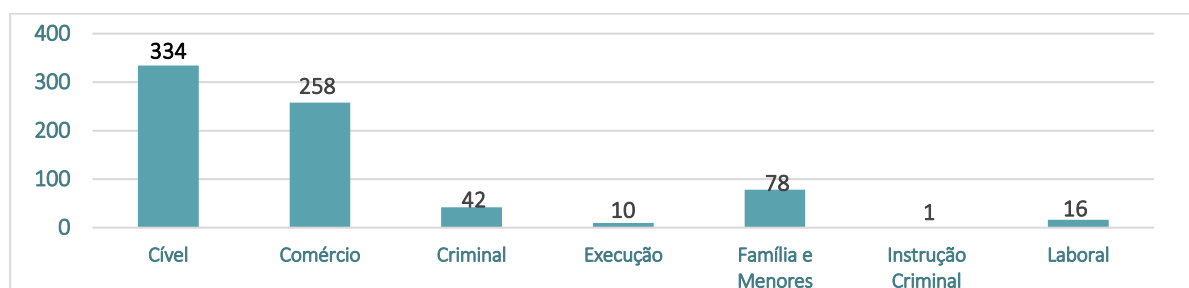
Por fim, assinala ser surpreendente que outros processos de jurisdição tutelar, designadamente os processos de promoção e proteção sujeitos a revisões frequentes, surgirem de forma marginal na lista, sendo estranho o padrão de incidências diferir do dos apensos de incumprimento.

2.7 Comarca de Coimbra

Na Comarca de Coimbra existiam 739 processos pendentes há mais de quatro anos. A pendência global era de 8 160 processos, correspondendo aqueles a 9,06%.

A sua distribuição por áreas jurisdicionais era a seguinte: cível – 334, criminal – 42, instrução criminal – 1, laboral – 16, família e menores – 78, comércio – 258 e execução – 10 (**figura 45**).

Figura 45 - Processos pendentes há mais de quatro anos na Comarca de Coimbra



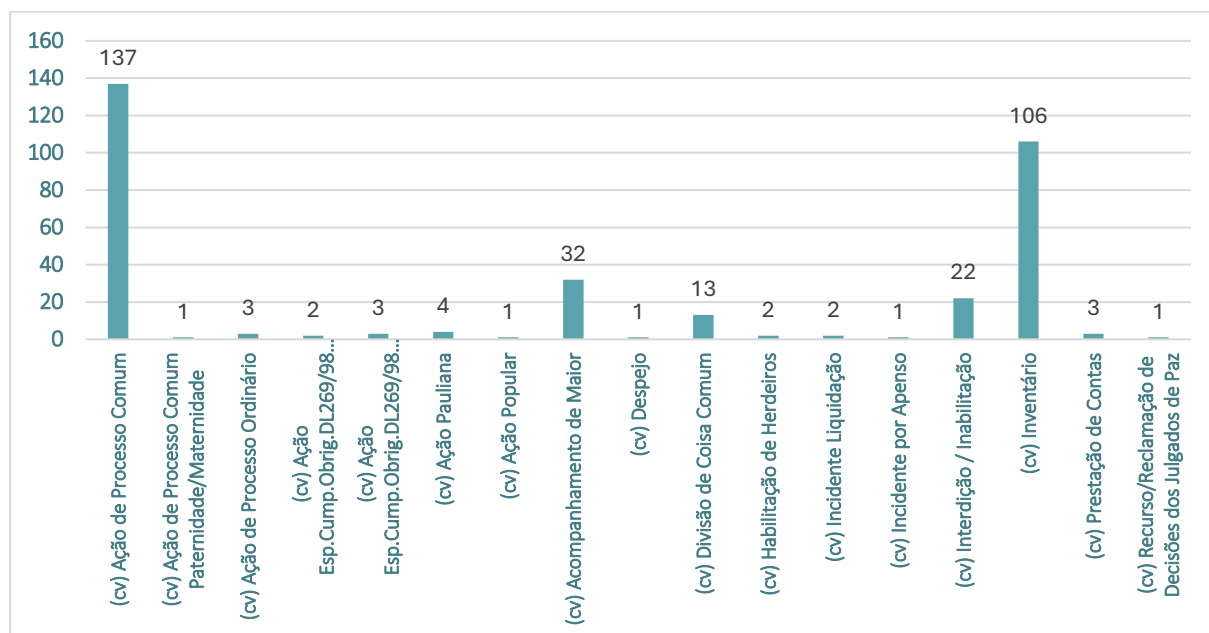
2.7.1 Jurisdição Cível

Na jurisdição cível registavam-se 334 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Ação de Processo Comum” e “Inventário” com 137 e 106 processos, respetivamente. Outras espécies, embora em menor número, apresentam alguma expressão: “Acompanhamento de Maior” com 32 processos, “Interdição / Inabilitação” com 22 processos e “Divisão de Coisa Comum” com 5 processos.

Para além das espécies acima mencionadas, foram identificadas diversas outras com representatividade estatística reduzida: “Ação Pauliana” com 4 processos; “Ação de Processo Ordinário”, “Ação Especial para Cumprimento de Obrigações PecuniáriasDL 269/98 (superior Alçada 1ª Instância)” e “Prestação de Contas”, todas com 3 processos; com 2 processos, as espécies “Ação Especial para Cumprimento de Obrigações PecuniáriasDL 269/98 (limite = Alçada 1ª Instância)”, “Habilitação de Herdeiros” e “Incidente Liquidação”; por último, com 1 processo cada, as espécies “Ação de Processo Comum Paternidade/Maternidade”, “Ação Popular”, “Despejo”, “Incidente por Apenso” e “Recurso/Reclamação de Decisões dos Julgados de Paz” (figura 46).

Figura 46 - Processos pendentes por espécie na área cível



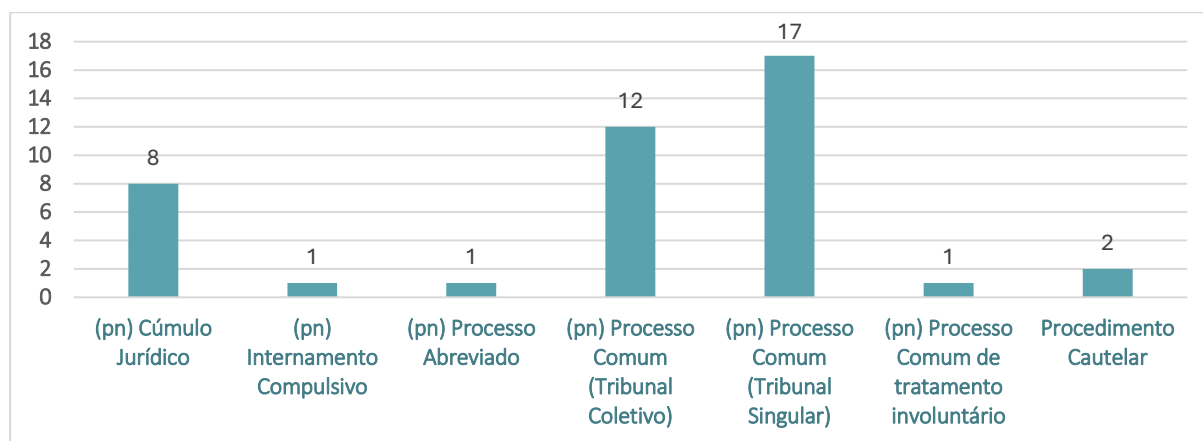
2.7.2 Jurisdição Criminal

Na jurisdição criminal registavam-se 23 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Processo Comum (Tribunal Singular)” com 17 processos.

Seguem-se as espécies “Processo Comum (Tribunal Coletivo)” e “Cúmulo Jurídico” com 12 e 8 processos, respetivamente. As restantes espécies apresentam expressão residual, sendo elas: “Procedimento Cautelar” com 2 processos e, com 1 processo cada, as espécies “Internamento Compulsivo”, “Processo Abreviado” e “Processo Comum de Tratamento Involuntário” (figura 47).

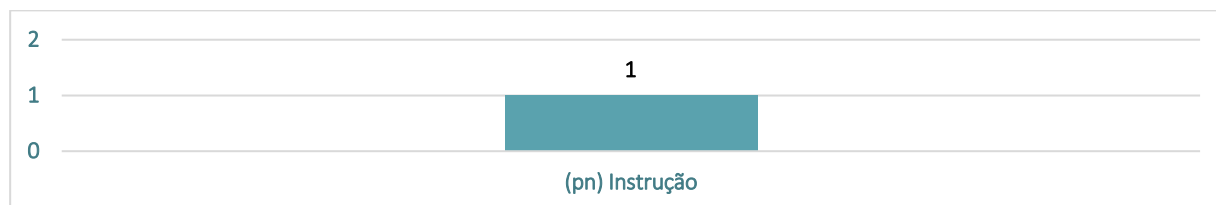
Figura 47 - Processos pendentes por espécie na área criminal



2.7.3 Jurisdição Instrução Criminal

Na jurisdição da instrução criminal registava-se 1 processo da espécie “Instrução” pendente há mais de quatro anos (figura 48).

Figura 48 - Processos pendentes por espécie na área da instrução criminal

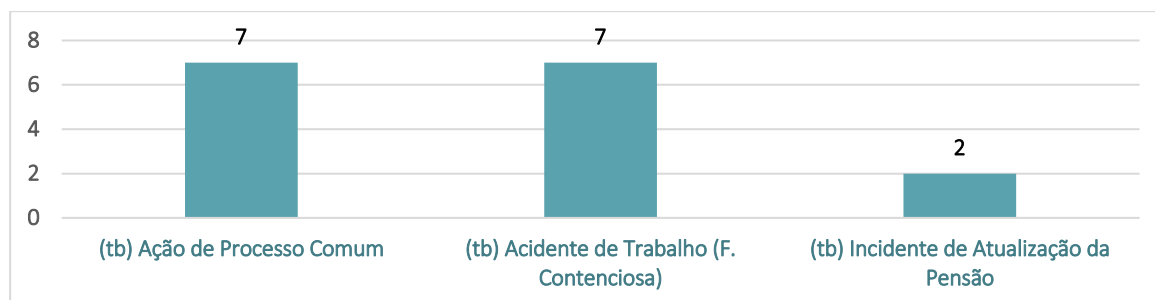


2.7.4 Jurisdição Laboral

Na jurisdição laboral as espécies de processos pendentes há mais de quatro anos são muito residuais, apenas três, num total de 16 processos.

Existem 7 processos de “Ação de Processo Comum” e de “Acidente de Trabalho (F. Contenciosa)” e 2 processos de “Incidente de Atualização da Pensão” (**figura 49**).

Figura 49 - Processos pendentes por espécie na área laboral



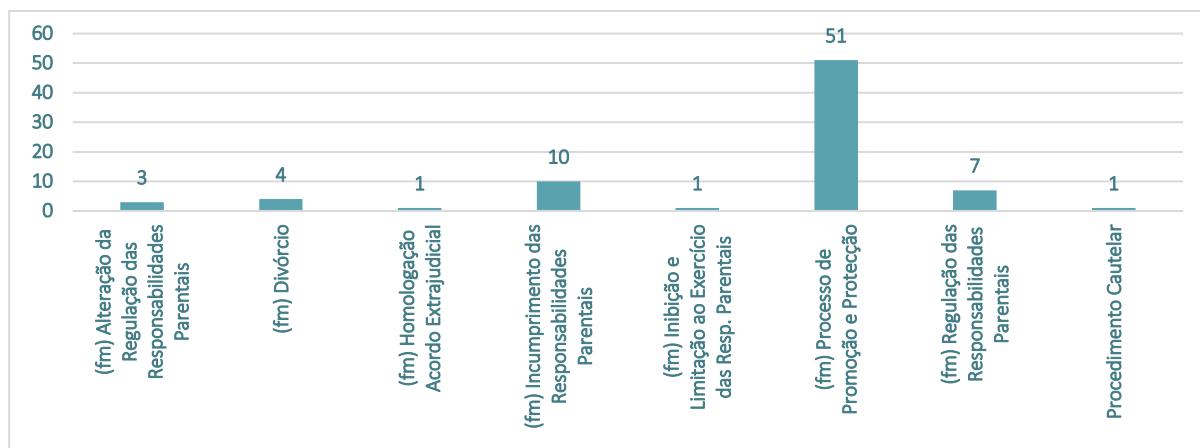
2.7.5 Jurisdição de Família e Menores

Na jurisdição de família e menores registavam-se 78 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Processo de Promoção e Proteção” com 51 processos. Seguem-se “Incumprimento das Responsabilidades Parentais” com 10 processos, “Regulação das Responsabilidades Parentais” com 7, “Divórcio” com 4 e “Alteração da Regulação das Responsabilidades Parentais” com 3 processos.

Com expressão muito reduzida, registam-se ainda 1 processo em cada uma das espécies “Homologação de Acordo Extrajudicial”, “Inibição e Limitação ao Exercício das Responsabilidades Parentais” e “Procedimento Cautelar” (**figura 50**).

Figura 50 - Processos pendentes por espécie na área da família e menores



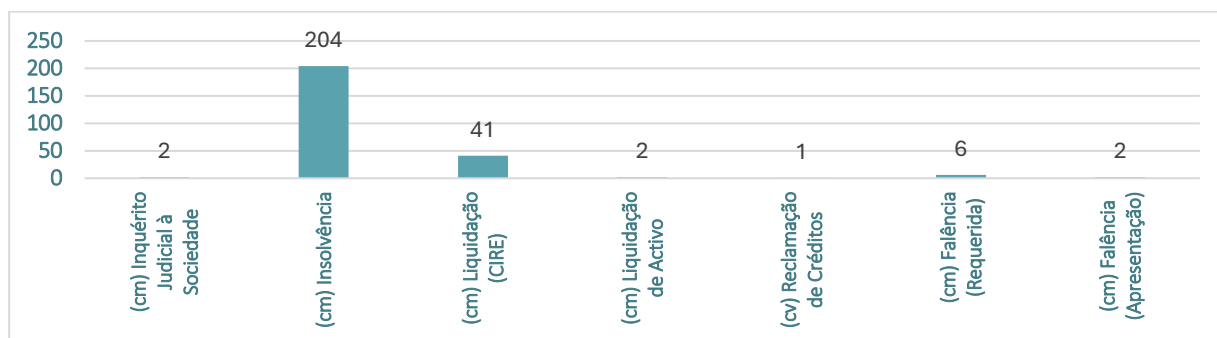
2.7.6 Jurisdição de Comércio

Na jurisdição de comércio registavam-se 258 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Insolvência” com 204 processos, dos quais 63 se referem a pessoas coletivas (23 de apresentação e 40 requeridas) e 141 a pessoas singulares (121 de apresentação e 20 requeridas). Seguem-se as espécies “Liquidação (CIRE)” com 41 processos e “Falência (Requerida)” com 6 processos.

As demais espécies apresentam expressão reduzida, totalizando 1 ou 2 processos: “Inquérito Judicial à Sociedade” e “Liquidação de Activo” e “Falência (Apresentação)” com 2 processos cada, e “Reclamação de Créditos” com apenas 1 processo (figura 51).

Figura 51 - Processos pendentes por espécie na área do comércio



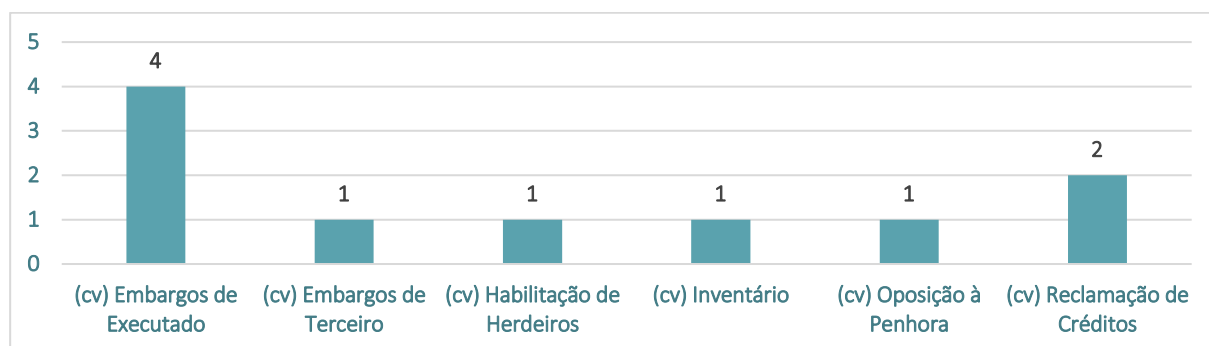
2.7.7 Jurisdição de Execução

Na jurisdição de execução existiam 10 processos pendentes há mais de quatro anos.

Embora todas as espécies apresentem expressão muito reduzida, destaca-se “Embargos de Executado” com 4 processos.

As restantes espécies variam entre 1 e 2 processos: “Reclamação de Créditos” com 2 processos e, com 1 processo cada, as espécies “Embargos de Terceiro”, “Habilitação de Herdeiros”, “Inventário” e “Oposição à Penhora” (figura 52).

Figura 52 - Processos pendentes por espécie na área de execução



NOTA: A respeito dos dados recolhidos, a Comarca de Coimbra remeteu as listagens com comentários indicando a situação atual dos processos indicados como pendentes há mais de quatro anos. São prestadas diversas informações relativamente a esses processos, destacando-se, em particular, as que se referem às causas dos atrasos no desfecho, algumas por agentes externos ao Tribunal, muitas para venda de bens. Faz referência a diversos processos que aguardam ato do magistrado já fora de prazo e a uma situação em que a pendência se deve a o ato do Tribunal que foi praticado ter sido deixado em versão de trabalho por lapso.

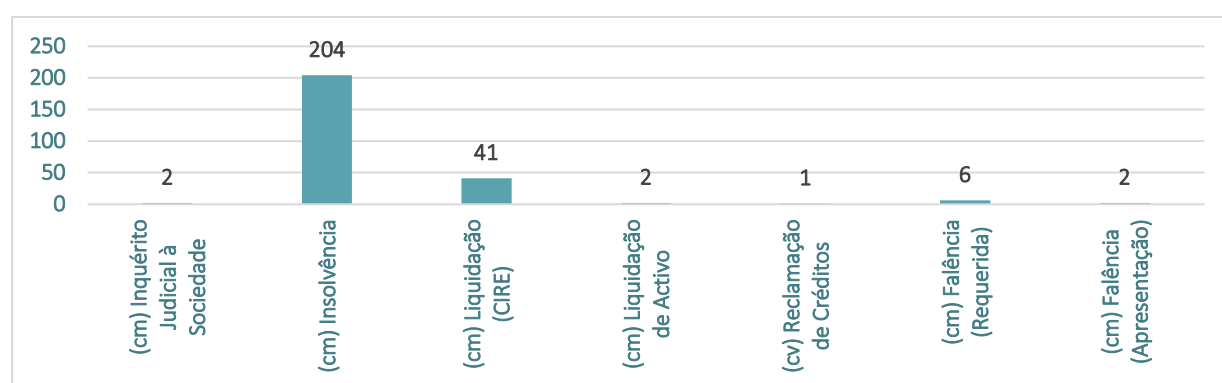
2.8 Comarca de Évora

Na Comarca de Évora existiam 268 processos pendentes há mais de quatro anos. A pendência global era de 2 835 processos, correspondendo aqueles a 9,45%.

A sua distribuição por áreas jurisdicionais era a seguinte: cível – 71, criminal – 20, laboral – 3, família e menores – 27, comércio – 136 e execução – 11 (**figura 53**).

Não se registavam processos pendentes há mais de quatro anos na jurisdição de instrução criminal.

Figura 53 - Processos pendentes há mais de quatro anos na Comarca de Évora



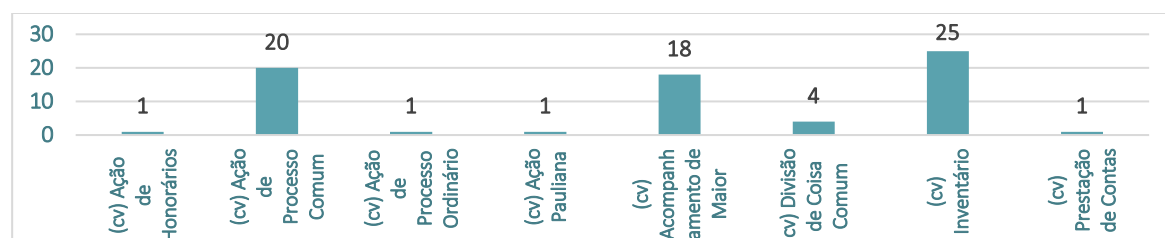
2.8.1 Jurisdição Cível

Na jurisdição cível registavam-se 71 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Inventário” com 25, “Ação de Processo Comum” com 20 e “Acompanhamento de Maior” com 18 processos. Seguem-se os de “Divisão de Coisa Comum” com 4 processos.

As restantes espécies apresentam expressão residual, com 1 processo cada, nomeadamente “Ação de Honorários”, “Ação de Processo Ordinário”, “Ação Pauliana” e “Prestação de Contas” (**figura 54**).

Figura 54 - Processos pendentes por espécie na área cível



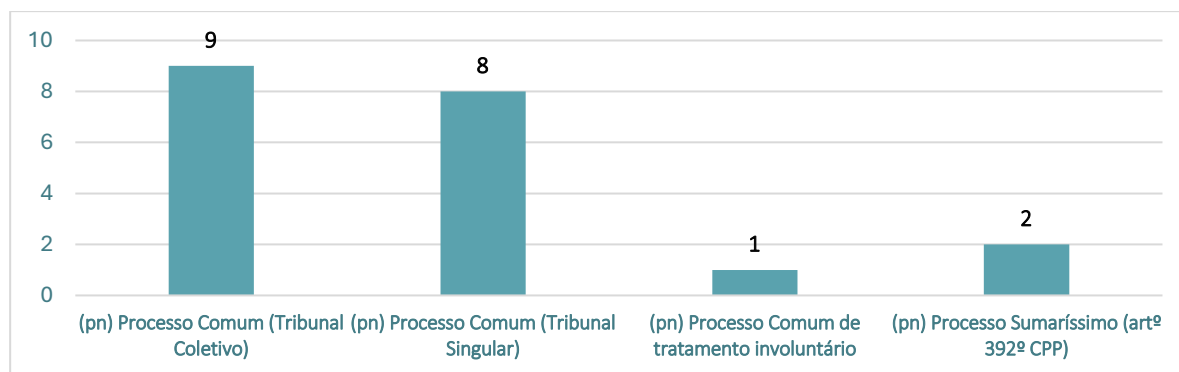
2.8.2 Jurisdição Criminal

Na jurisdição criminal registavam-se 20 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Processo Comum (Tribunal Coletivo)” com 9 processos e “Processo Comum (Tribunal Singular)” com 8.

As restantes espécies apresentam expressão residual: “Processo Sumaríssimo (art.º 392º CPP)” com 2 processos e “Processo Comum de tratamento involuntário” com 1 processo (figura 55).

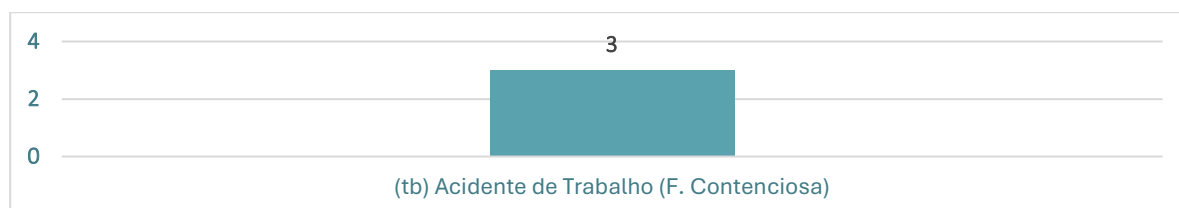
Figura 55 - Processos pendentes por espécie na área criminal



2.8.3 Jurisdição Laboral

Na jurisdição laboral registavam-se 3 processos pendentes há mais de quatro anos na espécie “Acidente de Trabalho (F. Contenciosa)” (figura 56).

Figura 56 - Processos pendentes por espécie na área laboral



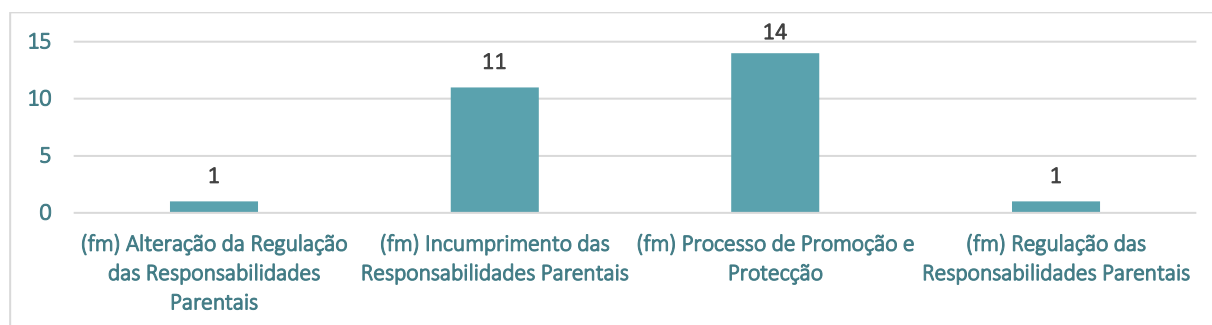
2.8.4 Jurisdição de Família e Menores

Na jurisdição de família e menores registavam-se 27 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Processo de Promoção e Proteção” e “Incumprimento das Responsabilidades Parentais” com 14 e 11 processos, respetivamente.

As demais espécies, com expressão muito residual, incluem “Alteração da Regulação das Responsabilidades Parentais” e “Regulação das Responsabilidades Parentais” com 1 processo cada (figura 57).

Figura 57 - Processos pendentes por espécie na área da família e menores



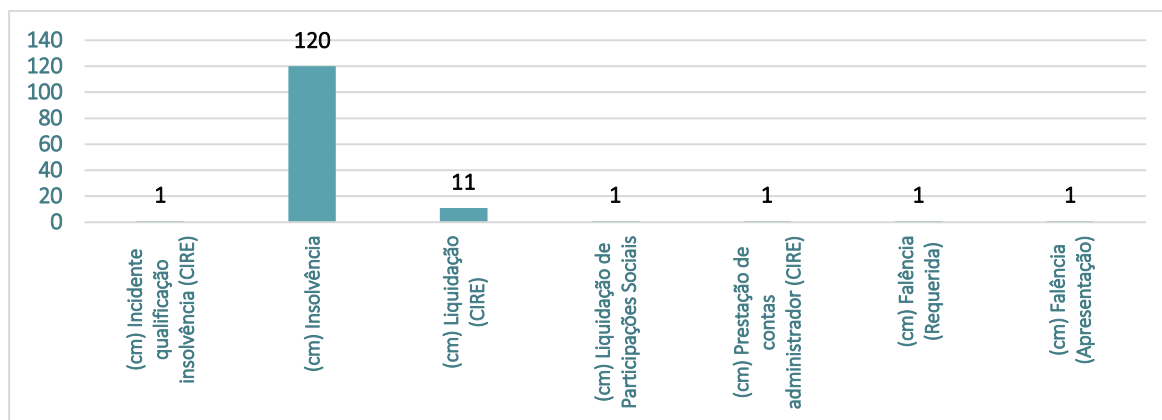
2.8.5 Jurisdição de Comércio

Na jurisdição de comércio registavam-se 136 pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se os processos de “Insolvência” com 120 processos, dos quais 28 são de pessoa coletiva (9 de apresentação e 19 requeridas) e 92 de pessoa singular (86 de apresentação e 6 requeridas). Segue-se a espécie “Liquidação (CIRE)” com 11 processos.

As demais espécies apresentam expressão muito residual, contabilizando apenas 1 processo cada, designadamente “Incidente qualificação insolvência (CIRE)”, “Liquidação de Participações Sociais” e “Prestação de contas administrador (CIRE)” (figura 58).

Figura 58 - Processos pendentes por espécie na área do comércio



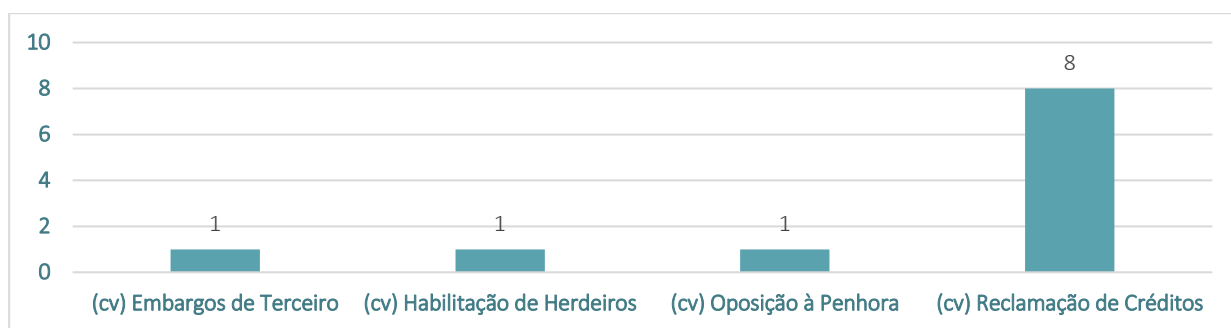
2.8.6 Jurisdição de Execução

Na jurisdição de execução registavam-se 11 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Reclamação de Créditos” com 8 processos.

As restantes espécies apresentam expressão muito residual, com 1 processo cada: “Embargos de Terceiro”, “Habilitação de Herdeiros” e “Oposição à Penhora” (figura 59).

Figura 59 - Processos pendentes por espécie na área da execução



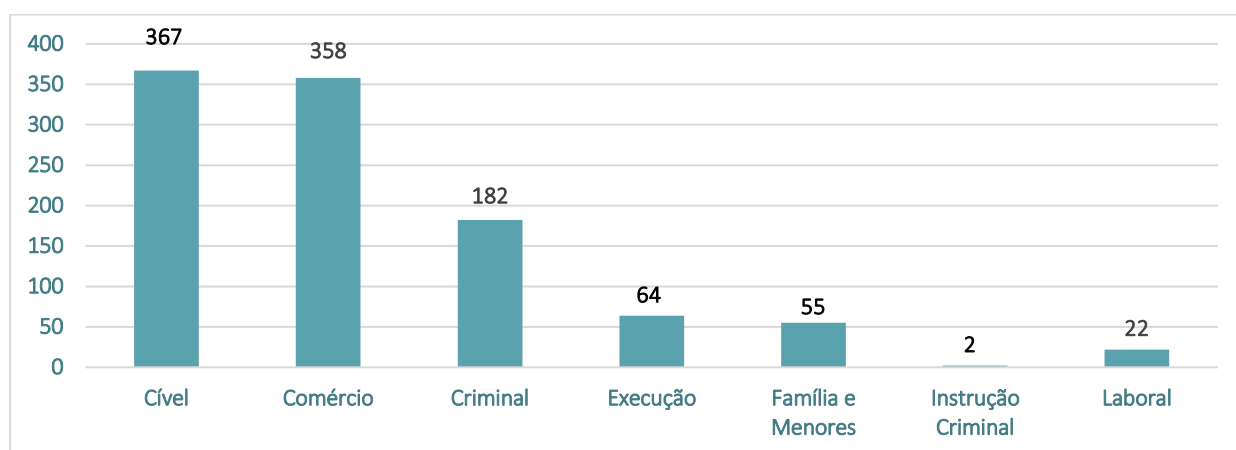
NOTA: A respeito dos dados recolhidos, a Comarca de Évora remeteu as listagens com comentários indicando a situação atual dos processos indicados como pendentes há mais de quatro anos.

2.9 Comarca de Faro

Na Comarca de Faro existiam 1 050 processos pendentes há mais de quatro anos. A pendência global era de 11 979 processos, correspondendo aqueles a 8,77%.

A sua distribuição por áreas jurisdicionais era a seguinte: cível – 367; criminal – 182; instrução criminal – 2; laboral – 22; família e menores – 55; comércio – 358; e execução – 64 (**figura 60**).

Figura 60 - Processos pendentes há mais de 4 anos na Comarca de Faro



2.9.1 Jurisdição Cível

Na jurisdição cível registavam-se 472 processos pendentes há mais de quatro anos.

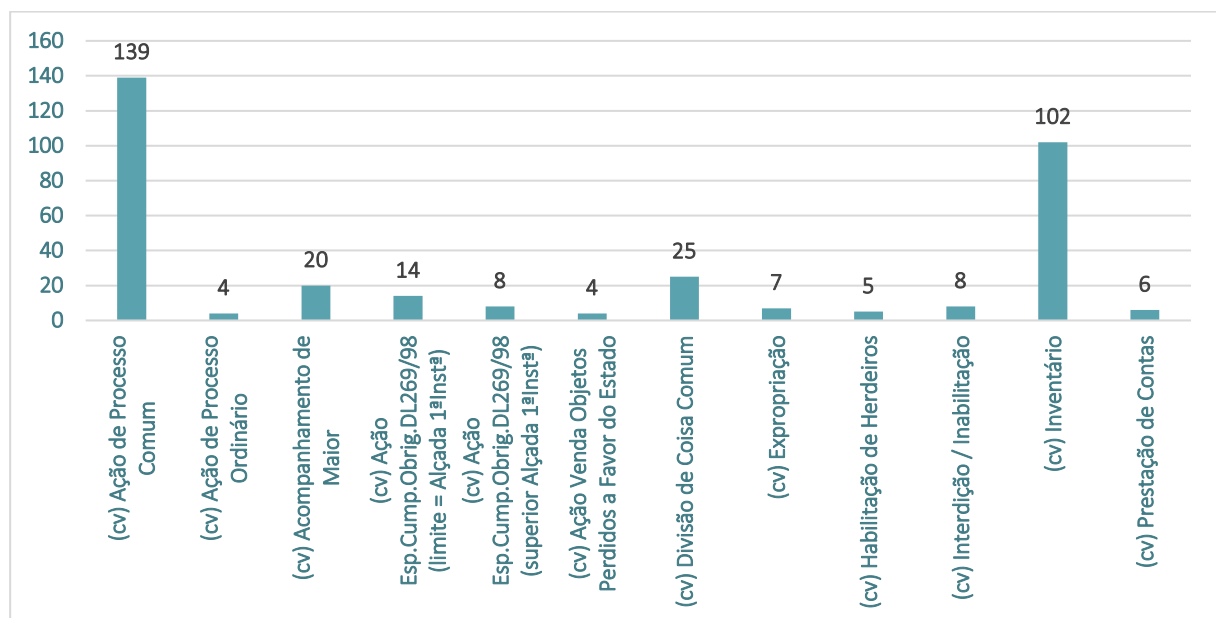
Destacam-se as espécies “Ação de Processo Comum” e “Inventário”, com 139 e 102 processos, respetivamente. Outras espécies com maior relevância incluem “Divisão de Coisa Comum” com 25 processos, “Acompanhamento de Maior” com 20 processos e “Ação Esp.Cump.Obrig. D.L. 269/98 (limite = alçada da 1.ª instância)” com 14 processos.

Foram ainda identificadas diversas outras espécies de menor expressão: “Ação Esp.Cump.Obrig. D L. 269/98 (superior alçada 1.ª instância)” e “Interdição / Inabilitação”, ambas com 8 processos; “Expropriação” com 7 processos; “Prestação de Contas” com 6 processos; “Habilitação de Herdeiros” com 5 processos; e, por último, “Ação de Processo Ordinário” e “Ação Venda de Objetos Perdidos a Favor do Estado”, ambas com 4 processos (**figura 61**).

Para além das espécies processuais previamente destacadas, identificaram-se ainda 25 outras espécies, cada uma comportando entre 1 e 3 processos.

Dada a sua reduzida expressão estatística, estas não foram representadas nos gráficos, visando facilitar a clareza e a leitura visual dos dados. Contudo, enumeram-se as mesmas: com 3 processos figuram “Ação de Processo Comum Paternidade/Maternidade”, “Ação de Processo Sumário” e “Caução (apenso)”; com 2 processos encontramos “Ação de Processo Especial”, “Ação Pauliana” e “Embargos de Executado”; por fim, com 1 processo, surgem as espécies “Citação Prévia”, “Consignação em Depósito”, “Curadoria Provisória de Bens”, “Despejo”, “Habilitação do adquirente ou cessionário”, “Incidente Liquidação”, “Oposição à Penhora”, “Reclamação de Créditos”, “Carta Rogatória” e “Procedimento Cautelar”.

Figura 61 - Processos pendentes por espécie na área cível



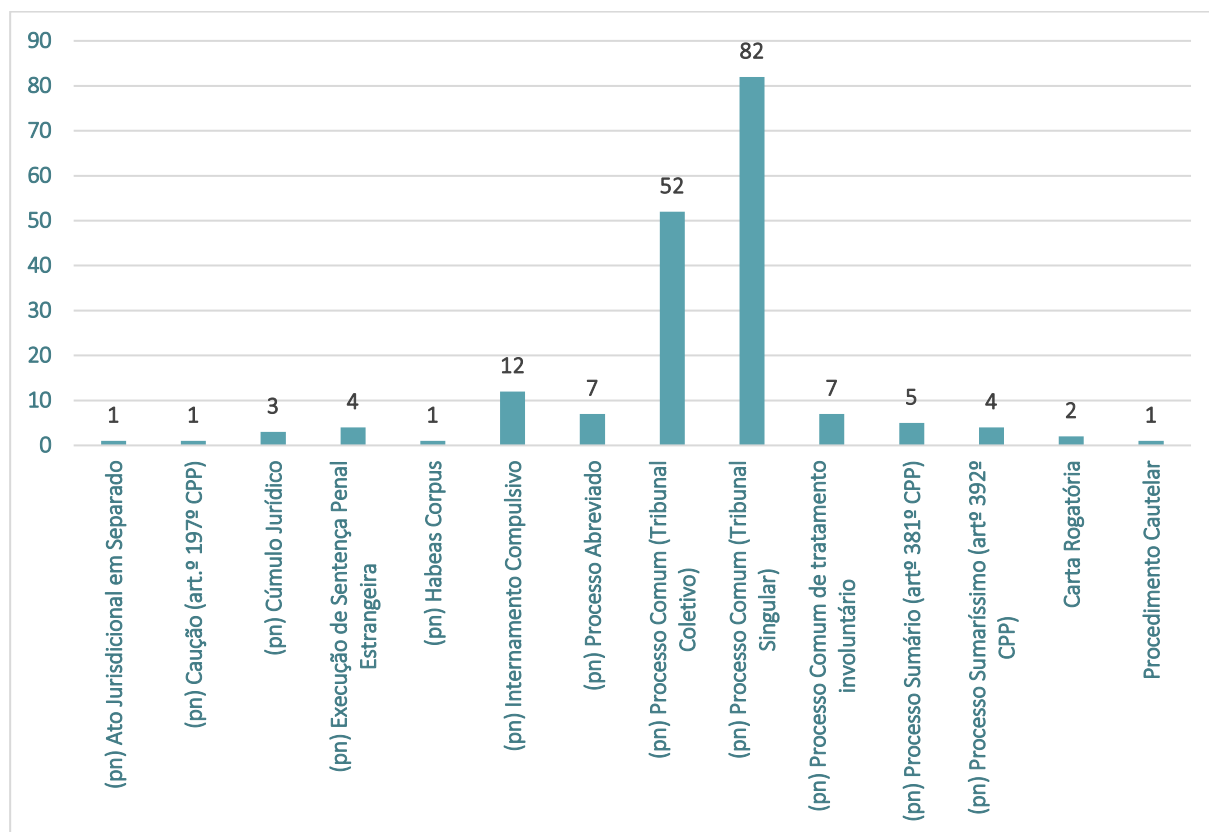
2.9.2 Jurisdição Criminal

Na jurisdição criminal registavam-se 182 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Processo Comum (Tribunal Singular)” e “Processo Comum (Tribunal Coletivo)” com 82 e 52 processos, respetivamente. Segue-se a espécie “Internamento Compulsivo” com 12 processos.

Para além destas, identificaram-se outras espécies de expressão estatística reduzida: “Processo Abreviado” e “Processo Comum de Tratamento Involuntário” com 7 processos cada, “Processo Sumário (art.º 381.º CPP)” com 5 processos, “Execução de Sentença Penal Estrangeira” e “Processo Sumaríssimo (art.º 392.º CPP)” com 4 processos cada, “Cúmulo Jurídico” com 3 processos, “Carta Rogatória” com 2 processos e, com 1 processo cada, as espécies “Ato Jurisdicional em Separado”, “Caução (art.º 197.º CPP)”, “Habeas Corpus”, e “Procedimento Cautelar” (figura 62).

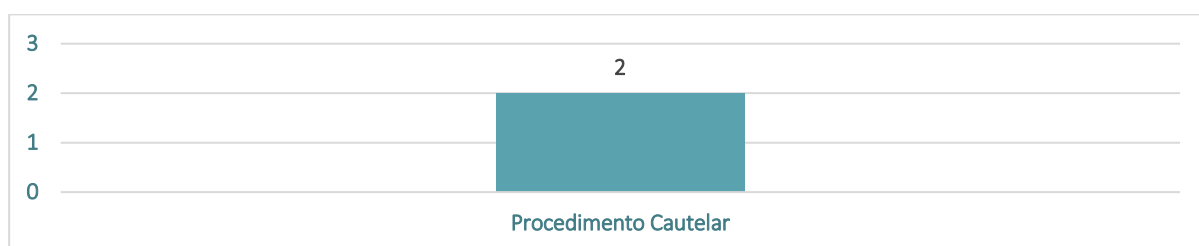
Figura 62 - Processos pendentes por espécie na área criminal



2.9.3 Jurisdição Instrução Criminal

Na jurisdição da instrução criminal registavam-se 2 processos pendentes há mais de quatro anos, ambos da espécie “Instrução” (figura 63).

Figura 63 - Processos pendentes por espécie na área da instrução criminal



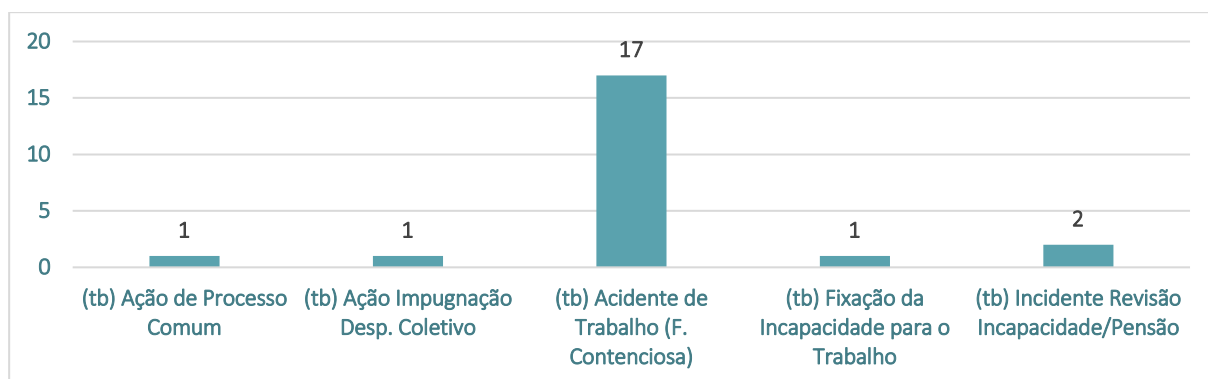
2.9.4 Jurisdição Laboral

Na jurisdição laboral registavam-se 22 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Acidente de Trabalho (F. Contenciosa/Requer.)” com 17 processos.

Com muito pouca expressão, existiam, ainda, 2 processos de “Incidente Revisão Incapacidade/Pensão” e com 1 processo as espécies “Ação de Processo Comum” e “Fixação da Incapacidade para o Trabalho (figura 64).

Figura 64 - Processos pendentes por espécie na área laboral



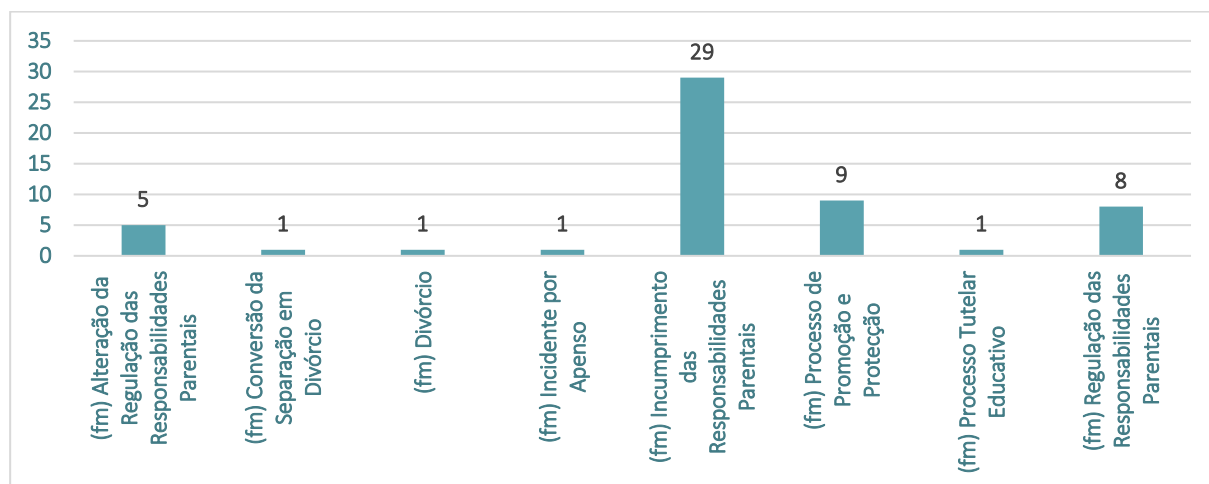
2.9.5 Jurisdição de Família e Menores

Na jurisdição de família e menores registavam-se 55 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Incumprimento das Responsabilidades Parentais” com 29 processos. Seguem-se as espécies de “Processo de Promoção e Proteção” com 9 processos, “Regulação das Responsabilidades Parentais” com 8 processos e “Alteração da Regulação das Responsabilidades Parentais” com 5 processos.

Por último, com muito pouca expressão, com 1 processo em cada espécie encontramos “Conversão da Separação em Divórcio”, “Divórcio”, “Incidente por Apenso”, e “Processo Tutelar Educativo” (figura 65).

Figura 65 - Processos pendentes por espécie na área da família e menores



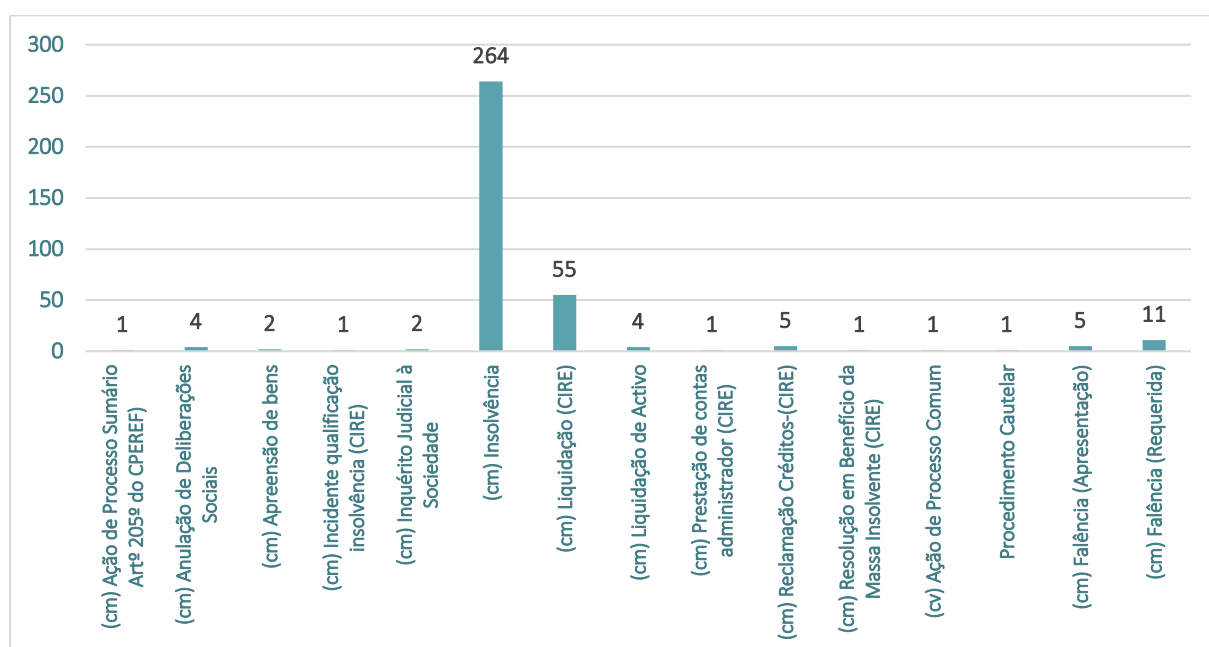
2.9.6 Jurisdição de Comércio

Na jurisdição de comércio registavam-se 358 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Insolvência” com 264 processos, dos quais 94 respeitam a pessoas coletivas (32 de apresentação e 62 requeridas) e 170 a pessoas singulares (134 de apresentação e 36 requeridas). Segue-se a espécie “Liquidação (CIRE)” com 55 processos e “Falência (Requerida)” com 11 processos.

As restantes espécies apresentam expressão estatística reduzida, destacando-se as de “Reclamação de Créditos (CIRE)” e de “Falência (Apresentação)” com 5 processos cada, bem como “Anulação de Deliberações Sociais” e “Liquidação de Activo”, ambas com 4 processos. Com 2 processos surge a espécie “Apreensão de Bens” e, por último, com apenas 1 processo cada, encontram-se as espécies “Ação de Processo Sumário (art.º 205.º do CPEREF)”, “Incidente de Qualificação da Insolvência (CIRE)”, “Prestação de Contas do Administrador (CIRE)”, “Resolução em Benefício da Massa Insolvente (CIRE)”, “Ação de Processo Comum” e “Procedimento Cautelar” (figura 66).

Figura 66 - Processos pendentes por espécie na área do comércio

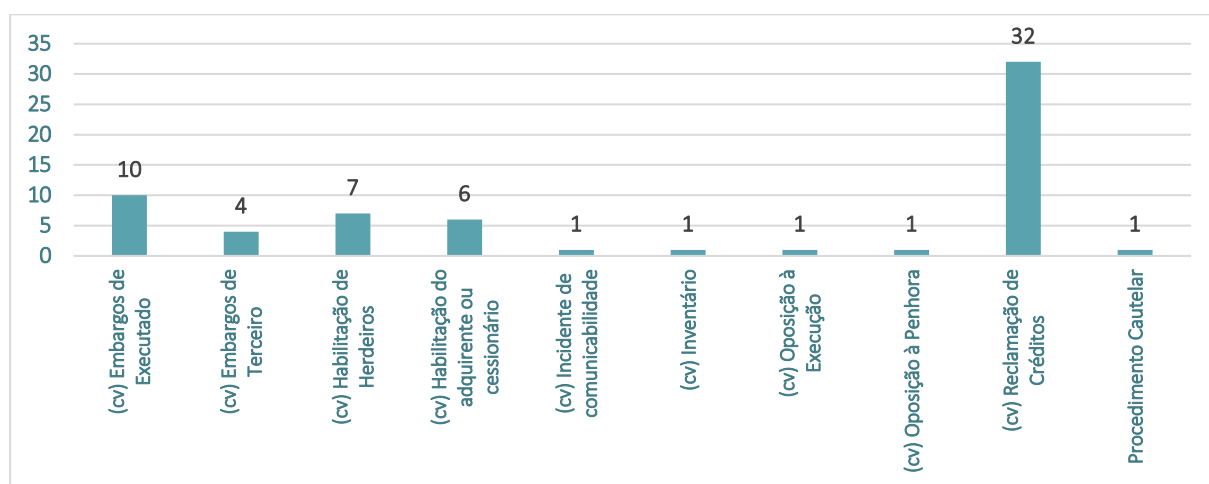


2.9.7 Jurisdição de Execução

Na jurisdição de execução registavam-se 64 processos pendentes há mais de quatro anos. Destacam-se as “Reclamações de Créditos” com 32 processos. Seguem-se os “Embargos de Executado” com 14 processos, a “Habilitação de Herdeiros” com 7 processos, a “Habilitação do adquirente ou cessionário” com 6 processos e os “Embargos de Terceiro”.

Com muito reduzida representatividade, surgem ainda, com apenas 1 processo cada, as espécies “Incidente de comunicabilidade”, “Inventário”, “Oposição à Execução”, “Oposição à Penhora”, e “Procedimento Cautelar” (figura 67).

Figura 67 - Processos pendentes por espécie na área da execução



NOTA: A respeito dos dados recolhidos, a Comarca de Faro remeteu as listagens com comentários indicando a situação atual dos processos indicados como pendentes há mais de quatro anos. São prestadas diversas informações relativamente a esses processos, resultantes da análise dos Senhores Escrivães.

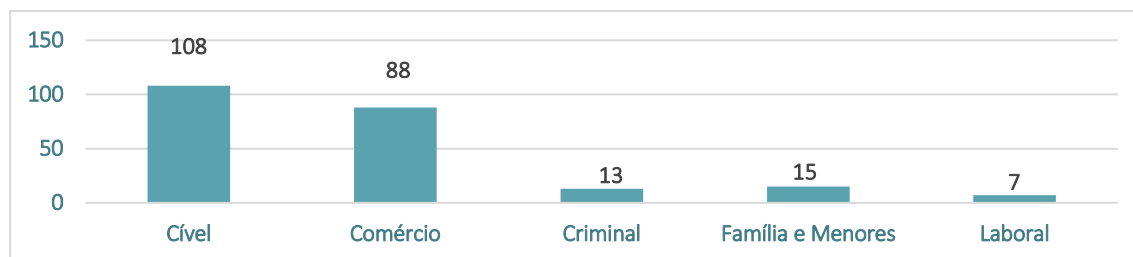
2.10 Comarca da Guarda

Na Comarca da Guarda existiam 231 processos pendentes há mais de quatro anos. A pendência global era de 2 648 processos, correspondendo aqueles a 8,72%.

A sua distribuição por áreas jurisdicionais era a seguinte: cível – 108; criminal – 13; laboral – 7; família e menores – 15; e comércio - 88 (figura 68).

Não existiam processos nestas circunstâncias nas jurisdições de instrução criminal e de execução.

Figura 68 - Processos pendentes há mais de 4 anos na Comarca da Guarda



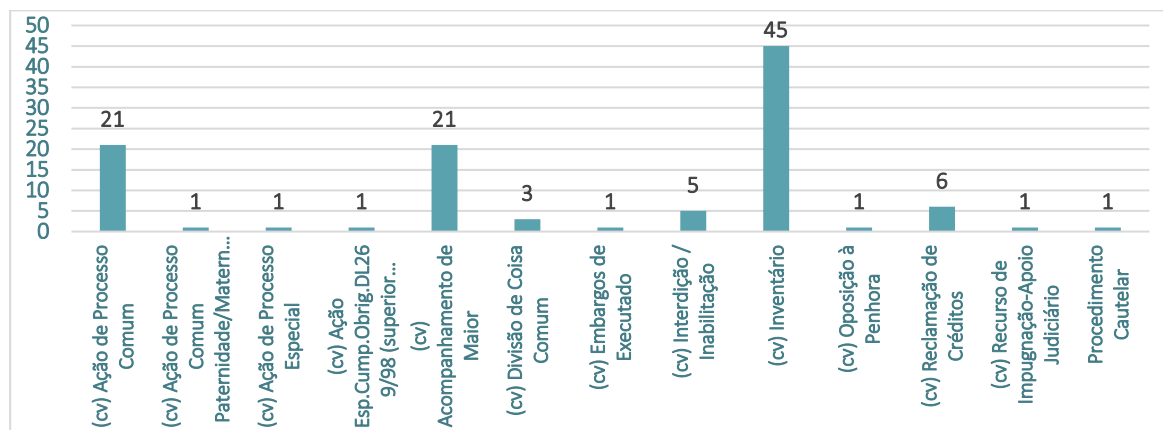
2.10.1 Jurisdição Cível

Na jurisdição cível registavam-se 108 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Inventário” com 45 processos. Seguem-se as espécies de “Ação de Processo Comum” e de “Acompanhamento de Maior” ambas com 21 processos.

Para além das espécies acima mencionadas, foram ainda identificadas diversas outras espécies com reduzida representatividade estatística, designadamente “Reclamação de Créditos” com 6 processos, “Interdição / Inabilitação” com 5 processos, “Divisão de Coisa Comum” com 3 processos e, com apenas 1 processo cada, as espécies de “Ação de Processo Comum Paternidade/Maternidade”, “Ação de Processo Especial”, “Ação Especial para Cumprimento de Obrigações PecuniáriasDL 269/98 (superior à alçada da 1.ª instância)”, “Embargos de Executado”, “Oposição à Penhora”, “Recurso de Impugnação – Apoio Judiciário”, e “Procedimento Cautelar” (figura 69).

Figura 69 - Processos pendentes por espécie na área cível



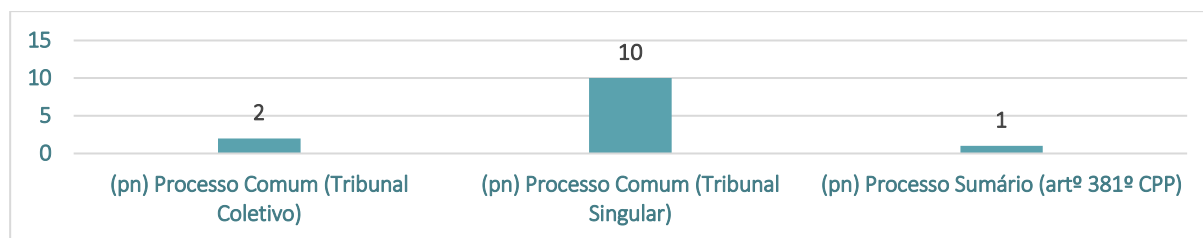
2.10.2 Jurisdição Criminal

Na jurisdição criminal registavam-se 13 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Processo Comum (Tribunal Singular)” com 10 processos.

As restantes espécies apresentam expressão estatística residual, surgindo “Processo Comum (Tribunal Coletivo)” com 2 processos e “Processo Sumário (art.º 381.º do CPP)” com apenas 1 processo (figura 70).

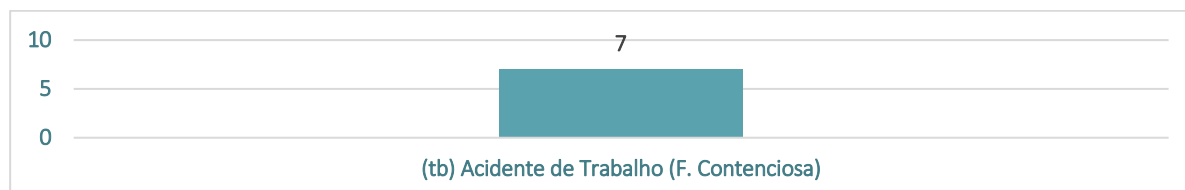
Figura 70 - Processos pendentes por espécie na área criminal



2.10.3 Jurisdição Laboral

Na jurisdição laboral registavam-se 7 processos pendentes há mais de quatro anos, todos eles enquadrados na espécie “Acidente de Trabalho (F. Contenciosa)”, não se identificando qualquer outra espécie processual com duração superior a 4 anos (figura 71).

Figura 71 - Processos pendentes por espécie na área laboral



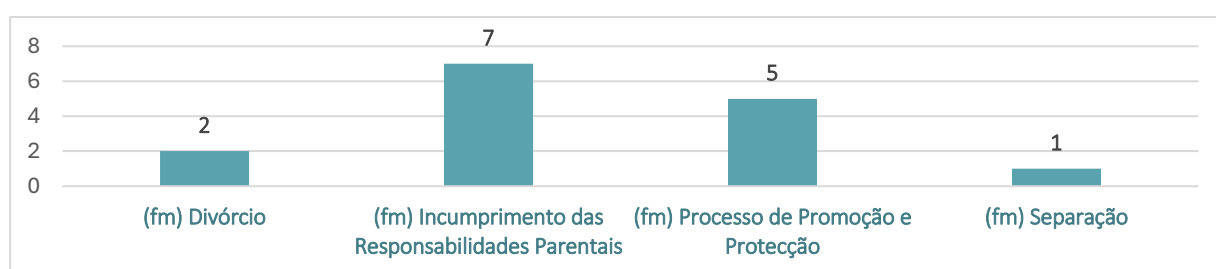
2.10.4 Jurisdição de Família e Menores

Na jurisdição de família e menores registavam-se 15 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Incumprimento das Responsabilidades Parentais” e “Processo de Promoção e Proteção” com 7 e 5 processos, respetivamente.

Com expressão residual, registavam-se ainda 2 processos de “Divórcio” e 1 processo de “Separação” (figura 72).

Figura 72 - Processos pendentes por espécie na área da família e menores



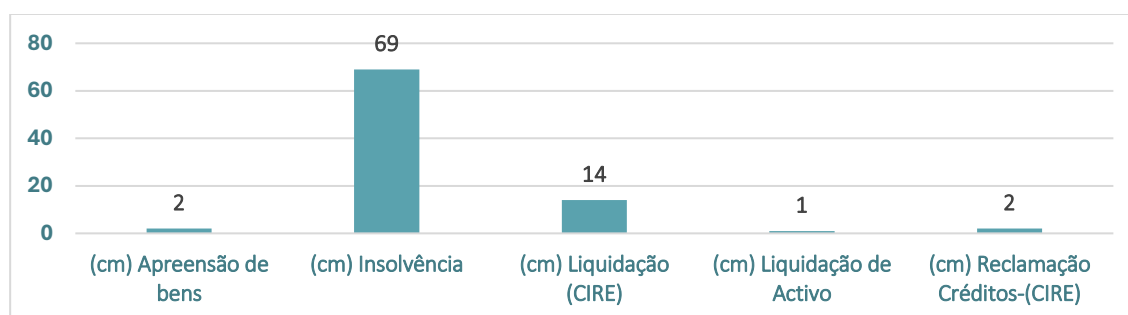
2.10.5 Jurisdição de Comércio

Na jurisdição de comércio registavam-se 88 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Insolvência” com 69 processos. Destes, 12 são de pessoa coletiva (7 de apresentação e 5 requeridas) e 57 são de pessoa singular (39 de apresentação e 18 requeridas). Segue-se a espécie “Liquidação (CIRE)” com 14 processos.

As demais espécies apresentam reduzida representatividade, contando apenas com 1 ou 2 processos: “Apreensão de bens” e “Reclamação de Créditos (CIRE)” com 2 processos cada e “Liquidação de Ativo” com 1 processo (figura 73).

Figura 73 - Processos pendentes por espécie na área do comércio



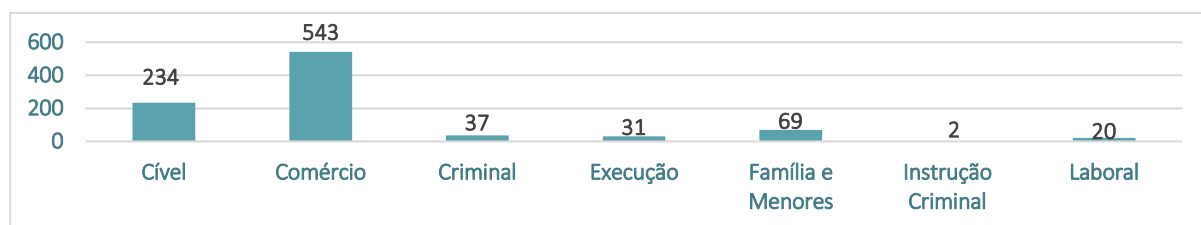
NOTA: A respeito dos dados recolhidos, a Comarca da Guarda remeteu as listagens com comentários indicando a situação atual dos processos indicados como pendentes há mais de quatro anos. São prestadas diversas informações relativamente a esses processos.

2.11 Comarca de Leiria

Na Comarca de Leiria existiam 936 processos pendentes há mais de quatro anos. A pendência global era de 9 284 processos, correspondendo aqueles a 10,08%.

A sua distribuição por áreas jurisdicionais era a seguinte: cível - 234; criminal - 37; instrução criminal - 2; laboral - 20; família e menores - 69; comércio - 543; e execução - 31 (**figura 74**).

Figura 74 - Processos pendentes há mais de quatro anos na Comarca de Leiria



2.11.1 Jurisdição Cível

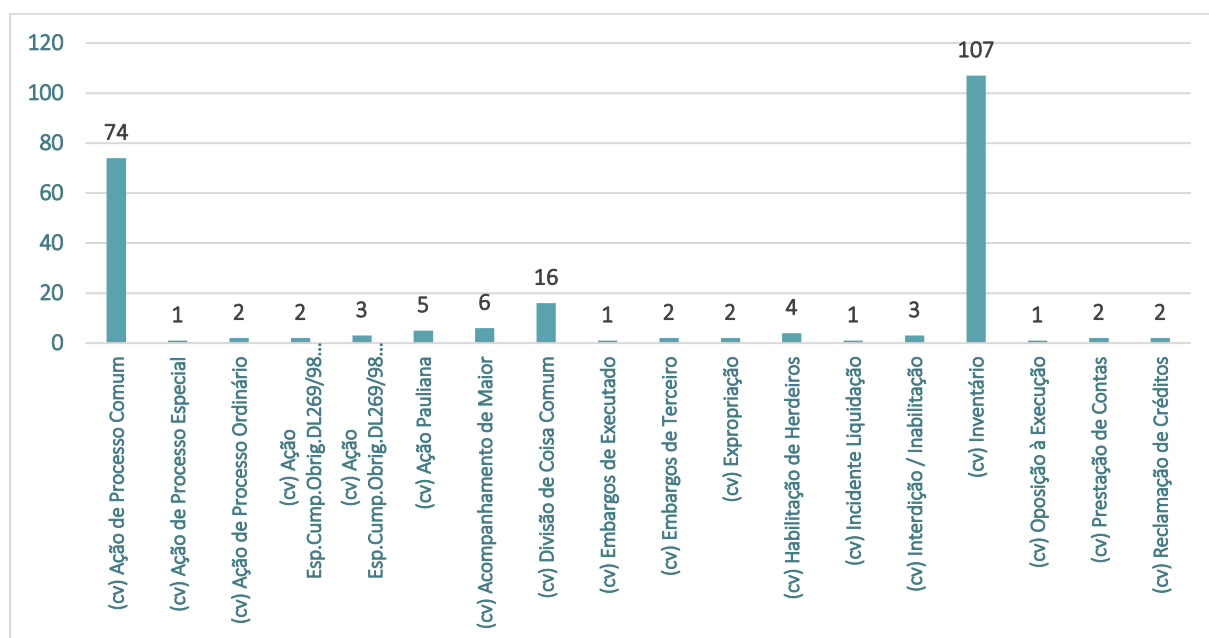
Na jurisdição cível registavam-se 234 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Inventário” e “Ação de Processo Comum”, com 107 e 74 processos, respetivamente. Segue-se a espécie “Divisão de Coisa Comum”, com 16 processos.

As restantes espécies apresentam reduzida representatividade estatística, destacando-se o “Acompanhamento de Maior” com 6 processos, a “Ação Pauliana” com 5, a “Habilitação de Herdeiros” com 3, bem como a “Ação Especial para Cumprimento de Obrigações PecuniáriasDL 269/98 (superior à alçada da 1.ª instância)” e a “Interdição/Inabilitação”, ambas igualmente com 3 processos. Com 2 processos surgem as espécies “Ação de Processo Ordinário”, “Ação Especial para Cumprimento de Obrigações PecuniáriasDL 269/98 (limite = alçada da 1.ª instância)”, “Embargos de Terceiro”, “Expropriação”, “Prestação de Contas” e “Reclamação de Créditos”. Por último, com apenas 1 processo cada, encontram-se as espécies “Ação de

Processo Especial”, “Embargos de Executado”, “Incidente de Liquidação” e “Oposição à Execução” (figura 75).

Figura 75 - Processos pendentes por espécie na área cível



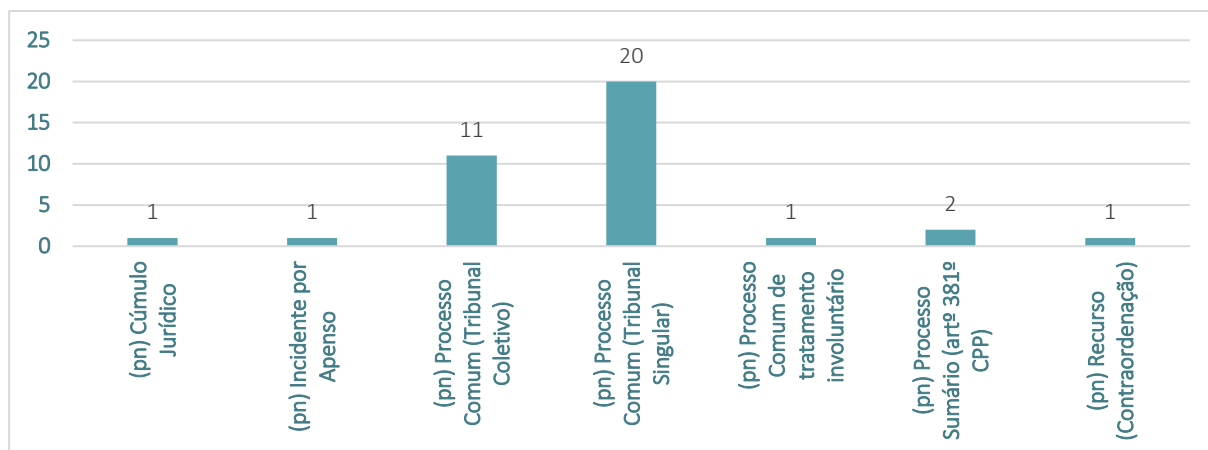
2.11.2 Jurisdição Criminal

Na jurisdição criminal registavam-se 37 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Processo Comum (Tribunal Singular)” e “Processo Comum (Tribunal Coletivo)” com 20 e 11 processos, respetivamente. Segue-se o “Internamento Compulsivo” com 12 processos.

As restantes espécies apresentam expressão residual, com 2 ou 1 processos, designadamente o “Processo Sumário (art.º 381.º CPP)”, com 2 processos, e, com 1 processo cada, as espécies “Cúmulo Jurídico”, “Incidente por Apenso”, “Processo Comum de Tratamento Involuntário” e “Recurso (Contraordenação)” (figura 76).

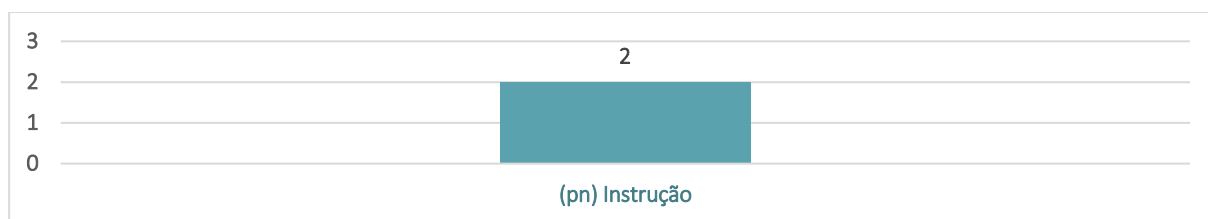
Figura 76 - Processos pendentes por espécie na área criminal



2.11.3 Jurisdição Instrução Criminal

Na jurisdição da instrução criminal registavam-se apenas 2 processos pendentes há mais de quatro anos, ambos da espécie “Instrução” (figura 77).

Figura 77 - Processos pendentes por espécie na área da instrução criminal



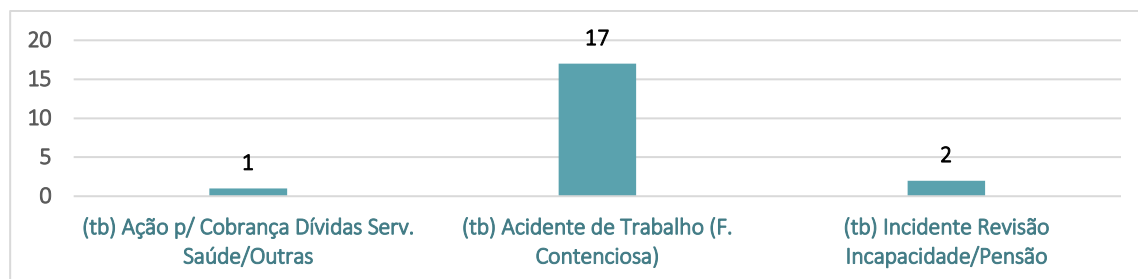
2.11.4 Jurisdição Laboral

Na jurisdição laboral registavam-se 20 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se os processos de “Acidente de Trabalho (F. Contenciosa/Requer.)”, com 17 processos.

Com menor expressão, registavam-se ainda 2 processos de “Incidente de Revisão de Incapacidade/Pensão” e 1 processo da espécie “Ação para Cobrança de Dívidas de Serviços de Saúde/Outras” (figura 78).

Figura 78 - Processos pendentes por espécie na área laboral



2.11.5 Jurisdição de Família e Menores

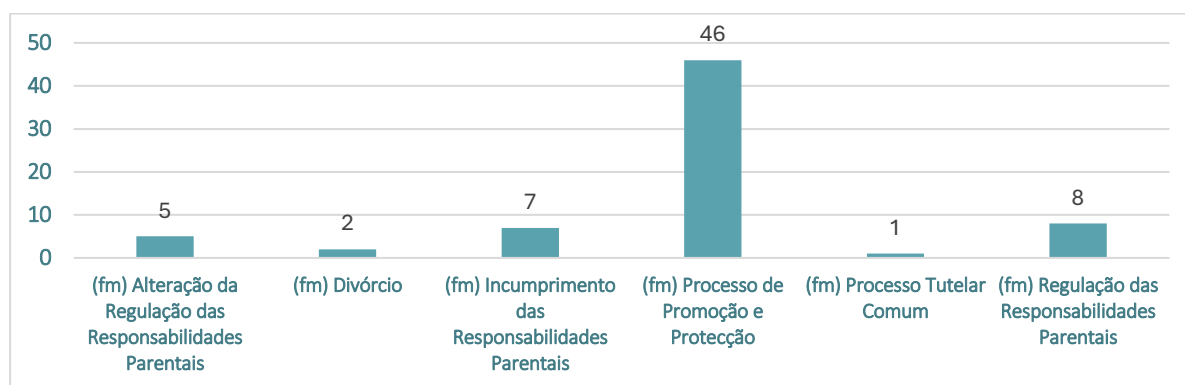
Na jurisdição de família e menores registavam-se 69 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Processo de Promoção e Proteção” com 46 processos.

Seguem-se os processos de “Regulação das Responsabilidades Parentais” com 8 processos, de “Incumprimento das Responsabilidades Parentais” com 7, e de “Alteração da Regulação das Responsabilidades Parentais” com 5.

Por último, com muito pouca expressão, registavam-se 2 processos de “Divórcio” e 1 processo de “Processo Tutelar Comum” (figura 79).

Figura 79 - Processos pendentes por espécie na área da família e menores



2.11.6 Jurisdição de Comércio

Na jurisdição de comércio registavam-se 543 processos pendentes há mais de quatro anos.

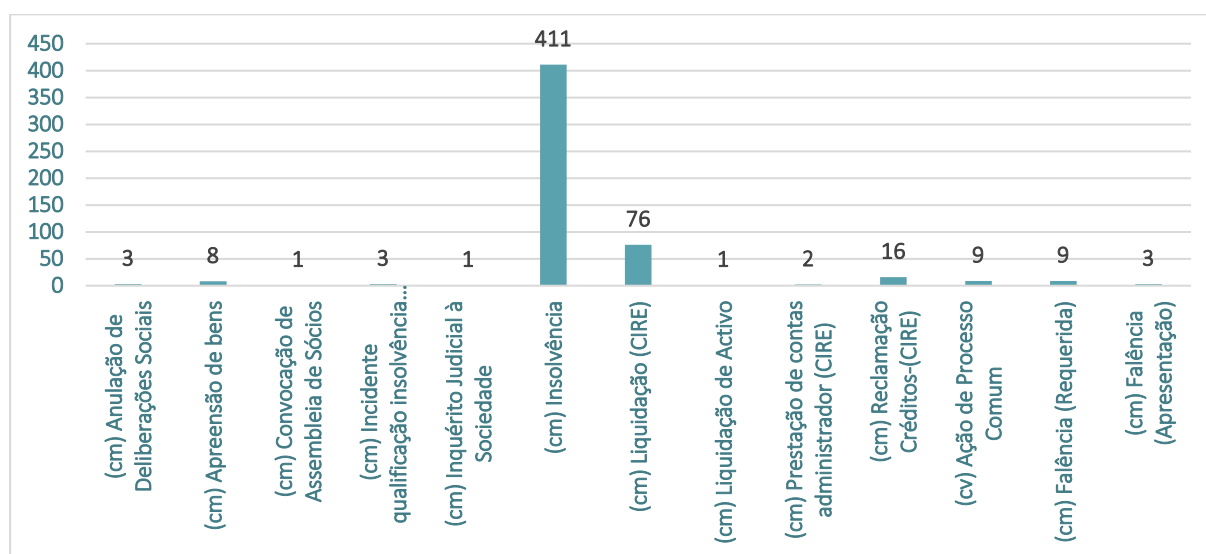
Destaca-se a espécie “Insolvência” com 411 processos. Destes, 102 são de pessoa coletiva (35 de apresentação e 67 requeridas) e 309 são de pessoa singular (248 de apresentação e 61 requeridas).

Assumem também relevância os processos de “Liquidação (CIRE)” com 76 processos.

Seguem-se as espécies “Reclamação Créditos-(CIRE)” com 16 processos, “Ação de Processo Comum” e “Falência (Requerida)” ambas com 9 processos e “Apreensão de bens” com 8 processos.

As demais espécies apresentam pouca representatividade, variando entre 1 a 3 processos. Especificamente, “Anulação de Deliberações Sociais” e “Incidente qualificação insolvência (CIRE)” e “Falência (Apresentação)”, todas, com 3 processos; “Prestação de contas administrador (CIRE)” com 2 processos, enquanto cada uma das seguintes categorias possui apenas 1 processo: “Convocação de Assembleia de Sócios”, “Inquérito Judicial à Sociedade” e “Liquidação de Activo” (figura 80).

Figura 80 - Processos pendentes por espécie na área do comércio



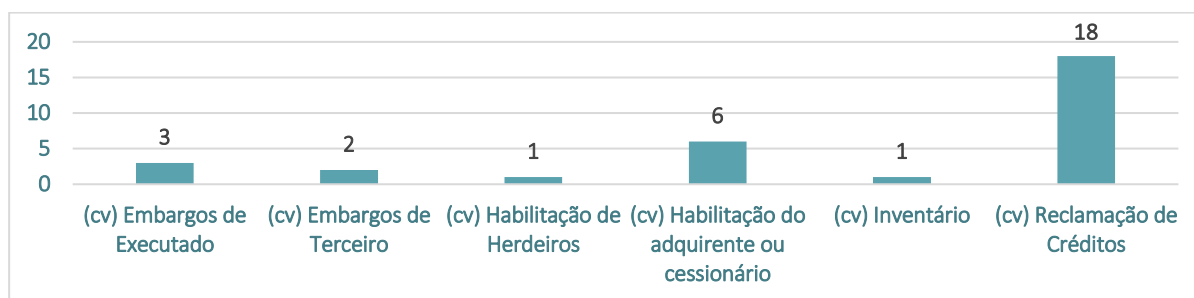
2.11.7 Jurisdição de Execução

Na jurisdição de execução registavam-se 31 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Reclamação de Créditos” com 18 processos. Seguem-se “Habilitação do adquirente ou cessionário” com 6 processos, “Embargos de Executado” com 3 processos e “Embargos de Terceiro” com 2 processos.

Por último, com apenas 1 processo cada, encontravam-se as espécies “Habilitação de Herdeiros” e “Inventário” (figura 81).

Figura 81 - Processos pendentes por espécie na área da execução



NOTA: A respeito dos dados recolhidos, a Comarca de Leiria remeteu as listagens com comentários indicando a situação atual dos processos indicados como pendentes há mais de quatro anos, assinalando as situações em que ocorre lapso ou divergência entre a informação do sistema e a realidade do processo.

Da análise das diversas situações de desconformidade que foram detetadas, remeteram comentários como segue:

- o sistema Citius revela deficiências e limitações ao nível do seu funcionamento, como sucede com os casos assinalados no ofício remetido pelo C.S.M. (quando o processo é reaberto para decisão, o sistema ignora as decisões anteriores e, consequentemente, o processo passa a ingressar nos processos pendentes na estatística oficial, desde a data da sua distribuição ou autuação, daí decorrendo, a par do mais, que os dados estatísticos respeitantes a um mesmo período temporal tenham variações consideráveis consoante a data em que são recolhidos) - esta situação leva a que, a título meramente exemplificativo, os processos de maior acompanhado, há muito arquivados com decisão final e que são reabertos, decorrido o prazo legal, para reapreciação, passem a constar no sistema como processos sem decisão desde a

data da sua distribuição; um processo de inventário, há muito decidido, findo e arquivado, em que foi requerida, recentemente, a partilha adicional de um novo bem, figure como processo pendente sem decisão desde a data da sua distribuição.

- O sistema Citius não permite a retificação, pelas secretarias, de informações que assume (ou são introduzidas) erradamente, quando são constadas as desconformidades, antes exigindo que sejam efetuados pedidos de assistência técnica, para ser o IGFEJ a introduzir as correções, os quais, por vezes, são rejeitados, com o fundamento no entendimento de ser necessário despacho judicial para o efeito.

- O elevado e crescente aumento do volume de serviço existente nos diversos juízos da comarca, aliado à grave carência de ofícios de justiça e à cada vez mais evidente necessidade de reforço também dos quadros de magistrados judiciais, leva a que seja priorizado o andamento dos processos e que sejam desconsideradas funções meramente burocráticas / estatísticas, que em nada influem com os reais interesses dos utentes da justiça.

- Há procedimentos incorretos ao nível das secções de processos, que urge tentar retificar – a título meramente exemplificativo, no que se refere à forma como são inseridas no sistema as decisões de revisão das medidas de promoção e proteção e que leva a que, em parte dos juízos de família e menores, o Citius ignore a primitiva decisão final e todas as anteriores decisões de revisão; ocorrem também procedimentos incorretos nas situações em que há processos apensos, parte deles há muito findos e que constam no sistema como estando a aguardar decisão final.

- Há ainda um número considerável de processos crime que há muito têm sentença, devidamente depositada e transitada, sem que a mesma haja sido assumida pelo sistema (não obstante, em alguns dos casos, constarem do F7).

No que se refere aos processos que continuam pendentes sem decisão final, assinala algumas das causas de lentidão que foram sendo detetadas:

- Excessiva demora das perícias (nomeadamente, médico-legais, com especial impacto nos acidentes de trabalho e nalgumas ações declarativas comuns);
- Suspensões da instância;

- Excessiva demora no cumprimento de cartas rogatórias (designadamente, para citação das partes ou notificação de arguidos);
- Incidentes de habilitações de herdeiros.

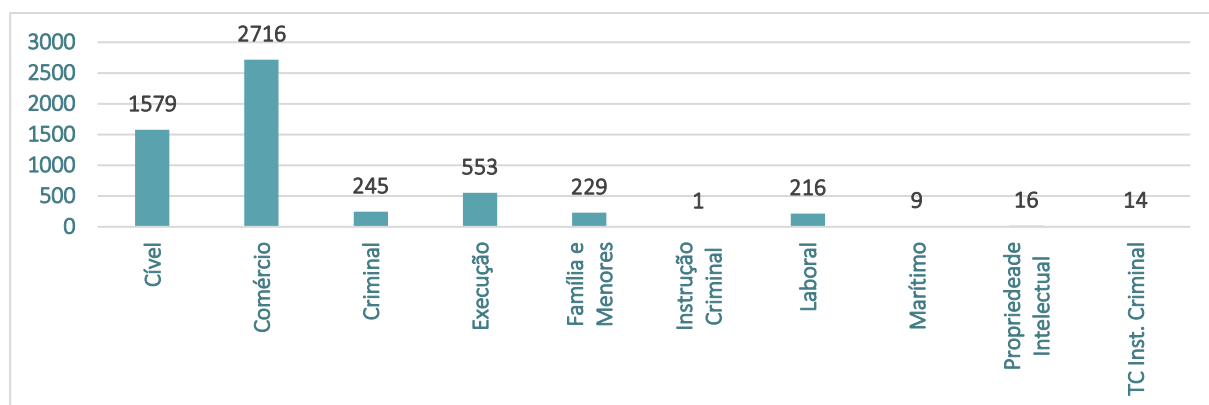
Foi ainda indicado pela Comarca que serão agendadas reuniões junto dos diversos juízos da comarca, com a presença dos senhores juízes e dos respetivos escrivães, para tentar consensualizar e incrementar a adoção de melhores práticas, nomeadamente, para alcançar o objetivo que anualmente se tem proposto de adequação da informação estatística à realidade.

2.12 Comarca de Lisboa

Na Comarca de Lisboa existiam 5 578 processos pendentes há mais de quatro anos. A pendência global era de 45 892 processos, correspondendo aqueles a 12,15%.

A sua distribuição por áreas jurisdicionais era a seguinte: cível - 1 579; comércio – 2 716; execução – 553; criminal – 245; família e menores – 229; laboral – 216; instrução criminal – 1; marítimo – 9; propriedade intelectual – 16; e instrução criminal - 14 processos (**figura 82**).

Figura 82 - Processos pendentes há mais de 4 anos na Comarca de Lisboa



2.12.1 Jurisdição Cível

Na jurisdição cível registavam-se 1 579 processos pendentes há mais de quatro anos.

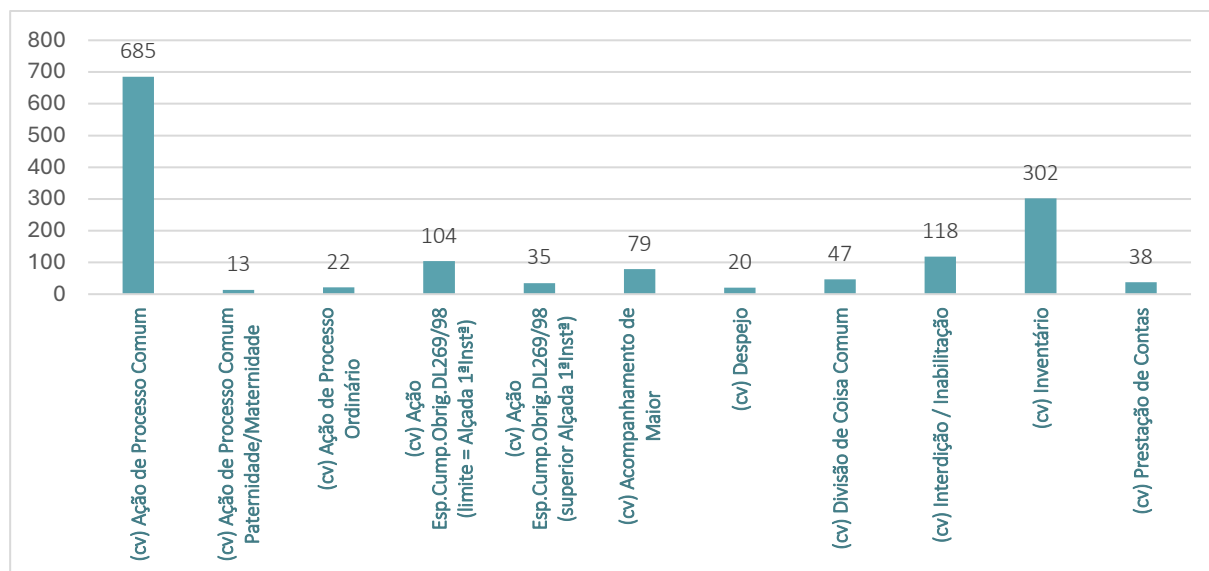
Destaca-se a espécie “Ação de Processo Comum” com 685 processos.

Seguem-se as espécies “Inventário” com 302 processos, “Interdição/Inabilitação” com 118 processos e “Ação Especial para Cumprimento de Obrigações Pecuniárias DL 269/98 (limite = alçada da 1.ª instância)” com 104 processos. Outras espécies, embora em menor número, apresentam ainda alguma relevância estatística, designadamente “Acompanhamento de Maior” com 79 processos, “Divisão de Coisa Comum” com 47, “Prestação de Contas” com 38, “Ação Especial para Cumprimento de Obrigações Pecuniárias DL 269/98 (superior à alçada da 1.ª instância)” com 35, “Ação de Processo Ordinário” com 22, “Despejo” com 20 e “Ação de Processo Comum – Paternidade/Maternidade” com 13 processos (**figura 83**).

Para além das espécies processuais já destacadas, foi ainda identificado um conjunto de 34 outras espécies, cada uma com expressão estatística reduzida, apresentando valores que variam entre 1 e 10 processos, razão pela qual não foram individualmente evidenciadas.

Dada a sua reduzida expressão estatística, estas espécies não foram representadas nos gráficos, de forma a salvaguardar a clareza e a leitura visual dos dados apresentados. Ainda assim, procede-se à sua enumeração, de acordo com o número de processos registados: com 10 processos, “Reclamação de Créditos”; com 8 processos, “Ação Pauliana”; com 7 processos, “Ação Ordinária – Paternidade/Maternidade”, “Embargos de Executado” e “Expropriação”; com 6 processos, “Oposição à Execução”; com 5 processos, “Ação de Honorários”, “Ação de Processo Sumário”, “Autorização/Confirmação Judicial” e “Procedimento Cautelar”; com 4 processos, “Ação Popular”, “BNA – Ação Especial de Despejo”, “Habilitação de Herdeiros” e “Notificação Judicial Avulsa”; com 3 processos, “Consignação em Depósito”, “Incidente por Apenso”, “Liquidação”, “Liquidação de Herança Vaga em Benefício do Estado” e “Oposição à Penhora”; com 2 processos, “Ação de Pequeno Montante (Reg. CE n.º 861/2007)”, “Apresentação de Coisas ou Documentos”, “Caução (apenso)”, “Justificação no Caso de Morte Presumida” e “Recurso de Impugnação – Apoio Judiciário”; e, por último, com 1 processo, “Ação de Alimentos Definitivos”, “Ação de Processo Especial”, “Ação Declarativa – DL n.º 108/2006”, “Conflito de Competência”, “Conselho de Família”, “Direito de Preferência”, “Embargos de Terceiro”, “Habilitação do adquirente ou cessionário”, “Incidente de Liquidação” e “Reforma de Autos”.

Figura 83 - Processos pendentes por espécie na área cível



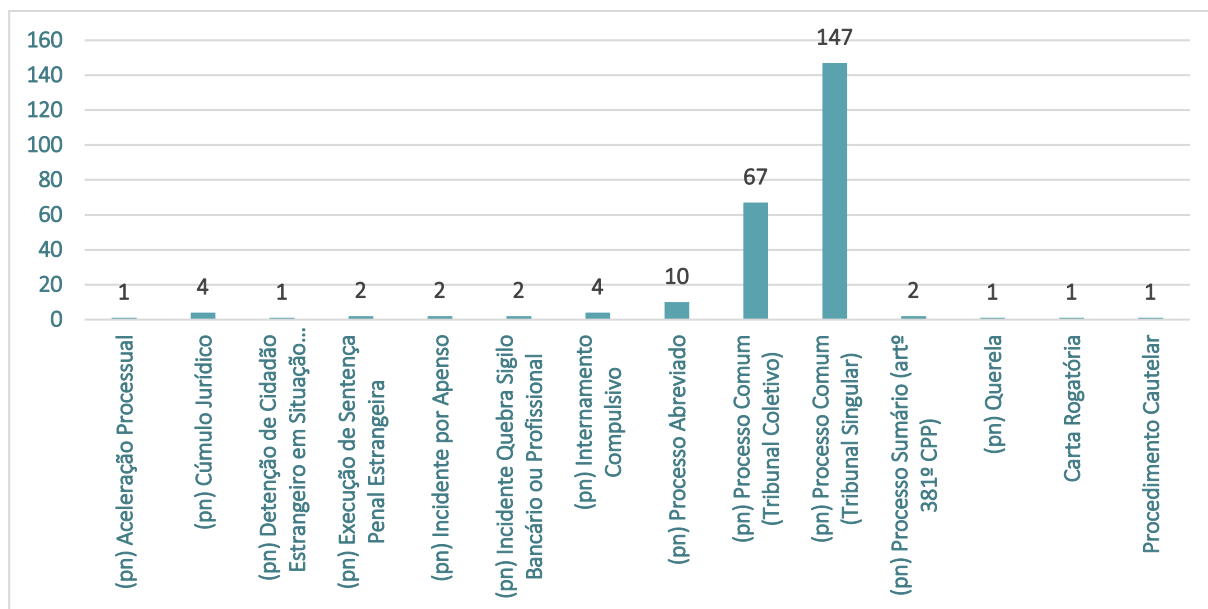
2.12.2 Jurisdição Criminal

Na jurisdição criminal registavam-se 245 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Processo Comum (Tribunal Singular)” e “Processo Comum (Tribunal Coletivo)” com 147 e 67 processos, respetivamente. Segue-se a espécie “Processo Abreviado” com 10 processos.

Para além destas categorias predominantes, identificou-se um conjunto alargado de outras espécies com reduzida representatividade estatística. Neste grupo incluem-se o “Cúmulo Jurídico” e o “Internamento Compulsivo”, ambos com 4 processos, a “Execução de Sentença Penal Estrangeira”, o “Incidente por Apenso”, o “Incidente de Quebra de Sigilo Bancário ou Profissional”, e o “Processo Sumário (art.º 381.º do CPP)” cada um com 2 processos. Por último, com apenas 1 processo cada, surgem as espécies “Aceleração Processual”, “Detenção de Cidadão Estrangeiro em Situação Ilegal”, “Querela”, “Carta Rogatória” e “Procedimento Cautelar” (figura 84).

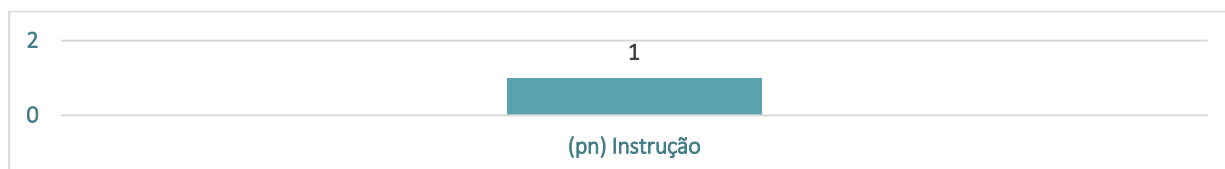
Figura 84 - Processos pendentes por espécie na área criminal



2.12.3 Jurisdição Instrução Criminal

Na jurisdição da instrução criminal registava-se apenas 1 processo pendente há mais de quatro anos da espécie “Instrução” (figura 85).

Figura 85 - Processos pendentes por espécie na área da instrução criminal



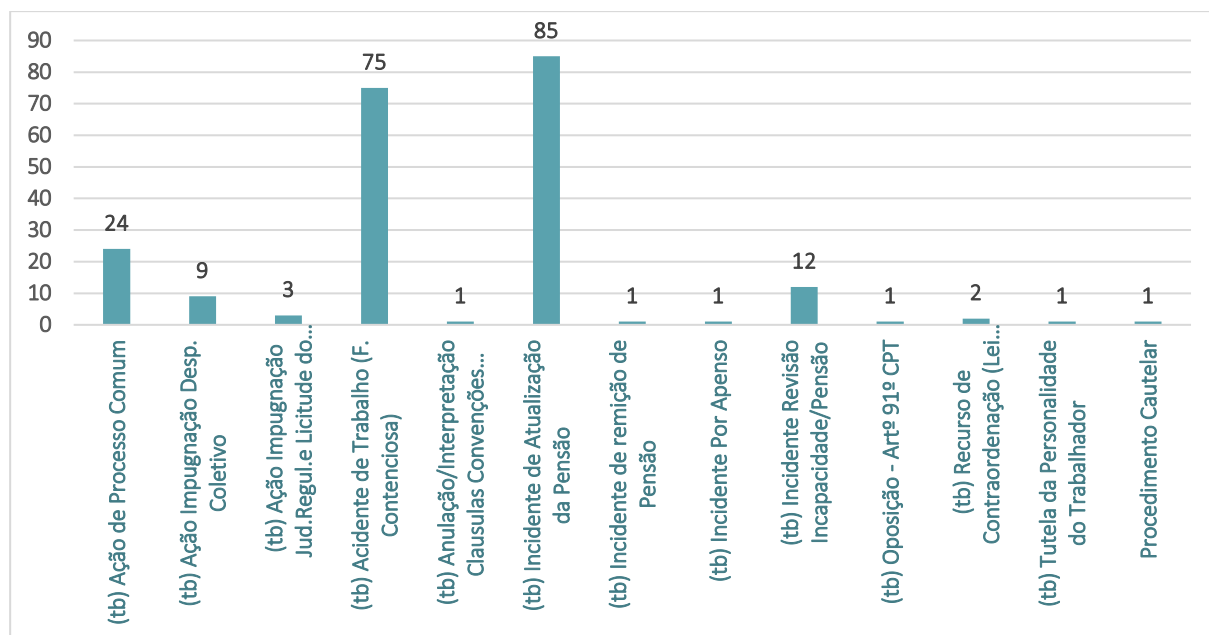
2.12.4 Jurisdição Laboral

Na jurisdição laboral registavam-se 216 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Incidente de Atualização da Pensão” e “Acidente de Trabalho (F. Contenciosa/Requer.)”, com 85 e 75 processos, respetivamente. Seguem-se a “Ação de Processo Comum” com 24 processos, o “Incidente de Revisão de Incapacidade/Pensão” com 12 processos e a “Ação de Impugnação de Despedimento Coletivo” com 9 processos.

Com expressão estatística muito reduzida, identificaram-se ainda 3 processos de “Ação de Impugnação Judicial da Regularidade e Litude do Despedimento”, 2 de “Recurso de Contraordenação (Lei n.º 107/2009)” e, com apenas 1 processo cada, as espécies “Anulação/Interpretação de Cláusulas de Convenções Coletivas”, “Incidente de Remição de Pensão”, “Incidente por Apenso”, “Oposição – art.º 91.º do CPT”, “Tutela da Personalidade do Trabalhador” e “Procedimento Cautelar” (figura 86).

Figura 86 - Processos pendentes por espécie na área laboral



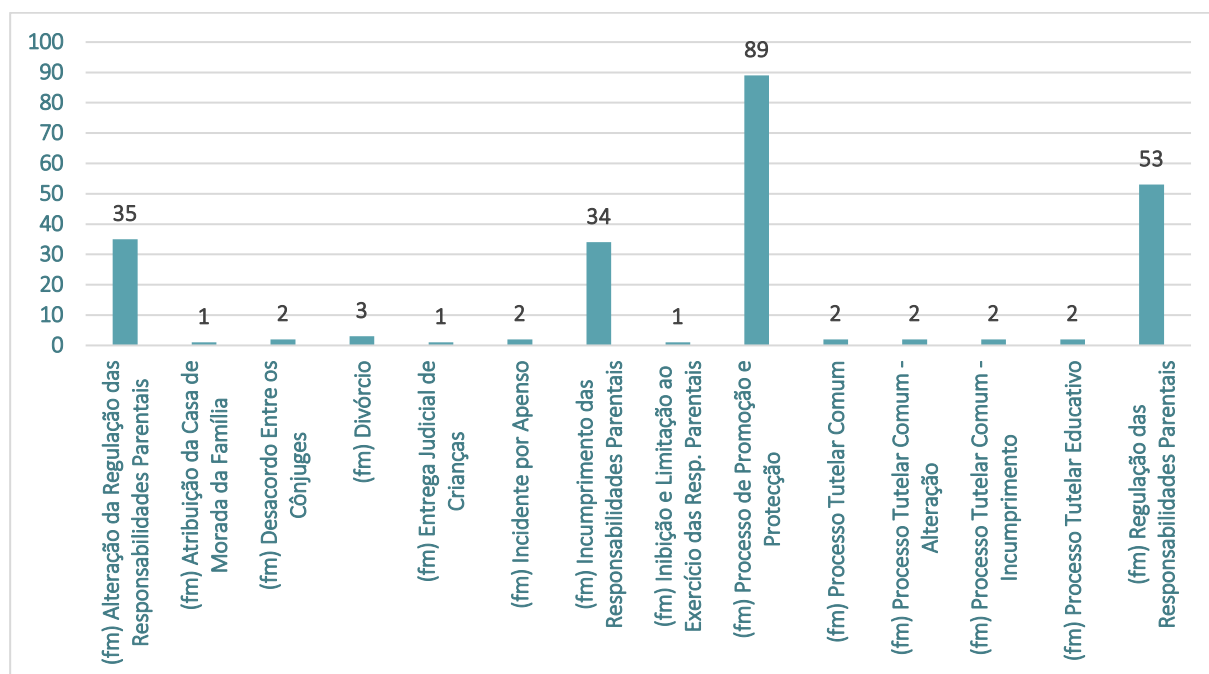
2.12.5 Jurisdição de Família e Menores

Na jurisdição de família e menores registavam-se 229 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Regulação das Responsabilidades Parentais” com 53 processos, seguida de “Alterações da Regulação das Responsabilidades Parentais” com 35 processos e “Incumprimentos das Responsabilidades Parentais” com 34 processos. A espécie “Processo de Promoção e Proteção” contabiliza 15 processos.

As restantes espécies apresentam expressão estatística residual. Assim, identificaram-se 3 processos de “Divórcio” e 2 processos em cada uma das seguintes espécies: “Desacordo entre os Cônjuges”, “Incidente por Apenso”, “Processo Tutelar Comum”, “Processo Tutelar Comum – Alteração”, “Processo Tutelar Comum – Incumprimento” e “Processo Tutelar Educativo”. Por último, com 1 processo cada, surgem as espécies “Atribuição da Casa de Morada da Família”, “Entrega Judicial de Crianças” e “Inibição e Limitação ao Exercício das Responsabilidades Parentais” (figura 87).

Figura 87 - Processos pendentes por espécie na área da família e menores



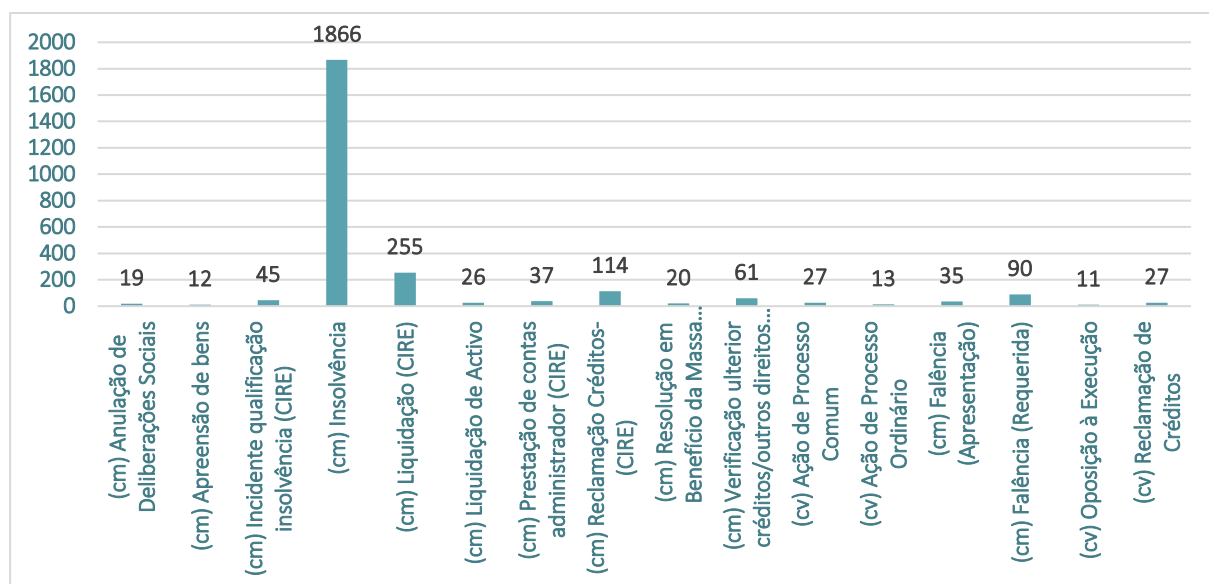
2.12.6 Jurisdição de Comércio

Na jurisdição de comércio registavam-se 2 176 processos pendentes há mais de quatro anos. Destacam-se os processos de “Insolvência” com 1 866 processos. Destes, 1 071 são de pessoa coletiva, 571 de apresentação e 500 requeridas, e 795 são de pessoa singular, 688 de apresentação e 107 requeridas.

As espécies “Liquidação (CIRE)” e “Reclamação de Créditos (CIRE)” surgem de seguida, com 255 e 114 processos, respetivamente. Outras espécies processuais apresentam expressão relevante, embora menos significativa, incluindo “Falência (Requerida)” (90), “Verificação ulterior de créditos/outros direitos (CIRE)” (61), “Incidente de qualificação da insolvência (CIRE)” (45), “Prestação de contas do administrador (CIRE)” (37), “Falência (Apresentação)” (35), “Ação de Processo Comum” (27), “Reclamação de Créditos” (27) e “Liquidação de Ativo” (26), entre outras (figura 88).

Foram ainda identificadas 18 espécies processuais adicionais, cada uma com um número reduzido de processos (entre 1 e 9).

Figura 88 - Processos pendentes por espécie na área do comércio



2.12.7 Jurisdição de Execução

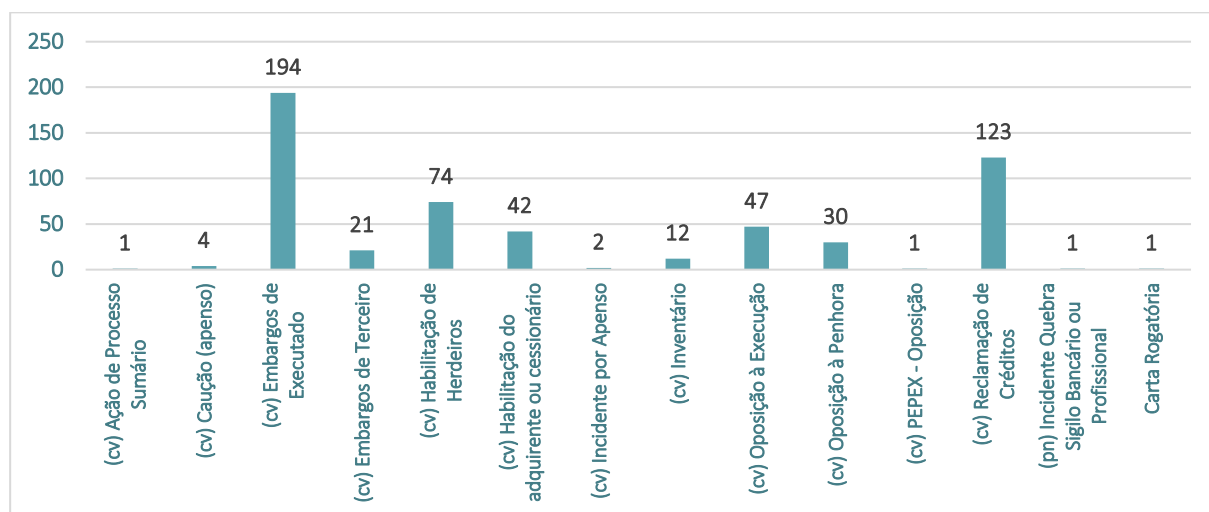
Na jurisdição de execução registavam-se 553 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Embargos de Executado” com 194 processos e “Reclamação de Créditos” com 123.

Outras espécies relevantes incluem “Habilitação de Herdeiros” com 74, “Oposição à Execução” com 47, “Habilitação do adquirente ou cessionário” com 42, “Oposição à Penhora” com 30, “Embargos de Terceiro” com 21 e “Inventário” com 12.

Foram ainda identificadas diversas espécies de reduzida representatividade estatística, com valores entre 1 e 4 processos. Entre estas encontram-se: “Caução (apenso)” com 4, “Incidente por Apenso” com 2 e, com apenas 1 processo cada, “Ação de Processo Sumário”, “PEPEX – Oposição”, “Incidente de Quebra de Sigilo Bancário ou Profissional”, e “Carta Rogatória” (figura 89).

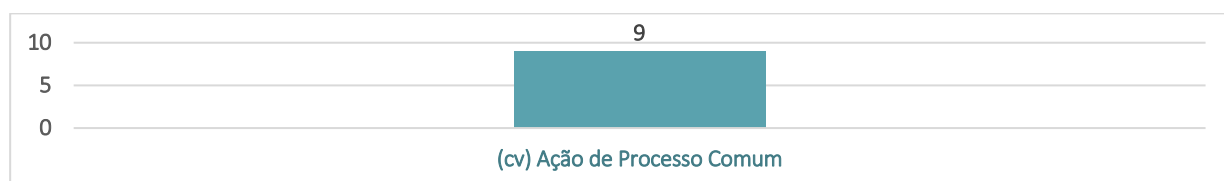
Figura 89 - Processos pendentes por espécie na área da execução



2.12.8 Tribunal Marítimo

No Tribunal Marítimo registavam-se 9 processos pendentes há mais de quatro anos, todos pertencentes à espécie “Ação de Processo Comum” (figura 90).

Figura 90 - Processos pendentes por espécie no Tribunal Marítimo



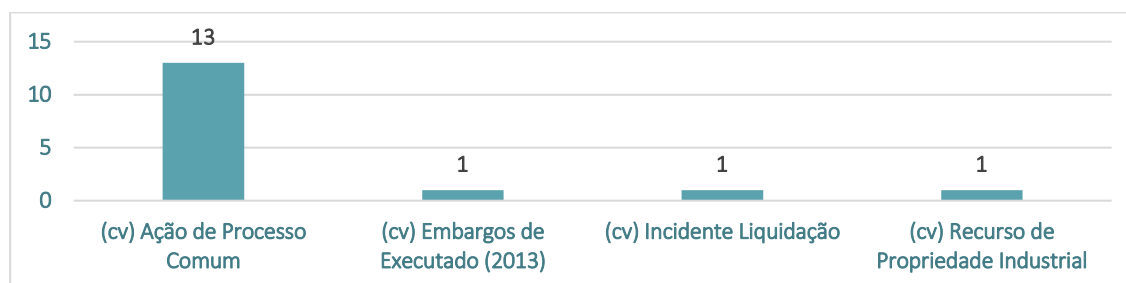
2.12.9 Tribunal da Propriedade Intelectual

No Tribunal da Propriedade Intelectual registavam-se 16 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Ação de Processo Comum” com 13 processos.

Com expressão residual, foram ainda registadas três outras espécies processuais, cada uma com apenas 1 processo: “Embargos de Executado (2013)”, “Incidente de Liquidação” e “Recurso de Propriedade Industrial” (figura 91).

Figura 91 - Processos pendentes por espécie no Tribunal de Propriedade Intelectual



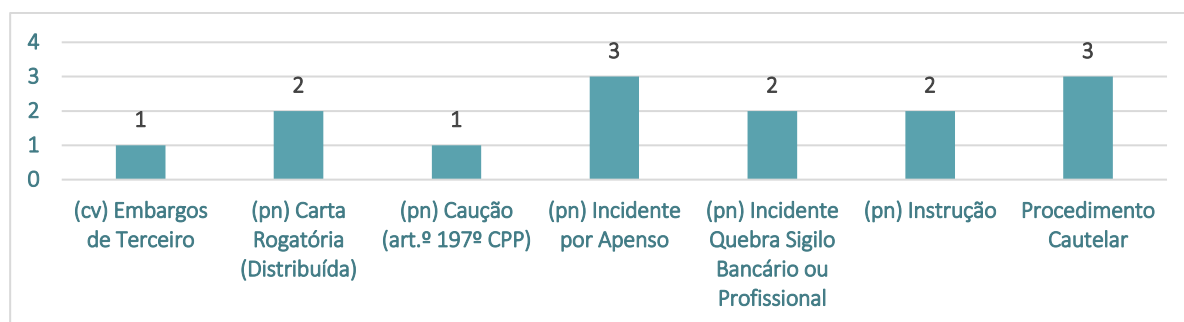
2.12.10 Tribunal Central de Instrução Criminal

Na Tribunal Central de Instrução Criminal registavam-se 14 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Incidente por Apenso” e “Procedimento Cautelar” ambas com 3 processos. Seguem-se “Carta Rogatória (Distribuída)”, “Incidente de Quebra de Sigilo Bancário ou Profissional” e “Instrução” cada uma com 2 processos.

Com apenas 1 processo registam-se ainda as espécies “Embargos de Terceiro” e “Caução (art.º 197.º CPP)”. (figura 92).

Figura 92 – Processos pendentes por espécie no Tribunal Central de Instrução Criminal



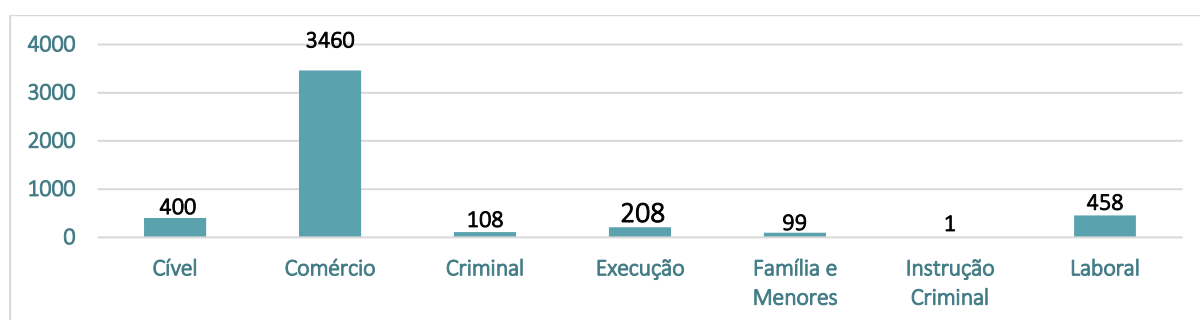
NOTA: A respeito dos dados recolhidos, a Comarca de Lisboa remeteu as listagens com comentários indicando a situação atual dos processos indicados como pendentes há mais de quatro anos.

2.13 Comarca de Lisboa Norte

Na Comarca de Lisboa Norte existiam 4 734 processos pendentes há mais de quatro anos. A pendência global era de 19 844 processos, correspondendo aqueles a 23,86%.

A sua distribuição por áreas jurisdicionais era a seguinte: comércio – 3460; laboral – 458; cível – 400; execução – 208; família e menores – 99; criminal – 108; e instrução criminal – 1 (**figura 93**).

Figura 93 - Processos pendentes há mais de 4 anos na Comarca de Lisboa Norte



2.13.1 Jurisdição Cível

Na jurisdição cível registavam-se 400 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Ação de Processo Comum” com 151 processos e “Inventário” com 101.

Outras espécies com expressão relevante incluem “Interdição / Inabilitação” com 32 e “Acompanhamento de Maior” com 24.

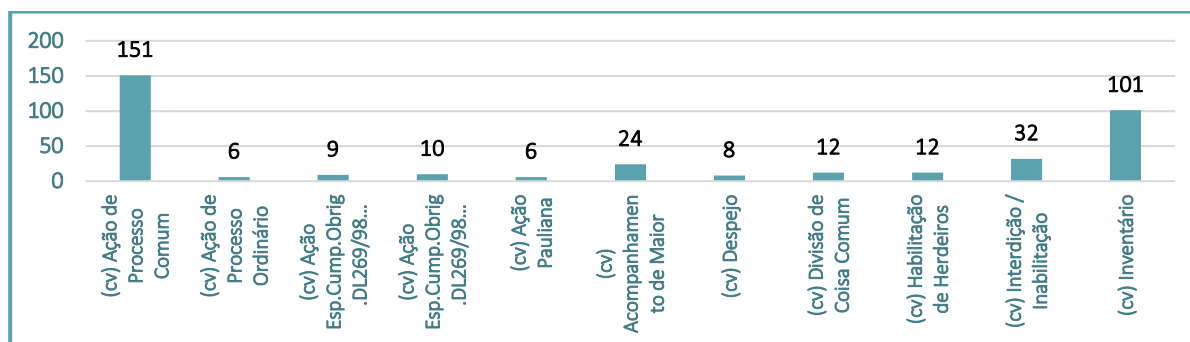
Foram ainda identificadas diversas espécies de menor representatividade, entre as quais: “Divisão de Coisa Comum” com 12, “Habilitação de Herdeiros” com 12, “Ação Especial para Cumprimento de Obrigações Pecuniárias D.L. 269/98 (limite = Alçada 1.ª Instância)” com 10, “Ação de Processo Sumário” com 9, “Ação Especial para Cumprimento de Obrigações Pecuniárias D.L. 269/98 (superior à Alçada 1.ª Instância)” com 9, “Despejo” com 8, “Ação de Processo Ordinário” com 6 e “Ação Pauliana” com 6 (**figura 94**).

Para além das espécies processuais com maior expressão, foram identificadas 11 outras espécies com um número muito reduzido de processos, variando entre 1 e 3 processos cada. Devido à sua baixa representatividade estatística, estas espécies não foram incluídas nos gráficos, de forma a preservar a clareza visual da informação.

Entre estas espécies, destaca-se “Ação de Processo Comum Paternidade/Maternidade”, com 3 processos. Seguem-se, com 2 processos cada, as espécies “Ação de Processo Sumário”, “Caução (apenso)”, “Embargos de Executado” e “Liquidação”.

Com apenas 1 processo registam-se ainda as seguintes espécies: “Ação de Processo Especial”, “Habilitação do adquirente ou cessionário”, “Incidente por Apenso”, “Notificação Judicial Avulsa”, “Reforma de Autos” e “Termo/Alteração do Acompanhamento”.

Figura 94– Processos pendentes por espécie na área cível



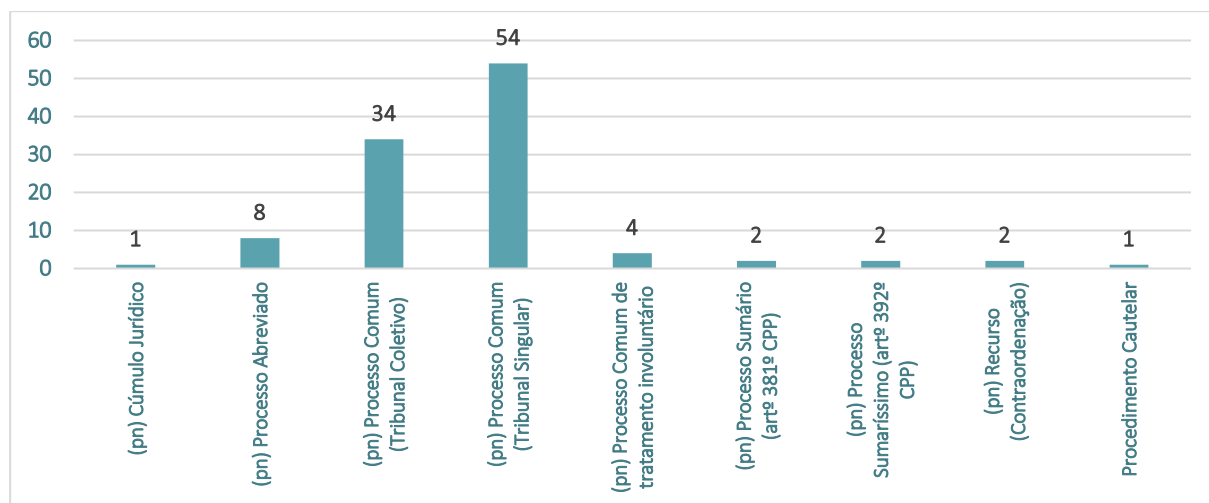
2.13.2 Jurisdição Criminal

Na jurisdição criminal registavam-se 108 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Processo Comum (Tribunal Singular)” e “Processo Comum (Tribunal Coletivo)” com, respetivamente, 54 e 34 processos, seguidas da espécie “Processo Abreviado”, com 12 processos.

Para além destas espécies mais representativas, identificaram-se ainda outras categorias processuais com reduzida expressão estatística. Entre elas encontra-se o “Processo Comum de Tratamento Involuntário” com 4 processos, bem como o “Processo Sumário (art.º 381.º CPP)”, o “Processo Sumaríssimo (art.º 392.º CPP)” e o “Recurso (Contraordenação)” cada um com 2 processos. Por fim, registou-se apenas um processo nas espécies “Cúmulo Jurídico” e “Procedimento Cautelar” (figura 95).

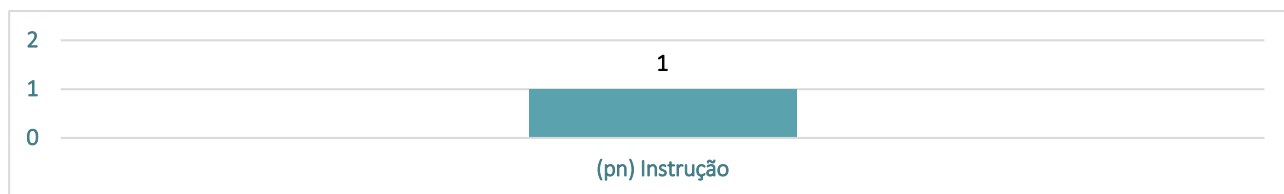
Figura 95 - Processos pendentes por espécie na área criminal



2.13.3 Jurisdição Instrução Criminal

Na jurisdição da instrução criminal registava-se apenas um processo pendente há mais de quatro anos, pertencente à espécie “Instrução” (figura 96).

Figura 96 - Processos pendentes por espécie na área da instrução criminal



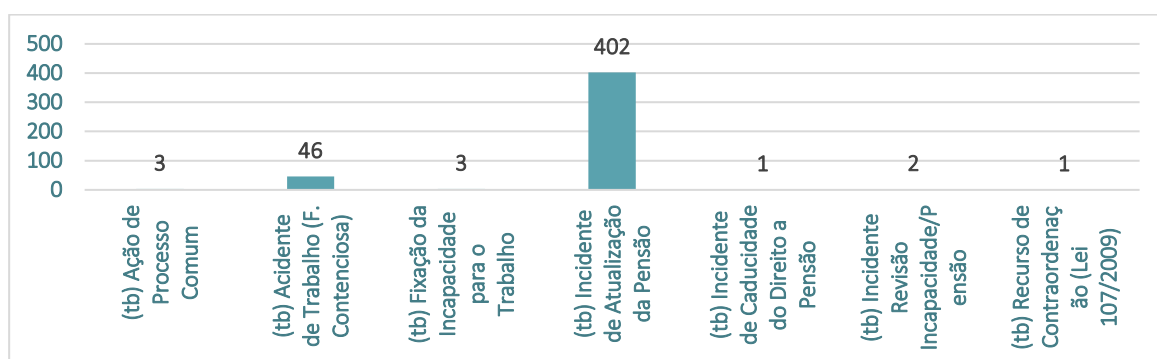
2.13.4 Jurisdição Laboral

Na jurisdição laboral registavam-se 458 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Incidentes de Atualização da Pensão” com 402 processos e “Acidente de Trabalho (F. Contenciosa/Requer.)” com 46 processos.

Com presença residual, identificaram-se ainda 3 processos de “Ação de Processo Comum” e 3 processos de “Fixação da Incapacidade para o Trabalho”. Foram igualmente registados 2 processos de “Incidente de Revisão de Incapacidade/Pensão” e, com apenas 1 processo cada, as espécies “Incidente de Caducidade do Direito a Pensão” e “Recurso de Contraordenação (Lei 107/2009)” (figura 97).

Figura 97 - Processos pendentes por espécie na área laboral



2.13.5 Jurisdição de Família e Menores

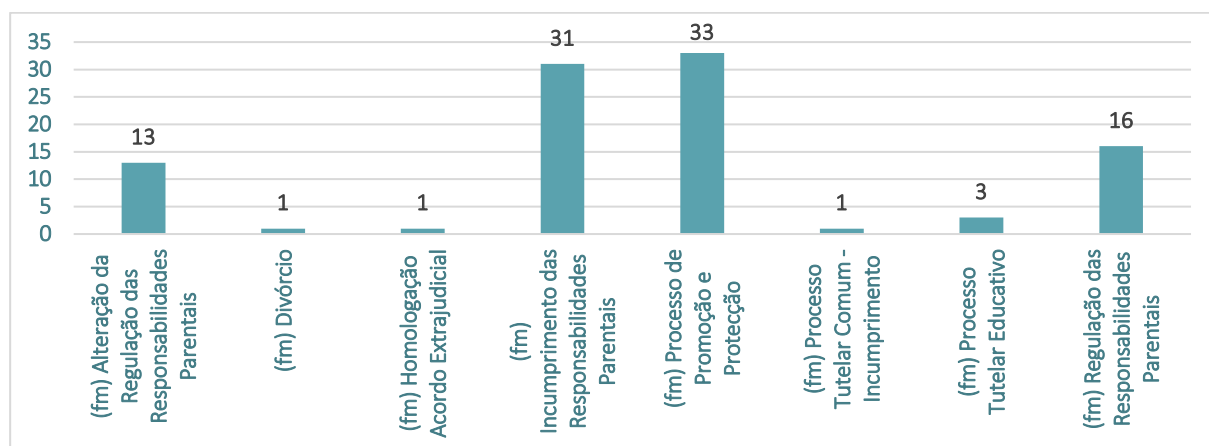
Na jurisdição de família e menores registavam-se 99 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Processo de Promoção e Proteção” e “Incumprimento das Responsabilidades Parentais” com 33 e 31 processos, respetivamente.

Seguem-se os processos de “Regulação das Responsabilidades Parentais” com 16 processos, e os de “Alteração da Regulação das Responsabilidades Parentais” com 13.

Com presença residual, identificaram-se ainda 3 processos da espécie “Processo Tutelar Educativo” e, com apenas 1 processo cada, as espécies “Divórcio”, “Homologação de Acordo Extrajudicial” e “Processo Tutelar Comum – Incumprimento” (figura 98).

Figura 98 - Processos pendentes por espécie na área da família e menores



2.13.6 Jurisdição de Comércio

Na jurisdição de comércio registavam-se 3 460 processos pendentes há mais de quatro anos.

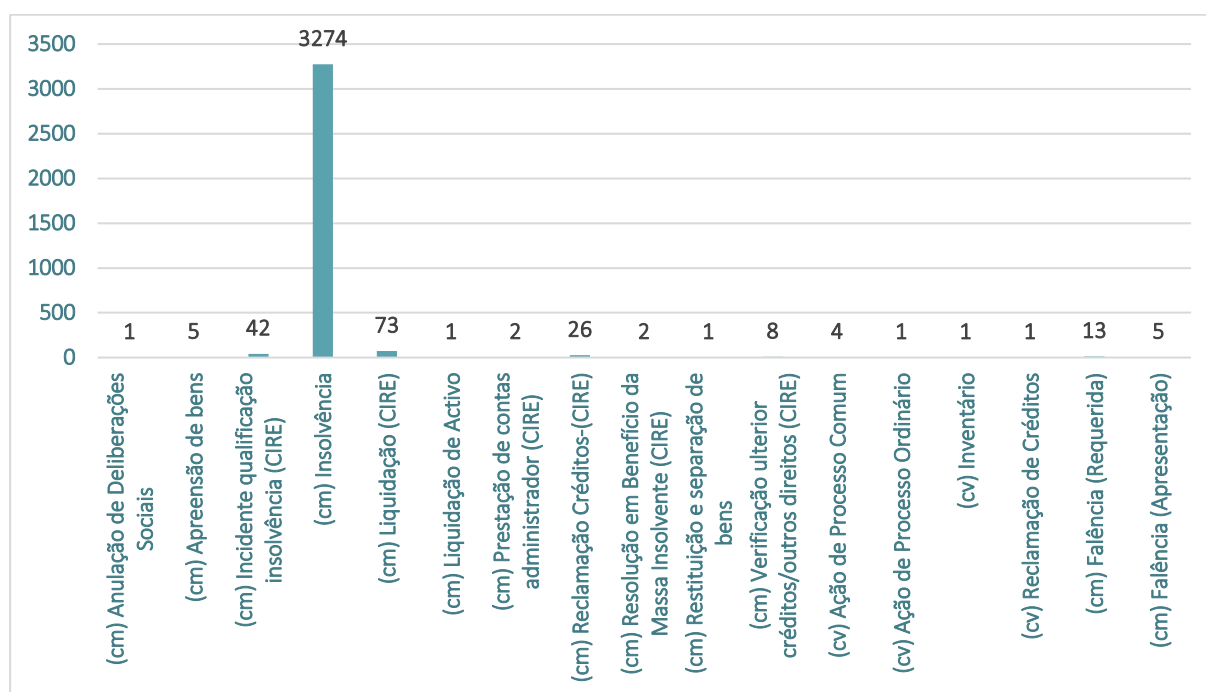
Destaca-se a espécie “Insolvência” com 3 274 processos. Destas, 332 dizem respeito a pessoas coletivas, sendo 161 de apresentação e 171 requeridas, enquanto 2 942 se referem a pessoas singulares, dos quais 2 722 são de apresentação e 220 requeridas.

Outras espécies processuais revelam alguma expressão, nomeadamente “Liquidação (CIRE)” com 73 processos, “Incidente de Qualificação da Insolvência (CIRE)” com 42 processos, e “Reclamação de Créditos (CIRE)” com 26 processos.

Seguem-se as espécies “Falência (Requerida)”, com 13 processos, “Verificação Ulterior de Créditos/Outros Direitos (CIRE)” com 8 processos, “Apreensão de Bens” e “Falência

(Apresentação)”, ambas com 5 processos, e “Ação de Processo Comum” com 4 processos. As restantes espécies apresentam valores residuais, variando entre 1 e 2 processos. Entre estas, “Prestação de Contas do Administrador (CIRE)” e “Resolução em Benefício da Massa Insolvente (CIRE)” registam 2 processos cada. Já com apenas 1 processo encontram-se as espécies “Anulação de Deliberações Sociais”, “Liquidação de Ativo”, “Restituição e Separação de Bens”, “Ação de Processo Ordinário”, “Inventário”, “Liquidação Judicial de Sociedades” e “Reclamação de Créditos” (figura 99).

Figura 99 - Processos pendentes por espécie na área do comércio



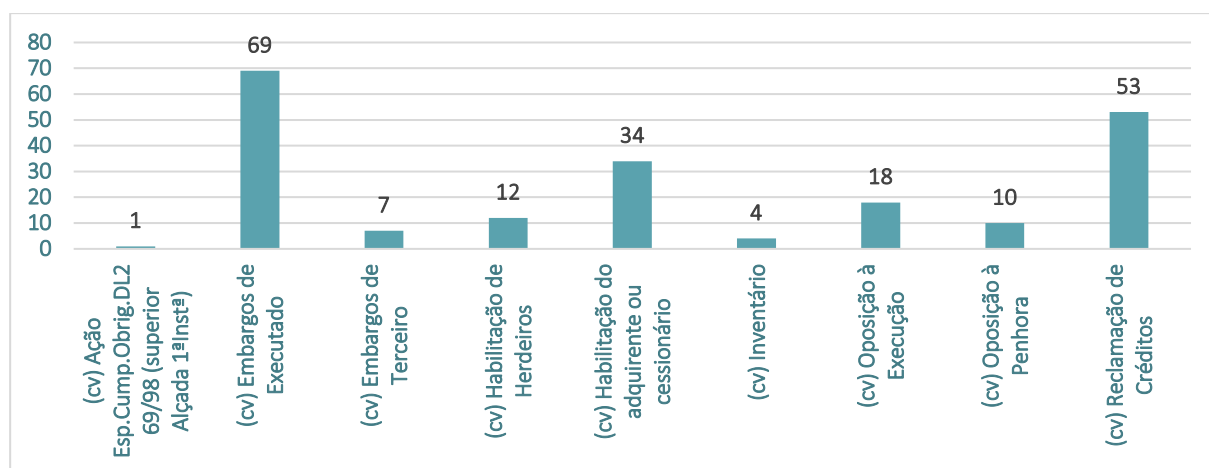
2.13.7 Jurisdição de Execução

Na jurisdição de execução registavam-se 208 processos pendentes há mais de quatro anos. Destacam-se as espécies “Embargos de Executado”, com 69 processos, e “Reclamação de Créditos”, com 53 processos.

Seguem-se os processos de “Habilitação do adquirente ou cessionário” com 34 processos, “Oposição à Execução” com 18 processos, “Habilitação de Herdeiros” com 12 processos, “Oposição à Penhora” com 10 processos e “Embargos de Terceiro” com 7 processos.

As restantes espécies apresentam expressão residual, destacando-se “Inventário” com 4 processos e, com apenas 1 processo, a espécie “Ação Especial para Cumprimento de Obrigações Pecuniárias D.L. 269/98 (superior à Alçada da 1.ª Instância)” (**figura 100**).

Figura 100 - Processos pendentes por espécie na área da execução



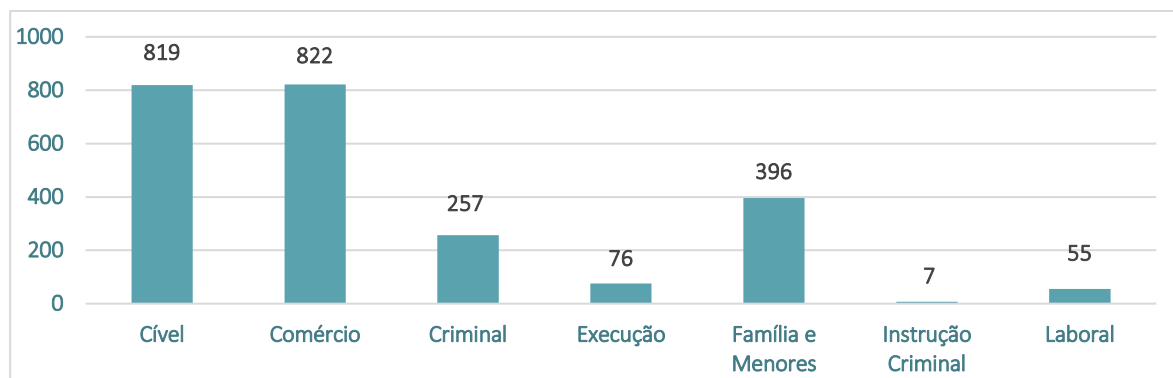
NOTA: A respeito dos dados recolhidos, a Comarca de Lisboa Norte remeteu as listagens com comentários indicando a situação atual dos processos indicados como pendentes há mais de quatro anos.

2.14 Comarca de Lisboa Oeste

Na Comarca de Lisboa Oeste, existiam 2 432 processos pendentes há mais de quatro anos. A pendência global era de 29 104 processos, correspondendo aqueles a 8,36%.

A sua distribuição por áreas jurisdicionais era a seguinte: cível – 819; família e menores – 396; criminal – 257; comércio – 822; execução – 76; laboral – 55; e instrução criminal - 7 (**figura 101**).

Figura 101 - Processos pendentes há mais de 4 anos na Comarca de Lisboa Oeste



2.14.1 Jurisdição Cível

Na jurisdição cível registavam-se 819 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Ação de Processo Comum” e “Inventário”, que totalizam 331 e 223 processos, respetivamente.

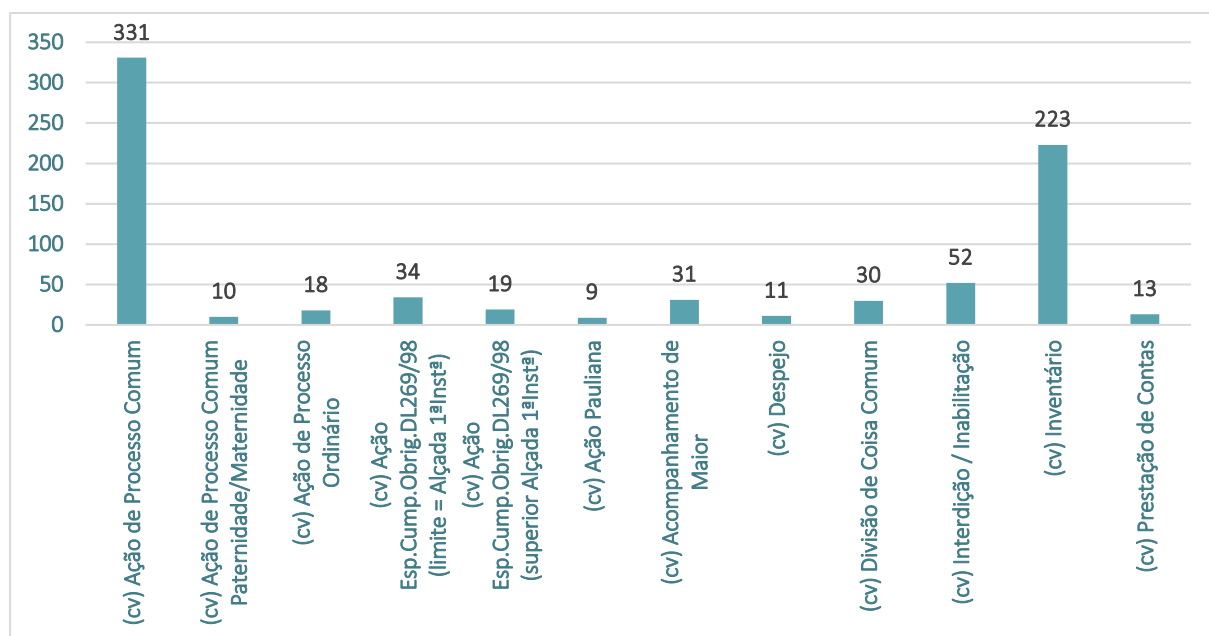
Outras espécies apresentam também alguma expressão, embora em menor escala, nomeadamente “Interdição/Inabilitação” com 52 processos, “Ação de Processo Sumário” e “Ação Especial de Cumprimento de Obrigações do DL 269/98 (limite da alçada da 1.ª instância)” ambas com 34 processos, “Acompanhamento de Maior” com 31 processos, e “Divisão de Coisa Comum” com 30 processos.

Para além destas, identificaram-se outras espécies com representatividade mais reduzida, entre as quais “Ação Especial de Cumprimento de Obrigações do DL 269/98 (superior à alçada da 1.ª instância)” com 19 processos, “Ação de Processo Ordinário” com 18 processos, “Prestação de Contas” com 13 processos, “Despejo” com 11 processos, e ainda “Ação de Processo Comum Paternidade/Maternidade” e “Ação Pauliana” ambas com 9 processos (**figura 102**).

Adicionalmente, foi possível identificar um conjunto de 20 outras espécies, cada uma com um número muito reduzido de processos, variando entre 1 e 4 processos, motivo pelo qual não foram representadas graficamente.

Entre estas, contam-se três espécies com 4 processos — “Ação de Processo Sumário”, “Autorização/Confirmação Judicial” e “Reclamação de Créditos” — e “Embargos de Executado”, com 3 processos. Com 2 processos surgem “Ação de Honorários”, “Ação Ordinária – Paternidade/Maternidade”, “Expropriação”, “Habilitação do adquirente ou cessionário”, “Incidente de Liquidação”, “Notificação Judicial Avulsa” e “Oposição à Penhora”. Por fim, com apenas 1 processo cada, encontram-se as espécies “Ação de Alimentos Definitivos”, “Ação de Processo Especial”, “Ação de Reconhecimento/Execução de Decisão Estrangeira”, “Ação Popular”, “BNA – Ação Especial de Despejo”, “Caução (apenso)”, “Habilitação de Herdeiros”, “Justificação Judicial” e “Procedimento Cautelar”.

Figura 102 - Processos pendentes por espécie na área cível



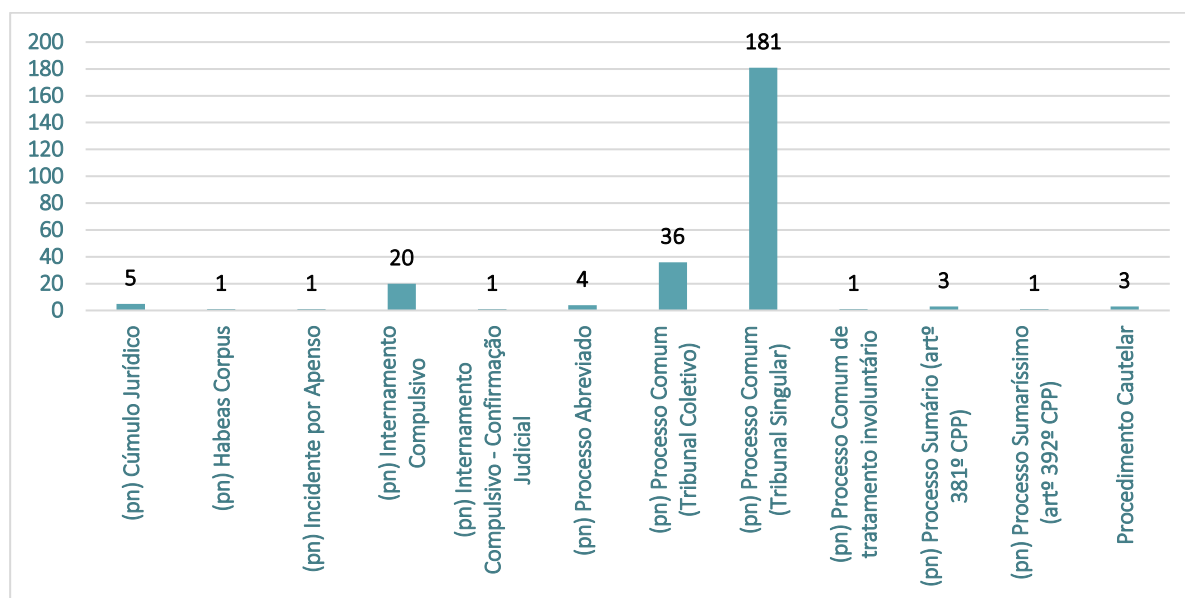
2.14.2 Jurisdição Criminal

Na jurisdição criminal registavam-se 257 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Processo Comum (Tribunal Singular)” com 181 processos. Seguem-se os “Processos Comuns (Tribunal Coletivo)” com 36 processos, e os processos de “Internamento Compulsivo” que representam 20 processos.

Para além destas espécies mais representativas, identificaram-se outras categorias processuais com reduzida expressão estatística. Entre elas encontram-se “Cúmulo Jurídico” com 5 processos, e “Processo Abreviado” com 4 processos. Registaram-se ainda 3 processos de “Processo Sumário (art.º 381.º CPP)” e 3 processos de “Procedimento Cautelar”. Por fim, com apenas 1 processo cada, surgem as espécies “Habeas Corpus”, “Incidente por Apenso”, “Internamento Compulsivo – Confirmação Judicial”, “Processo Comum de Tratamento Involuntário” e “Processo Sumaríssimo (art.º 392.º CPP)” (**figura 103**).

Figura 103 - Processos pendentes por espécie na área criminal

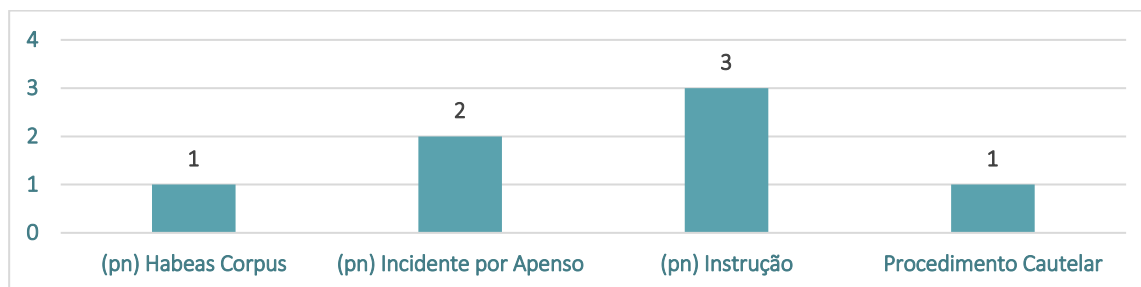


2.14.3 Jurisdição Instrução Criminal

Na jurisdição da instrução criminal registavam-se 7 processos pendentes há mais de quatro anos. Todas as espécies apresentavam uma expressão estatística muito reduzida, variando entre um e três processos. A espécie “Instrução” era a mais representada com 3 processos seguindo-se “Incidente por Apenso” com 2 processos.

Com apenas 1 processo cada, identificaram-se ainda as espécies “Habeas Corpus” e “Procedimento Cautelar”. No conjunto, estes dados revelam uma pendência residual e dispersa, sem concentração significativa em qualquer categoria processual (**figura 104**).

Figura 104 - Processos pendentes por espécie na área da instrução criminal



2.14.4 Jurisdição Laboral

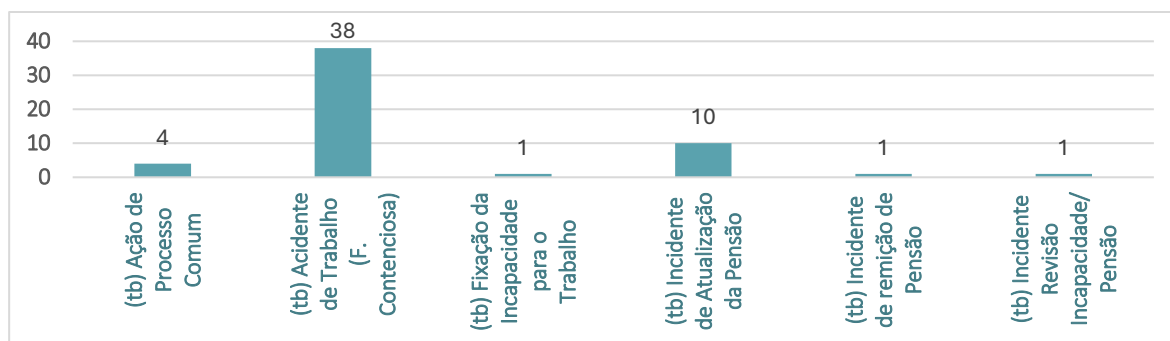
Na jurisdição laboral registavam-se 55 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Acidente de Trabalho (F. Contenciosa/Requer.)” com 38 processos.

Seguem-se os “Incidentes de Atualização da Pensão” com 10 processos.

Com presença residual, identificaram-se ainda 4 processos de “Ação de Processo Comum” e, com apenas 1 processo cada, as espécies “Incidente de Remição de Pensão” e “Incidente de Revisão de Incapacidade/Pensão” (figura 105).

Figura 105 - Processos pendentes por espécie na área laboral



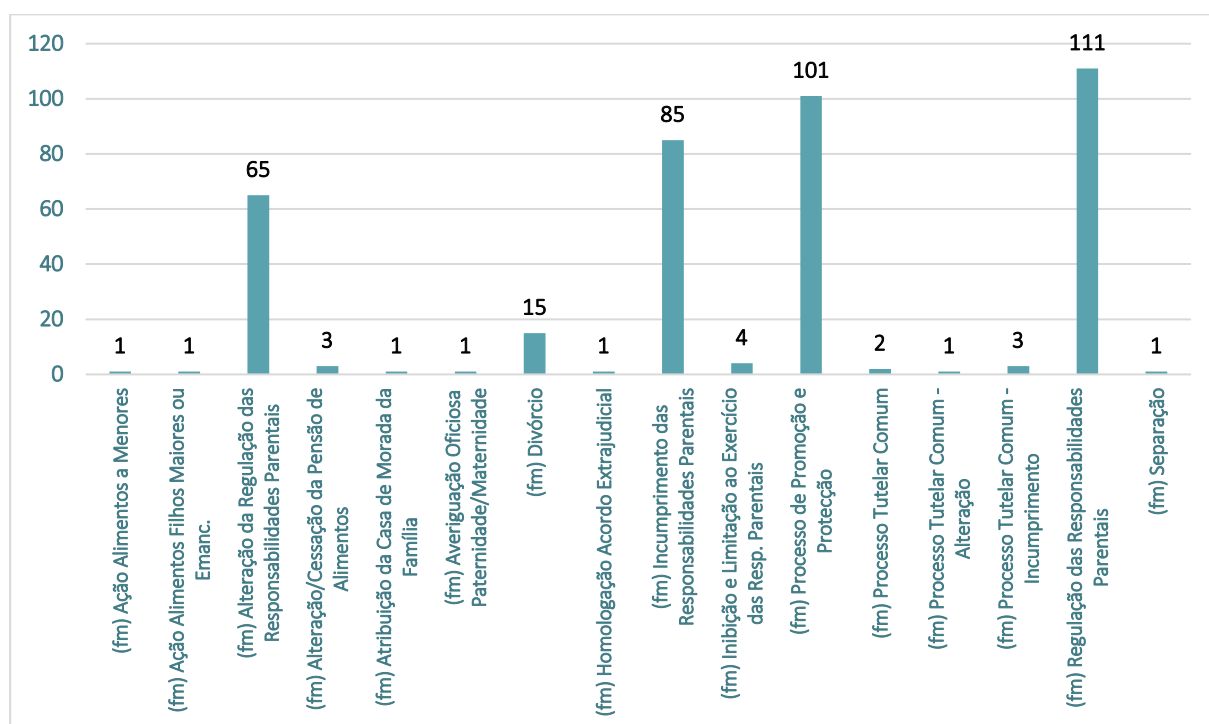
2.14.5 Jurisdição de Família e Menores

Na jurisdição de família e menores registavam-se 396 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Regulação das Responsabilidades Parentais” com 111 processos, “Processo de Promoção e Proteção” com 101 processos, “Incumprimento das Responsabilidades Parentais” com 85 processos, e “Alteração da Regulação das Responsabilidades Parentais” que totalizava 65 processos. Seguiu-se a espécie “Divórcio” com 15 processos.

Com presença residual, identificaram-se ainda 4 processos de “Inibição e Limitação ao Exercício das Responsabilidades Parentais”, bem como 3 processos de “Alteração/Cessação da Pensão de Alimentos” e de “Processo Tutelar Comum – Incumprimento”. Foram igualmente registados 2 processos de “Processo Tutelar Comum” e, com apenas 1 processo cada, as espécies “Ação de Alimentos a Menores”, “Ação de Alimentos a Filhos Maiores ou Emancipados”, “Atribuição da Casa de Morada da Família”, “Averiguação Oficiosa de Paternidade/Maternidade”, “Homologação de Acordo Extrajudicial”, “Processo Tutelar Comum – Alteração” e “Separação” (figura 106).

Figura 106 - Processos pendentes por espécie na área da família e menores



2.14.6 Jurisdição de Comércio

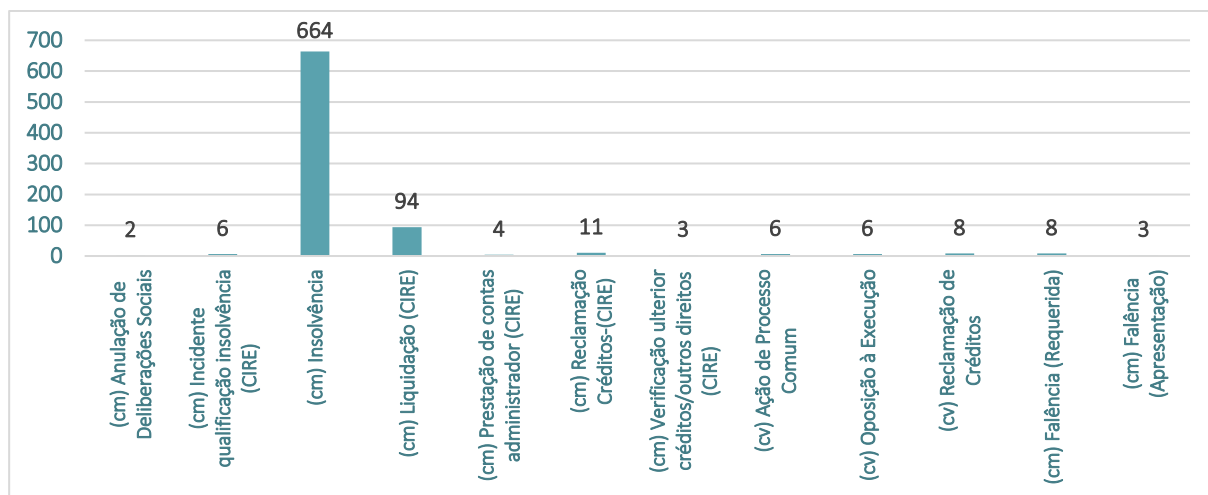
Na jurisdição de comércio registavam-se 815 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Insolvência” com 664 processos, dos quais 187 diziam respeito a pessoas coletivas, 69 de apresentação e 118 requeridas, e 477 a pessoas singulares, 395 de apresentação e 82 requeridas. Assumiam também relevância os processos de “Liquidação (CIRE)” que somavam 94 processos.

Seguiam-se, embora com números bastante inferiores, as espécies “Reclamação de Créditos (CIRE)” com 11 processos, e “Reclamação de Créditos” “Falência (Requerida)”, ambas com 8 processos. Com 6 processos cada, identificavam-se ainda o “Incidente de Qualificação da Insolvência (CIRE)”, a “Ação de Processo Comum” e a “Oposição à Execução”. Registavam-se igualmente 4 processos de “Prestação de Contas do Administrador (CIRE)” e 3 processos de “Verificação Ulterior de Créditos/Outros Direitos (CIRE)”. Por fim, com apenas 2 processos, surgia a espécie “Anulação de Deliberações Sociais” (**figura 107**).

Para além das espécies processuais com maior expressão, identificaram-se ainda sete outras espécies, cada uma delas representada por apenas um processo. Devido à sua reduzida relevância estatística, estas categorias não foram incluídas na representação gráfica, de modo a preservar a clareza e a legibilidade dos dados apresentados. Ainda assim, para efeitos de análise, enumeram-se as espécies identificadas: “Apreensão de Bens”, “Procedimento Cautelar – Suspensão de Deliberações Sociais (CPC 2013)”, “Processo Especial para Acordo de Pagamento (CIRE)”, “Embargos de Terceiro”, “Inventário”, “Oposição à Penhora” e “Papéis não classificados (9.ª Espécie)”.

Figura 107 - Processos pendentes por espécie na área do comércio

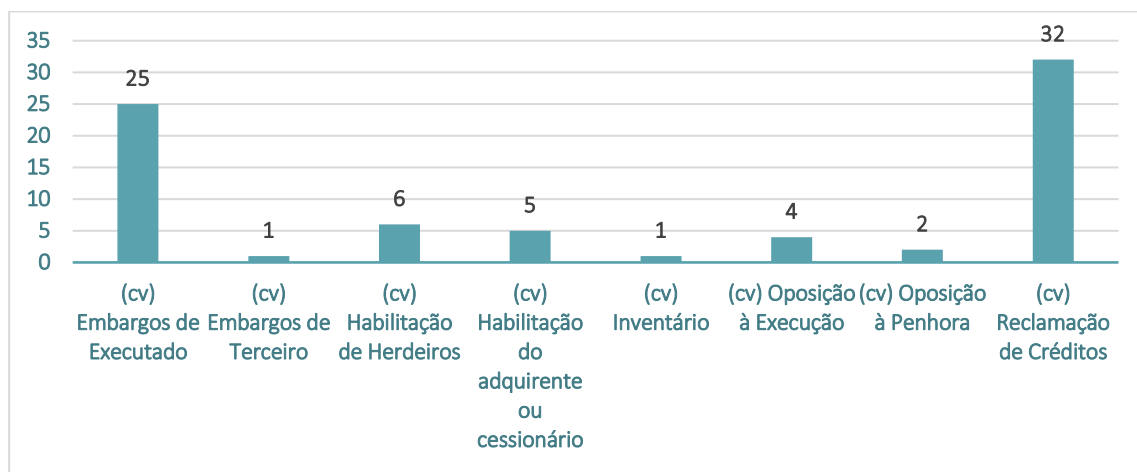


2.14.7 Jurisdição de Execução

Na jurisdição de execução registavam-se 76 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Reclamação de Créditos” com 32 processos, e “Embargos de Executado” com 25 processos. Seguem-se “Habilitação de Herdeiros” com 6 processos, “Habilitação do adquirente ou cessionário”, com 5, “Oposição à Execução” com 4 e “Oposição à Penhora” com 2. Por fim, com apenas 1 processo cada, surgiam as espécies “Embargos de Terceiro” e “Inventário” (figura 108).

Figura 108 - Processos pendentes por espécie na área da execução



NOTA: A respeito dos dados recolhidos, a Comarca de Lisboa Oeste remeteu as listagens com comentários indicando a situação atual dos processos indicados como pendentes há mais de quatro anos.

2.15 Comarca da Madeira

Na Comarca da Madeira existiam 627 processos pendentes há mais de quatro anos. A pendência global era de 5 858 processos, correspondendo aqueles a 10,70%.

A sua distribuição por áreas jurisdicionais era a seguinte: cível – 271; comércio – 268; família e menores 63; criminal – 11; laboral – 7; e execução - 7 (**figura 109**).

Não se verificava qualquer processo nestas circunstâncias na jurisdição de instrução criminal, revelando uma pendência inexistente nesta área específica.

Figura 109 - Processos pendentes há mais de 4 anos na Comarca da Madeira



2.15.1 Jurisdição Cível

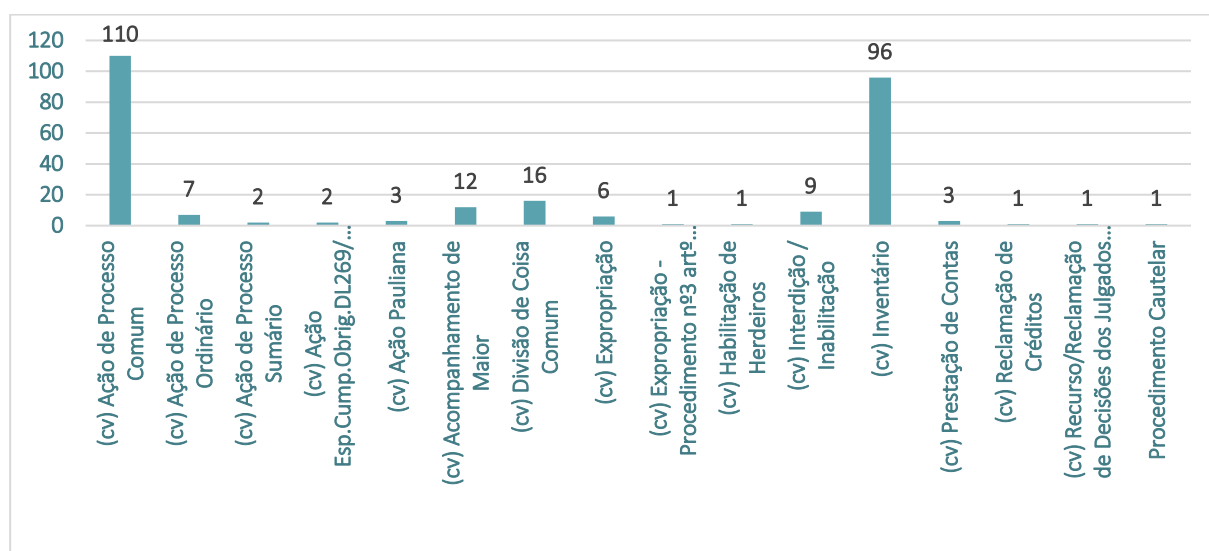
Na jurisdição cível da Comarca da Madeira encontravam-se 271 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Ação de Processo Comum” e “Inventário” que totalizavam 110 e 96 processos, respetivamente. Seguiam-se os processos de “Divisão de Coisa Comum” com 16 processos, “Acompanhamento de Maior” com 12 processos, “Interdição/Inabilitação” com 9 processos, “Ação de Processo Ordinário” com 7 processos, e “Expropriação” com 6 processos. Para além destas espécies mais representativas, identificaram-se outras categorias com reduzida expressão estatística. Entre elas figuravam “Ação Pauliana” e “Prestação de Contas” ambas com 3 processos, bem como “Ação de Processo Sumário” e “Ação Especial de

Cumprimento de Obrigações do DL 269/98 (limite da alçada da 1.ª instância)” ambas com 2 processos.

Por fim, com apenas 1 processo cada, surgiam as espécies “Expropriação – Procedimento n.º 3, art.º 42.º”, “Habilitação de Herdeiros”, “Reclamação de Créditos”, “Recurso/Reclamação de Decisões dos Julgados de Paz” e “Procedimento Cautelar” (**figura 110**).

Figura 110 - Processos pendentes por espécie na área cível



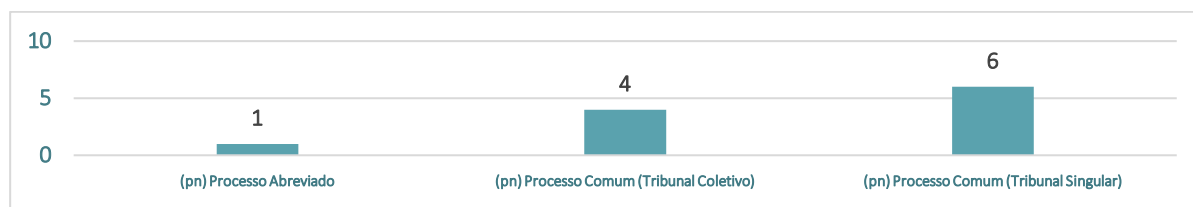
2.15.2 Jurisdição Criminal

Na jurisdição criminal registavam-se 11 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Processo Comum (Tribunal Singular)” com 6 processos. Seguiu-se o “Processo Comum (Tribunal Coletivo)” com 4 processos.

Por fim, registava-se apenas 1 processo da espécie “Processo Abreviado” (**figura 111**).

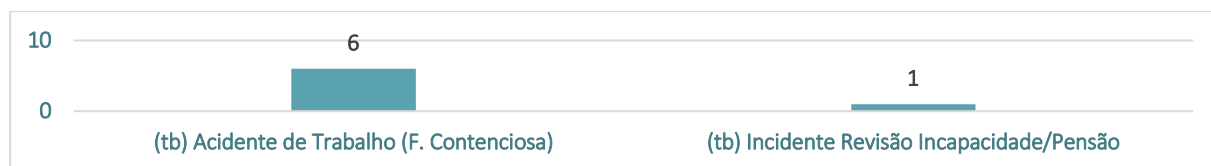
Figura 111 – Processos pendentes por espécie na área criminal



2.15.3 Jurisdição Laboral

Na jurisdição laboral registavam-se 7 processos pendentes há mais de quatro anos. A quase totalidade correspondia a processos de “Acidente de Trabalho (F. Contenciosa)”, que totalizavam 6 processos, constituindo assim o núcleo principal da pendência nesta área. Registava-se ainda 1 processo da espécie “Incidente de Revisão de Incapacidade/Pensão” (figura 112).

Figura 112 - Processos pendentes por espécie na área laboral



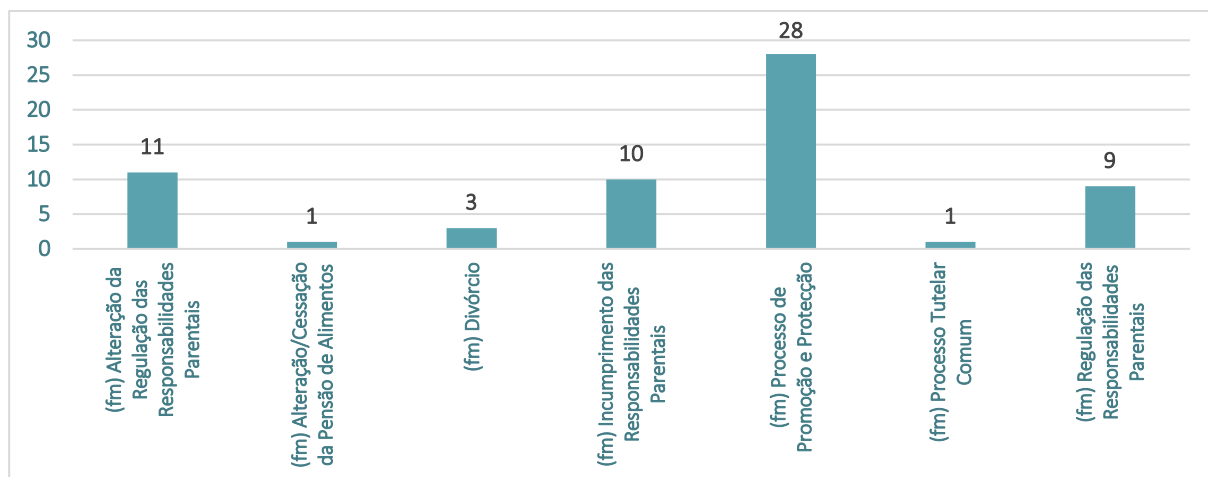
2.15.4 Jurisdição de Família e Menores

Na jurisdição de família e menores registavam-se 63 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Processo de Promoção e Proteção” com 28 processos. Seguiam-se as espécies “Alteração da Regulação das Responsabilidades Parentais” com 11 processos, “Incumprimento das Responsabilidades Parentais” com 10 processos, e “Regulação das Responsabilidades Parentais” com 9 processos.

Com expressão estatística muito reduzida, identificavam-se ainda 3 processos de “Divórcio” e, com apenas 1 processo cada, as espécies “Alteração/Cessação da Pensão de Alimentos” e “Processo Tutelar Comum” (figura 113).

Figura 113 - Processos pendentes por espécie na área de família e menores

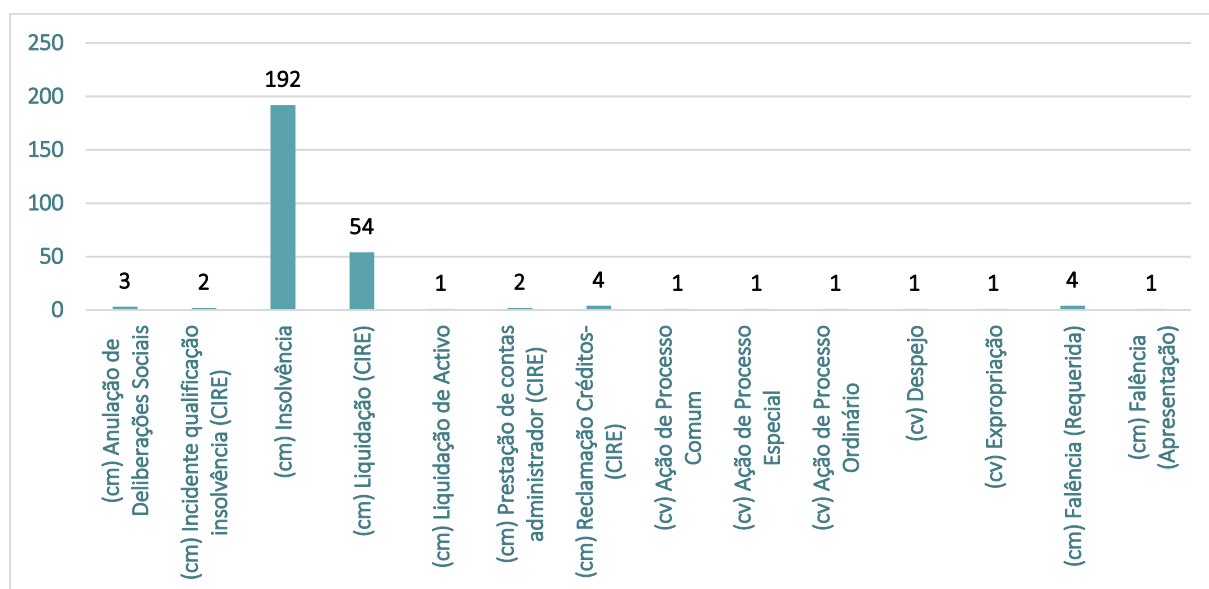


2.15.5 Jurisdição de Comércio

Na jurisdição de comércio registavam-se 268 processos pendentes há mais de quatro anos. A espécie mais representativa era a de “Insolvência”, com 192 processos, dos quais 65 respeitavam a pessoas coletivas — 22 de apresentação e 43 requeridas — e 127 a pessoas singulares, sendo 107 de apresentação e 20 requeridas. Seguia-se a espécie “Liquidação (CIRE)” com 54 processos.

As restantes espécies apresentavam expressão estatística bastante reduzida, variando entre um e quatro processos. Identificaram-se 4 processos de “Reclamação de Créditos (CIRE)” e “Falência (Requerida)” e 3 processos de “Anulação de Deliberações Sociais”. Com 2 processos cada, surgiam o “Incidente de Qualificação da Insolvência (CIRE)” e a “Prestação de Contas do Administrador (CIRE)”. Por fim, com apenas 1 processo, encontravam-se as espécies “Liquidação de Ativo”, “Ação de Processo Comum”, “Ação de Processo Especial”, “Ação de Processo Ordinário”, “Despejo” e “Expropriação” (**figura 114**).

Figura 114 – Processos pendentes por espécie na área de comércio



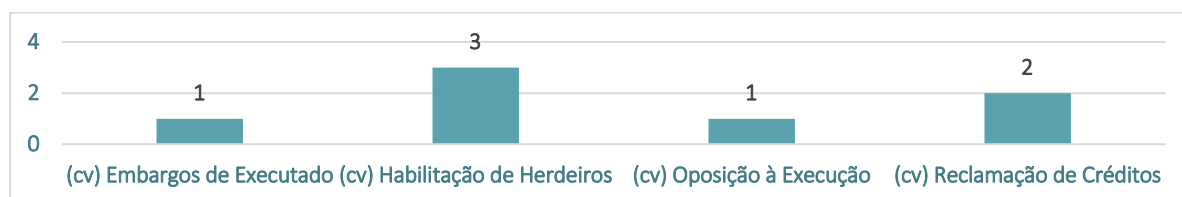
2.15.6 Jurisdição de Execução

Na jurisdição de execução registavam-se 7 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Habilitação de Herdeiros” com 3 processos. Seguiu-se a “Reclamação de Créditos” que contabilizava 2 processos.

Por fim, com apenas 1 processo cada, surgiam as espécies “Embargos de Executado” e “Oposição à Execução” (figura 115).

Figura 115 - Processos pendentes por espécie na área da execução



NOTA: A respeito dos dados recolhidos, a Comarca da Madeira remeteu as listagens com comentários indicando a situação atual dos processos indicados como pendentes há mais de quatro anos.

Presta algumas informações quanto aos motivos de atrasos e dificuldades, referindo que o atraso verificado em alguns processos, em especial de inventário, divisão de coisa comum e expropriações, está associado, independentemente da responsabilidade do respetivo juiz titular, às seguintes causas:

- Períodos de suspensão de prazos no âmbito da pandemia da doença COVID-19 que obrigaram ao reagendamento de diligências;
- Dificuldades (em alguns casos, mesmo impossibilidade) de citações no estrangeiro (quer dos primitivos intervenientes quer dos seus sucessores/herdeiros, cuja identificação é, em alguns casos, desconhecida), em especial, na Venezuela, África do Sul, Curaçau e Aruba (ex-Antilhas Holandesas), Ilhas do Canal (Guernesey e Jersey), onde estão fixados milhares de madeirenses há várias décadas, comunidade que conta com várias gerações, sendo que nesses países os serviços de correios são inoperacionais ou demorados e a cooperação judiciária e consular/diplomática são reduzidas ou, mesmo, nulas;
- Dificuldades nas citações/notificações de cidadãos residentes no Reino Unido, decorrentes da saída deste país da União Europeia (Brexit) e inoperacionalidade da cooperação judiciária;
- Indisponibilidade de peritos, em especial nas áreas da saúde, economia/finanças e engenharia civil), e demora na entrega dos respetivos relatórios periciais.

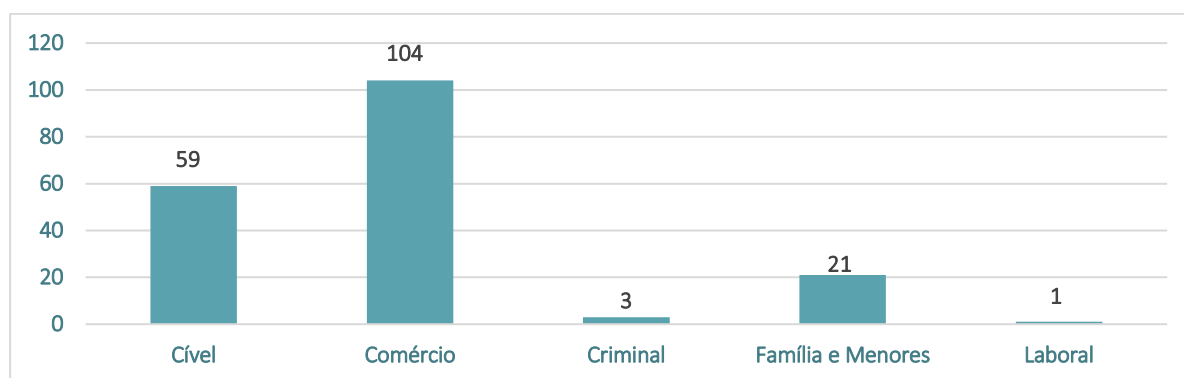
2.16 Comarca de Portalegre

Na Comarca de Portalegre, existem 188 processos pendentes há mais de quatro anos. A pendência global era de 2 116 processos, correspondendo aqueles a 8,88%.

A sua distribuição por áreas jurisdicionais era a seguinte: cível – 59; comércio – 104; família e menores – 21; criminal – 16; e laboral – 1 (**figura 116**).

Não existiam processos nestas circunstâncias nas jurisdições de instrução criminal e de execução.

Figura 116 - Processos pendentes há mais de 4 anos na Comarca de Portalegre



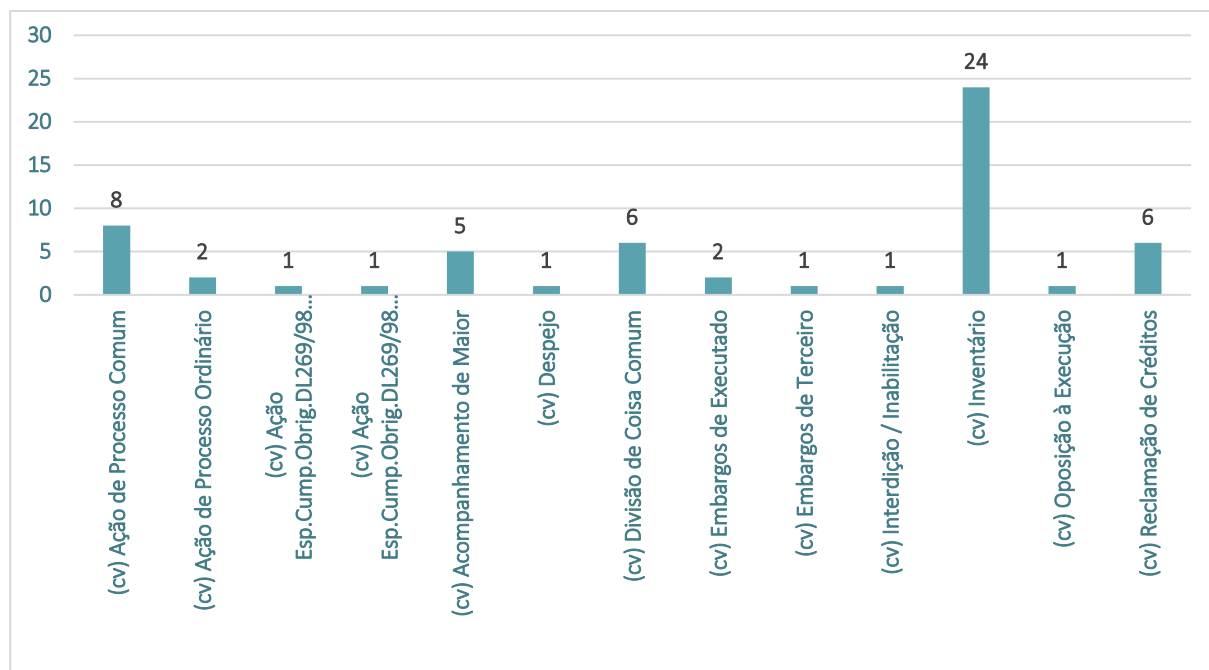
2.16.1 Jurisdição Cível

Na jurisdição cível registavam-se 59 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Inventário” com 24 processos. Seguiam-se a “Ação de Processo Comum” com 8 processos, bem como as espécies “Divisão de Coisa Comum” e “Reclamação de Créditos” ambas com 6 processos e “Acompanhamento de Maior” com 5 processos.

As restantes espécies apresentavam expressão estatística muito reduzida, variando entre um e dois processos. Identificavam-se 2 processos de “Ação de Processo Ordinário” e 2 de “Embargos de Executado”. Com apenas 1 processo cada, surgiam as espécies “Ação Especial de Cumprimento de Obrigações do DL 269/98 (limite da alçada da 1.ª instância)”, “Ação Especial de Cumprimento de Obrigações do DL 269/98 (superior à alçada da 1.ª instância)”, “Despejo”, “Embargos de Terceiro”, “Interdição/Inabilitação” e “Oposição à Execução” (**figura 117**).

Figura 117 - Processos pendentes por espécie na área cível



2.16.2 Jurisdição Criminal

Na jurisdição criminal registavam-se 3 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destes, 2 pertenciam à espécie “Processo Comum (Tribunal Singular)”, enquanto o terceiro correspondia à espécie “Processo Comum (Tribunal Coletivo)” (figura 118).

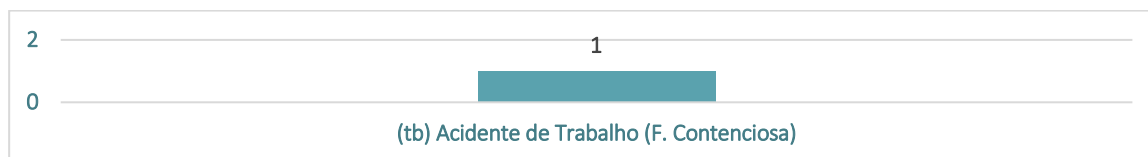
Figura 118 - Processos pendentes por espécie na área criminal



2.16.3 Jurisdição Laboral

Na jurisdição laboral registava-se apenas 1 processo pendente há mais de quatro anos, pertencente à espécie “Acidente de Trabalho (F. Contenciosa/Requer.)” (figura 119).

Figura 119 - Processos pendentes por espécie na área laboral



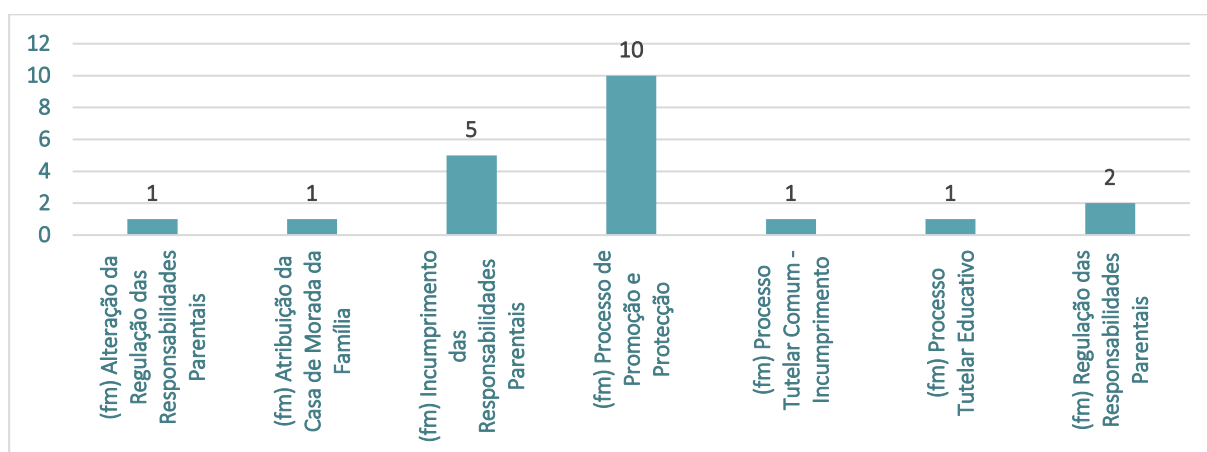
2.16.4 Jurisdição de Família e Menores

Na jurisdição de família e menores registavam-se 21 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Processo de Promoção e Proteção” que totalizava 10 processos. As restantes categorias apresentavam expressão estatística bastante reduzida: “Incumprimento das Responsabilidades Parentais” contabilizava 5 processos, enquanto “Regulação das Responsabilidades Parentais” registava 2 processos.

Por fim, com apenas 1 processo cada, surgiam as espécies “Alteração da Regulação das Responsabilidades Parentais”, “Atribuição da Casa de Morada da Família”, “Processo Tutelar Comum – Incumprimento” e “Processo Tutelar Educativo” (figura 120).

Figura 120 - Processos pendentes por espécie na área da família e menores



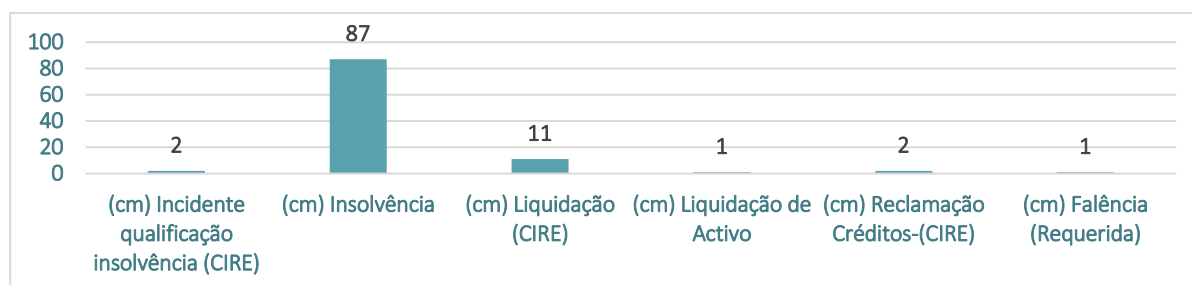
2.16.5 Jurisdição de Comércio

Na jurisdição de comércio registavam-se 104 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Insolvência” que totalizava 87 processos, dos quais 19 respeitavam a pessoas coletivas, 7 de apresentação e 12 requeridas, e 68 a pessoas singulares, 58 de apresentação e 10 requeridas. Seguia-se a espécie “Liquidação (CIRE)” com 11 processos.

As restantes espécies apresentavam expressão estatística muito reduzida, variando entre um e dois processos. Identificavam-se 2 processos de “Incidente de Qualificação da Insolvência (CIRE)” e 2 processos de “Reclamação de Créditos (CIRE)”. Por fim, com apenas 1 processo, surgia a espécie “Liquidação de Ativo” e “Falência (Requerida)” (**figura 121**).

Figura 121 - Processos pendentes por espécie na área do comércio



NOTA: A respeito dos dados recolhidos, a Comarca de Portalegre remeteu as listagens com comentários indicando a situação atual dos processos indicados como pendentes há mais de quatro anos.

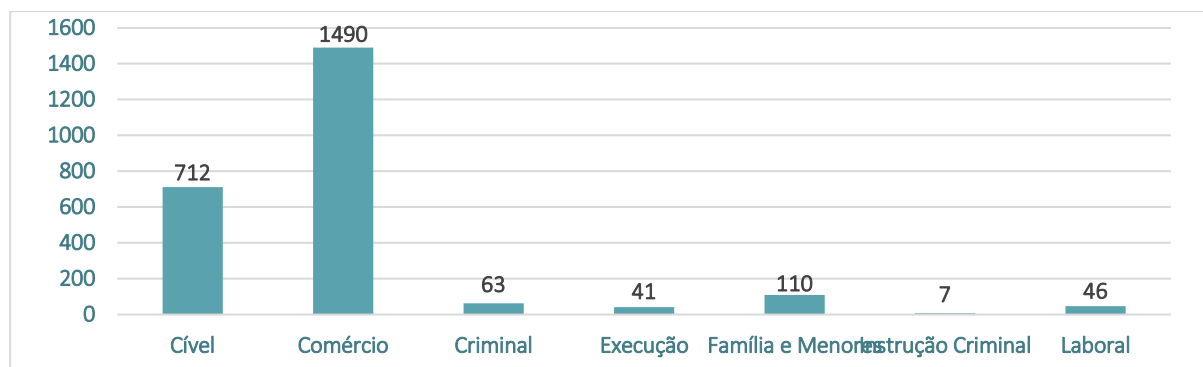
São prestadas diversas informações relativamente a esses processos sendo feita a seguinte súmula: *Contendo a listagem 114 processos, consignamos que 51 não estão já pendentes, 22 aguardam decisões noutros processos e 2 a realização de prova pericial. Relativamente aos restantes 39 não vislumbramos qualquer situação em que a delonga processual resulte de qualquer situação anormal.*

2.17 Comarca do Porto

Na Comarca do Porto existiam 2 469 processo pendentes há mais de quatro. A pendência global era de 27 973 processos, correspondendo aqueles a 8,83%.

A sua distribuição por áreas jurisdicionais era a seguinte: cível – 712; comércio – 1 490; família e menores – 110; criminal – 63; instrução criminal – 7; laboral – 46; e execução – 41 (**figura 122**).

Figura 122 – Processos pendentes há mais de 4 anos na Comarca do Porto



2.17.1 Jurisdição Cível

Na jurisdição cível registavam-se 712 processos pendentes há mais de quatro anos.

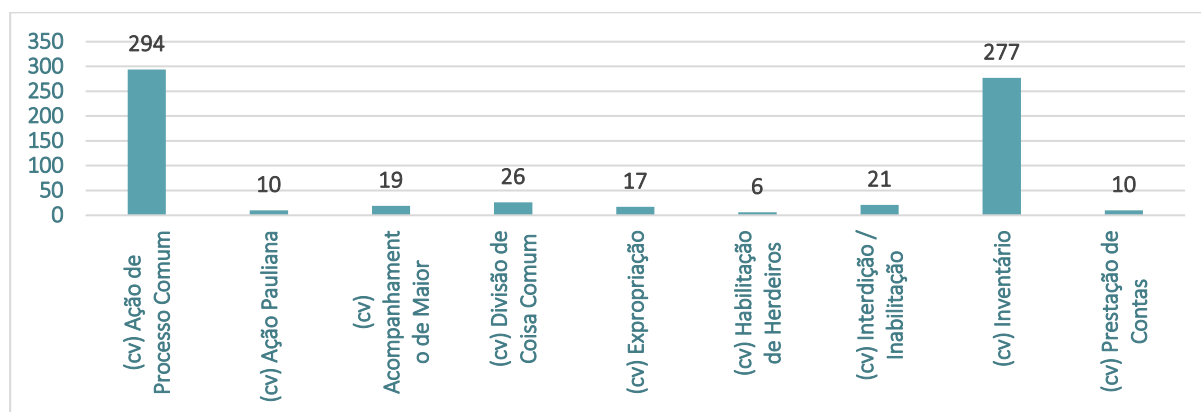
Destacam-se as espécies “Ação de Processo Comum” e “Inventário”, que totalizavam 294 e 277 processos, respetivamente. Outras espécies, embora com expressão bastante inferior, apresentavam ainda algum peso estatístico: “Divisão de Coisa Comum” com 26 processos, “Interdição/Inabilitação” com 21 processos, “Acompanhamento de Maior” com 19 processos e “Expropriação” com 17 processos.

Para além destas categorias mais representativas, identificaram-se ainda algumas espécies com expressão residual. Entre elas figuravam “Ação Pauliana” e “Prestação de Contas” ambas com 10 processos, bem como “Habilitação de Herdeiros” com 6 processos (**figura 123**).

Para além das espécies processuais com maior expressão, identificaram-se ainda 13 outras categorias na jurisdição cível da Comarca do Porto, todas com volumes muito reduzidos, variando entre um e cinco processos. Pela sua baixa representatividade, estas espécies não

foram incluídas na representação gráfica, de modo a preservar a clareza visual dos dados. Ainda assim, importa enumerá-las: registavam-se 5 processos de “Ação de Processo Sumário”; 4 processos de “Ação Especial de Cumprimento de Obrigações do DL 269/98 (superior à alçada da 1.ª instância)” e de “Notificação Judicial Avulsa”; 3 processos de “Ação de Honorários” e de “Caução (apenso)”; e 2 processos de “Ação Especial de Cumprimento de Obrigações do DL 269/98 (limite da alçada da 1.ª instância)” e de “Reclamação de Créditos”. Por fim, com apenas 1 processo cada, surgiam as espécies “Ação de Processo Especial”, “Despejo”, “Embargos de Executado”, “Incidente por Apenso” e “Recurso/Reclamação de Decisões dos Julgados de Paz”.

Figura 123 - Processos pendentes por espécie na área cível



2.17.2 Jurisdição Criminal

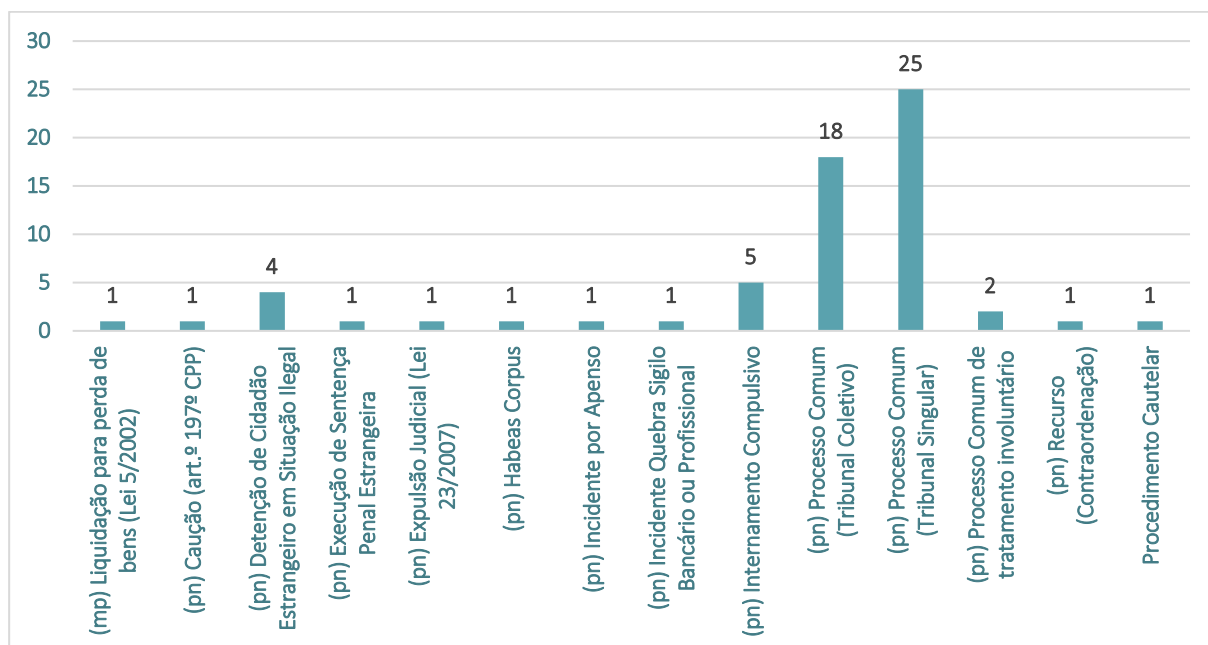
Na jurisdição criminal registavam-se 63 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Processo Comum (Tribunal Singular)” com 25 processos e “Processo Comum (Tribunal Coletivo)” com 18 processos. Seguiam-se o “Internamento Compulsivo” com 5 processos, a “Detenção de Cidadão Estrangeiro em Situação Ilegal” com 4 processos, e o “Processo Comum de Tratamento Involuntário” com 2 processos.

Para além destas categorias, identificaram-se diversas outras espécies com expressão estatística muito reduzida, cada uma com apenas 1 processo. Entre elas figuravam “Liquidação para Perda de Bens (Lei 5/2002)”, “Caução (art.º 197.º CPP)”, “Execução de Sentença Penal Estrangeira”, “Expulsão Judicial (Lei 23/2007)”, “Habeas Corpus”, “Incidente por Apenso”,

“Incidente de Quebra de Sigilo Bancário ou Profissional”, “Recurso (Contraordenação)” e “Procedimento Cautelar” (figura 124).

Figura 124 - Processos pendentes por espécie na área criminal

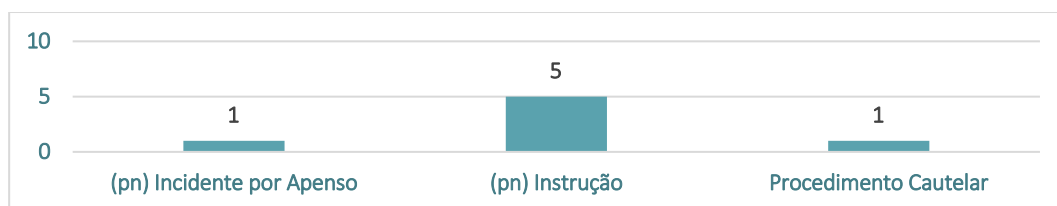


2.17.3 Jurisdição Instrução Criminal

Na jurisdição de instrução criminal registavam-se 7 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Instrução” com 5 processos. Com 1 processo, as espécies “Incidente por Apenso” e “Procedimento Cautelar” (figura 125).

Figura 125 - Processos pendentes por espécie na área da instrução criminal



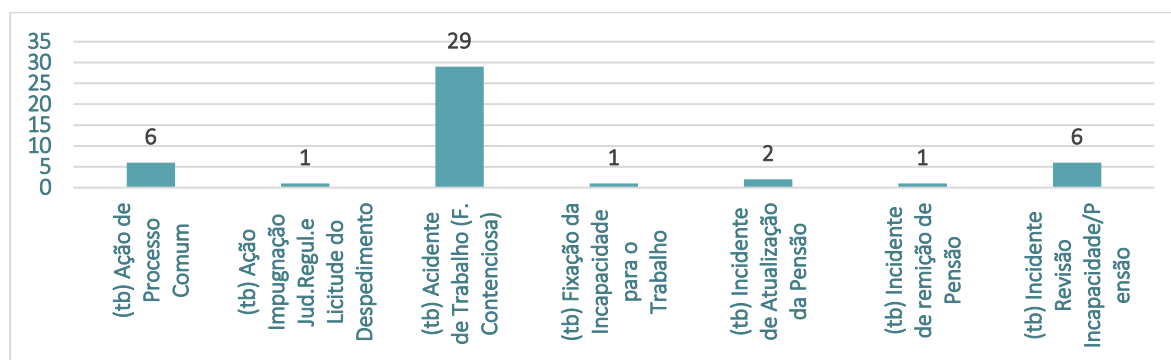
2.17.4 Jurisdição Laboral

Na jurisdição laboral registavam-se 46 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Acidente de Trabalho (F. Contenciosa/Requer.)” com 29 processos.

Seguiam-se as espécies “Ação de Processo Comum” e “Incidente de Revisão de Incapacidade/Pensão” ambas com 6 processos, “Incidente de Atualização da Pensão” com 2 processos e, com apenas 1 processo cada, as espécies “Ação de Impugnação Judicial da Regularidade e Litude do Despedimento”, “Fixação da Incapacidade para o Trabalho” e “Incidente de Remição de Pensão” (figura 126).

Figura 126 - Processos pendentes por espécie na área laboral



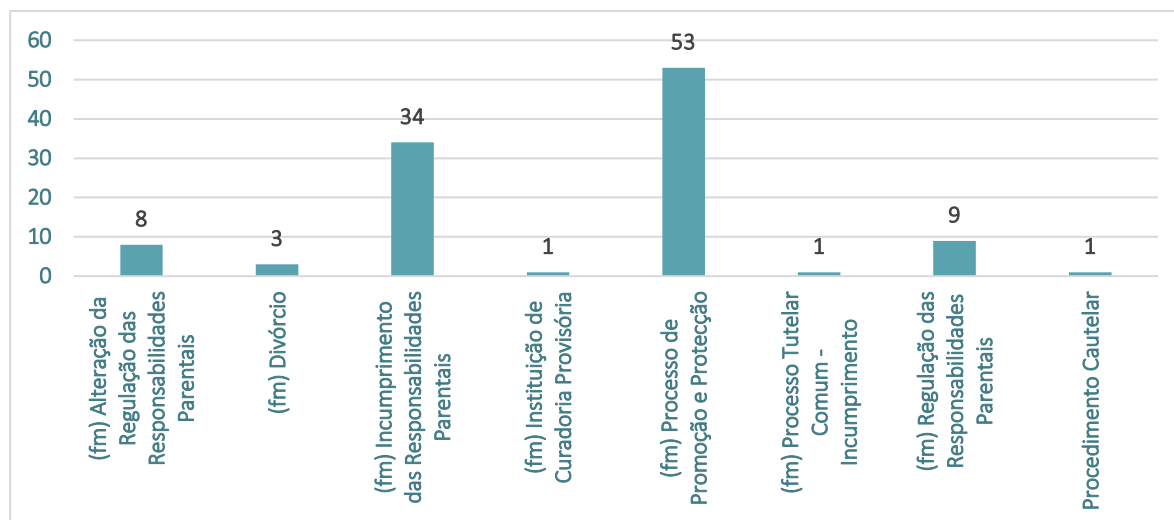
2.17.5 Jurisdição de Família e Menores

Na jurisdição de família e menores registavam-se 110 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Processo de Promoção e Proteção” com 53 processos e “Incumprimento das Responsabilidades Parentais” com 34 processos. Seguiam-se as espécies “Regulação das Responsabilidades Parentais” com 9 processos e “Alteração da Regulação das Responsabilidades Parentais” com 8 processos.

Com expressão estatística muito reduzida surgiam ainda outras categorias: a espécie “Divórcio” com 3 processos, e, com apenas 1 processo cada, as espécies “Instituição de Curadoria Provisória”, “Processo Tutelar Comum – Incumprimento” e “Procedimento Cautelar” (figura 127).

Figura 127 - Processos pendentes por espécie na área da família e menores



2.17.6 Jurisdição de Comércio

Na jurisdição de comércio registavam-se 1490 processos pendentes há mais de quatro anos.

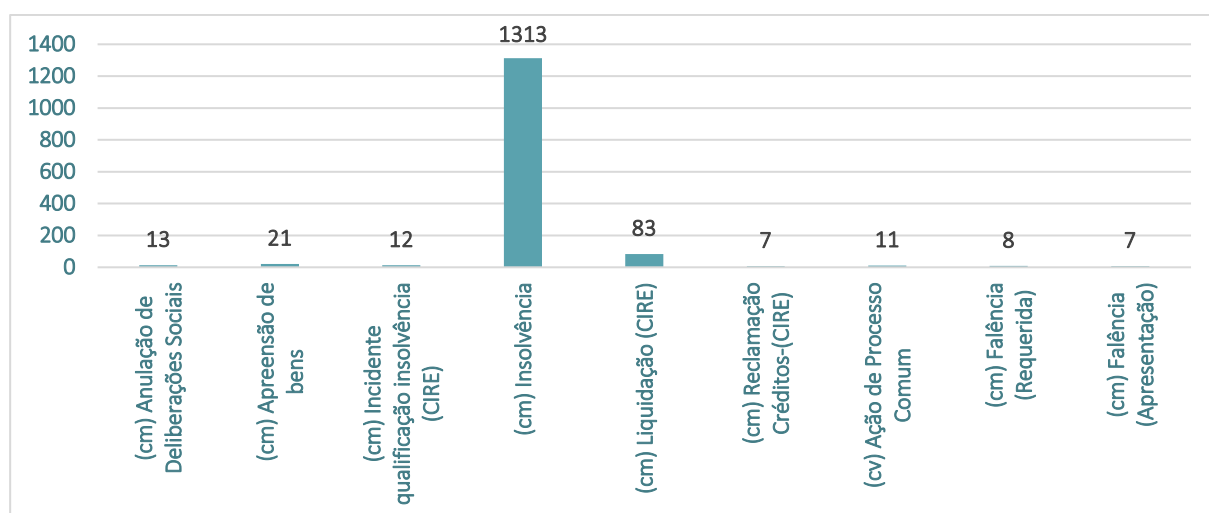
Destaca-se a espécie “Insolvência” com 1 313 processos. Destes, 300 respeitavam a pessoas coletivas, 112 de apresentação e 188 requeridas, e 1 013 a pessoas singulares, 878 de apresentação e 135 requeridas. Seguia-se a espécie “Liquidação (CIRe)”, com 83 processos.

Para além destas categorias de maior expressão, identificaram-se diversas outras espécies com representatividade estatística bastante reduzida: “Apreensão de Bens” com 21 processos, “Anulação de Deliberações Sociais” com 13 processos, “Incidente de Qualificação da Insolvência (CIRe)” com 12 processos, “Ação de Processo Comum” com 11 processos “Falência (Requerida)” com 8 processos, “Falência (Apresentação)”, com 7 processos e “Reclamação de Créditos” com 6 processos (**figura 128**).

Para além das espécies processuais com maior expressão, identificaram-se ainda 9 outras categorias na jurisdição de comércio da Comarca do Porto, todas com volumes muito reduzidos, variando entre um e dois processos. Pela sua baixa representatividade, estas espécies não foram incluídas na representação gráfica, de modo a preservar a clareza e a leitura visual dos dados. Ainda assim, importa enumerá-las: registavam-se 2 processos de “Destituição de Gerente” e 2 processos de “Liquidação de Ativo”. Com apenas 1 processo cada, surgiam as

espécies “Nomeação e Destituição de Titulares de Órgãos Sociais”, “Prestação de Contas do Administrador (CIRE)”, “Procedimento Cautelar – Suspensão de Deliberações Sociais (CPC 2013)”, “Processo Especial de Revitalização (CIRE)” e “Resolução em Benefício da Massa Insolvente (CIRE)”.

Figura 128 -Processos pendentes por espécie na área do comércio



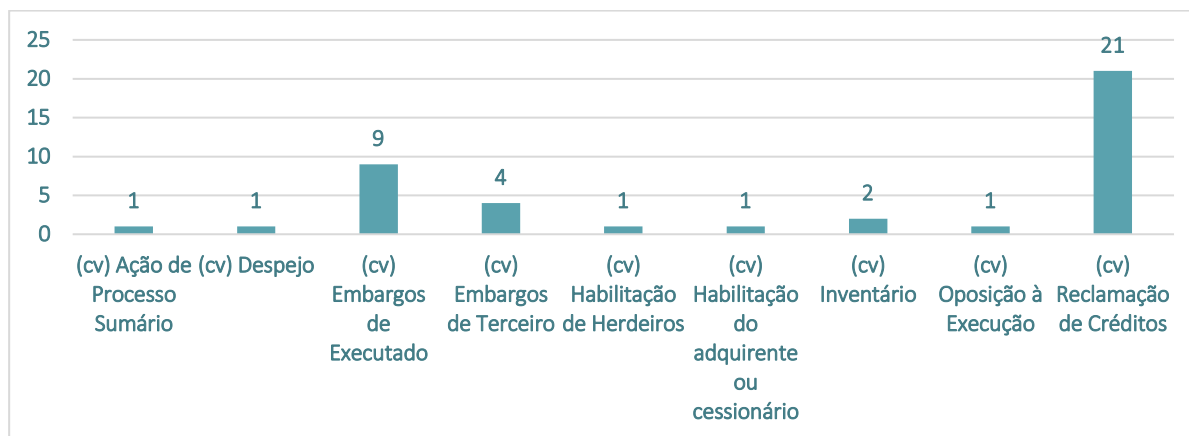
2.17.7 Jurisdição de Execução

Na jurisdição de execução registavam-se 41 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Reclamação de Créditos” com 21 processos. Seguia-se a espécie “Embargos de Executado” com 9 processos.

As restantes categorias apresentavam expressão estatística bastante reduzida: “Embargos de Terceiro” com 4 processos, “Inventário” com 2 processos e, com apenas 1 processo cada, as espécies “Ação de Processo Sumário”, “Despejo”, “Habilitação de Herdeiros”, “Habilitação do Adquirente ou Cessionário” e “Oposição à Execução” (figura 129).

Figura 129 - Processos pendentes por espécie na área da execução



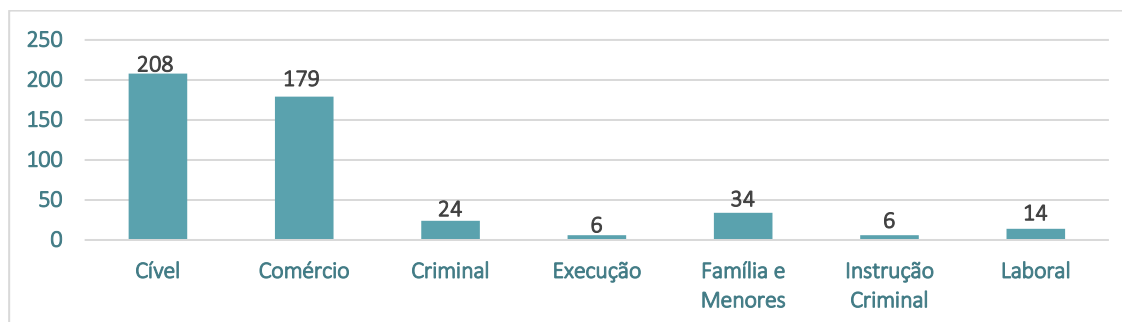
NOTA: A respeito dos dados recolhidos, a Comarca do Porto remeteu as listagens com indicação dos processos findos durante o ano de 2025.

2.18 Comarca do Porto Este

Na Comarca do Porto Este existiam 471 processos pendentes há mais de quatro anos. A pendência global era de 8 504 processos, correspondendo aqueles a 5,54%.

A sua distribuição por áreas jurisdicionais era a seguinte: cível – 208; comércio – 179; família e menores – 34; criminal – 24; instrução criminal – 6; execução – 6; e laboral – 14 (**figura 130**).

Figura 130 - Processos pendentes há mais de 4 anos na Comarca do Porto Este



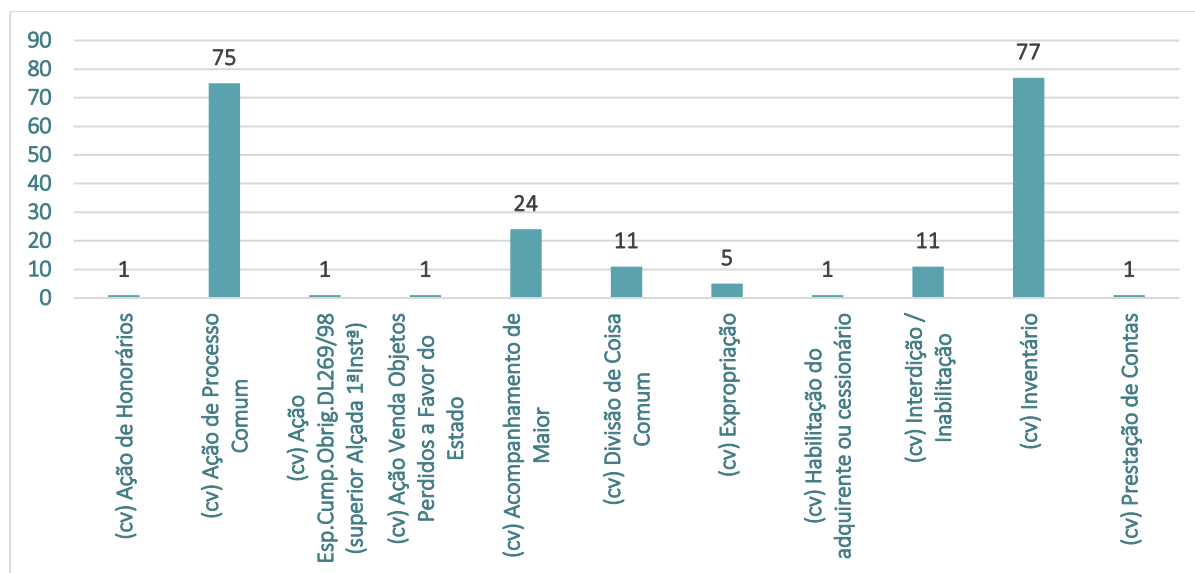
2.18.1 Jurisdição Cível

Na jurisdição cível registavam-se 208 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Inventário” com 77 processos, e “Ação de Processo Comum” com 75 processos. Seguiam-se as espécies “Acompanhamento de Maior” com 24 processos, e “Interdição/Inabilitação” com 11 processos.

As restantes categorias apresentavam expressão estatística muito reduzida, variando entre um e cinco processos. Entre estas, destacava-se “Expropriação” com 5 processos. Com apenas 1 processo cada surgiam as espécies “Ação de Honorários”, “Ação de Processo Sumário”, “Ação Especial de Cumprimento de Obrigações (DL 269/98, limite da alçada da 1.ª instância)”, “Ação de Venda de Objetos Perdidos a Favor do Estado”, “Habilitação do Adquirente ou Cessionário” e “Prestação de Contas” (figura 131).

Figura 131 – Processos pendentes por espécie na área cível



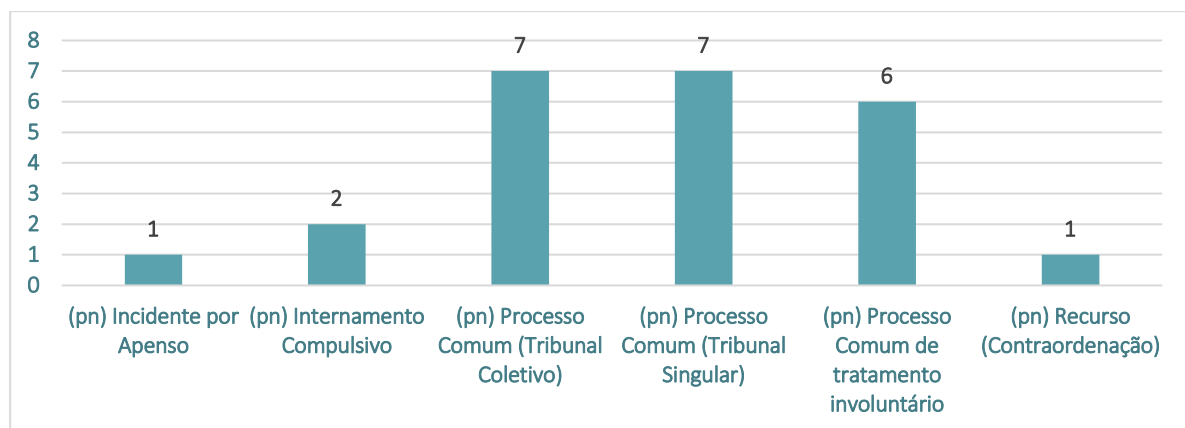
2.18.2 Jurisdição Criminal

Na jurisdição criminal registavam-se 24 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Processo Comum (Tribunal Singular)” e “Processo Comum (Tribunal Coletivo)” ambas com 7 processos. Seguiu-se o “Processo Comum de Tratamento Involuntário” com 6 processos.

As restantes categorias apresentavam expressão estatística muito reduzida: “Internamento Compulsivo” com 2 processos, e, com apenas 1 processo cada, as espécies “Incidente por Apenso” e “Recurso (Contraordenação)” (figura 132).

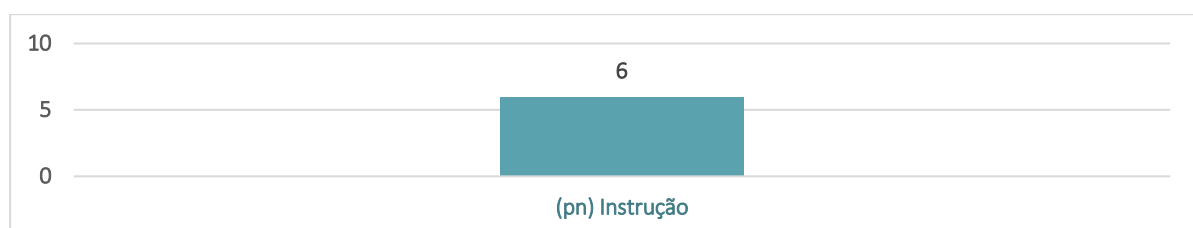
Figura 132 – Processos pendentes por espécie na área criminal



2.18.3 Jurisdição Instrução Criminal

Na jurisdição de instrução criminal registavam-se 6 processos pendentes há mais de quatro anos todos na espécie “Instrução” (figura 133).

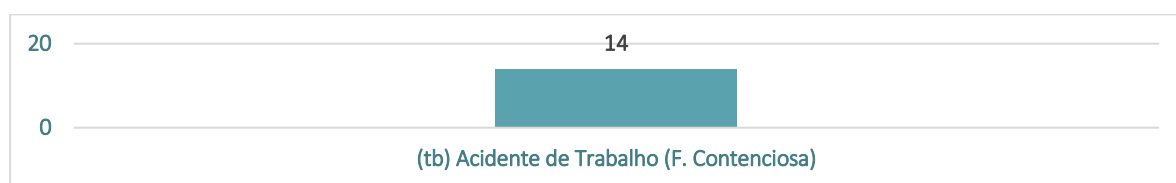
Figura 133 - Processos pendentes por espécie na área da instrução criminal



2.18.4 Jurisdição Laboral

Na jurisdição laboral registavam-se 14 processos pendentes há mais de quatro anos todos na espécie “Acidente de Trabalho (F. Contenciosa/Requer.)” (figura 134).

Figura 134 - Processos pendentes por espécie na área laboral



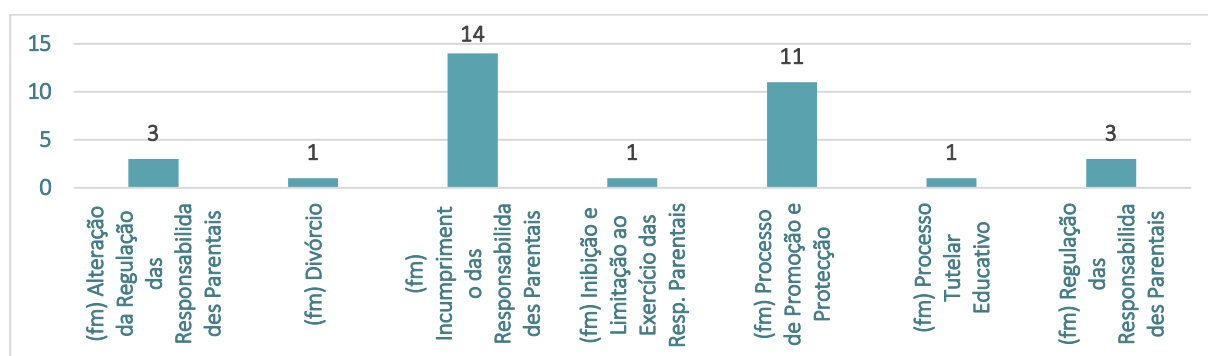
2.18.5 Jurisdição de Família e Menores

Na jurisdição de família e menores registavam-se 34 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Incumprimento das Responsabilidades Parentais” com 14 processos, e “Processo de Promoção e Proteção” com 11 processos.

Com expressão bastante reduzida surgiam as espécies “Alteração da Regulação das Responsabilidades Parentais” e “Regulação das Responsabilidades Parentais” ambas com 3 processos. Por fim, com apenas 1 processo cada, identificavam-se as espécies “Divórcio”, “Inibição e Limitação ao Exercício das Responsabilidades Parentais” e “Processo Tutelar Educativo” (figura 135).

Figura 135 – Processos pendentes por espécie na área da família e menores



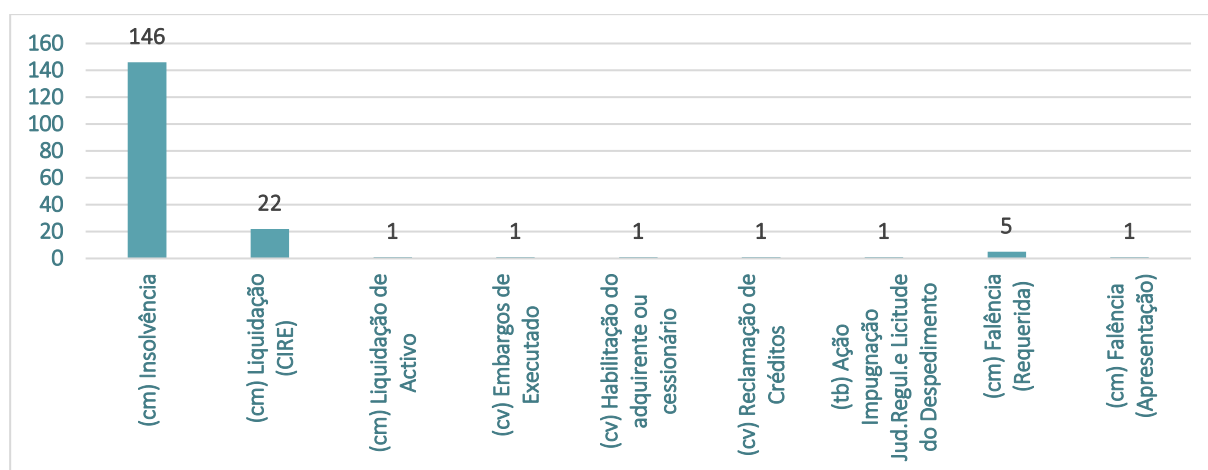
2.18.6 Jurisdição de Comércio

Na jurisdição de comércio da Comarca do Porto Este encontravam-se 179 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Insolvência” com 146 processos. Destes, 55 respeitavam a pessoas coletivas, 26 de apresentação e 29 requeridas, e 91 a pessoas singulares, 69 de apresentação e 22 requeridas. Seguiu-se a espécie “Liquidação (CIRE)”, com 22 processos.

As restantes espécies apresentavam expressão estatística muito reduzida, registando-se 5 processos na espécie “Falência (Requerida)” e apenas 1 processo em cada uma das restantes espécies: “Liquidação de Ativo”, “Embargos de Executado”, “Habilitação do Adquirente ou Cessionário”, “Reclamação de Créditos” e “Ação de Impugnação Judicial da Regularidade e Licidade do Despedimento” “Falência (Apresentação)” (figura 136).

Figura 136 – Processos pendentes por espécie na área do comércio



2.18.7 Jurisdição de Execução

Na jurisdição de execução registavam-se 6 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Reclamação de Créditos” com 5 processos. Com 1 processo a espécie “Ação de Processo Sumário” (figura 137).

Figura 137 – Processos pendentes por espécie na área da execução



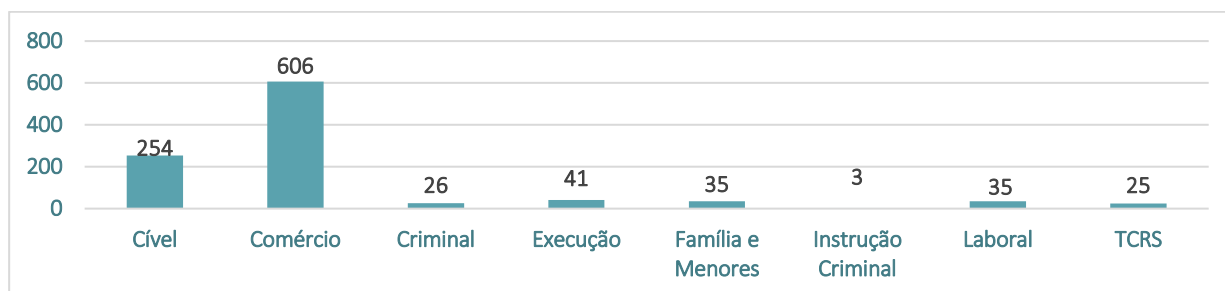
NOTA: A respeito dos dados recolhidos, a Comarca do Porto Este remeteu as listagens com a informação do estado atual. São prestadas diversas informações sobre erros estatísticos, decorrentes do sistema do CITIUS ou da atividade de registo das secretarias, processos conclusos para despachos e outros já despachados.

2.19 Comarca de Santarém

Na Comarca de Santarém existiam 1 025 processos pendentes há mais de quatro anos. A pendência global era de 9 784 processos, correspondendo aqueles a 10,48%.

A sua distribuição por áreas jurisdicionais era a seguinte: cível – 254; comércio – 606; criminal – 62; laboral – 35; família e menores – 35; instrução criminal – 3; execução – 41; e concorrência, regulação e supervisão – 25 (**figura 138**).

Figura 138 - Processos pendentes há mais de 4 anos na Comarca de Santarém



2.19.1 Jurisdição Cível

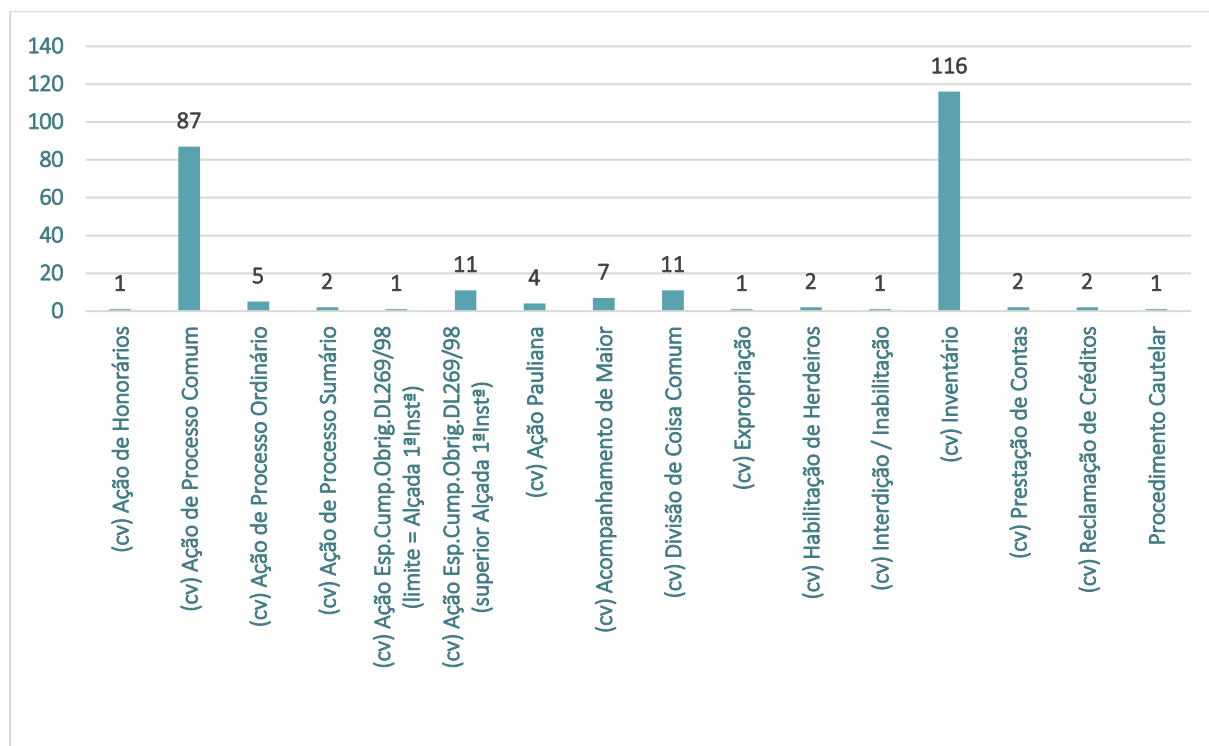
Na jurisdição cível registavam-se 254 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Inventário” com 116 processos e “Ação de Processo Comum” com 87 processos. Seguiam-se as espécies “Ação Especial de Cumprimento de Obrigações (DL 269/98, superior à alçada da 1.ª instância)” e “Divisão de Coisa Comum” ambas com 11 processos, bem como “Acompanhamento de Maior” com 7 processos.

As restantes categorias apresentavam expressão estatística bastante reduzida: uma espécie com 5 processos (não identificada no texto original), “Ação Pauliana” com 4 processos e, com 2 processos cada, as espécies “Ação de Processo Sumário”, “Habilitação de Herdeiros”, “Prestação de Contas” e “Reclamação de Créditos”.

Por fim, com apenas 1 processo cada, surgiam “Ação de Honorários”, “Ação Especial de Cumprimento de Obrigações (DL 269/98, limite da alçada da 1.ª instância)”, “Expropriação”, “Interdição/Inabilitação” e “Procedimento Cautelar” (figura 139).

Figura 139 – Processos pendentes por espécie na área cível

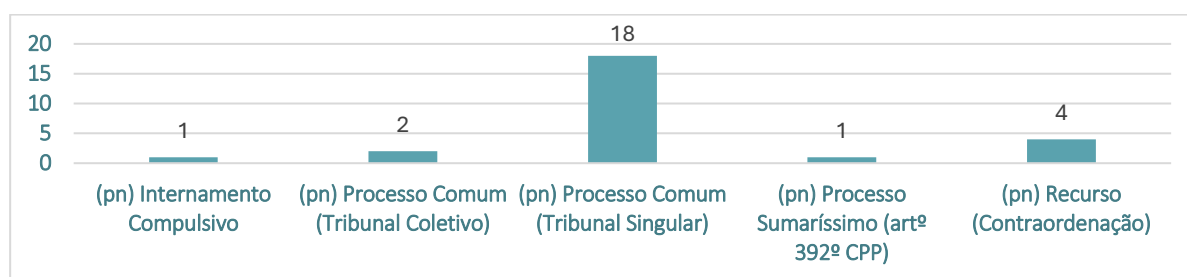


2.19.2 Jurisdição Criminal

Na jurisdição criminal registavam-se 26 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Processo Comum (Tribunal Singular)” com 18 processos. As restantes categorias apresentavam expressão estatística bastante reduzida: “Recurso (Contraordenação)” com 4 processos, “Processo Comum (Tribunal Coletivo)” com 2 processos e, com apenas 1 processo cada, o “Processo Comum (Tribunal Coletivo)” e o “Processo Sumaríssimo (art.º 392.º CPP)” (figura 140).

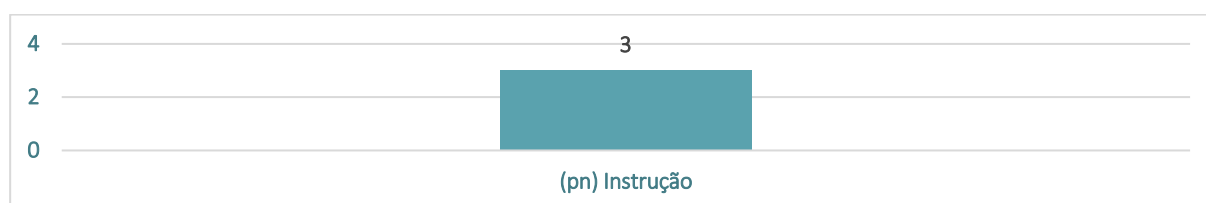
Figura 140 - Processos pendentes por espécie na área criminal



2.19.3 Jurisdição Instrução Criminal

Na jurisdição de instrução criminal registavam-se 3 processos pendentes há mais de quatro anos, todos na espécie “Instrução”, (figura 141).

Figura 141 – – Processos pendentes por espécie na área da instrução criminal



2.19.4 Jurisdição Laboral

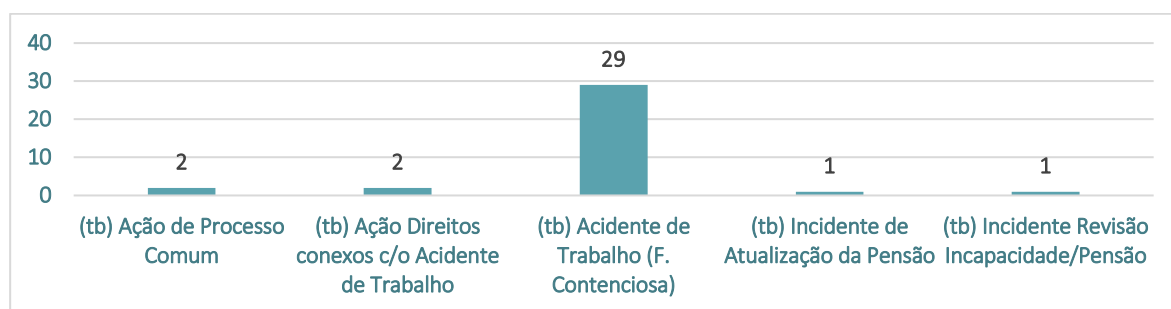
Na jurisdição laboral registavam-se 35 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Acidente de Trabalho (F. Contenciosa/Requer.)” com 29 processos.

Com expressão estatística muito reduzida surgiam ainda 2 processos de “Ação de Processo Comum” e 2 processos de “Ação Direitos Conexos com o Acidente de Trabalho”. Por fim, com

apenas 1 processo cada, identificavam-se as espécies “Incidente de Atualização da Pensão” e “Incidente de Revisão de Incapacidade/Pensão” (**figura 142**).

Figura 142 – Processos pendentes por espécie na área laboral



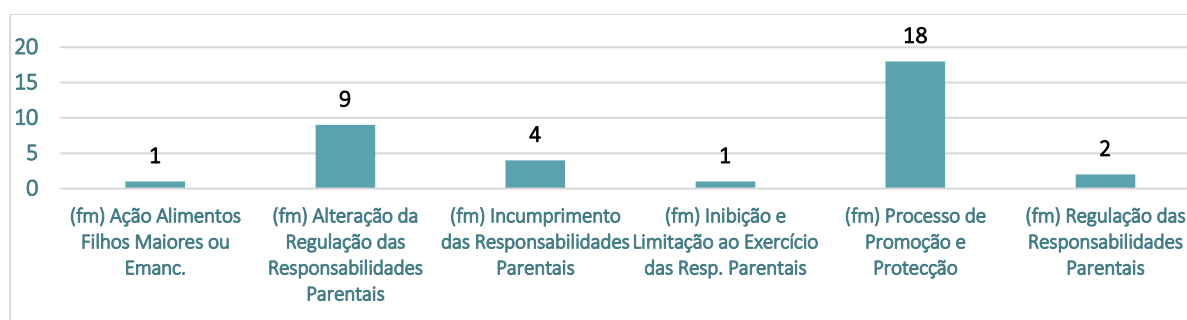
2.19.5 Jurisdição de Família e Menores

Na jurisdição de família e menores registavam-se 35 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Processo de Promoção e Proteção” com 18 processos. Seguiu-se a espécie “Alteração da Regulação das Responsabilidades Parentais” com 9 processos.

As restantes categorias apresentavam expressão estatística muito reduzida: “Incumprimento das Responsabilidades Parentais” com 4 processos, “Regulação das Responsabilidades Parentais” com 2 processos e, com apenas 1 processo cada, as espécies “Ação de Alimentos a Filhos Maiores ou Emancipados” e “Inibição e Limitação ao Exercício das Responsabilidades Parentais” (**figura 143**).

Figura 143 – Processos pendentes por espécie na área da família e menores



2.19.6 Jurisdição de Comércio

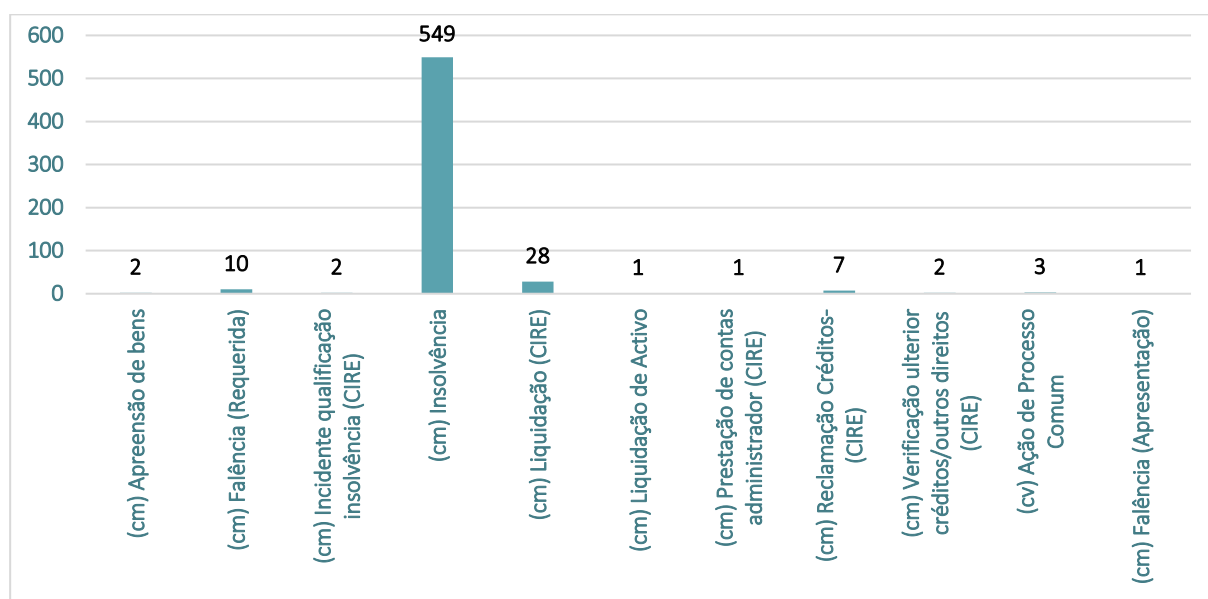
Na jurisdição de comércio registavam-se 606 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Insolvência” com 549 processos. Destes, 68 respeitavam a pessoas coletivas, 28 de apresentação e 40 requeridas, e 481 a pessoas singulares, 411 de apresentação e 70 requeridas. Assumiam também relevância os processos de “Liquidação (CIRE)” com 28 processos, seguidos das espécies “Falência (Requerida)” com 10 processos e “Reclamação de Créditos (CIRE)” que contabilizava 7 processos.

As restantes categorias apresentavam expressão estatística muito reduzida, variando entre 1 e 3 processos. Em concreto, registavam-se 3 processos de “Ação de Processo Comum”; e, com 2 processos cada, as espécies “Apreensão de Bens”, “Incidente de Qualificação de Insolvência (CIRE)” e “Verificação Ulterior de Créditos/Outros Direitos (CIRE)”.

Por fim, com apenas 1 processo cada, surgiam as espécies “Liquidação de Ativo”, “Prestação de Contas do Administrador (CIRE)” e “Falência (Apresentação)”. (figura 144).

Figura 144 – Processos pendentes por espécie na área do comércio

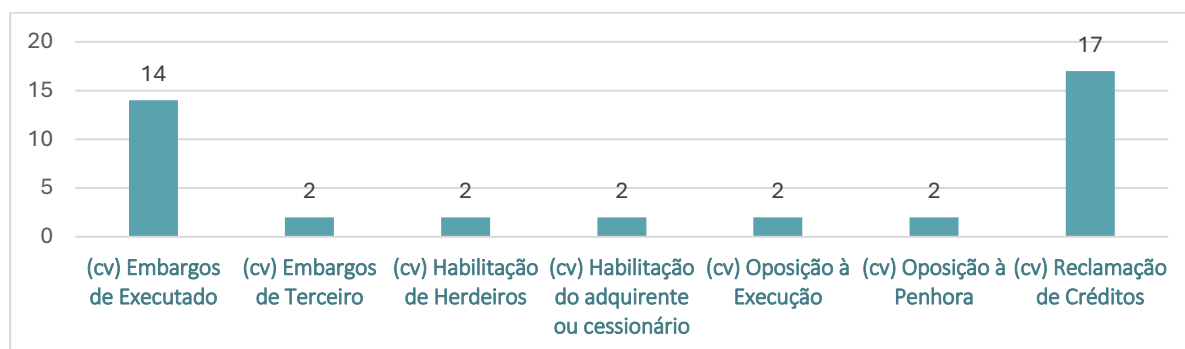


2.19.7 Jurisdição de Execução

Na jurisdição de execução registavam-se 41 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Reclamação de Créditos” com 17 processos, e “Embargos de Executado” com 14 processos. As restantes categorias apresentavam expressão estatística muito reduzida, registando todas apenas 2 processos cada: “Embargos de Terceiro”, “Habilitação de Herdeiros”, “Habilitação do Adquirente ou Cessionário”, “Oposição à Execução” e “Oposição à Penhora” (figura 145).

Figura 145 – Processos pendentes por espécie na área da execução



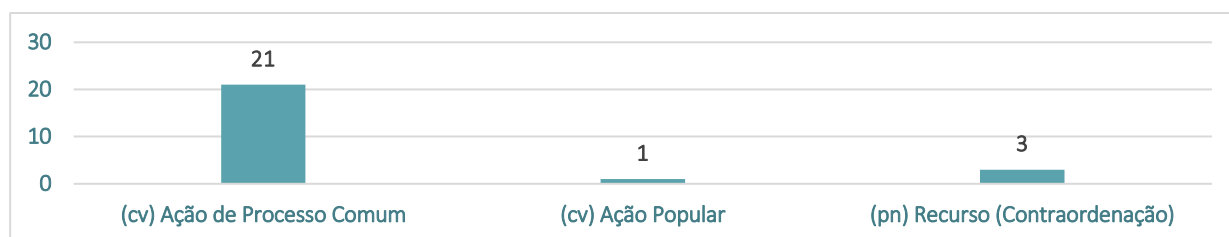
2.19.8 Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

No Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão registavam-se 25 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Ação de Processo Comum” com 21 processos.

As restantes categorias apresentavam expressão estatística muito reduzida, registando-se 3 processos de “Recurso (Contraordenação)” e apenas 1 processo de “Ação Popular” (figura 146).

Figura 146 – Processos pendentes por espécie no Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão



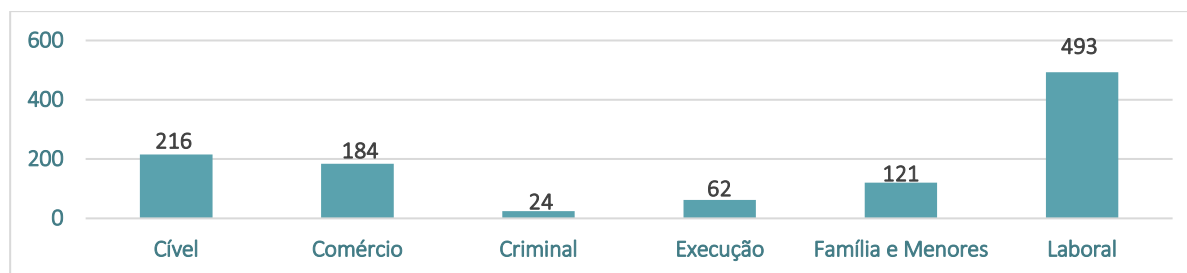
2.20 Comarca de Setúbal

Na Comarca de Setúbal existiam 1 100 processos pendentes há mais de quatro anos. A pendência global era de 7 812 processos, correspondendo aqueles a 14,08%.

A sua distribuição por áreas jurisdicionais era a seguinte: laboral – 493; cível – 216; família e menores – 121; comércio – 184; execução – 62; e criminal – 24 (**figura 147**).

Não existiam processos nestas circunstâncias na jurisdição de instrução criminal.

Figura 147 – Processos pendentes há mais de 4 anos



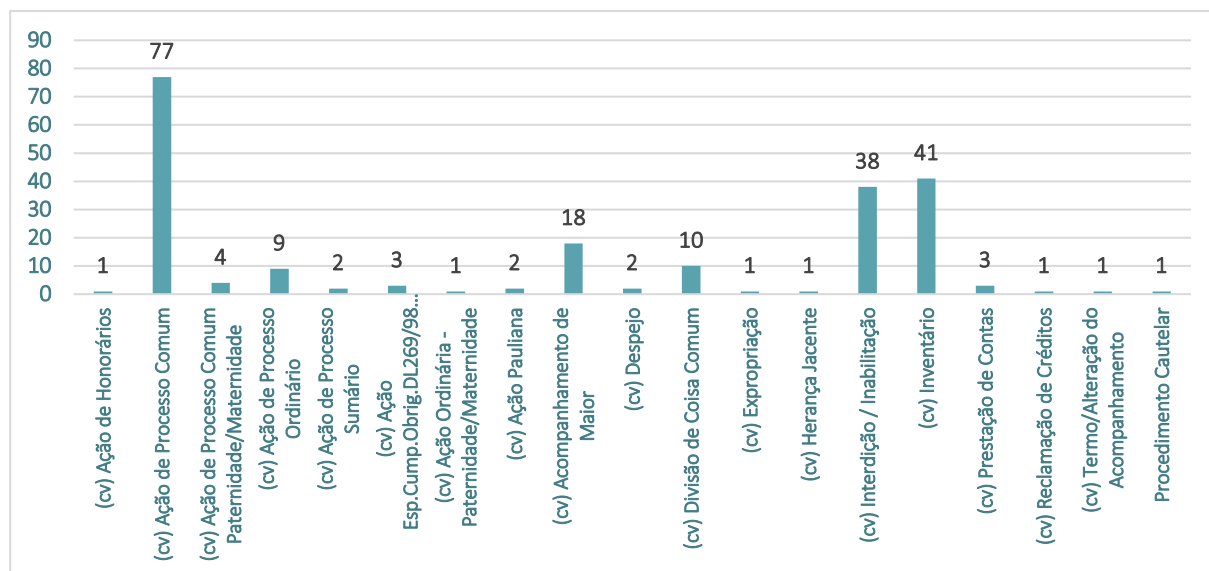
2.20.1 Jurisdição Cível

Na jurisdição cível registavam-se 216 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Ação de Processo Comum” com 77 processos. Seguiam-se, a espécie “Inventário” com 41 processos, e a de “Interdição/Inabilitação” com 38 processos. Para além destas categorias, identificavam-se outras espécies com menor peso estatístico, nomeadamente “Acompanhamento de Maior” com 18 processos, “Divisão de Coisa Comum” com 10 processos e “Ação de Processo Ordinário” com 9 processos.

Com expressão mais reduzida surgiam ainda diversas espécies: “Ação de Processo Comum – Paternidade/Maternidade”, com 4 processos; “Ação Especial de Cumprimento de Obrigações (DL 269/98, superior à alçada da 1.ª instância)” e “Prestação de Contas”, ambas com 3 processos; e, com 2 processos cada, “Ação de Processo Sumário”, “Ação Pauliana” e “Despejo”. Por fim, com apenas 1 processo cada, encontravam-se as espécies “Ação de Honorários”, “Ação Ordinária – Paternidade/Maternidade”, “Expropriação”, “Herança Jacente”, “Reclamação de Créditos”, “Termo/Alteração de Acompanhamento” e “Procedimento Cautelar” (**figura 148**).

Figura 148 – Processos pendentes por espécie na área cível



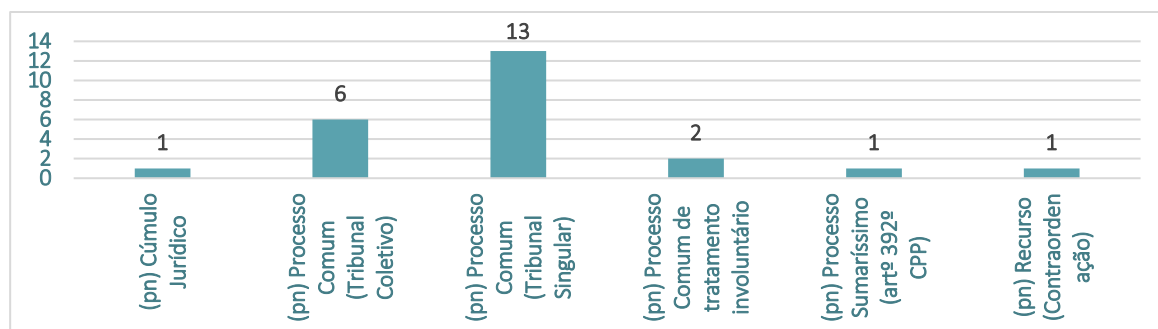
2.20.2 Jurisdição Criminal

Na jurisdição criminal registavam-se 24 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Processo Comum (Tribunal Singular)” com 13 processos. Seguiu-se o “Processo Comum (Tribunal Coletivo)” com 6 processos.

As restantes categorias apresentavam expressão estatística muito reduzida: o “Processo Comum de Tratamento Involuntário” com 2 processos e, com apenas 1 processo cada, as espécies “Cúmulo Jurídico”, “Processo Sumaríssimo (art.º 392.º CPP)” e “Recurso (Contraordenação)” (figura 149).

Figura 149 – Processos pendentes por espécie na área criminal



2.20.3 Jurisdição Laboral

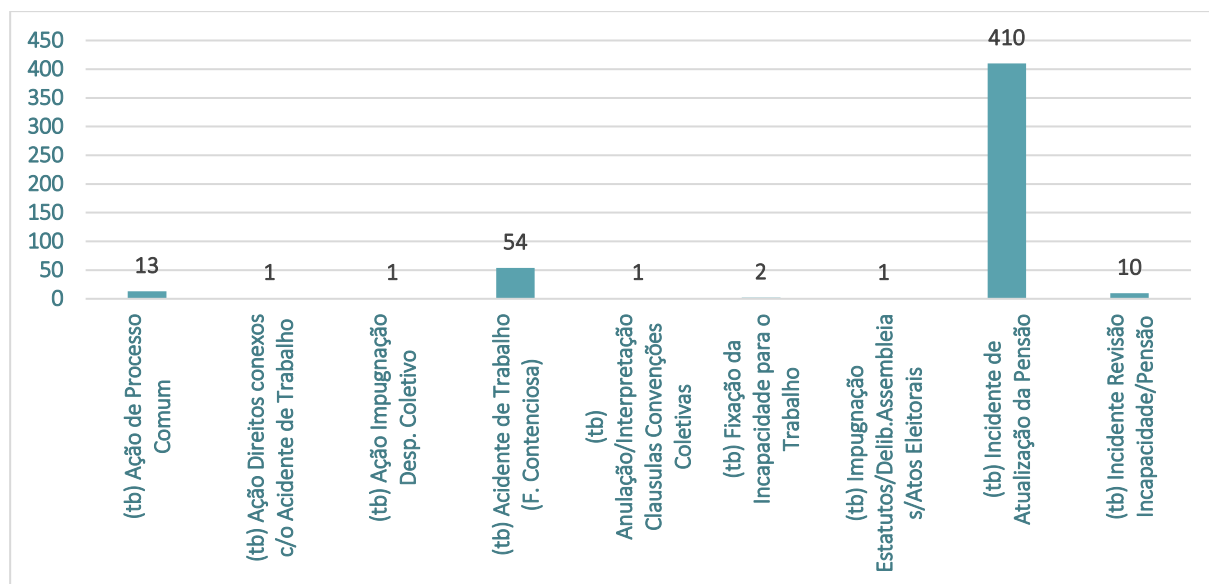
Na jurisdição laboral registavam-se 493 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Incidente de Atualização da Pensão” com 410 processos.

Ainda com alguma expressão a espécie “Acidente de Trabalho (F. Contenciosa)” com 54 processos. Seguiam-se as espécies “Ação de Processo Comum” com 13 processos, e “Incidente de Revisão de Incapacidade/Pensão” com 10 processos.

Com expressão estatística muito reduzida surgiam ainda 2 processos de “Fixação da Incapacidade para o Trabalho” e, com apenas 1 processo cada, as espécies “Ação de Direitos Conexos com o Acidente de Trabalho”, “Ação de Impugnação de Despedimento Coletivo”, “Anulação/Interpretação de Cláusulas de Convenções Coletivas” e “Impugnação de Estatutos/Deliberações de Assembleias/Atos Eleitorais” (figura 150).

Figura 150 – Processos pendentes por espécie na área laboral



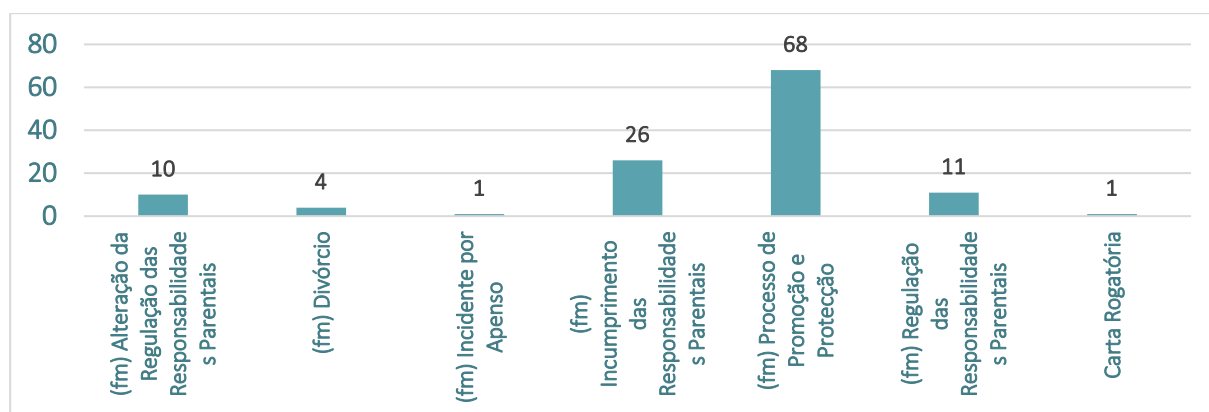
2.20.4 Jurisdição de Família e Menores

Na jurisdição de família e menores registavam-se 121 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Processo de Promoção e Proteção” com 68 processos. Seguiam-se as espécies “Incumprimento das Responsabilidades Parentais” com 14 processos, “Regulação das Responsabilidades Parentais” com 11 processos, e “Alteração da Regulação das Responsabilidades Parentais” com 10 processos.

Com expressão estatística muito reduzida surgiam ainda 4 processos de “Divórcio” e, com apenas 1 processo cada, as espécies “Incidente por Apenso” e “Carta Rogatória” (**figura 151**).

Figura 151 – Processos pendentes por espécie na área da família e menores



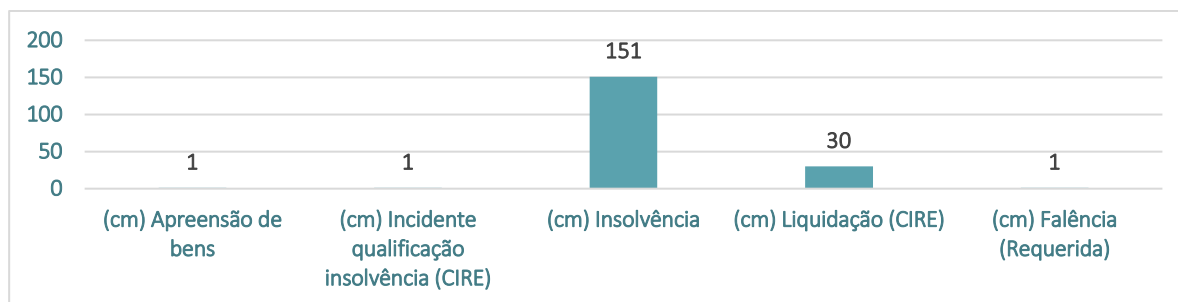
2.20.5 Jurisdição de Comércio

Na jurisdição de comércio registavam-se 185 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Insolvência” com 151 processos. Destes, 24 respeitavam a pessoas coletivas – 16 de apresentação e 8 requeridas -, e 127 a pessoas singulares – 103 de apresentação e 24 requeridas. Assumiam também relevância os processos de “Liquidação (CIRE)”, com 30 processos.

Por fim, com expressão estatística muito reduzida, surgiam apenas com 1 cada processo as espécies de “Apreensão de Bens”, de “Incidente de Qualificação de Insolvência (CIRE)” e de Falência (Requerida)” (**figura 152**).

Figura 152 – Processos pendentes por espécie na área do comércio



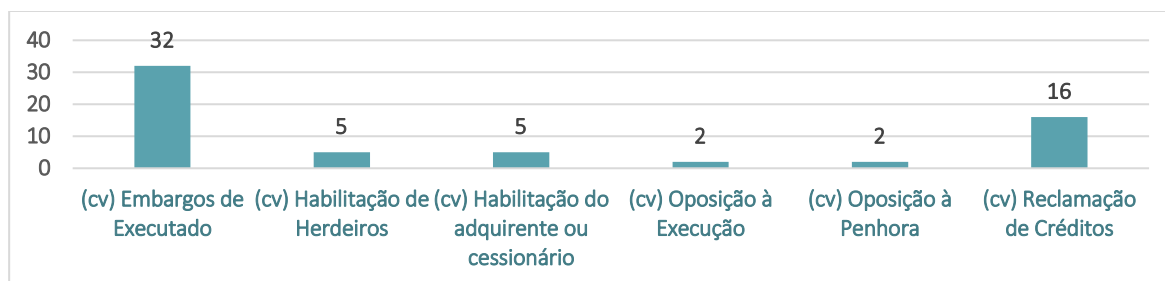
2.20.6 Jurisdição de Execução

Na jurisdição de execução registavam-se 62 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Embargos de Executado” com 32 processos, e “Reclamação de Créditos” com 16 processos.

As restantes categorias apresentavam expressão estatística mais reduzida, variando entre 2 e 5 processos: “Habilitação de Herdeiros” e “Habilitação do Adquirente ou Cessionário” ambas com 5 processos e “Oposição à Execução” e “Oposição à Penhora” com 2 processos cada (figura 153).

Figura 153 – Processos pendentes por espécie na área da execução



NOTA: A respeito dos dados recolhidos, a Comarca de Setúbal remeteu as listagens com a informação do estado atual. São prestadas diversas informações, sendo de salientar as que se referem a aguardar atos contabilísticos e de arquivo.

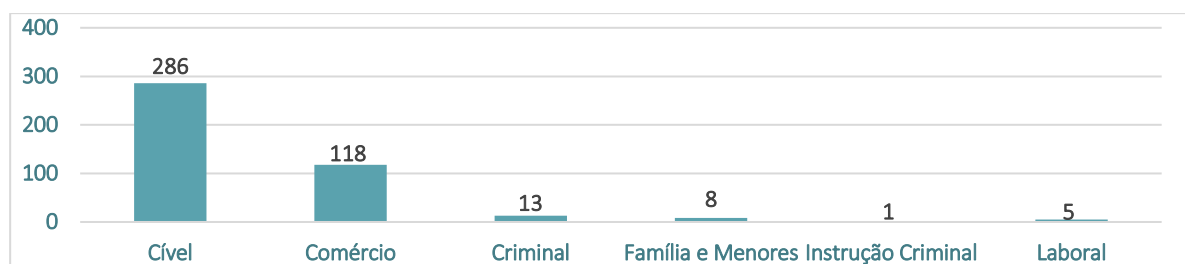
2.21 Comarca de Viana do Castelo

Na Comarca de Viana do Castelo existiam 431 processos pendentes há mais de quatro anos. A pendência global era de 5 867 processos, correspondendo aqueles a 7,35%.

A sua distribuição por áreas jurisdicionais era a seguinte: cível – 286; comércio – 118; criminal – 13; família e menores – 8; laboral – 5; e instrução criminal – 1 (**figura 154**).

Não existiam processos nestas circunstâncias na jurisdição de execução.

Figura 154 – Processos pendentes há mais de 4 anos na Comarca de Viana do Castelo



2.21.1 Jurisdição Cível

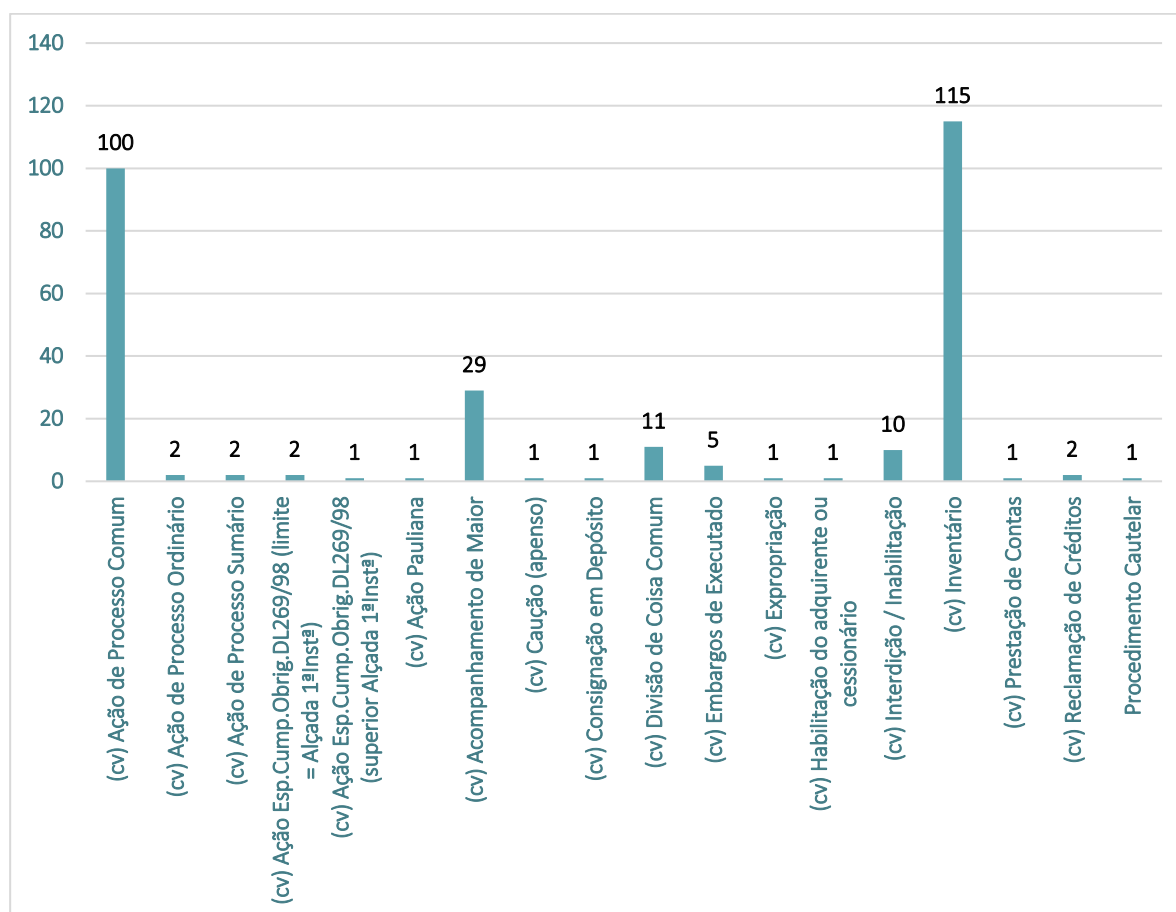
Na jurisdição cível registavam-se 286 processos pendentes há mais de quatro anos.

As espécies mais representativas eram os processos de “Inventário” com 115 processos e “Ações de Processo Comum” com 100 processos. Seguiam-se, embora com expressão bastante mais reduzida, as espécies “Acompanhamento de Maior” com 29 processos, “Divisão de Coisa Comum” com 11 processos, “Interdição/Inabilitação” com 10 processos, e “Embargos de Executado” com 5 processos.

Para além destas categorias, identificavam-se diversas outras espécies com representatividade estatística muito limitada, variando entre 1 e 2 processos. Com 2 processos cada surgiam “Ação de Processo Ordinário”, “Ação de Processo Sumário”, “Ação Especial de Cumprimento de Obrigações (DL 269/98, limite da alçada da 1.ª instância)” e “Reclamação de Créditos”. Por fim, com apenas 1 processo cada, encontravam-se as espécies “Ação Especial de Cumprimento de Obrigações (DL 269/98, superior à alçada da 1.ª instância)”, “Ação Pauliana”, “Caução

(apenso)”, “Consignação em Depósito”, “Expropriação”, “Habilitação do Adquirente ou Cessionário”, “Prestação de Contas” e “Procedimento Cautelar” (**figura 155**).

Figura 155 – Processos pendentes por espécie na área cível

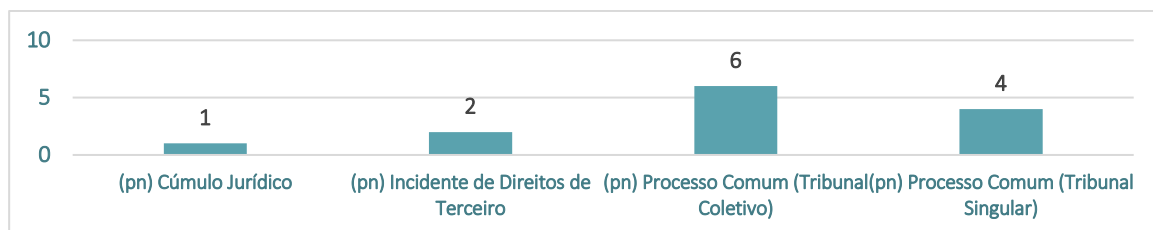


2.21.2 Jurisdição Criminal

Na jurisdição criminal registavam-se 13 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Processo Comum (Tribunal Coletivo)” com 6 processos, e “Processo Comum (Tribunal Singular)” com 4 processos. As restantes categorias apresentavam expressão estatística muito reduzida, registando-se 2 processos de “Incidente de Direitos de Terceiro” e apenas 1 processo de “Cúmulo Jurídico” (**figura 156**).

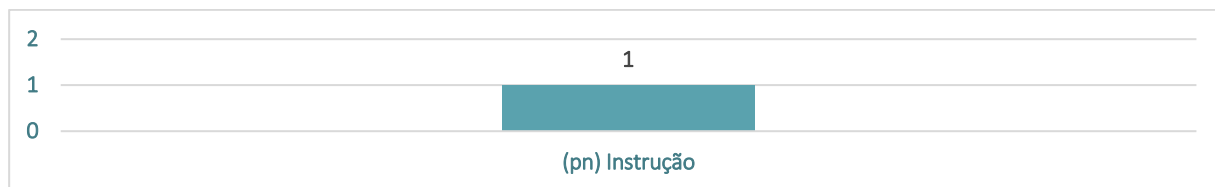
Figura 156 – Processos pendentes por espécie na área criminal



2.21.3 Jurisdição Instrução Criminal

Na jurisdição de instrução criminal registava-se apenas 1 processo pendente há mais de quatro anos, correspondente à espécie “Instrução” (figura 157).

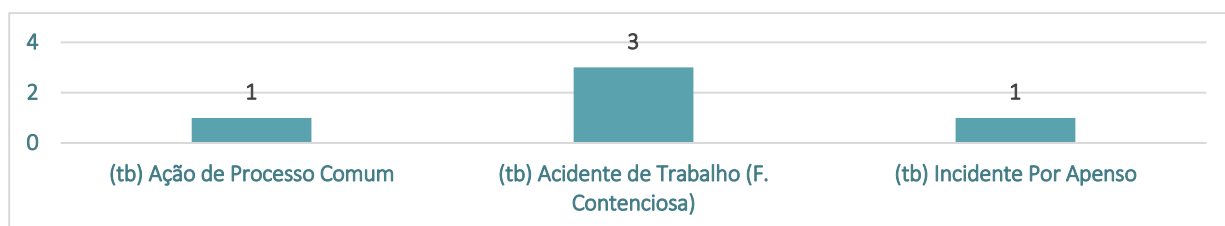
Figura 157 – Processos pendentes por espécie na área da instrução criminal



2.21.4 Jurisdição Laboral

Na jurisdição laboral registavam-se apenas 5 processos pendentes há mais de quatro anos. Destaca-se a espécie “Acidente de Trabalho (F. Contenciosa)” com 3 processos. As restantes espécies surgiam todas com apenas 1 processo cada: “Ação de Processo Comum” e “Incidente por Apenso” (figura 158).

Figura 158 – Processos pendentes por espécie na área laboral



2.21.5 Jurisdição de Família e Menores

Na jurisdição de família e menores registavam-se 8 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Incumprimento das Responsabilidades Parentais” com 5 processos. Existiam ainda 2 processos de “Regulação das Responsabilidades Parentais” e 1 processo de “Processo de Promoção e Proteção” (figura 159).

Figura 159 – Processos pendentes por espécie na área da família e menores



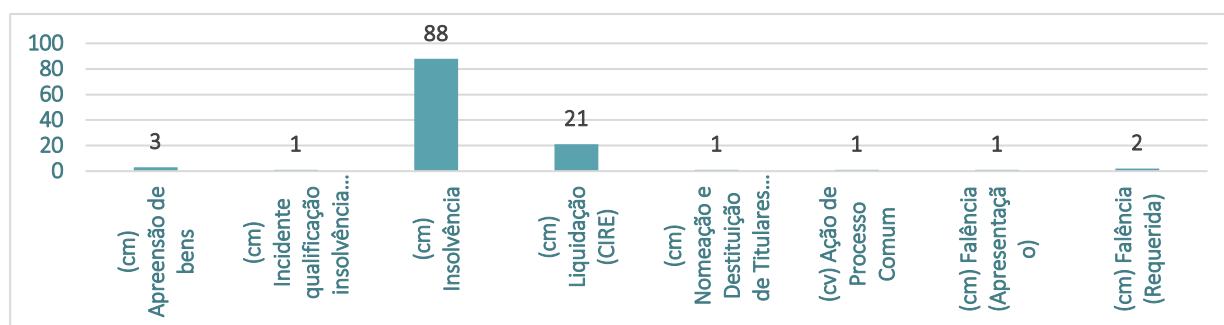
2.21.6 Jurisdição de Comércio

Na jurisdição de comércio registavam-se 118 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Insolvência” com 88 processos dos quais 34 respeitavam a pessoas coletivas — 13 de apresentação e 21 requeridos — e 54 a pessoas singulares, sendo 43 de apresentação e 11 requeridos. Seguiu-se a espécie “Liquidação (CIRE)” com 21 processos.

As restantes espécies apresentavam expressão estatística muito reduzida: “Apreensão de Bens” com 3 processos e, com apenas 1 processo cada, “Incidente de Qualificação de Insolvência (CIRE)”, “Nomeação e Destituição de Titulares de Órgãos Sociais” e “Ação de Processo Comum” (figura 160).

Figura 160 – Processos pendentes por espécie na área do comércio



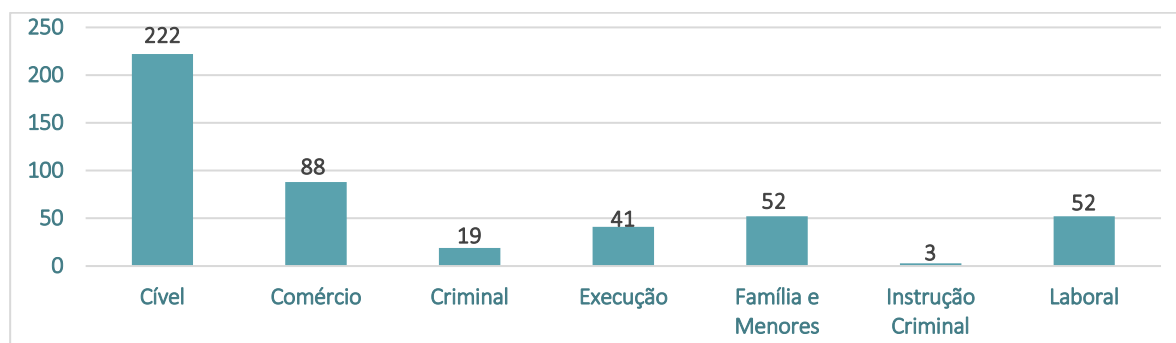
NOTA: A respeito dos dados recolhidos, a Comarca de Viana do Castelo remeteu a listagem com informação sobre o estado dos processos. Dos 341 processos listados, 207 estão pendentes de decisão e 134 já têm decisão final. Destes 134 processos, 77 já estão findos estatisticamente na secção e 57 aguardam o visto em correição.

2.22 Comarca de Vila Real

Na Comarca de Vila Real existiam 477 processos pendentes há mais de quatro anos. A pendência global era de 4 371 processos, correspondendo aqueles a 10,91%.

A sua distribuição por áreas jurisdicionais era a seguinte: cível – 222; comércio – 88; laboral – 52; família e menores – 52; execução – 41; criminal – 19; e instrução criminal – 3 (**figura 161**).

Figura 161 – Processos pendentes há mais de 4 anos na Comarca de Vila Real



2.22.1 Jurisdição Cível

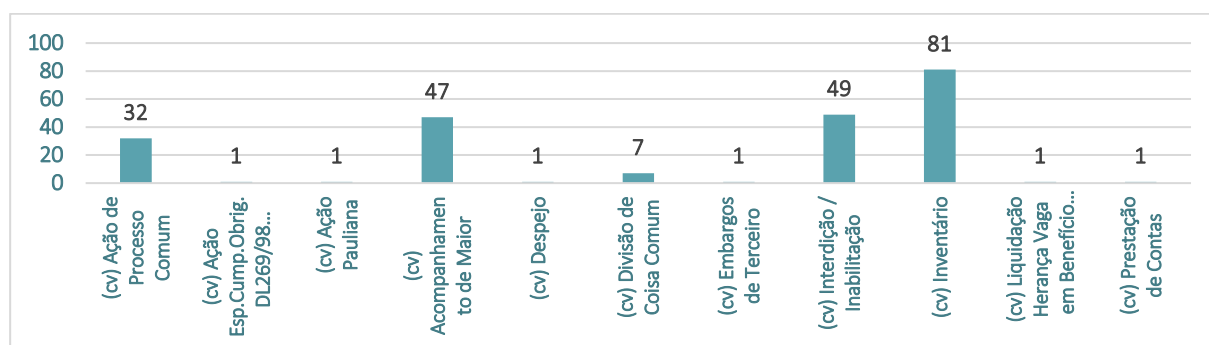
Na jurisdição cível registavam-se 222 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Inventário, com 81 processos, “Interdição/Inabilitação” com 49 processos, “Acompanhamento de Maior” com 47 processos e “Ação de Processo Comum” com 32 processos.

Para além destas, identificavam-se ainda diversas espécies de reduzida representatividade estatística: “Divisão de Coisa Comum” com 7 processos e, com apenas 1 processo cada, “Ação Especial de Cumprimento de Obrigações (DL 269/98, superior à alçada da 1.ª instância)”, “Ação

Pauliana”, “Despejo”, “Embargos de Terceiro”, “Liquidação de Herança Vaga em Benefício do Estado” e “Prestação de Contas” (figura 162).

Figura 162 – Processos pendentes por espécie na área cível



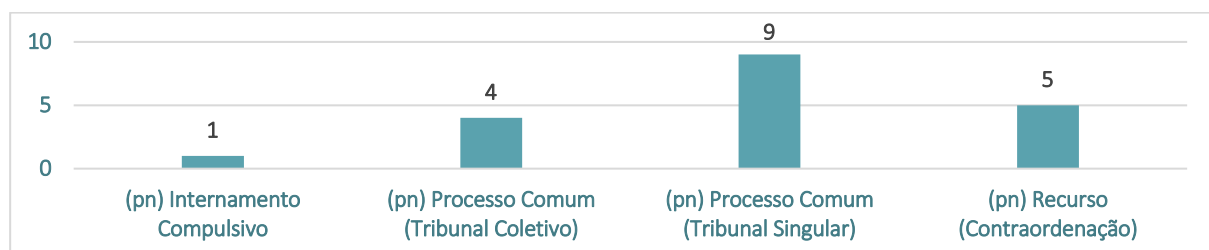
2.22.2 Jurisdição Criminal

Na jurisdição criminal registavam-se 19 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Processo Comum (Tribunal Singular)” com 9 processos. Seguiam-se as espécies “Recurso (Contraordenação)” com 5 processos e “Processo Comum (Tribunal Coletivo)” com 4 processos.

Existia ainda 1 processo de “Internamento Compulsivo” (figura 163).

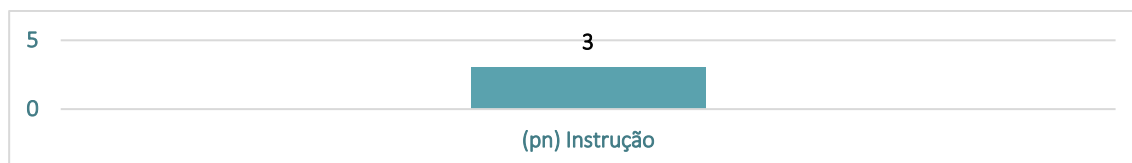
Figura 163 – Processos pendentes por espécie na área criminal



2.22.3 Jurisdição Instrução Criminal

Na jurisdição de instrução criminal registavam-se 3 processos pendentes há mais de quatro anos, todos pertencentes à espécie “Instrução” (figura 164).

Figura 164 – Processos pendentes por espécie na área da instrução criminal



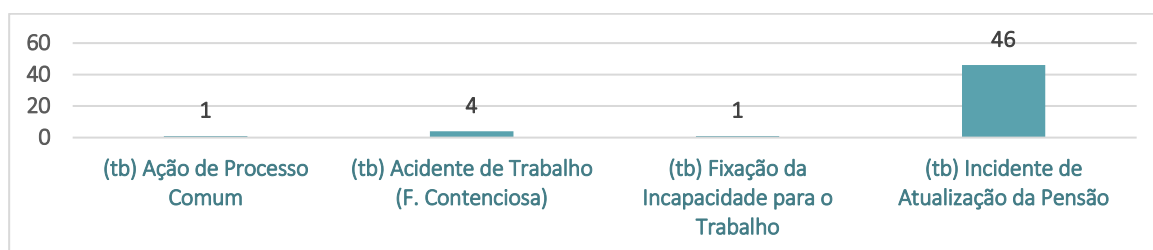
2.22.4 Jurisdição Laboral

Na jurisdição laboral registavam-se 52 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Incidente de Atualização da Pensão” com 46 processos.

Com expressão estatística muito reduzida surgiam ainda 4 processos de “Acidente de Trabalho (F. Contenciosa/Requer.)” e, com apenas 1 processo cada, as espécies “Ação de Processo Comum” e “Fixação da Incapacidade para o Trabalho” (**figura 165**).

Figura 165 – Processos pendentes por espécie na área laboral



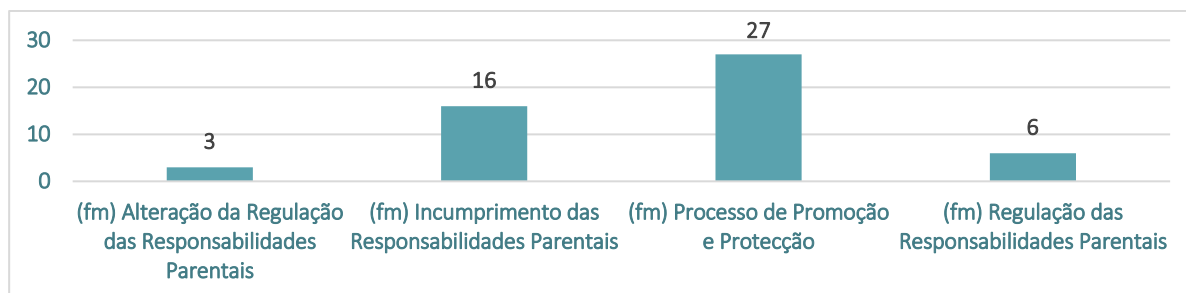
2.22.5 Jurisdição de Família e Menores

Na jurisdição de família e menores registavam-se 52 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Processo de Promoção e Proteção” com 27 processos e “Incumprimento das Responsabilidades Parentais” com 16 processos.

Com expressão mais reduzida, registavam-se 6 processos de “Regulação das Responsabilidades Parentais” e 3 processos de “Alteração da Regulação das Responsabilidades Parentais” (**figura 166**).

Figura 166 – Processos pendentes por espécie na área da família e menores

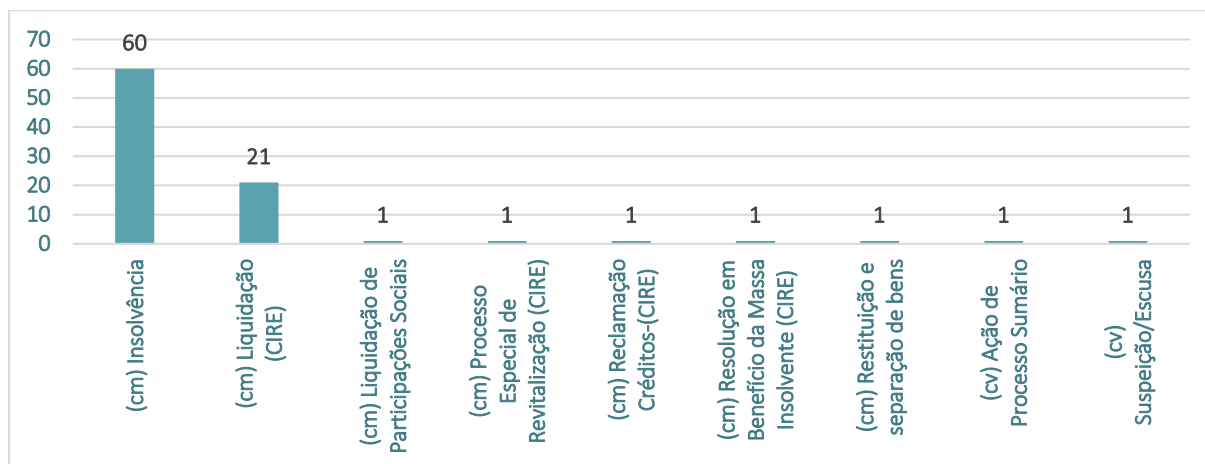


2.22.6 Jurisdição de Comércio

Na jurisdição de comércio registavam-se 88 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Insolvência” com 60 processos, dos quais 19 respeitavam a pessoas coletivas, 7 de apresentação e 12 requeridas, e 41 a pessoas singulares, 29 de apresentação e 12 requeridas. Assumia igualmente relevância a espécie “Liquidação (CIRE)” com 21 processos. As restantes espécies apresentavam expressão estatística muito reduzida, registando-se apenas 1 processo em cada uma das seguintes categorias: “Liquidação de Participações Sociais”, “Processo Especial de Revitalização (CIRE)”, “Reclamação de Créditos (CIRE)”, “Resolução em Benefício da Massa Insolvente (CIRE)”, “Restituição e Separação de Bens”, “Ação de Processo Sumário” e “Suspeição/Escusa” (figura 167).

Figura 167 – Processos pendentes por espécie na área do comércio



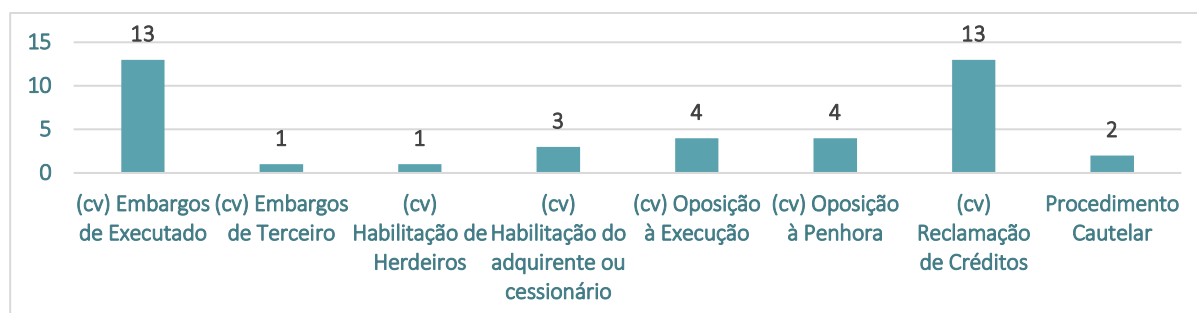
2.22.7 Jurisdição de Execução

Na jurisdição de execução registavam-se 41 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Embargos de Executado” e “Reclamação de Créditos” ambas com 13 processos.

As restantes categorias apresentavam expressão estatística bastante reduzida: “Oposição à Execução” e “Oposição à Penhora” com 4 processos cada, “Habilitação do Adquirente ou Cessionário” com 3 processos, “Procedimento Cautelar” com 2 processos e, por fim, “Embargos de Terceiro” e “Habilitação de Herdeiros” com 1 processo cada (**figura 168**).

Figura 168 – Processos pendentes por espécie na área da execução



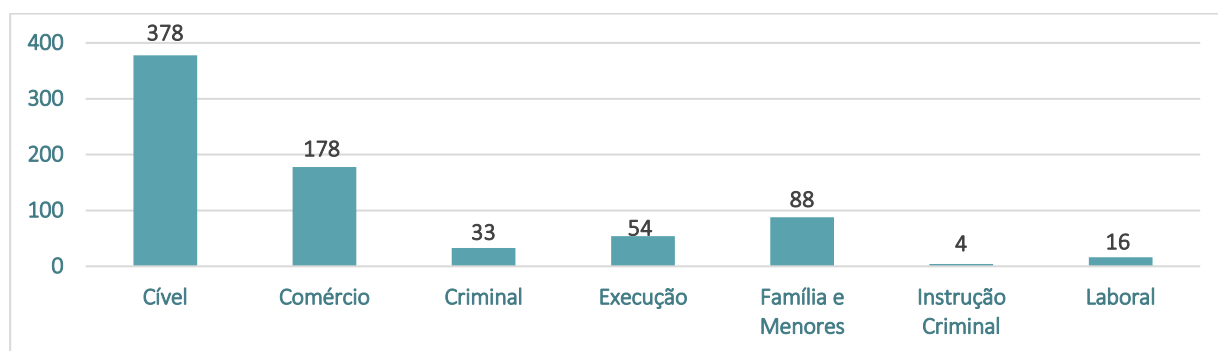
NOTA: A respeito dos dados recolhidos, a Comarca de Vila Real remeteu as listagens com a informação do estado atual.

2.23 Comarca de Viseu

Na Comarca de Viseu existiam 751 processos pendentes há mais de quatro anos. A pendência global era de 8 209 processos, correspondendo aqueles a 9,15%.

A sua distribuição por áreas jurisdicionais era a seguinte: cível – 378; comércio – 178; família e menores – 88; execução – 54; criminal – 33; laboral – 16; e instrução criminal – 4 (**figura 169**).

Figura 169 - Processos pendentes há mais de 4 anos na Comarca de Viseu



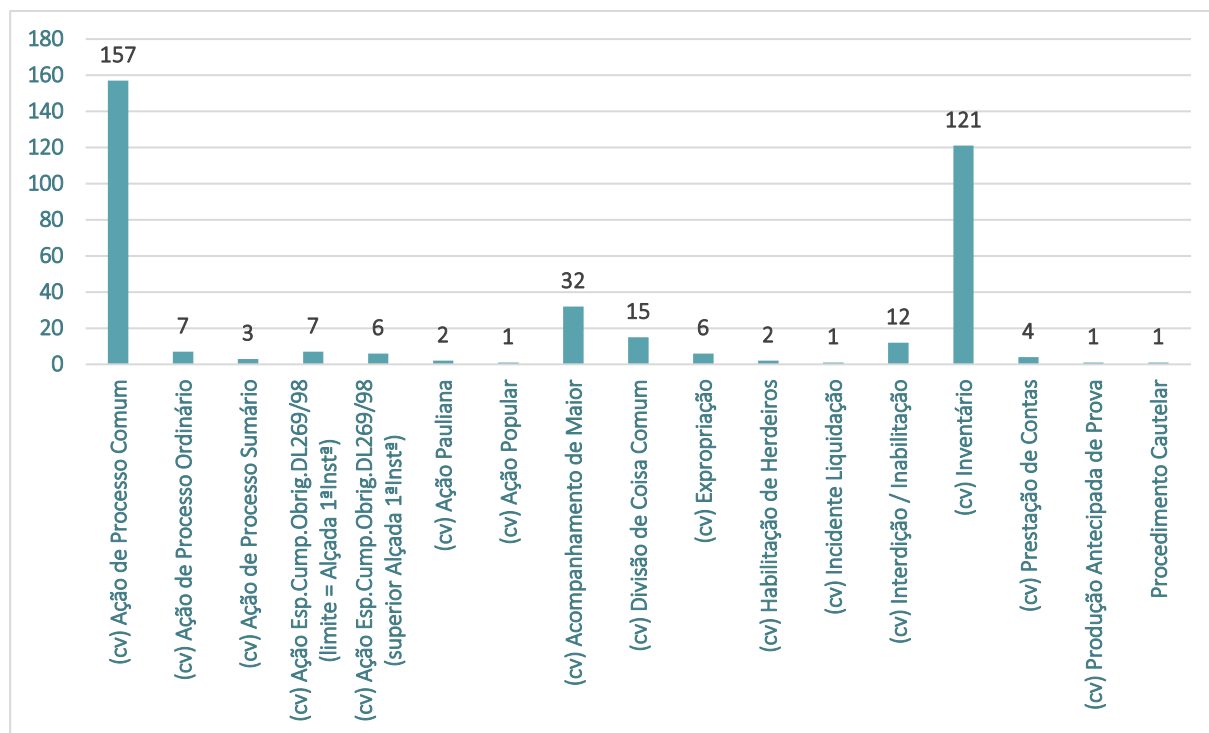
2.23.1 Jurisdição Cível

Na jurisdição cível registavam-se 378 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Ação de Processo Comum” com 157 processos e “Inventário” com 121 processos. Outras categorias, embora com expressão mais reduzida, apresentavam ainda algum peso estatístico: “Acompanhamento de Maior” com 32 processos, “Divisão de Coisa Comum” com 15 processos e “Interdição/Inabilitação” com 12 processos.

Para além destas, identificavam-se diversas espécies de menor representatividade: “Ação de Processo Ordinário” e “Ação Especial de Cumprimento de Obrigações (DL 269/98, limite da alçada da 1.ª instância)” ambas com 7 processos, “Ação Especial de Cumprimento de Obrigações (DL 269/98, superior à alçada da 1.ª instância)” e “Expropriação” cada uma com 6 processos, “Prestação de Contas” com 4 processos, “Ação de Processo Sumário” com 3 processos e, com apenas 2 processos, “Ação Pauliana” e “Habilitação de Herdeiros”. Por fim, surgiam com apenas 1 processo as espécies “Ação Popular”, “Incidente de Liquidação”, “Produção Antecipada de Prova” e “Procedimento Cautelar” (**figura 170**).

Figura 170 – Processos pendentes por espécie na área cível



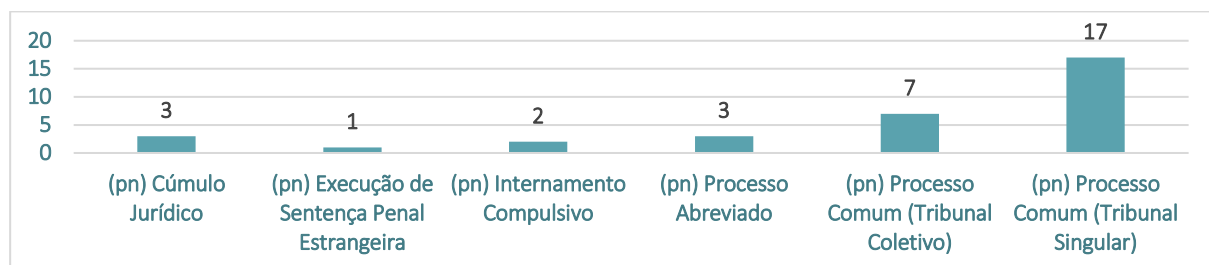
2.23.2 Jurisdição Criminal

Na jurisdição criminal registavam-se 33 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Processo Comum (Tribunal Singular)” com 17 processos. Segue-se o “Processo Comum (Tribunal Coletivo)” com 7 processos.

As restantes categorias apresentavam expressão estatística muito reduzida: “Cúmulo Jurídico” e “Processo Abreviado” ambas com 3 processos, “Internamento Compulsivo” com 2 processos e, por fim, “Execução de Sentença Penal Estrangeira” com apenas 1 processo (figura 171).

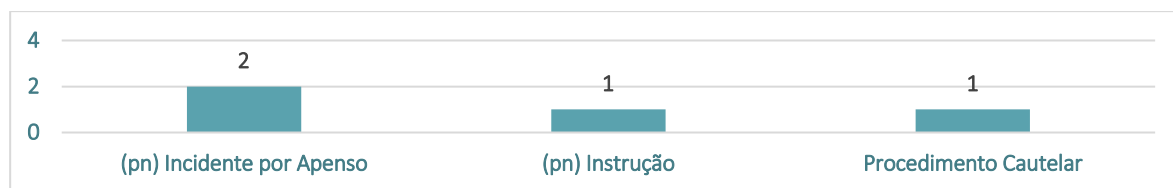
Figura 171 – Processos pendentes por espécie na área criminal



2.23.3 Jurisdição Instrução Criminal

Na jurisdição de instrução criminal registavam-se 4 processos pendentes há mais de quatro anos. A espécie mais representativa era o “Incidente por Apenso”, com 2 processos. As restantes categorias surgiam com apenas 1 processo cada: “Instrução” e “Procedimento Cautelar” (figura 172).

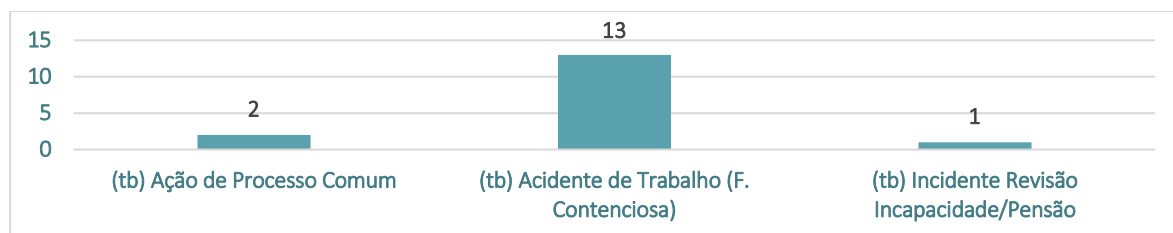
Figura 172 – Processos pendentes por espécie na área da instrução criminal



2.23.4 Jurisdição Laboral

Na jurisdição laboral registavam-se 16 processos pendentes há mais de quatro anos. Destaca-se a espécie “Acidente de Trabalho (F. Contenciosa/Requer.)” com 13 processos. As restantes categorias apresentavam expressão estatística muito reduzida, registando-se apenas 2 processos de “Ação de Processo Comum” e 1 processo de “Incidente de Revisão de Incapacidade/Pensão” (figura 173).

Figura 173 – Processos pendentes por espécie na área laboral



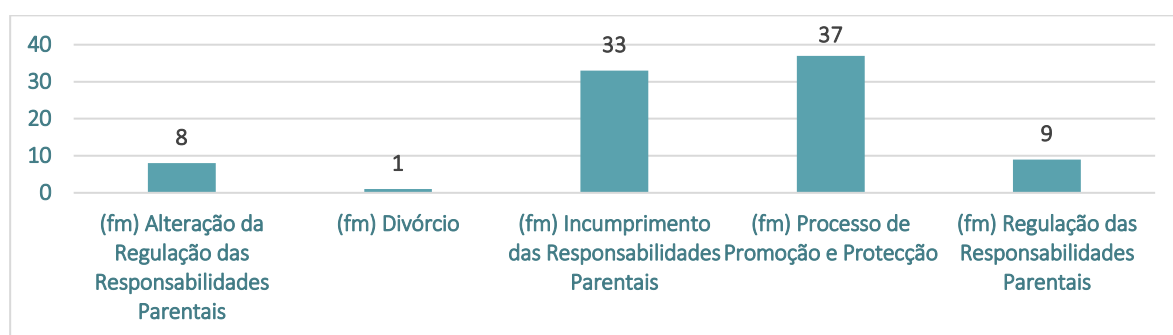
2.23.5 Jurisdição de Família e Menores

Na jurisdição de família e menores registavam-se 88 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Processo de Promoção e Proteção” com 37 processos e “Incumprimento das Responsabilidades Parentais” com 33.

Seguiam-se as espécies “Regulação das Responsabilidades Parentais” com 9 processos e “Alteração da Regulação das Responsabilidades Parentais” com 8 processos. Por fim, surgia apenas 1 processo da espécie “Divórcio” (figura 174).

Figura 174 – Processos pendentes por espécie na área da família e menores



2.23.6 Jurisdição de Comércio

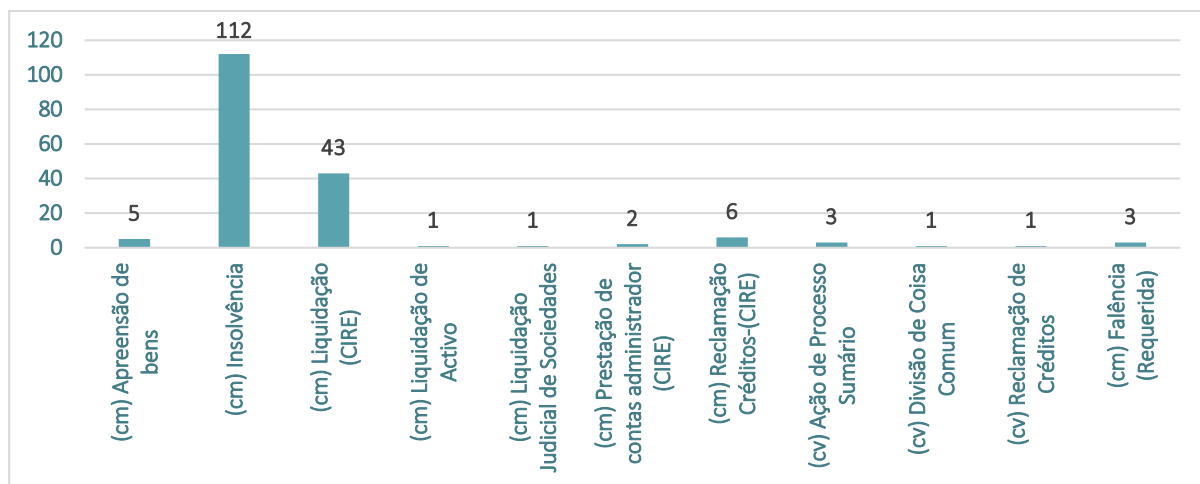
Na jurisdição de comércio registavam-se 178 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destacam-se as espécies “Insolvência” com 112 processos, dos quais 49 respeitavam a pessoas coletivas — 22 de apresentação e 27 requeridos — e 63 a pessoas singulares, sendo 46 de apresentação e 17 requeridos, e “Liquidação (CIRE)” com 43 processos.

Seguiam-se as espécies “Reclamação de Créditos (CIRE)” com 6 processos, “Apreensão de Bens” com 5 processos, “Ação de Processo Sumário” e “Falência (Requerida)” com 3 processos e “Prestação de Contas do Administrador (CIRE)” com 2 processos.

Por fim, surgiam com apenas 1 processo as espécies “Liquidação de Ativo”, “Liquidação Judicial de Sociedades”, “Divisão de Coisa Comum” e “Reclamação de Créditos” (figura 175).

Figura 175 – Processos pendentes por espécie na área do comércio



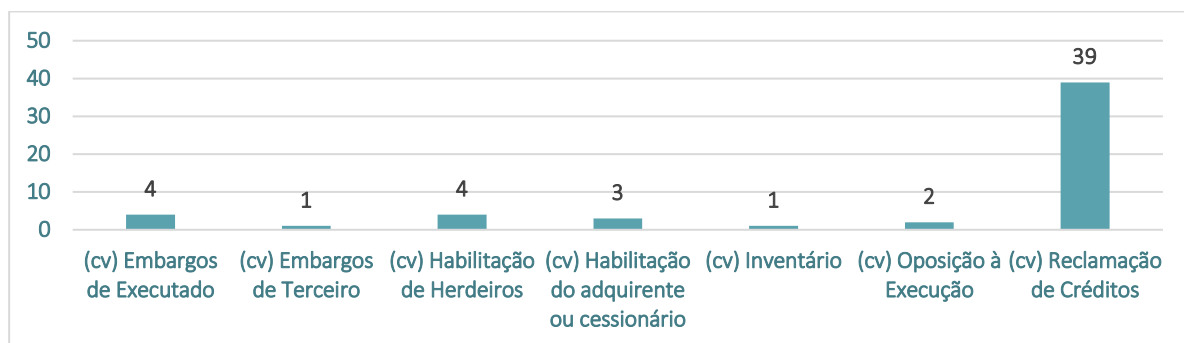
2.23.7 Jurisdição de Execução

Na jurisdição de execução registavam-se 54 processos pendentes há mais de quatro anos.

Destaca-se a espécie “Reclamação de Créditos” com 39 processos. As restantes categorias apresentavam expressão estatística muito reduzida: “Embargos de Executado” e “Habilitação de Herdeiros” ambas com 4 processos, “Habilitação do Adquirente ou Cessionário” com 3 processos e “Oposição à Execução” com 2 processos.

Por fim, com apenas 1 processo cada, “Embargos de Terceiro” e “Inventário” (figura 176).

Figura 176 – Processos pendentes por espécie na área da execução



NOTA: A respeito dos dados recolhidos, a Comarca de Viseu remeteu as listagens com informação sobre o estado atual dos processos, referindo que foram identificados 22 processos sem decisão final estatística inserida ou validada, os quais já se encontram regularizados.

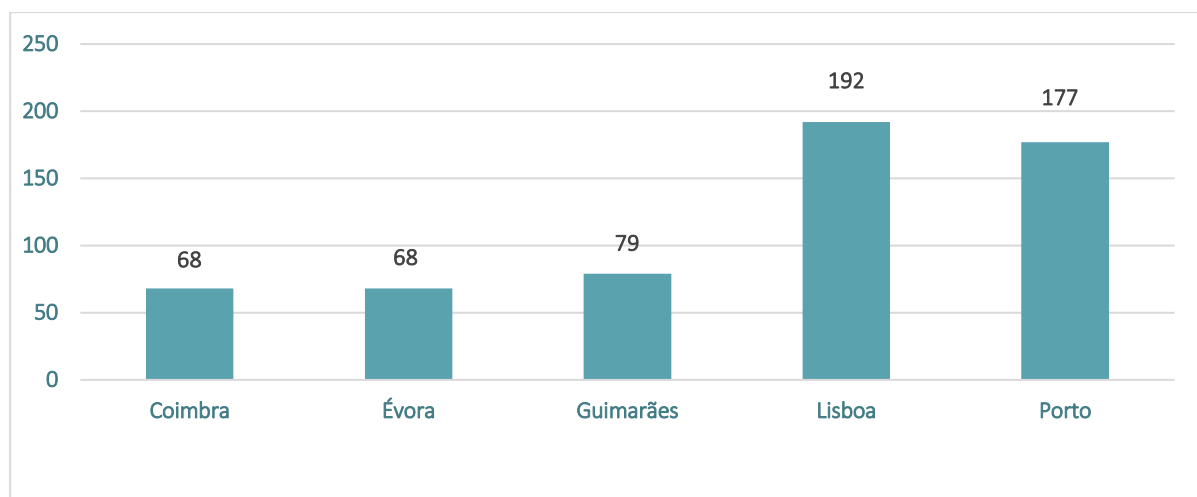
B. TRIBUNAIS DE RELAÇÃO

1. Processos entrados há mais de quatro anos pendentes nos Tribunais da Relação (TR)

Nos Tribunais da Relação existiam 584 processos pendentes há mais de quatro anos. A pendência global era de 5 585 processos, correspondendo aqueles a 10,46%.

A Relação de Lisboa concentrava o maior volume, com 192 processos, seguindo-se a Relação do Porto, com 177 processos. A Relação de Guimarães apresentava 79 processos, enquanto as Relações de Coimbra e de Évora registavam 68 processos cada (**figura 177**).

Figura 177 – Processos entrados há mais de 4 anos, pendentes nos TR

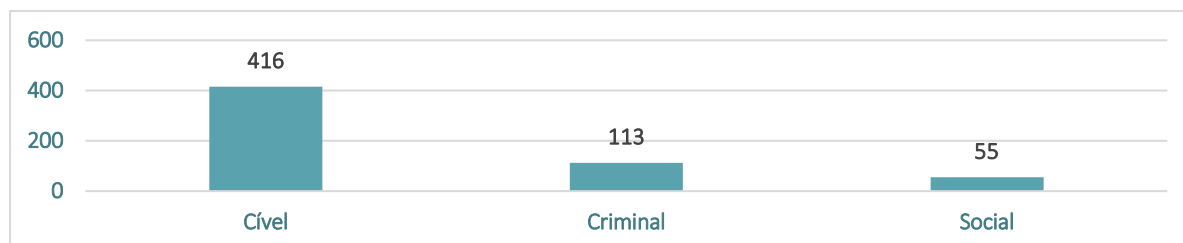


1.1 Processos pendentes por área jurisdicional

1.1.1 Considerando as jurisdições Cível, Criminal e Social

Considerando as três jurisdições existentes em todos os Tribunais da Relação, existiam 416 processos pendentes há mais de quatro anos na jurisdição cível, 113 na jurisdição criminal e 55 na jurisdição social (**figura 178**).

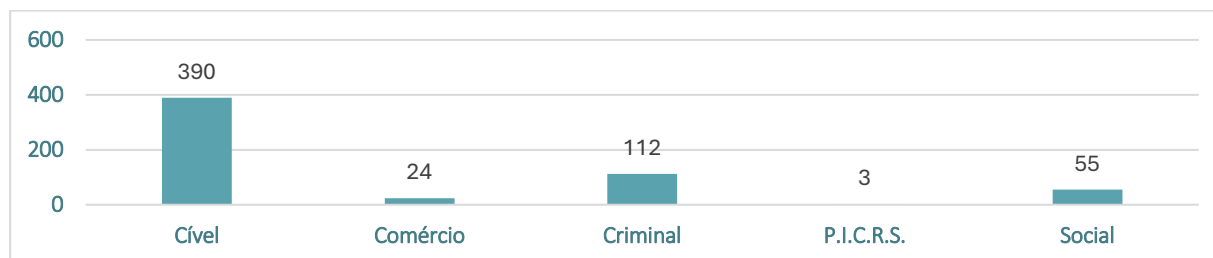
Figura 178 – Processos entrados há mais de 4 anos pendentes nos TR - cível, criminal e social



1.1.2 Jurisdições de Comércio e de Propriedade Intelectual, Concorrência, Regulação e Supervisão (PICRS)

As áreas jurisdicionais de Comércio e de PICRS não existem em todos os Tribunais da Relação, encontrando-se, quando ausentes, integradas nas jurisdições cível e/ou criminal. Para efeitos de análise, distinguem-se aqui as pendências especificamente associadas a essas áreas. Assim existiam 390 processos na jurisdição cível, 24 na jurisdição de comércio, 112 na jurisdição criminal, 3 na jurisdição PICRS e 55 na jurisdição social pendentes há mais de quatro anos (**figura 179**).

Figura 179 - Processos entrados há mais de 4 anos pendentes nos TR, distinguindo as áreas de comércio e PICRS

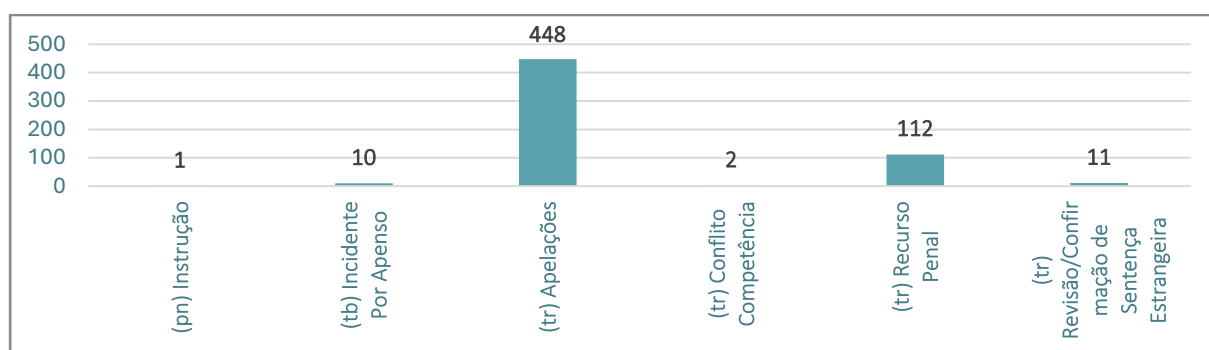


1.2 Processos pendentes por espécie

Entre os processos pendentes há mais de quatro anos nos Tribunais da Relação, destacavam-se claramente as espécies “Apelações”, que totalizavam 448 processos, e “Recursos Penais”, com 112 processos.

Muito menos expressivas eram as espécies “Revisão/Confirmação de Sentença Estrangeira” e “Incidente por Apenso”, com 11 e 10 processos, respetivamente. Por fim, surgiam sem expressão estatística relevante 2 processos de “Conflito de Competência” e 1 processo de “Instrução” (figura 180).

Figura 180 - Processos entrados há mais de 4 anos, pendentes nos TR, por espécies



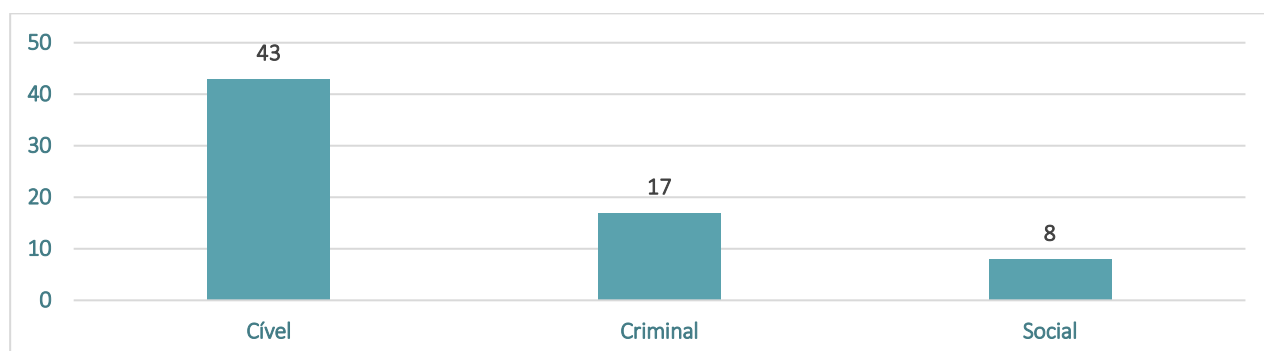
2. Processos entrados há mais de quatro anos pendentes no Tribunal da Relação de Coimbra (TRC)

2.1. Processos Pendentes por área jurisdicional

No Tribunal da Relação de Coimbra existiam 68 processos pendentes há mais de quatro anos. A pendência global era de 759 processos, correspondendo aqueles a 8,96%.

A jurisdição cível destacava-se com 43 processos, seguindo-se a jurisdição criminal com 17 e a jurisdição social com 8 (figura 181).

Figura 181 – Processos entrados há mais de 4 anos pendentes no TRC, por área jurisdicional



2.2. Processos Pendentes por espécie

No Tribunal da Relação de Coimbra as pendências com mais de quatro anos verificavam-se nas seguintes espécies processuais: “Apelações em processo comum e especial (2013)” com 51 e “Recursos Penais” com 17 (**figura 182**).

Figura 182 – Processos entrados há mais de 4 anos pendentes no TRC, por espécie



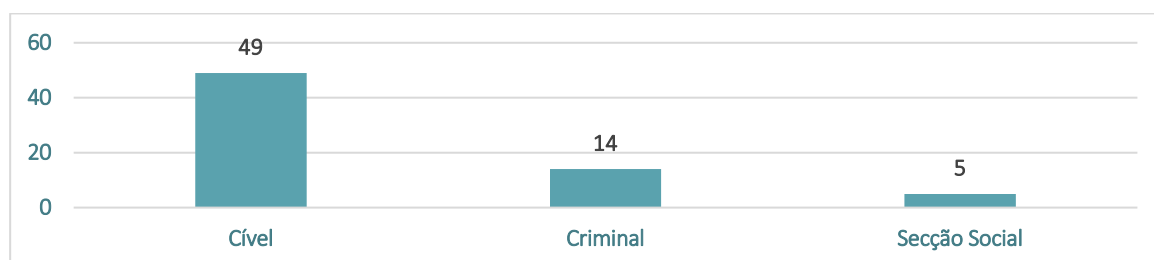
3. Processos entrados há mais de quatro anos pendentes no Tribunal da Relação de Évora (TRE)

3.1. Processos pendentes por área jurisdicional

No Tribunal da Relação de Évora existiam 68 processos pendentes há mais de quatro anos. A pendência global era de 631 processos, correspondendo aqueles a 10,78%.

A jurisdição cível destacava-se com 49 processos, seguindo-se a jurisdição criminal com 14 e a jurisdição social com 5 (**figura 183**).

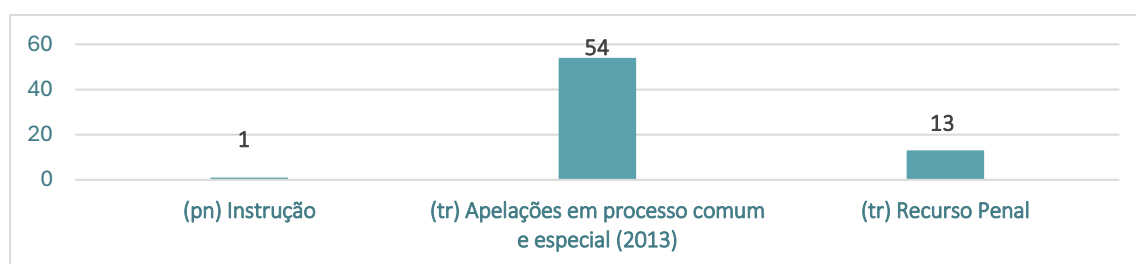
Figura 183 - Processos entrados há mais de 4 anos pendentes no TRE, por área jurisdicional



3.2. Processos pendentes por espécie

No Tribunal da Relação de Évora as pendências com mais de quatro anos verificavam-se nas seguintes espécies processuais: “Apelações em processo comum e especial (2013)” com 54 processos, “Recurso Penal” com 13 e “Instrução” com 1 (**figura 184**).

Figura 184 – Processos entrados há mais de 4 anos pendentes no TRE, por espécie



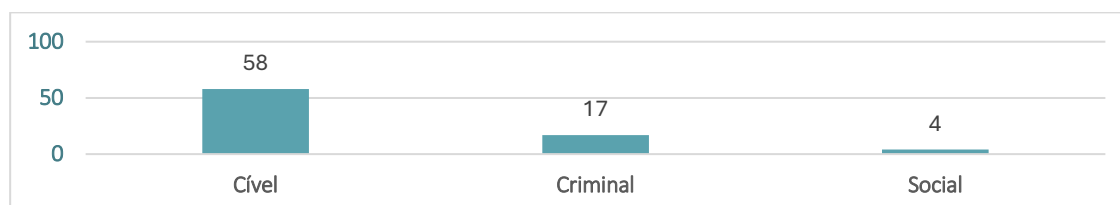
4. Processos entrados há mais de quatro anos pendentes no Tribunal da Relação de Guimarães (TRG)

4.1. Processos Pendentes por área jurisdicional

No Tribunal da Relação de Guimarães existiam 79 processos pendentes há mais de quatro anos. A pendência global era de 753 processos, correspondendo aqueles a 10,49%.

A jurisdição cível destacava-se com 58, seguindo-se a jurisdição criminal com 17 e a jurisdição social com 4 (**figura 185**).

Figura 185 - Processos entrados há mais de 4 anos pendentes no TRG, por área jurisdicional

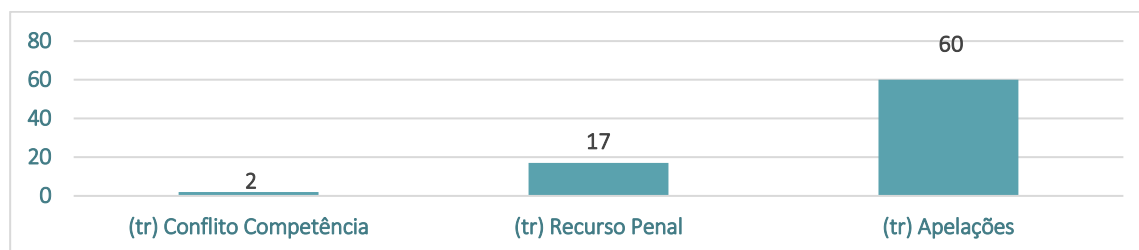


4.2. Processos Pendentes por espécie

No Tribunal da Relação de Guimarães as pendências com mais de quatro anos verificavam-se nas seguintes espécies processuais: “Apelações” com 60 processos, sendo 59 “Apelações em

processo comum e especial (2013)” e 1 “Apelação – 1.ª”, “Recursos Penais” com 17 e “Conflitos de Competência” com 2 (figura 186).

Figura 186 - Processos entrados há mais de 4 anos pendentes no TRG, por espécie



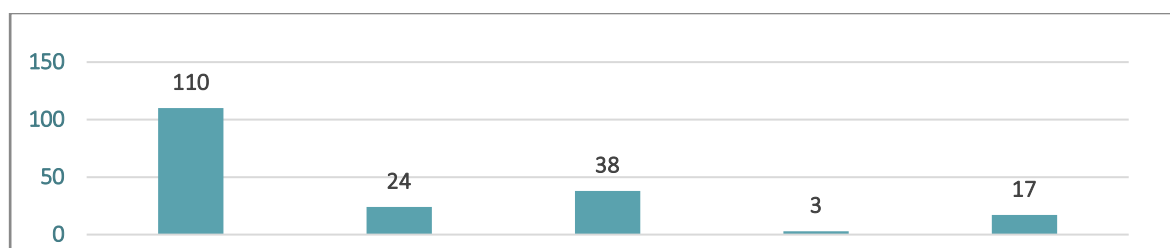
5. Processos entrados há mais de quatro anos pendentes no Tribunal da Relação de Lisboa (TRL)

5.1. Processos Pendentes por área jurisdicional

No Tribunal da Relação de Lisboa existiam 192 processos pendentes há mais de quatro anos. A pendência global era de 2289 processos, correspondendo aqueles a 8,39%.

A jurisdição cível destacava-se com 110 processos, seguindo-se a jurisdição criminal com 38, a jurisdição de comércio com 24 processos, a jurisdição social com 17 e a jurisdição PICRS com 3 (figura 187).

Figura 187 – Processos entrados há mais de 4 anos pendentes no TRL, por área jurisdicional

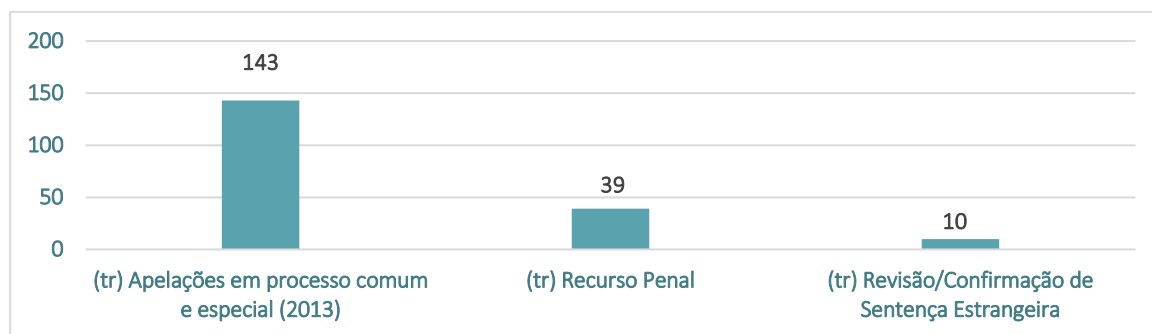


5.2. Processos Pendentes por espécie

No Tribunal da Relação de Lisboa as pendências com mais de quatro anos verificavam-se nas seguintes espécies processuais: “Apelações em processo comum e especial (2013)” com 143

processos, “Recurso Penal” com 39 e “Revisão/Confirmação de Sentença Estrangeira” com 10 (figura 188).

Figura 188 – Processos entrados há mais de 4 anos pendentes no TRL, por espécie



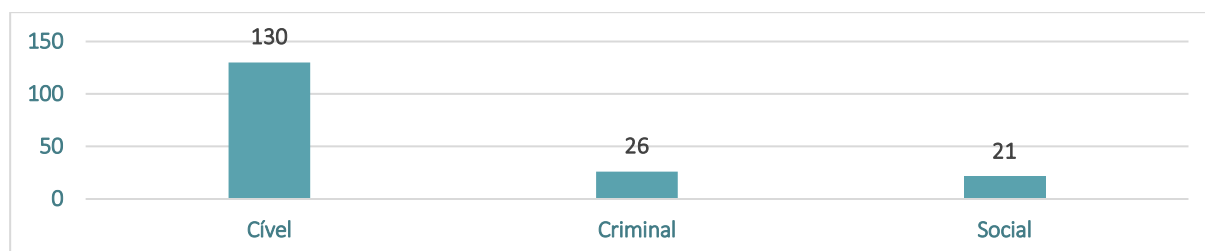
6. Processos entrados há mais de quatro anos pendentes no Tribunal da Relação do Porto (TRP)

6.1. Processos pendentes por área jurisdicional

No Tribunal da Relação do Porto existiam 177 processos pendentes há mais de quatro anos. A pendência global era de 1153 processos, correspondendo aqueles a 15,35%.

A jurisdição cível destacava-se com 130 processos, seguindo-se a jurisdição criminal, com 26 e a jurisdição social com 21 (figura 189).

Figura 189 – Processos entrados há mais de 4 anos pendentes no TRP, por área jurisdicional

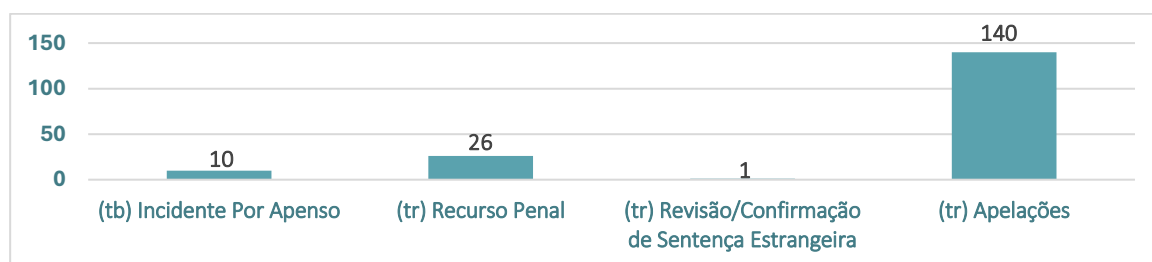


6.2. Processos Pendentes por espécie

No Tribunal da Relação do Porto as pendências com mais de quatro anos verificavam-se nas seguintes espécies processuais: “Apelações” com 140 processos, sendo 139 “Apelações em

processo comum e especial (2013)” e 1 “Apelação – 1.ª”, “Recursos Penais” com 26, “Incidentes por Apenso” com 10 e “Revisão/Confirmação de Sentença Estrangeira” com 1 (**figura 190**).

Figura 190 – Processos entrados há mais de 4 anos pendentes no TRP, por espécie

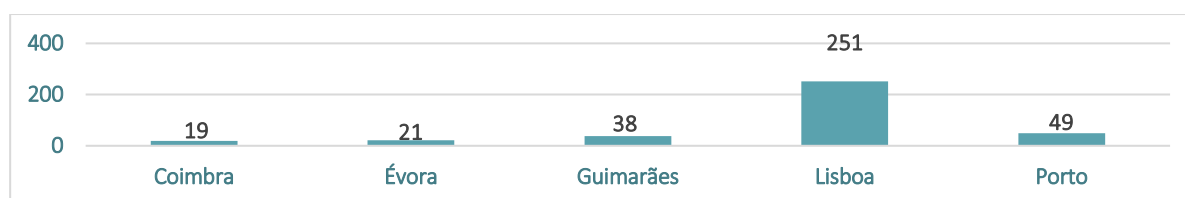


7. Processos sem decisão entrados nos Tribunais de Relação há mais de 1 ano

Nos Tribunais da Relação existiam 378 processos sem decisão entrados há mais de um ano. A pendência global era de 5 585 processos, correspondendo aqueles a 6,77%.

A grande maioria concentrava-se no Tribunal da Relação de Lisboa, com 251 processos, seguindo-se o Tribunal da Relação do Porto, com 49 processos. No Tribunal da Relação de Guimarães registavam-se 38 processos, enquanto os Tribunais da Relação de Évora e de Coimbra apresentavam 21 e 19 processos, respetivamente (**figura 191**).

Figura 191 – Processos pendentes nos TR há mais de 1 ano

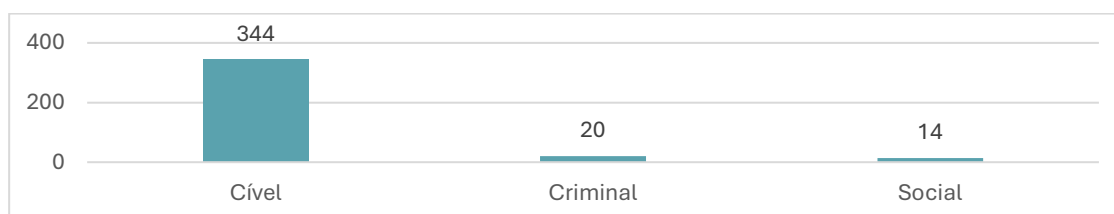


7.1. Processos Pendentes por área jurisdicional

7.1.1. Considerando as jurisdições Cível, Criminal e Social

Considerando as três jurisdições existentes em todos os Tribunais da Relação, existiam 344 processos pendentes há mais de um ano na jurisdição cível, 20 na jurisdição criminal e 14 na jurisdição social (**figura 192**).

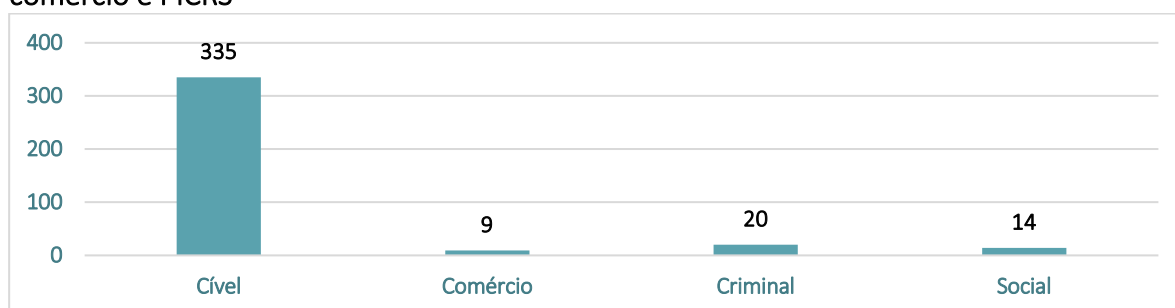
Figura 192 – Processos pendentes nos TR há mais de 1 ano, por área jurisdicional



7.1.2. Considerando as jurisdições de Comércio e PICRS separadamente

As áreas jurisdicionais de Comércio e de PICRS não existem em todos os Tribunais da Relação, encontrando-se, quando ausentes, integradas nas jurisdições cível e/ou criminal. Para efeitos de análise, distinguem-se aqui as pendências especificamente associadas a essas áreas. Assim existiam 335 processos nas secções cíveis, 9 na secção de comércio, 20 nas secções criminais e 14 na secção social dos Tribunais da Relação. Não se registava qualquer processo pendente com mais de um ano na secção de PICRS (figura 193).

Figura 193 – Processos pendentes nos TR há mais de 1 ano, desagregando as jurisdições de comércio e PICRS



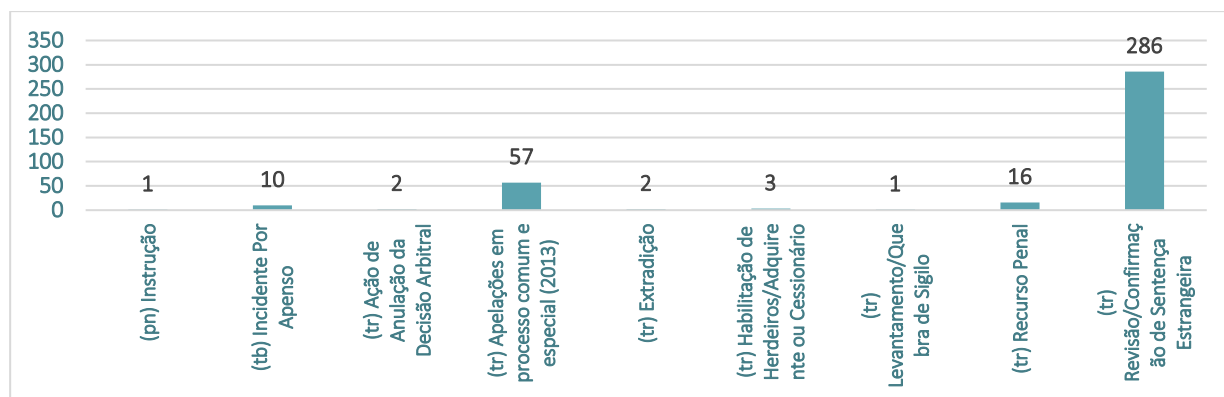
7.2. Processos pendentes por espécie

Entre os processos pendentes há mais de um ano a aguardar decisão, por espécie, destacava-se de forma muito expressiva a espécie “Revisão/Confirmação de Sentença Estrangeira” com 286 processos.

Seguiam-se as “Apelações em processo comum e especial (2013)”, com 57 processos, o “Recurso Penal”, com 16 processos, e os “Incidentes por Apenso”, com 10 processos.

As restantes espécies apresentavam valores residuais, variando entre um e três processos: “Habilitação de Herdeiros/Adquirente ou Cessionário” (3 processos), “Anulação da Decisão Arbitral” e “Extradicação” (2 processos cada), bem como “Instrução” e “Levantamento/Quebra de Sigilo” (1 processo cada). (figura 194).

Figura 194 - Processos pendentes nos TR há mais de 1 ano, por espécie



8. Tribunal da Relação de Coimbra (TRC)

8.1. Processos sem decisão por área jurisdicional

No Tribunal da Relação de Coimbra existiam 19 processos pendentes há mais de um ano. A pendência global era de 759 processos, correspondendo aqueles a 2,50%.

A jurisdição cível destacava-se com 15 processos, seguindo-se a jurisdição criminal com 4 (figura 195).

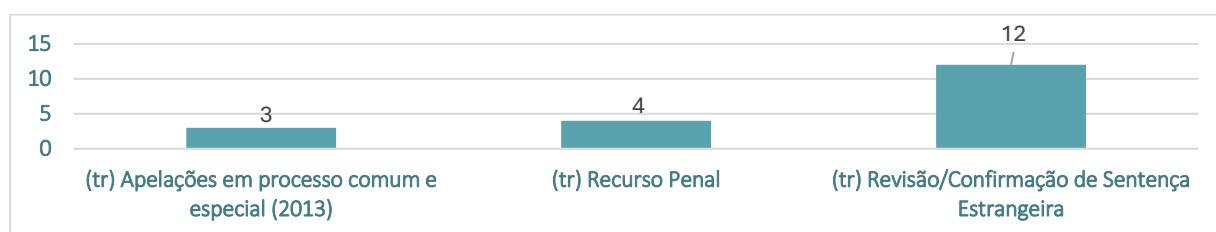
Figura 195 – Processos pendentes no TRC há mais de 1 ano, por área jurisdicional



8.2. Processos sem decisão por espécie

No Tribunal da Relação de Coimbra as pendências com mais de um ano verificavam-se nas seguintes espécies: “Revisão/Confirmação de Sentença Estrangeira”, com 12 processos, “Recurso Penal”, com 4 e “Apelações em processo comum e especial (2013)” com 3 (figura 196).

Figura 196 – Processos pendentes no TRC há mais de 1 ano, por espécie



9. Tribunal da Relação de Évora (TRE)

9.1. Processos sem decisão por área jurisdicional

No Tribunal da Relação de Évora existiam 21 processos pendentes com mais de um ano. A pendência global era de 631 processos, correspondendo aqueles a 3,33%.

A jurisdição cível destacava-se com 18 processos, seguindo-se a criminal com 3 (figura 197).

Figura 197 – Processos pendentes no TRE há mais de um 1 ano, por área jurisdicional

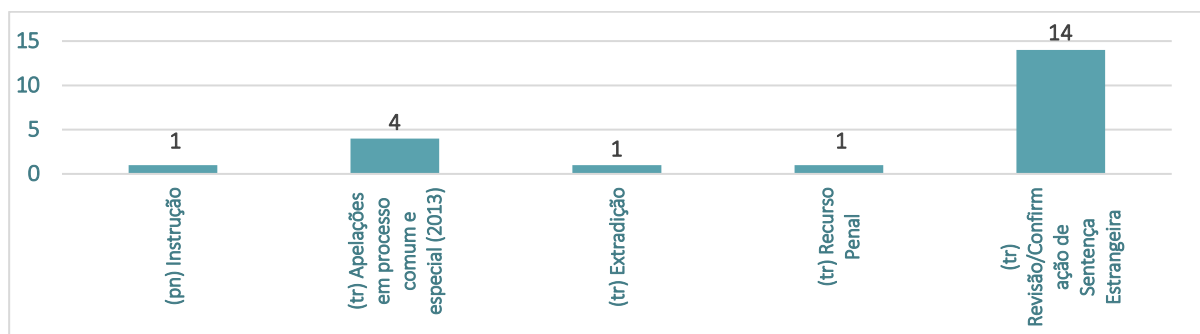


9.2. Processos sem decisão por Espécie

No Tribunal da Relação de Évora as pendências com mais de um ano verificavam-se nas seguintes espécies: “Revisão/Confirmação de Sentença Estrangeira” com 14 processos,

“Apelações em processo comum e especial (2013)” com 4, “Instrução”, “Extradição”, e “Recurso Penal” com 1 cada (**figura 198**).

Figura 198 – Processos pendentes no TRE há mais de um 1, por espécie



10. Tribunal da Relação de Guimarães (TRG)

10.1. Processos sem decisão por área jurisdicional

No Tribunal da Relação de Guimarães existiam 38 processos pendentes há mais de um ano sem decisão. A pendência global era de 753 processos, correspondendo aqueles a 5,05%.

A jurisdição cível destacava-se com 37 processos, havendo 1 na jurisdição criminal (**figura 199**).

Figura 199 – Processos pendentes no TRG há mais de 1 ano, por área jurisdicional

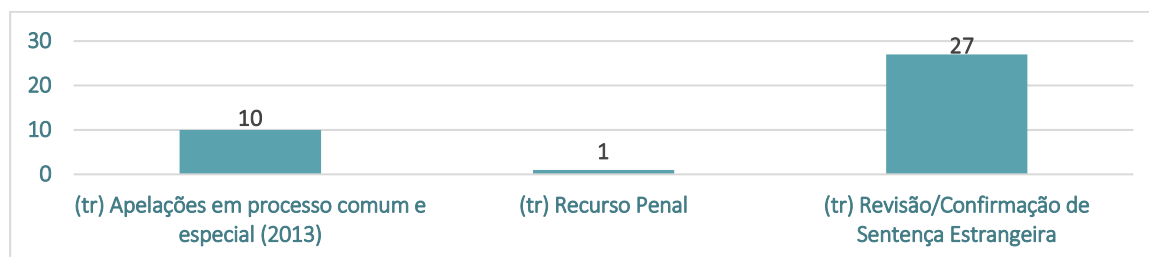


10.2. Processos sem decisão por espécie

No Tribunal da Relação de Guimarães as pendências com mais de um ano verificavam-se nas seguintes espécies: “Revisão/Confirmação de Sentença Estrangeira” com 27 processos,

“Apelações em processo comum e especial (2013)” com 10 e “Recurso Penal” com 1 (figura 200).

Figura 200 – Processos pendentes no TRG há mais de 1 ano, por espécie



11. Tribunal da Relação de Lisboa

11.1. Processos pendentes sem decisão por área jurisdicional

No Tribunal da Relação de Lisboa existiam 251 processos pendentes há mais de um ano. A pendência global era de 2289 processos, correspondendo aqueles a 10,97%.

A jurisdição cível destacava-se com 229 processos, seguindo-se as jurisdições criminal e de comércio, com 11 e 9 processos, respetivamente, e a jurisdição social com 2 (figura 201).

Figura 201– Processos pendentes no TRL há mais de 1 ano, por área jurisdicional

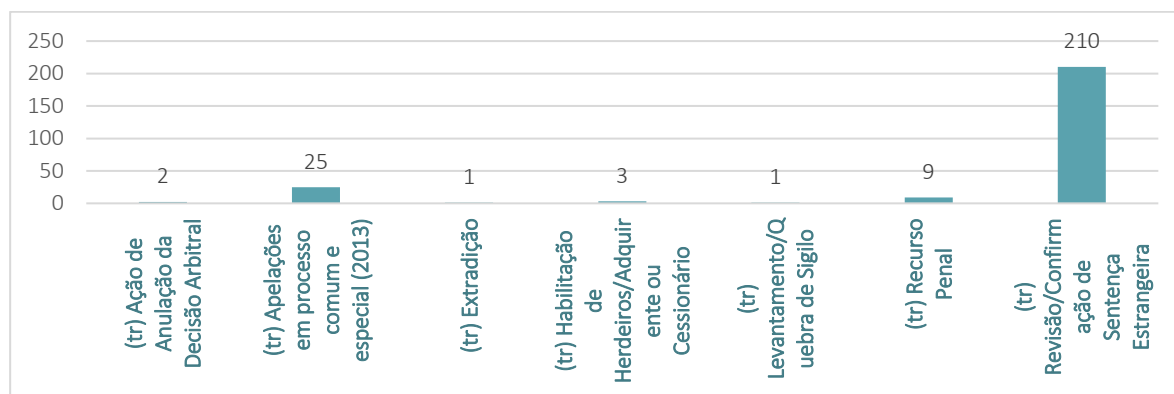


11.2. Processos pendentes sem decisão por espécie

No Tribunal da Relação de Lisboa as pendências com mais de um ano verificavam-se nas seguintes espécies: “Revisão/Confirmação de Sentença Estrangeira” com 210 processos, “Apelações em processo comum e especial (2013)” com 25, “Recurso Penal” com 9,

“Habilitação de Herdeiros/Adquirente ou Cessionário” com 3, “Ação de Anulação da Decisão Arbitral” com 2, “Extradicação” e “Levantamento/Quebra de Sigilo”, com 1 cada (**figura 202**).

Figura 202 – Processos pendentes no TRL, há mais de 1 ano, por espécie



12. Tribunal da Relação do Porto (TRP)

12.1. Processos sem decisão por área jurisdicional

No Tribunal da Relação do Porto existiam 49 processos pendentes há mais de um ano sem decisão. A pendência global era de 1153 processos, correspondendo aqueles a 4,25%.

A jurisdição cível destacava-se com 36 processos, seguindo-se a jurisdição social com 12 e a jurisdição criminal com 1 (**figura 203**).

Figura 203 – Processos pendentes no TRP há mais de um 1 ano, por área jurisdicional

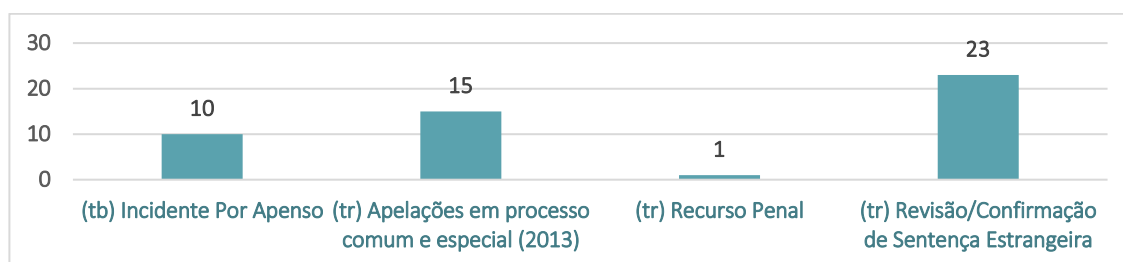


12.2. Processos sem decisão por espécie

No Tribunal da Relação do Porto as pendências com mais de um ano verificavam-se nas seguintes espécies: “Revisão/Confirmação de Sentença Estrangeira” com 23 processos,

“Apelações em processo comum e especial (2013)” com 15, “Incidentes por Apenso” com 10 e “Recurso Penal” com 1 (**figura 204**).

Figura 204 – Processos pendentes no TRP há mais de 1 ano, por espécie



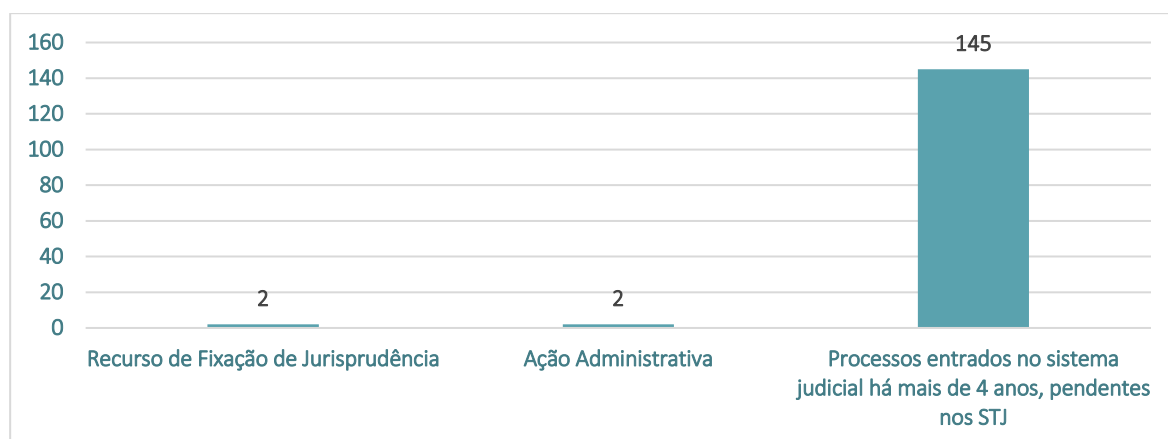
C. SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

1. Processos entrados há mais de quatro anos pendentes no Supremo Tribunal de Justiça (STJ)

No Supremo Tribunal de Justiça existiam 149 processos pendentes há mais de quatro anos. A pendência global era de 559 processos, correspondendo aqueles a 26,65%.

Desses, 4 processos tinham entrado no próprio Supremo Tribunal de Justiça há mais de quatro anos: 2 referentes a “Recurso de Fixação de Jurisprudência” e 2 relativos a “Ação Administrativa” (**figura 205**).

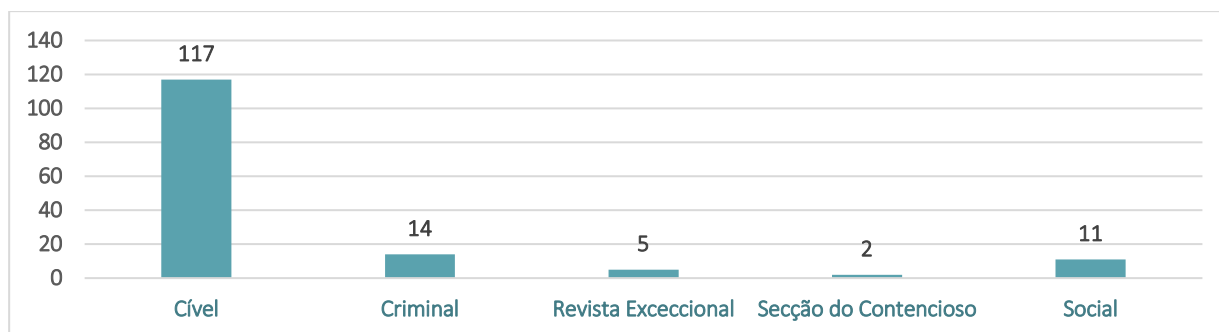
Figura 205 – Processos entrados há mais de 4 anos, pendentes no STJ



1.1. Processos pendentes por área jurisdicional

No Supremo Tribunal de Justiça, a jurisdição cível com 117 processos concentrava o maior número de processos pendentes há mais de quatro anos. Seguiu-se a jurisdição criminal com 14 processos e a jurisdição social com 11. Existiam ainda 5 processos na Formação para apreciação dos pressupostos da Revista Excecional e 2 processos na Secção de Contencioso (figura 206).

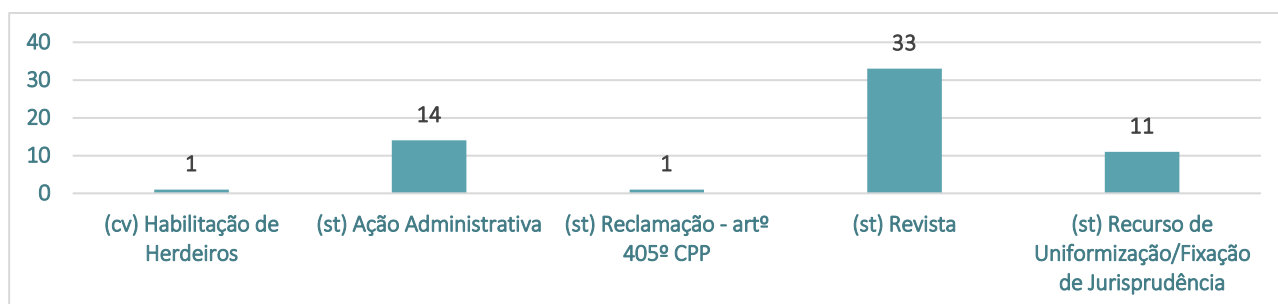
Figura 206 – Processos entrados há mais de 4 anos pendentes no STJ, por área jurisdicional



1.2. Processos Pendentes por espécie

No Supremo Tribunal de Justiça as pendências com mais de quatro anos verificavam-se nas seguintes espécies: “Revista” com 124 processos, “Recurso Penal” e “Revista excecional”, com 10 e 7, respetivamente, “Recurso de Uniformização/Fixação de Jurisprudência” com 3, “Ação Administrativa” com 2, “Procedimento Cautelar (CPC2013)”, “Conflito de Competência”, e “Recurso de Revisão” com 1 cada (figura 207).

Figura 207 – Processos sem decisão entrados no STJ há mais de 1 ano, por espécie



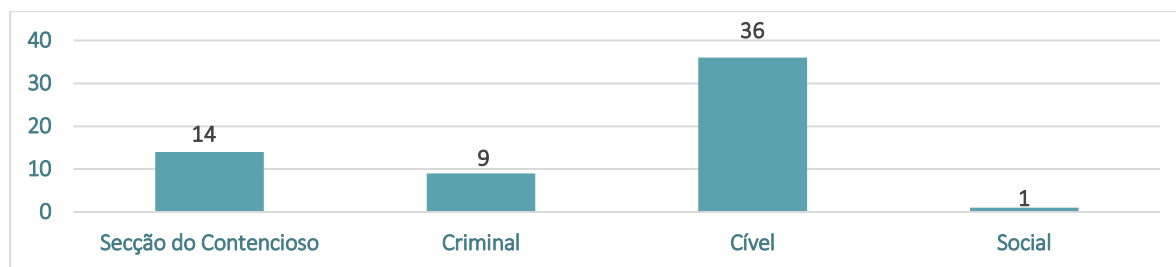
2. Processos sem decisão entrados no Supremo Tribunal de Justiça há mais de um ano

No Supremo Tribunal de Justiça existiam 60 processos que, tendo dado entrada há mais de um ano, ainda não tinham decisão proferida. A pendência global era de 559 processos, correspondendo aqueles a 10,73%.

2.1. Processos pendentes por área jurisdicional

Os 60 processos entrados há mais de um ano sem decisão distribuíam-se maioritariamente pela jurisdição cível, com 36 processos, seguindo-se a Secção do Contencioso, com 14, a jurisdição criminal com 9 e a jurisdição social com 1 (figura 208).

Figura 208 – Processos sem decisão entrados no STJ há mais de 1 ano, por área jurisdicional

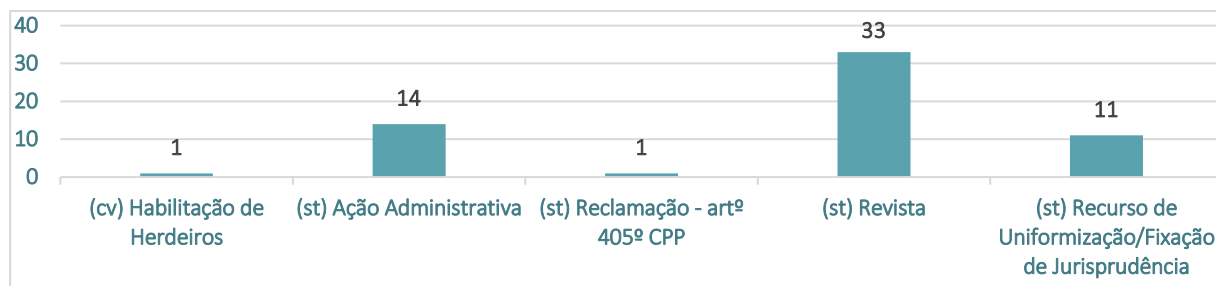


2.2. Processos pendentes por espécie

No Supremo Tribunal de Justiça entre os processos pendentes há mais de um ano a aguardar decisão destacava-se a espécie “Revista”.

Seguiam-se “Ações Administrativas” com 14 processos e “Recursos de Uniformização/Fixação de Jurisprudência” com 11. As restantes espécies apresentavam uma expressão claramente residual, registando-se apenas 1 processo de “Habilitação de Herdeiros” e 1 processo de “Reclamação (art.º 405.º)” (figura 209).

Figura 209 – Processos sem decisão entrados no STJ há mais de 1 ano, por espécie



V) ANÁLISE DOS DADOS

A. TRIBUNAIS DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

1. Pendências com mais de quatro anos em relação com as pendências globais

Os dados relativos às pendências globais de processos com mais de quatro anos a 31 de dezembro de 2024 indicam que constituem 10.64% das pendências globais no conjunto dos tribunais de primeira instância, correspondendo a um valor absoluto de 27 705 processos num universo de 260 450.

COMARCA	TOTAL PROCESSOS PENDENTES A 31/12/2024	TOTAL PROCESSOS COM +4 ANOS A 31/12/2024	% PROCESSOS COM +4 ANOS A 31/12/2024
AÇORES	4660	565	12,12%
AVEIRO	15473	1244	8,04%
BEJA	2783	332	11,93%
BRAGA	21060	1436	6,82%
BRAGANÇA	3112	358	11,50%
CASTELO BRANCO	3122	263	8,42%
COIMBRA	8160	739	9,06%
ÉVORA	2835	268	9,45%
FARO	11979	1050	8,77%
GUARDA	2648	231	8,72%
LEIRIA	9284	936	10,08%
LISBOA	45892	5578	12,15%
LISBOA NORTE	19844	4734	23,86%
LISBOA OESTE	29104	2432	8,36%
MADEIRA	5858	627	10,70%
PORTALEGRE	2116	188	8,88%
PORTO	27973	2469	8,83%
PORTO ESTE	8504	471	5,54%

SANTARÉM	9784	1025	10,48%
SETÚBAL	7812	1100	14,08%
VIANA DO CASTELO	5867	431	7,35%
VILA REAL	4371	477	10,91%
ISEU	8209	751	9,15%
TOTAL	260450	27705	10,64%

Destaca-se a comarca de Lisboa Norte (23,86%) com a percentagem mais elevada. Seguem-se as Comarcas de Setúbal (14,08%), Lisboa (12,15%) e Açores (12,12%). Ainda com percentagens superiores a 10% as comarcas de Beja, Bragança, Vila Real, Madeira, Santarém e Leiria. As Comarcas de Porto Este (5,54%), Braga (6,82%) e Viana do Castelo (7,35%) apresentam as percentagens mais reduzidas.

2. Pendências com mais de quatro anos em relação com as pendências globais, por espécie

Foram identificadas espécies de interesse para análise diferenciada, com base no critério da relevância dos interesses envolvidos nesses processos ou da maior expressão na ocupação do trabalho dos tribunais.

A identificação dessas espécies foi feita com base na evidência empírica decorrente das diversas áreas de atividade do CSM na governação e gestão dos tribunais (por exemplo, da área inspetiva, das participações das pessoas, da monitorização aos tribunais de primeira e segunda instância).

As espécies em causa são as seguintes: Inventário, Insolvências, Acompanhamento de Maior e Família e Menores - Jurisdição Tutelar (processos com indicador (fm) do CITIUS).

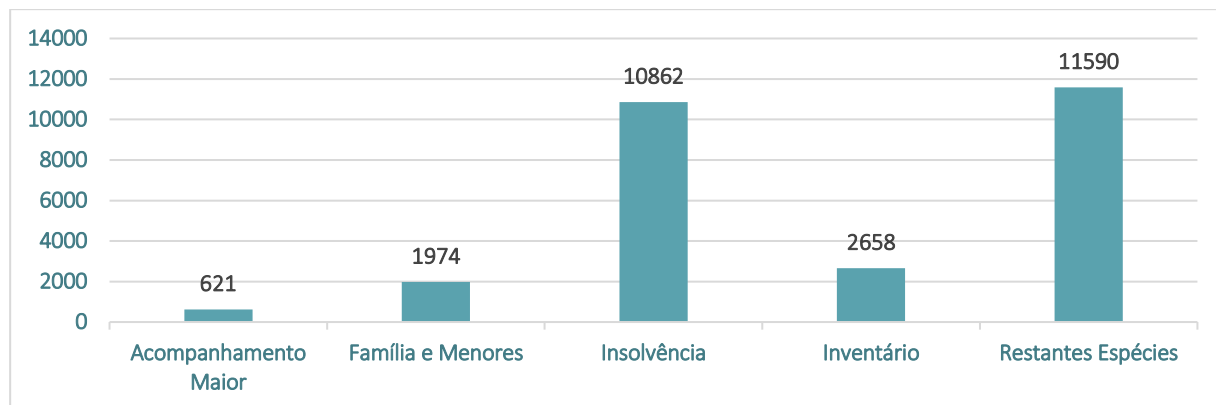
Foi feita a relação quantitativa das pendências dessas espécies com as respetivas pendências globais e com as pendências globais com mais de quatro anos.

2.1. Todas as espécies

Em 31 de dezembro de 2024, do universo total de 27 705 processos pendentes de decisão há mais de 4 anos, 10 862 eram processos de Insolvência, 2 658 de Inventário, 1 974 de Família e

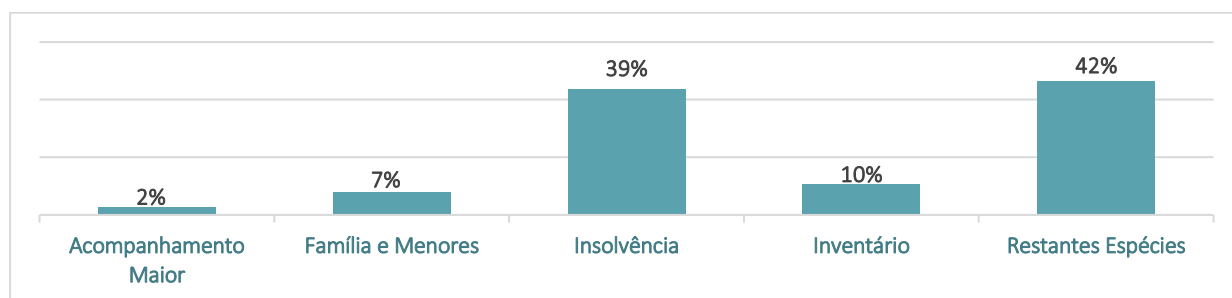
Menores e 621 de Acompanhamento de Maior. Eram 11 590 os processos das restantes espécies (Figura 210).

Figura 210 - Espécies em análise com + 4 anos



As espécies de interesse distribuíam-se como segue: Insolvência 39%, Inventário 10%, Família e Menores 7% e Acompanhamento de Maior 2%. As restantes espécies constituíam 42% (Figura 211) e as espécies de interesse 58% das pendências globais com mais de quatro anos.

Figura 211 - Espécies em análise com + 4 anos em percentagem



2.2. Por espécie de interesse

Neste ponto relaciona-se o número de processos pendentes de cada espécie de interesse com as pendências globais de processos e com o número de processos de cada espécie de interesse pendentes há mais de quatro anos.

2.2.1. Inventários

a) Pendência de inventários em relação com a pendência global de processos

COMARCA	TOTAL PROCESSOS A 31/12/2024	TOTAL INVENTÁRIOS A 31/12/2024	% INVENTÁRIOS A 31/12/2024
AÇORES	4660	542	11,63%
AVEIRO	15473	1987	12,84%
BEJA	2783	215	7,73%
BRAGA	21060	2459	11,68%
BRAGANÇA	3112	425	13,66%
CASTELO BRANCO	3122	456	14,61%
COIMBRA	8160	920	11,27%
ÉVORA	2835	231	8,15%
FARO	11979	868	7,25%
GUARDA	2648	469	17,71%
LEIRIA	9284	1065	11,47%
LISBOA	45892	1984	4,32%
LISBOA NORTE	19844	994	5,01%
LISBOA OESTE	29104	1496	5,14%
MADEIRA	5858	635	10,84%
PORTALEGRE	2116	212	10,02%
PORTO	27973	2410	8,62%
PORTO ESTE	8504	849	9,98%
SANTARÉM	9784	1003	10,25%
SETÚBAL	7812	493	6,31%
VIANA DO CASTELO	5867	902	15,37%
VILA REAL	4371	727	16,63%
ISEU	8209	1108	13,50%
TOTAL	260450	22450	8,62%

Os inventários constituem 8,62% da pendência global de processos (22 450 inventários num universo de 260 450 processos).

As Comarcas da Guarda (17,71%), Vila Real (16,63%), Viana do Castelo (15,37%) e Castelo Branco (14,61%) têm as percentagens mais elevadas, significativamente acima da média nacional.

As Comarcas de Lisboa (4,32%), Lisboa Norte (5,01%), Lisboa Oeste (5,14%) e Setúbal (6,31%) têm as percentagens mais reduzidas.

b) Pendência de inventários com mais de quatro anos em relação com a pendência global dessa espécie

COMARCA	TOTAL INVENTÁRIOS A 31/12/2024	TOTAL INVENTARIOS +4 ANOS	% INVENTÁRIOS +4 anos
AÇORES	542	57	10,52%
AVEIRO	1987	187	9,41%
BEJA	215	37	17,21%
BRAGA	2459	277	11,26%
BRAGANÇA	425	71	16,71%
CASTELO BRANCO	456	44	9,65%
COIMBRA	920	107	11,63%
ÉVORA	231	25	10,82%
FARO	868	103	11,87%
GUARDA	469	45	9,59%
LEIRIA	1065	108	10,14%
LISBOA	1984	315	15,88%
LISBOA NORTE	994	106	10,66%
LISBOA OESTE	1496	225	15,04%
MADEIRA	635	96	15,12%
PORTALEGRE	212	24	11,32%
PORTO	2410	279	11,58%
PORTO ESTE	849	77	9,07%
SANTARÉM	1003	116	11,57%
SETÚBAL	493	41	8,32%
VIANA DO CASTELO	902	115	12,75%
VILA REAL	727	81	11,14%
ISEU	1108	122	11,01%
TOTAL	22450	2658	11,84%

Os inventários com mais de quatro anos constituem 11,84% da pendência global de inventários.

As Comarcas de Beja (17,21%), Bragança (16,71%) e Lisboa (15,88%) têm as percentagens mais elevadas, significativamente acima da média nacional.

As Comarcas de Setúbal (8,32%) e Porto Este (9,07%) têm as percentagens mais reduzidas.

2.2.2 Insolvências

a) Pendência de insolvências em relação com a pendência global de processos

COMARCA	TOTAL PROCESSOS A 31/12/2024	TOTAL INSOLVÊNCIAS A 31/12/2024	% INSOLVÊNCIAS A 31/12/2024
AÇORES	4660	536	11,50%
AVEIRO	15473	1775	11,47%
BEJA	2783	269	9,67%
BRAGA	21060	1942	9,22%
BRAGANÇA	3112	190	6,11%
CASTELO BRANCO	3122	143	4,58%
COIMBRA	8160	808	9,90%
ÉVORA	2835	380	13,40%
FARO	11979	1054	8,80%
GUARDA	2648	196	7,40%
LEIRIA	9284	1123	12,10%
LISBOA	45892	3377	7,36%
LISBOA NORTE	19844	4902	24,70%
LISBOA OESTE	29104	2344	8,05%
MADEIRA	5858	722	12,33%
PORTALEGRE	2116	215	10,16%
PORTO	27973	5212	18,63%
PORTO ESTE	8504	1313	15,44%
SANTARÉM	9784	1559	15,93%
SETÚBAL	7812	572	7,32%
VIANA DO CASTELO	5867	479	8,16%
VILA REAL	4371	213	4,87%
ISEU	8209	497	6,05%
TOTAL	260450	29821	11,45%

As insolvências constituem 11,45% da pendência global de processos (29 821 insolvências num universo de 260 450 processos).

As Comarcas de Lisboa Norte (24,70%), Porto (18,63%), Porto Este (15,44%) e Santarém (15,93%) têm as percentagens mais elevadas, significativamente acima da média nacional.

Destaca-se Lisboa Norte com quase um quarto da pendência constituída por insolvências.

As Comarcas de Castelo Branco (4,58%), Vila Real (4,87%) e Viseu (6,05%) têm as percentagens mais reduzidas.

b) Pendência de insolvências com mais de quatro anos em relação com a pendência global dessa espécie

COMARCA	TOTAL INSOLVÊNCIAS A 31/12/2024	TOTAL INSOLVÊNCIAS +4 ANOS	% INSOLVÊNCIAS +4 anos
AÇORES	536	153	28,54%
AVEIRO	1775	430	24,23%
BEJA	269	95	35,32%
BRAGA	1942	501	25,80%
BRAGANÇA	190	61	32,11%
CASTELO BRANCO	143	54	37,76%
COIMBRA	808	204	25,25%
ÉVORA	380	120	31,58%
FARO	1054	264	25,05%
GUARDA	196	69	35,20%
LEIRIA	1123	411	36,60%
LISBOA	3377	1866	55,26%
LISBOA NORTE	4902	3274	66,79%
LISBOA OESTE	2344	664	28,33%
MADEIRA	722	194	26,87%
PORTALEGRE	215	87	40,47%
PORTO	5212	1313	25,19%
PORTO ESTE	1313	146	11,12%
SANTARÉM	1559	549	35,21%
SETÚBAL	572	151	26,40%
VIANA DO CASTELO	479	88	18,37%
VILA REAL	213	60	28,17%
ISEU	497	112	22,54%
TOTAL	29821	10866	36,44%

As insolvências com mais de quatro anos constituem 36,44% da pendência global de insolvências.

As Comarcas de Lisboa Norte (66,79%) e Lisboa (55,26%) têm as percentagens mais elevadas, significativamente acima da média nacional. A Comarca de Lisboa Norte regista o valor percentual mais elevado e detém cerca de 30% do total nacional de processos de insolvência com mais de quatro anos.

As Comarcas de Porto Este (11,12%) e Viana do Castelo (18,37%) têm as percentagens mais reduzidas.

2.2.3 Acompanhamento de Maior

a) Pendência de processo de Acompanhamento de Maior em relação com a pendência global de processos

COMARCA	TOTAL PROCESSOS A 31/12/2024	TOTAL ACOMPANHAMENTO DE MAIOR A 31/12/2024	% ACOMPANHAMEN TO DE MAIOR A 31/12/2024
AÇORES	4660	196	4,21%
AVEIRO	15473	449	2,90%
BEJA	2783	196	7,04%
BRAGA	21060	645	3,06%
BRAGANÇA	3112	132	4,24%
CASTELO BRANCO	3122	172	5,51%
COIMBRA	8160	288	3,53%
ÉVORA	2835	75	2,65%
FARO	11979	285	2,38%
GUARDA	2648	87	3,29%
LEIRIA	9284	275	2,96%
LISBOA	45892	940	2,05%
LISBOA NORTE	19844	365	1,84%
LISBOA OESTE	29104	696	2,39%
MADEIRA	5858	317	5,41%
PORTALEGRE	2116	57	2,69%
PORTO	27973	940	3,36%
PORTO ESTE	8504	274	3,22%
SANTARÉM	9784	265	2,71%
SETÚBAL	7812	140	1,79%
VIANA DO CASTELO	5867	300	5,11%
VILA REAL	4371	185	4,23%
ISEU	8209	407	4,96%
TOTAL	260450	7686	2,95%

Os processos de Acompanhamento de Maior constituem 8,62% da pendência global de processos (22 450 inventários num universo de 260 450 processos).

As Comarcas da Guarda (17,71%), Vila Real (16,63%), Viana do Castelo (15,37%) e Castelo Branco (14,61%) têm as percentagens mais elevadas, significativamente acima da média nacional.

As Comarcas de Lisboa (4,32%), Lisboa Norte (5,01%), Lisboa Oeste (5,14%) e Setúbal (6,31%) têm as percentagens mais reduzidas.

b) Pendência de processos de Acompanhamento de Maior com mais de quatro anos em relação com a pendência global dessa espécie

COMARCA	TOTAL ACOMPANHAMENTO DE MAIOR A 31/12/2024	TOTAL ACOMPANHAMENTO DE MAIOR +4 ANOS	% ACOMPANHAMENTO DE MAIOR +4 anos
AÇORES	196	45	22,96%
AVEIRO	449	38	8,46%
BEJA	196	59	30,10%
BRAGA	645	4	0,62%
BRAGANÇA	132	21	15,91%
CASTELO BRANCO	172	30	17,44%
COIMBRA	288	32	11,11%
ÉVORA	75	18	24,00%
FARO	285	20	7,02%
GUARDA	87	21	24,14%
LEIRIA	275	6	2,18%
LISBOA	940	79	8,40%
LISBOA NORTE	365	24	6,58%
LISBOA OESTE	696	31	4,45%
MADEIRA	317	12	3,79%
PORTALEGRE	57	5	8,77%
PORTO	940	19	2,02%
PORTO ESTE	274	24	8,76%
SANTARÉM	265	7	2,64%
SETÚBAL	140	18	12,86%
VIANA DO CASTELO	300	29	9,67%
VILA REAL	185	47	25,41%
WISEU	407	32	7,86%
TOTAL	7686	621	8,08%

Os processos de Acompanhamento de Maior com mais de quatro anos constituem 8,08% da pendência global dessa espécie.

As Comarcas de Beja (30,10%), Vila Real (25,41%) e Guarda (24,14%) têm as percentagens mais elevadas, significativamente acima da média nacional.

As Comarcas de Braga (0,62%), Porto (2,02%) e Leiria (2,18%) têm as percentagens mais reduzidas.

2.2.4 Família e Menores

a) Pendência de processos de família e menores em relação com a pendência global de processos

COMARCA	TOTAL PROCESSOS A 31/12/2024	TOTAL FAMÍLIA E MENORES A 31/12/2024	% FAMÍLIA E MENORES A 31/12/2024
AÇORES	4660	1143	24,53%
AVEIRO	15473	1745	11,28%
BEJA	2783	339	12,18%
BRAGA	21060	1643	7,80%
BRAGANÇA	3112	387	12,44%
CASTELO BRANCO	3122	486	15,57%
COIMBRA	8160	985	12,07%
ÉVORA	2835	398	14,04%
FARO	11979	1923	16,05%
GUARDA	2648	290	10,95%
LEIRIA	9284	1150	12,39%
LISBOA	45892	5361	11,68%
LISBOA NORTE	19844	2491	12,55%
LISBOA OESTE	29104	5890	20,24%
MADEIRA	5858	872	14,89%
PORTALEGRE	2116	305	14,41%
PORTO	27973	2635	9,42%
PORTO ESTE	8504	846	9,95%
SANTARÉM	9784	1083	11,07%
SETÚBAL	7812	1565	20,03%
VIANA DO CASTELO	5867	424	7,23%
VILA REAL	4371	490	11,21%
WISEU	8209	1107	13,49%
TOTAL	260450	33558	12,88%

Os processos de família e menores constituem 12,88% da pendência global de processos (33 558 processos num universo de 260 450).

As Comarcas dos Açores (24,53%), Lisboa Oeste (20,24%) e Setúbal (20,03%) têm as percentagens mais elevadas, significativamente acima da média nacional.

As Comarcas de Viana do Castelo (7,23%), Braga (7,80%) e Porto (9,42%) têm as percentagens mais reduzidas.

b) Pendência de processos de família e menores com mais de quatro anos em relação com a pendência global desses processos

COMARCA	TOTAL FAMÍLIA E MENORES A 31/12/2024	TOTAL FAMÍLIA E MENORES +4 ANOS	% FAMÍLIA E MENORES +4 anos
AÇORES	1143	227	19,86%
AVEIRO	1745	84	4,81%
BEJA	339	8	2,36%
BRAGA	1643	71	4,32%
BRAGANÇA	387	45	11,63%
CASTELO BRANCO	486	38	7,82%
COIMBRA	985	77	7,82%
ÉVORA	398	27	6,78%
FARO	1923	55	2,86%
GUARDA	290	15	5,17%
LEIRIA	1150	69	6,00%
LISBOA	5361	229	4,27%
LISBOA NORTE	2491	99	3,97%
LISBOA OESTE	5890	396	6,72%
MADEIRA	872	63	7,22%
PORTALEGRE	305	21	6,89%
PORTO	2635	109	4,14%
PORTO ESTE	846	34	4,02%
SANTARÉM	1083	35	3,23%
SETÚBAL	1565	120	7,67%
VIANA DO CASTELO	424	8	1,89%
VILA REAL	490	52	10,61%
ISEU	1107	88	7,95%
TOTAL	33558	1970	5,87%

Os processos de família e menores com mais de quatro anos constituem 5,87% da pendência global desses processos (1 970 processos num universo de 33 558 processos de Família e Menores).

As Comarcas dos Açores (19,86%), Bragança (11,63%) e Vila Real (10,61%) têm as percentagens mais elevadas, significativamente acima da média nacional.

As Comarcas de Viana do Castelo (1,89%), Beja (2,36%) e Faro (2,86%) têm as percentagens mais reduzidas.

3. Execuções

Considerou-se de interesse fazer alguma análise das pendências de processos de execução. Como indicado, os dados dos processos executivos não foram considerados nos capítulos anteriores por, na generalidade, não se tratar de processos que aguardam decisão judicial. Todavia, pelos critérios do peso relativo nas pendências dos tribunais, entendeu-se fazer em separado a descrição e análise de dados.

3.1. Processos executivos pendentes há mais de quatro anos

Pendência relativa das execuções face à pendência total de execuções

COMARCA	TOTAL PROCESSOS A 31/12/2024	TOTAL EXECUÇÕES A 31/12/2024	% EXECUÇÕES A 31/12/2024
AÇORES	8293	3633	43,81%
AVEIRO	32092	16619	51,79%
BEJA	6146	3363	54,72%
BRAGA	38330	17270	45,06%
BRAGANÇA	5556	2444	43,99%
CASTELO BRANCO	6170	3048	49,40%
COIMBRA	14992	6832	45,57%
ÉVORA	8413	5578	66,30%
FARO	28362	16383	57,76%
GUARDA	4484	1836	40,95%
LEIRIA	19802	10518	53,12%
LISBOA	144352	98460	68,21%
LISBOA NORTE	44596	24752	55,50%
LISBOA OESTE	64343	35239	54,77%

MADEIRA	11875	6017	50,67%
PORTALEGRE	4507	2391	53,05%
PORTO	48995	21022	42,91%
PORTO ESTE	17540	9036	51,52%
SANTARÉM	24806	15022	60,56%
SETÚBAL	20157	12345	61,24%
VIANA DO CASTELO	9363	3496	37,34%
VILA REAL	7688	3317	43,15%
VISEU	15758	7549	47,91%
TOTAL	586620	326170	55,60%

No que respeita aos processos executivos, a média nacional do peso destes processos face ao total da pendência situa-se nos 55,60% (326 170 execuções num universo de 586 620 processos).

Verifica-se que as Comarcas de Lisboa (68,21%), Évora (66,30%), Setúbal (61,24%) e Santarém (60,56%) apresentam o peso de execuções mais elevado no total da sua pendência, situando-se significativamente acima da média nacional.

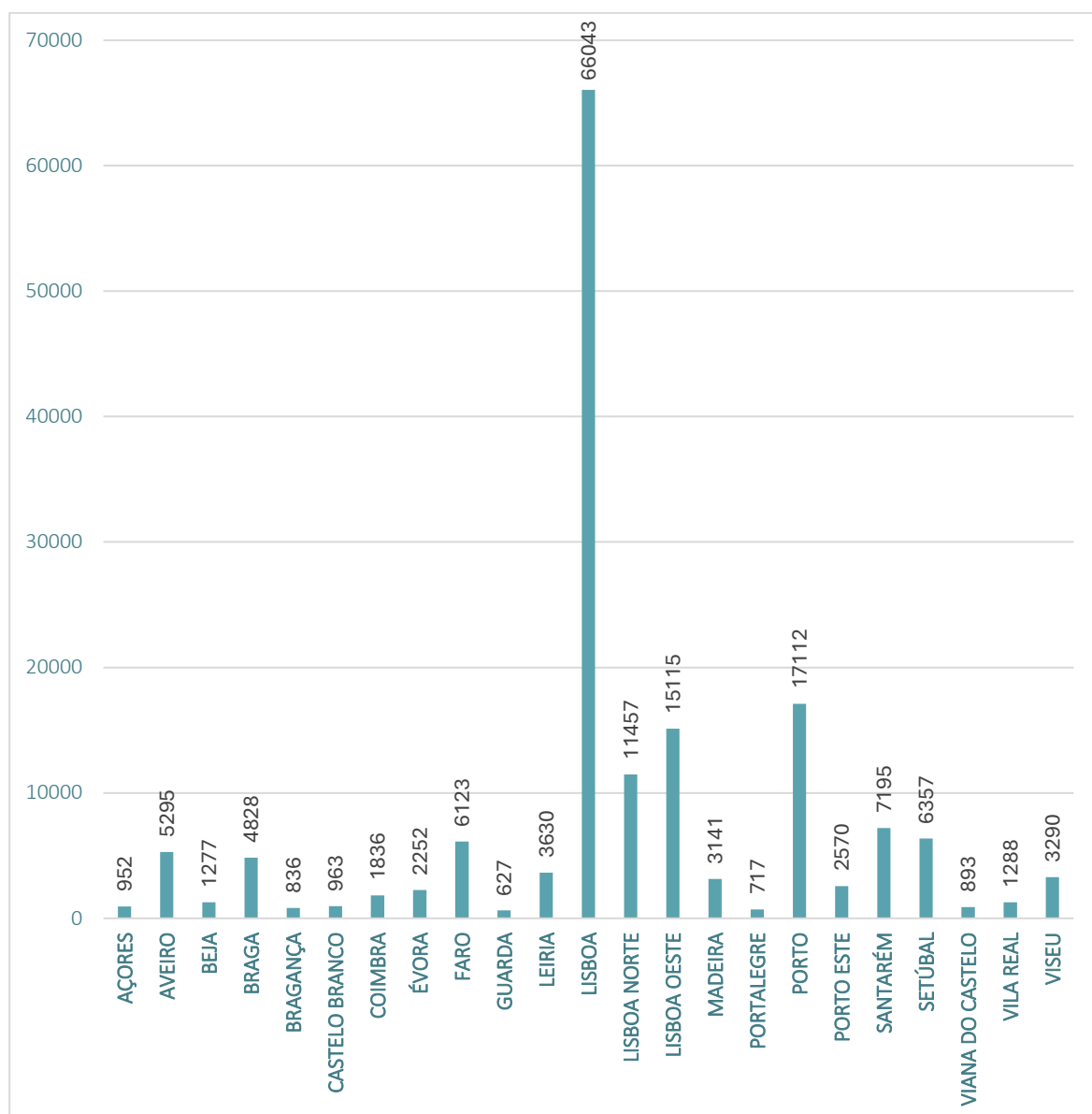
Inversamente, as Comarcas de Viana do Castelo (37,34%), Guarda (40, 95%) e Porto (42,91%) apresentam as percentagens mais reduzidas de execuções no total de processos pendentes a 31 de dezembro de 2024.

3.2. Processos executivos pendentes há mais de quatro anos

Considerando o universo de processos executivos pendentes há mais de quatro anos na primeira instância, verifica-se que, em 31 de dezembro de 2024, existiam 163.797 processos (figura 212).

As Comarcas de Lisboa e de Santarém integram os Tribunais Centrais de Competência Especializada (TCTA). No Tribunal Central de Instrução Criminal encontravam-se registados 3 processos de execução, no Tribunal da Propriedade Intelectual 20 processos, e nos Tribunais Marítimo e de Concorrência, Regulação e Supervisão existiam 8 processos em cada um.

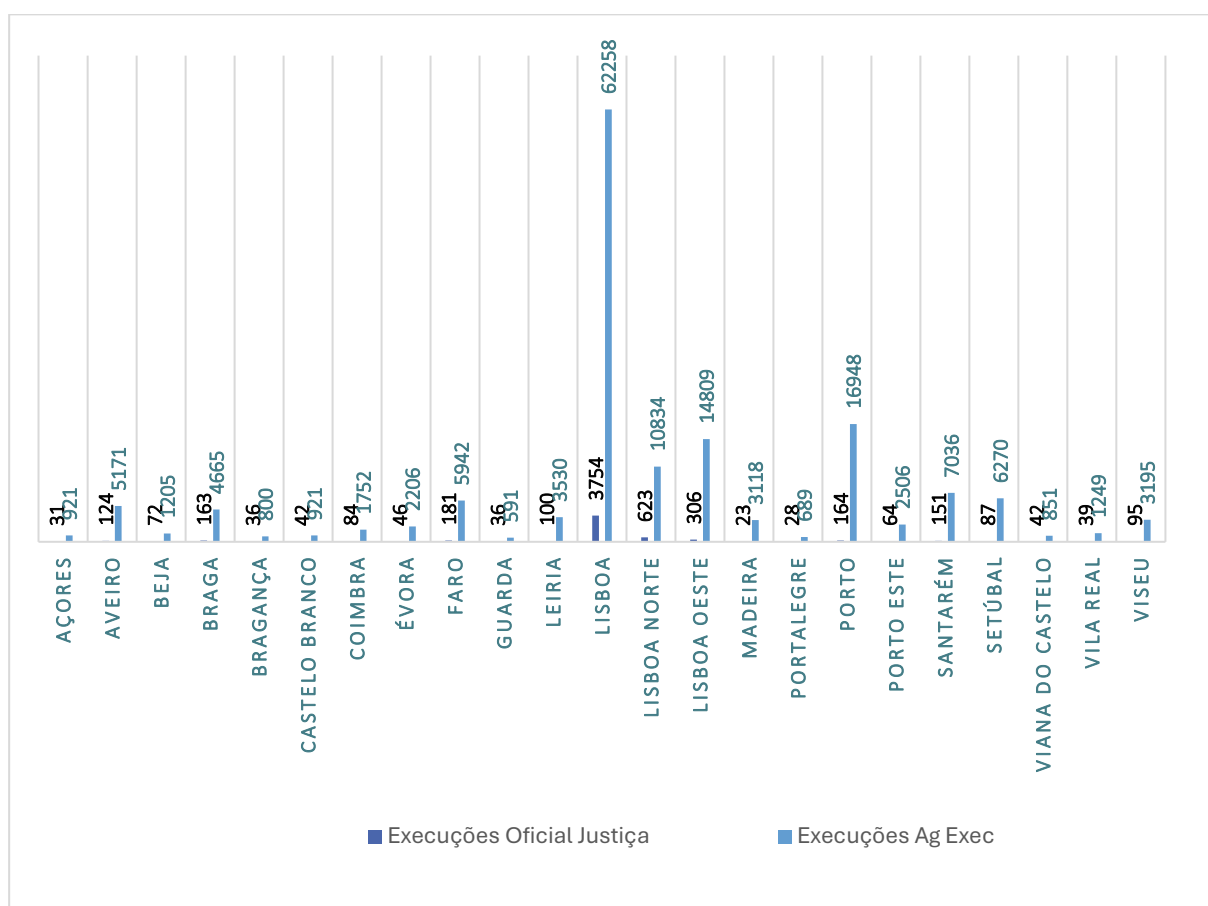
Figura 212 – Execuções pendentes há mais de quatro anos em cada uma das 23 Comarcas



Do universo de processos executivos pendentes há mais de quatro anos na 1.ª instância, a 31 de dezembro de 2024, verifica-se que a esmagadora maioria se encontrava sob a

responsabilidade dos Agentes de Execução, sendo apenas uma pequena percentagem tramitada pelos Oficiais de Justiça (**figura 213**).

Figura 213 – Processos executivos pendentes há mais de quatro anos tramitados por AE ou por OJ



Tendo em conta que as Comarcas de Lisboa e de Santarém integram os Tribunais Centrais de Competência Especializada (TCTA), importa salientar que, no âmbito das execuções, não existiam processos da responsabilidade do Agente de Execução no Tribunal Central de Instrução Criminal nem no Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão. Por sua vez, o Tribunal da Propriedade Intelectual não registava execuções tramitadas por Oficial de Justiça. No que respeita às execuções da responsabilidade do Agente de Execução, 20 processos encontravam-se no Tribunal da Propriedade Intelectual e 7 processos no Tribunal Marítimo.

Relativamente às execuções tramitadas por Oficial de Justiça, 3 processos estavam registados no Tribunal Central de Instrução Criminal, 1 processo no Tribunal Marítimo e 8 processos no Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão.

3.3. Execuções (com +4 anos face à pendência global)

COMARCA	TOTAL EXECUÇÕES A 31/12/2024	TOTAL EXECUÇÕES +4 ANOS	% EXECUÇÕES +4 ANOS
AÇORES	3633	952	26,20%
AVEIRO	16619	5295	31,86%
BEJA	3363	1277	37,97%
BRAGA	17270	4828	27,96%
BRAGANÇA	2444	836	34,21%
CASTELO BRANCO	3048	963	31,59%
COIMBRA	6832	1836	26,87%
ÉVORA	5578	2252	40,37%
FARO	16383	6123	37,37%
GUARDA	1836	627	34,15%
LEIRIA	10518	3630	34,51%
LISBOA	98460	66043	67,08%
LISBOA NORTE	24752	11457	46,29%
LISBOA OESTE	35239	15115	42,89%
MADEIRA	6017	3141	52,20%
PORTALEGRE	2391	717	29,99%
PORTO	21022	17112	81,40%
PORTO ESTE	9036	2570	28,44%
SANTARÉM	15022	7195	47,90%
SETÚBAL	12345	6357	51,49%
VIANA DO CASTELO	3496	893	25,54%
VILA REAL	3317	1288	38,83%
VISEU	7549	3290	43,58%
TOTAL	326170	163797	50,22%

Relativamente aos processos executivos, a média nacional de processos com mais de 4 anos situa-se nos 50,22% (163 797 processos num universo de 326 170 execuções).

Verifica-se que as Comarcas do Porto (81,40%) e Lisboa (67,08%) apresentam os índices de pendência de longa duração mais elevados, situando-se acima da média nacional. Destaca-se, em particular, a Comarca do Porto, onde a esmagadora maioria das execuções já ultrapassou os 4 anos.

Inversamente, as Comarcas de Viana do Castelo (25,54%), Açores (26,20%), Coimbra (26,87%) e Braga (27,96%) apresentam as percentagens mais reduzidas de execuções pendentes com mais de 4 anos.

3.4. Tabela das execuções com mais de quatro anos | Oficial de justiça ou Agente de Execução

COMARCA	TOTAL EXECUÇÕES +4 ANOS	EXECUÇÕES AE +4 ANOS	EXECUÇÕES OJ +4 ANOS
AÇORES	952	921	31
AVEIRO	5295	5171	124
BEJA	1277	1205	72
BRAGA	4828	4665	163
BRAGANÇA	836	800	36
CASTELO BRANCO	963	921	42
COIMBRA	1836	1752	84
ÉVORA	2252	2206	46
FARO	6123	5942	181
GUARDA	627	591	36
LEIRIA	3630	3530	100
LISBOA	66043	62285	3758
LISBOA NORTE	11457	10834	623
LISBOA OESTE	15115	14809	306
MADEIRA	3141	3118	23
PORTALEGRE	717	689	28
PORTO	17112	16948	164
PORTO ESTE	2570	2506	64
SANTARÉM	7195	7036	159
SETÚBAL	6357	6270	87
VIANA DO CASTELO	893	851	42
VILA REAL	1288	1249	39
ISEU	3290	3195	95
TOTAL	163797	157494	6303

A análise das execuções evidencia a predominância das execuções tramitadas por Agente de Execução (AE) em todas as comarcas, representando a quase totalidade dos processos executivos registados. Do total de 163 797 execuções, 157 494 (cerca de 96%) encontram-se a cargo de AE, enquanto apenas 6 303 são conduzidas por Oficial de Justiça (OJ).

Em termos absolutos, destacam-se as comarcas de Lisboa, Porto, Lisboa Oeste, Lisboa Norte e Santarém, que concentram os maiores volumes de execuções. A comarca de Lisboa assume particular relevo, concentrando isoladamente uma parte substancial do total nacional de execuções, quer por AE quer por OJ.

3.5. Pendência relativa dos processos executivos com mais de 4 anos da responsabilidade do Agente de Execução

COMARCA	TOTAL EXECUÇÕES +4 ANOS	EXECUÇÕES AE +4 ANOS	% EXECUÇÕES AE +4 ANOS
AÇORES	952	921	96,74%
AVEIRO	5295	5171	97,66%
BEJA	1277	1205	94,36%
BRAGA	4828	4665	96,62%
BRAGANÇA	836	800	95,69%
CASTELO BRANCO	963	921	95,64%
COIMBRA	1836	1752	95,42%
ÉVORA	2252	2206	97,96%
FARO	6123	5942	97,04%
GUARDA	627	591	94,26%
LEIRIA	3630	3530	97,25%
LISBOA	66043	62285	94,31%
LISBOA NORTE	11457	10834	94,56%
LISBOA OESTE	15115	14809	97,98%
MADEIRA	3141	3118	99,27%
PORTALEGRE	717	689	96,09%
PORTO	17112	16948	99,04%
PORTO ESTE	2570	2506	97,51%
SANTARÉM	7195	7036	97,79%
SETÚBAL	6357	6270	98,63%
VIANA DO CASTELO	893	851	95,30%
VILA REAL	1288	1249	96,97%
ISEU	3290	3195	97,11%
TOTAL	163797	157494	96,15%

No que respeita à intervenção dos Agentes de Execução nos processos executivos pendentes há mais de 4 anos, a média nacional fixa-se nos 96,15%, o que corresponde a um valor absoluto de 157 494 processos da sua responsabilidade num universo de 163 797 processos executivos pendentes a 31 de dezembro de 2024.

Verifica-se que, embora os índices sejam bastante elevados em todo o território nacional (todos acima dos 90%), são as Comarcas da Madeira (99,27%) e do Porto (99,04%) que apresentam os índices de pendência de longa duração mais elevados.

Em sentido inverso, as Comarcas da Guarda (94,26%), Lisboa (94,31%) e Beja (94,36%) apresentam as percentagens de processos antigos da responsabilidade de Agentes de Execução mais baixas. Destaca-se a situação particular da Comarca de Lisboa que, pese embora a percentagem relativa de processos executivos da responsabilidade do Agente de Execução seja das mais baixas, o volume absoluto de processos é mais elevado a nível nacional, com 62 285 processos executivos pendentes com mais de 4 anos.

3.6. Pendência relativa dos processos executivos com mais de 4 anos da responsabilidade do Oficial de Justiça

COMARCA	TOTAL EXECUÇÕES +4 ANOS	EXECUÇÕES OJ +4 ANOS	% EXECUÇÕES OJ +4 ANOS
AÇORES	952	31	3,26%
AVEIRO	5295	124	2,34%
BEJA	1277	72	5,64%
BRAGA	4828	163	3,38%
BRAGANÇA	836	36	4,31%
CASTELO BRANCO	963	42	4,36%
COIMBRA	1836	84	4,58%
ÉVORA	2252	46	2,04%
FARO	6123	181	2,96%
GUARDA	627	36	5,74%
LEIRIA	3630	100	2,75%
LISBOA	66043	3758	5,69%
LISBOA NORTE	11457	623	5,44%
LISBOA OESTE	15115	306	2,02%
MADEIRA	3141	23	0,73%
PORTALEGRE	717	28	3,91%
PORTO	17112	164	0,96%
PORTO ESTE	2570	64	2,49%
SANTARÉM	7195	159	2,21%
SETÚBAL	6357	87	1,37%
VIANA DO CASTELO	893	42	4,70%
VILA REAL	1288	39	3,03%

WISEU	3290	95	2,89%
TOTAL	163797	6303	3,85%

Os processos executivos cuja intervenção é da competência dos Oficiais de Justiça com mais de 4 anos assumem uma expressão residual no panorama nacional, representando apenas 3,85% do total, o que corresponde a 6 303 processos.

Verifica-se que as maiores percentagens de processos executivos a cargo dos Oficiais de Justiça com mais de 4 anos se encontram na Comarca da Guarda (5,74%), Lisboa (5,69%) e Beja (5,64%). A Comarca de Lisboa, para além de ter uma das percentagens relativas mais elevadas a nível nacional, é, também, aquela que regista o valor absoluto mais elevado com 3 758 processos executivos a cargo dos Oficiais de Justiça.

Em sentido inverso, as Comarcas da Madeira (0,73%) e do Porto (0,96%) registam os índices mais baixos de processos executivos com mais de 4 anos a cargo dos Oficiais de Justiça.

B. TRIBUNAIS DE RELAÇÃO

1. Processos entrados há mais de 4 anos

Analisam-se as pendências de processos com mais de quatro anos nas Relações em si mesmas, em relação com o acervo global dos processos pendentes e por espécie, tanto no conjunto das Relações, como em cada uma delas.

Importa referir que este indicador temporal reporta à data de entrada do processo no sistema judicial em primeira instância, refletindo assim o tempo global de tramitação processual até à data considerada e não apenas nas Relações.

De notar ainda que nas Revisões/Confirmações de Sentença Estrangeira e nas Ações de Anulação de Decisão Arbitral as Relações tramitam e decidem em primeira instância, contrariamente ao que se verifica nas outras espécies consideradas e na generalidade dos processos aí pendentes. Por isso, quanto a essas espécies a duração corresponde ao tempo de pendência nas Relações.

1.1. Processos entrados há mais de quatro anos pendentes nas Relações

RELAÇÃO	TOTAL A 31/12/2024	TOTAL +4 ANOS	PERCENTAGEM +4 ANOS
COIMBRA	759	68	8,96%
ÉVORA	631	68	10,78%
GUIMARÃES	753	79	10,49%
LISBOA	2289	192	8,39%
PORTO	1153	177	15,35%
TOTAL	5585	584	10,46%

Na data de referência, o volume global de processos pendentes nos Tribunais da Relação ascendia a 5 585, dos quais 584 apresentavam duração superior a quatro anos, correspondendo a 10,46% do total.

A análise por tribunal evidencia diferenças na incidência relativa destas pendências. A Relação do Porto apresenta a proporção mais elevada de processos com duração superior a quatro anos, com 177 processos, correspondentes a 15,35% do total das suas pendências, valor significativamente superior à média global.

Seguem-se a Relação de Évora, com 10,78%, e a Relação de Guimarães, com 10,49%, ambas com valores próximos da média nacional.

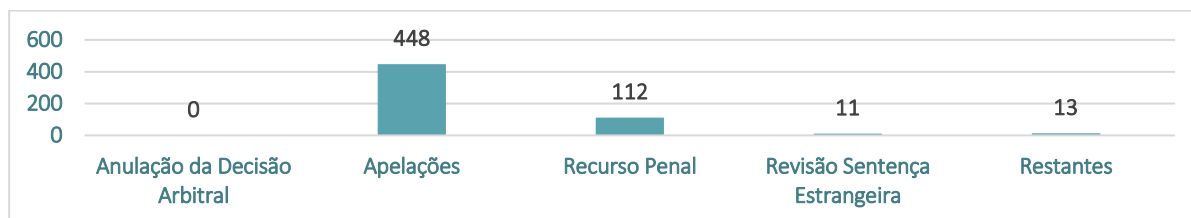
Por sua vez, a Relação de Coimbra regista 8,96% de processos nesta situação, enquanto a Relação de Lisboa apresenta a menor proporção relativa, fixando-se em 8,39%, apesar de concentrar o maior número absoluto de processos com duração superior a quatro anos (192 processos), em virtude do maior volume global de pendências.

1.2. Processos entrados há mais de 4 anos pendentes nas Relações, por espécie

As espécies analisadas incluem Apelações (em processo comum e especial (2013) e apelação 1.ª e 2.ª), Recursos Penais e Revisões/Confirmações de Sentença Estrangeira e Ação de Anulação da Decisão Arbitral.

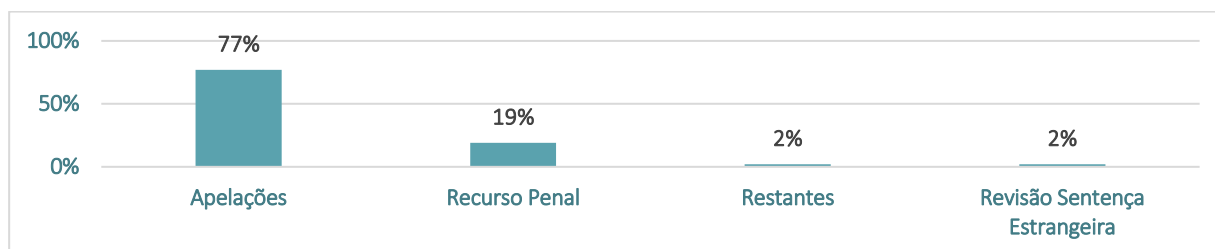
Do universo total de 584 processos pendentes há mais de quatro anos, a distribuição por espécie processual evidencia uma clara predominância das Apelações, que totalizam 448 processos. Seguem-se os Recursos Penais, com 112 processos, e as Revisões/Confirmações de Sentença Estrangeira, com 11 processos, não se registando pendências relativas a Ações de Anulação da Decisão Arbitral. As restantes espécies contabilizavam 13 processos (**Figura 214**).

Figura 214 – Espécies em análise nos 5 TR com mais de 4 anos



Em termos percentuais, esta distribuição corresponde a 77% de Apelações, 19% de Recursos Penais e 2% de Revisões/Confirmações de Sentença Estrangeira.

Figura 215 – Espécies em análise nos 5 TR com mais de 4 anos, em percentagem



Os dados evidenciam, assim, que as Apelações concentram a larga maioria das pendências com duração superior a quatro anos, representando mais de três quartos do total, enquanto as restantes espécies assumem uma expressão significativamente mais reduzida (23%).

1.2.1. Pendência relativa das Apelações face à pendência total

RELAÇÃO	TOTAL PROCESSOS A 31/12/2024	TOTAL APELAÇÕES A 31/12/2024	% APELAÇÕES A 31/12/2024
COIMBRA	759	333	43,87%
ÉVORA	631	305	48,34%
GUIMARÃES	753	326	43,29%
LISBOA	2289	664	29,01%
PORTO	1153	669	58,02%
TOTAL	5585	2297	41,13%

No que respeita à espécie Apelação, a média global do peso destes processos face ao total da pendência nos Tribunais da Relação situa-se nos 41,13% (2 297 apelações num universo de 5 585 processos).

Verifica-se que os Tribunais da Relação do Porto (58,02%) e de Évora (48,34%) apresentam as percentagens de apelações mais elevadas no total da sua pendência, situando-se significativamente acima da média global.

Inversamente, o Tribunal da Relação de Lisboa (29,01%) apresenta a percentagem mais reduzida de processos de apelação pendentes a 31 de dezembro de 2024, sendo o tribunal onde esta espécie tem o menor impacto relativo no seu volume total, apesar de deter o maior volume absoluto de processos.

1.2.2. Recursos Penais

RELAÇÃO	TOTAL PROCESSOS A 31/12/2024	TOTAL RECURSOS PENAIS A 31/12/2024	% RECURSOS PENAIS A 31/12/2024
COIMBRA	759	299	39,39%
ÉVORA	631	218	34,55%
GUIMARÃES	753	249	33,07%
LISBOA	2289	412	18,00%
PORTO	1153	367	31,83%
TOTAL	5585	1545	27,66%

Relativamente à espécie de Recursos Penais, a média global do peso destes processos face ao total da pendência nos Tribunais da Relação situa-se nos 27, 66% (1 545 recursos num universo de 5 585 processos).

Verifica-se que os Tribunais da Relação de Coimbra (39,39%), Évora (34,55%) e Guimarães (33,07%) apresentam as percentagens de recursos penais mais elevadas, situando-se significativamente acima da média global.

Inversamente, o Tribunal da Relação de Lisboa (18,00%) apresenta a percentagem mais reduzida de recursos penais pendentes a 31 de dezembro de 2024.

1.2.3. Revisão/Confirmação de Sentença Estrangeira

RELAÇÃO	TOTAL PROCESSOS A 31/12/2024	TOTAL REVISÃO/CONFIRMAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA A 31/12/2024	% REVISÃO/CONFIRMAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA A 31/12/2024
COIMBRA	759	109	14,36%
ÉVORA	631	88	13,95%
GUIMARÃES	753	135	17,93%
LISBOA	2289	1162	50,76%
PORTO	1153	81	7,03%
TOTAL	5585	1575	28,20%

No que concerne à espécie de Revisão/Confirmação de Sentença Estrangeira, a média global do peso destes processos face ao total da pendência nos Tribunais da Relação situa-se nos 28,20% (1 575 processos num universo de 5 585).

Verifica-se que o Tribunal da Relação de Lisboa (50,76%) apresenta o índice de peso desta espécie mais elevado, situando-se muito significativamente acima da média global.

Inversamente, o Tribunal da Relação do Porto (7,03%) apresenta a percentagem mais reduzida de processos desta natureza, seguido pelas Relações de Évora (13,95%) e Coimbra (14,36%), que se posicionam significativamente abaixo da média.

1.2.4. Ação de Anulação de Decisão Arbitral

RELAÇÃO	TOTAL PROCESSOS A 31/12/2024	TOTAL AÇÃO DE ANULAÇÃO DE DECISÃO ARBITRAL A 31/12/2024	% AÇÃO DE ANULAÇÃO DE DECISÃO ARBITRAL A 31/12/2024
COIMBRA	759	1	0,13%
ÉVORA	631	1	0,16%
GUIMARÃES	753	5	0,66%
LISBOA	2289	3	0,13%
PORTO	1153	5	0,43%
TOTAL	5585	15	0,27%

No que respeita à espécie de Ação de Anulação de Decisão Arbitral, a percentagem destes processos face ao total da pendência nos Tribunais da Relação é residual, situando-se nos 0,27% (apenas 15 processos num universo de 5 585).

Verifica-se que os Tribunais da Relação de Guimarães (0,66%) e do Porto (0,43%) apresentam as percentagens mais elevadas nesta espécie, situando-se acima da média global (embora com apenas 5 processos cada).

Inversamente, os Tribunais da Relação de Coimbra (0,13%) e de Lisboa (0,13%) apresentam as percentagens mais reduzidas, seguidos de perto por Évora (0,16%).

1.3.1 Apelações

RELAÇÃO	TOTAL APELAÇÕES A 31/12/2024	TOTAL APELAÇÕES +4 ANOS	% APELAÇÕES +4 ANOS
COIMBRA	333	51	15,32%
ÉVORA	305	54	17,70%
GUIMARÃES	326	60	18,40%
LISBOA	664	143	21,54%
PORTO	669	140	20,93%
TOTAL	2297	448	19,50%

Quanto à espécie de Apelação, a proporção global de processos sem decisão há mais de 4 anos situa-se nos 19,50% face ao total da pendência desta espécie nos Tribunais da Relação.

Verifica-se que os Tribunais da Relação de Lisboa (21,54%) e do Porto (20,93%) apresentam o peso relativo de pendência de longa duração mais elevado, situando-se ambos acima do valor global apurado para esta espécie.

Em sentido inverso, os Tribunais da Relação de Coimbra (15,32%) e de Évora (17,70%) registam as proporções mais reduzidas de apelações pendentes há mais de 4 anos, posicionando-se abaixo da média nacional.

1.2.5. Recursos penais

RELAÇÃO	TOTAL RECURSOS PENAIS A 31/12/2024	TOTAL RECURSOS PENAIS +4 ANOS	% RECURSOS PENAIS +4 ANOS
COIMBRA	299	17	5,69%
ÉVORA	218	13	5,96%
GUIMARÃES	249	17	6,83%
LISBOA	412	39	9,47%
PORTO	367	26	7,08%
TOTAL	1545	112	7,25%

Quanto à espécie de Recursos Penais, a proporção global de processos sem decisão há mais de 4 anos fixa-se nos 7,25% face ao total da pendência nos Tribunais da Relação.

Observa-se que o Tribunal da Relação de Lisboa (9,47%) apresenta um peso relativo de pendência de longa duração significativamente acima do valor global nacional.

Em contrapartida, os Tribunais da Relação de Coimbra (5,69%) e de Évora (5,96%) registam as proporções mais favoráveis, situando-se abaixo da linha de referência apurada para esta espécie, seguidos de perto pelas Relações de Guimarães (6,83%) e do Porto (7,08%).

1.2.6. Processos para revisão/confirmação de sentença estrangeira

RELAÇÃO	TOTAL REVISÃO/CONFIRMAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA A 31/12/2024	TOTAL REVISÃO/CONFIRMAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA +4 ANOS	% REVISÃO/CONFIRMAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA +4 ANOS
COIMBRA	109	0	0,00%
ÉVORA	88	0	0,00%
GUIMARÃES	135	0	0,00%
LISBOA	1162	10	0,86%
PORTO	81	1	1,23%
TOTAL	1575	11	0,70%

Quanto à espécie de Revisão/Confirmação de Sentença Estrangeira, a proporção global de processos sem decisão há mais de 4 anos é residual, situando-se nos 0,70% face ao total da pendência nos Tribunais da Relação.

Verifica-se que os Tribunais da Relação de Coimbra (0,00%), Évora (0,00%) e Guimarães (0,00%) não apresentam qualquer processo pendente nesta categoria de longa duração.

O peso relativo desta pendência concentra-se exclusivamente nos Tribunais da Relação do Porto (1,23%) e de Lisboa (0,86%), que são os únicos a registar valores acima da referência nacional, ainda que em termos absolutos o número de processos seja muito reduzido (11 processos no total do país).

1.2.7. Ações de anulação de decisão arbitral

Nenhum processo desta espécie se encontrava pendente há mais de quatro anos nas Relações

2. Processos entrados há mais de 1 ano

Analisa-se as pendências de processos sem decisão há mais de um ano em si mesmas, em relação com o acervo global dos processos pendentes e por espécie, tanto no conjunto das Relações, como em cada uma delas.

Importa referir que este indicador temporal se reporta à data de entrada do processo nas Relações, refletindo assim o tempo global de tramitação processual nas Relações até à data considerada.

Resulta indiferente, para este efeito, a tramitação em primeira ou segunda instância.

2.1. Processos entrados há mais de um ano pendentes nas Relações

RELAÇÃO	TOTAL A 31/12/2024	TOTAL +1 ANO	PERCENTAGEM +1 ANO
COIMBRA	759	19	2,50%
ÉVORA	631	21	3,33%
GUIMARÃES	753	38	5,05%
LISBOA	2289	251	10,97%
PORTO	1153	49	4,25%
TOTAL	5585	378	6,77%

Na data de referência o volume global de processo pendentes nos Tribunais da Relação ascendia a 5 585 dos quais 378 com duração superior a um ano desde a entrada, correspondendo a 6,77% do universo global.

Este indicador evidencia uma expressão relativamente reduzida de pendências prolongadas na segunda instância, sugerindo que a maior parte dos processos é decidida no prazo de um ano após a sua distribuição nas Relações.

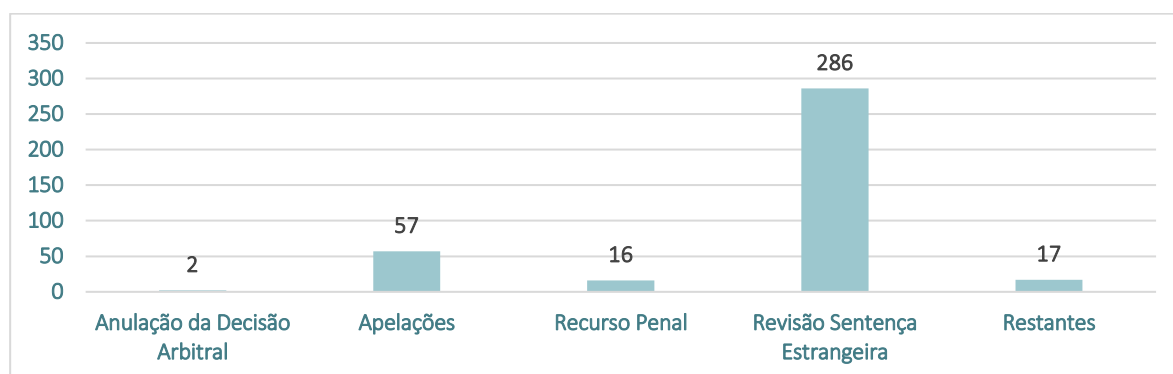
A análise por tribunal evidencia diferenças na incidência relativa destas pendências. A Relação de Lisboa apresenta a maior proporção de processos pendentes há mais de um ano, com 251 processos (10,97%). Seguem-se a Relação de Guimarães, com 38 processos (5,05%) e a Relação do Porto, com 49 processos (4,25%).

Por sua vez a Relação de Coimbra evidencia a menor proporção relativa, com 19 processos (2,50%), seguida da Relação de Évora com 21 processos (3,33%).

2.2. Processos entrados há mais de 1 ano pendentes nas Relações, por espécie

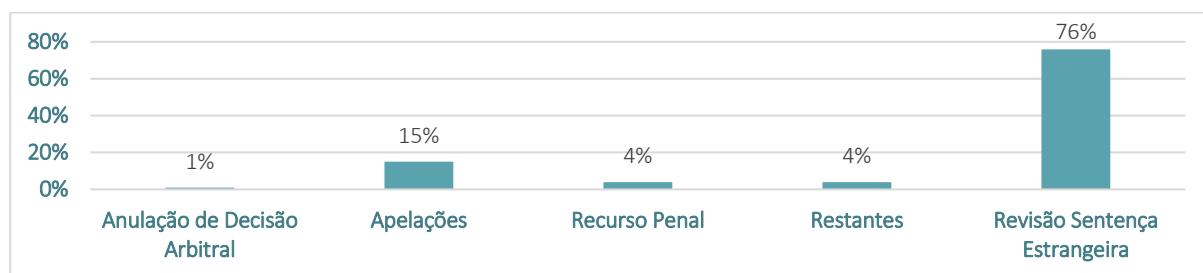
Em 31 de dezembro de 2024, do universo total de 378 processos pendentes há mais de um ano, as espécies em análise contabilizavam: 57 Apelações, 16 Recursos Penais, 286 Revisões/Confirmações de Sentença Estrangeira e 2 Ações de Anulação de Decisão Arbitral. (Figura 216). As restantes espécies contabilizavam 17 processos.

Figura 216 – Espécies em análise nos 5 TR com mais de 1 ano



Em termos percentuais, estas espécies apresentavam a seguinte distribuição: Anulação ea Decisão Arbitral 1%, Apelações 15%, Recurso Penal 4%, Revisão/Confirmação de sentença estrangeira 76% e as restantes espécies 4%. Observa-se que as Revisões/Confirmações de Sentença Estrangeira possuem uma expressão superior ao conjunto de todas as outras espécies, as quais representam, agregadas, 24% do acervo (**Figura 217**).

Figura 217 – Espécies em análise nos 5 TR com mais de 1 ano, em percentagem



Embora o universo de processos pendentes há mais de um ano seja relativamente reduzido em termos globais (6,77% do total de processos nas Relações), a predominância das Revisões/Confirmações de Sentença Estrangeira evidencia que esta espécie concentra a maior parte da pendência, enquanto Apelações e Recursos Penais representam uma proporção menor do total de processos antigos na instância de recurso. Importa ter em atenção que, sendo processos tramitados em primeira instância, a tramitação legalmente prevista tem delongas, nomeadamente relacionadas com a fase de citação, que os recursos não têm.

2.2.1. Apelações

RELAÇÃO	TOTAL APELAÇÕES A 31/12/2024	TOTAL APELAÇÕES +1 ANO	% APELAÇÕES + 1 ANO
COIMBRA	333	3	0,90%
ÉVORA	305	4	1,31%
GUIMARÃES	326	10	3,07%
LISBOA	664	251	37,80%
PORTO	669	15	2,24%
TOTAL	2297	283	2,48%

No que respeita à espécie de Apelação, a proporção global de processos sem decisão há mais de 1 ano fixa-se nos 12,32% face ao total da pendência nos Tribunais da Relação.

Verifica-se que o Tribunal da Relação de Lisboa (37,80%) apresenta o peso relativo mais elevado, situando-se acima do valor global nacional, o que é congruente com o peso relativo das revisões de sentença estrangeira que tramita em primeira instância.

Em sentido inverso, os Tribunais da Relação de Coimbra (0,90%) e de Évora (1,31%) registam as proporções mais reduzidas.

2.2.2. Recursos Penais

RELAÇÃO	TOTAL RECURSOS PENAIS A 31/12/2024	TOTAL RECURSOS PENAIS +1 ANO	% RECURSOS PENAIS +1 ANO
COIMBRA	299	4	1,34%
ÉVORA	218	1	0,46%
GUIMARÃES	249	1	0,40%
LISBOA	412	9	2,18%
PORTO	367	1	0,27%
TOTAL	1545	16	1,04%

Relativamente à espécie de Recurso Penal, a proporção global de processos sem decisão há mais de 1 ano fixa-se em 1,04% face ao total da pendência.

Verifica-se que os Tribunais da Relação de Lisboa (2,18%) e de Coimbra (1,34%) apresentam o peso relativo mais elevado, situando-se acima da percentagem global.

Em sentido contrário, os Tribunais da Relação de Évora (0,46%), Guimarães (0,40%) e Porto (0,27%) registam as proporções mais reduzidas.

2.2.3. Processos para revisão/confirmação de sentença estrangeira

RELAÇÃO	TOTAL REVISÃO/CONFIRMAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA A 31/12/2024	TOTAL REVISÃO/CONFIRMAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA +1 ANO	% REVISÃO/CONFIRMAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA +1 ANO
COIMBRA	109	12	11,01%
ÉVORA	88	14	15,91%
GUIMARÃES	135	27	20,00%
LISBOA	1162	210	18,07%
PORTO	81	23	28,40%
TOTAL	1575	286	18,16%

No que se refere à espécie de Revisão/Confirmação de Sentença Estrangeira, a proporção global de processos sem decisão há mais de 1 ano situa-se nos 18,16% face ao total da pendência.

Os Tribunais da Relação do Porto (28,40%), Guimarães (20,00%) e Lisboa (18,07%) apresentam o peso relativo mais elevado nesta espécie.

Em sentido inverso, os Tribunais das Relações de Évora (15,91%) e Coimbra (11,01%) registam as proporções mais reduzidas, situando-se abaixo da percentagem global apurada.

2.2.4. Ações de anulação de decisão arbitral

RELAÇÃO	TOTAL AÇÃO DE ANULAÇÃO DE DECISÃO ARBITRAL A 31/12/2024	TOTAL AÇÃO DE ANULAÇÃO DE DECISÃO ARBITRAL +1 ANO	% AÇÃO DE ANULAÇÃO DE DECISÃO ARBITRAL +1 ANO
COIMBRA	1	0	0,00%
ÉVORA	1	0	0,00%
GUIMARÃES	5	0	0,00%
LISBOA	3	2	66,67%
PORTO	5	0	0,00%
TOTAL	15	2	13,33%

Quanto à Ação de Anulação de Decisão Arbitral, os processos sem decisão há mais de 1 ano restringem-se a 2 casos, ambos registados no Tribunal da Relação de Lisboa.

No universo total de 15 processos pendentes desta espécie, esta situação representa uma proporção global de 13,33%. Ressalte-se que as restantes Relações não apresentam qualquer processo sem decisão nesta categoria, independentemente do volume total de processos registado.

C. Supremo Tribunal de Justiça

1. Processos entrados há mais de 4 anos

A análise dos processos sem decisão há mais de quatro anos é feita em si mesma e em relação com o acervo global dos processos pendentes e por espécie.

Como nas Relações, importa referir que este indicador temporal reporta à data de entrada do processo no sistema judicial em primeira instância, refletindo assim o tempo global de tramitação processual até à data considerada.

De notar que nas Ações Administrativas o STJ tramita e decide em primeira instância, contrariamente ao que se verifica nas outras espécies consideradas e na generalidade dos processos aí pendentes.

1.1. Processos entrados há mais de quatro anos pendentes no STJ

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA		
TOTAL A 31/12/2024	TOTAL +4 ANOS	PERCENTAGEM +4 ANOS
559	149	26,65%

A 31 de dezembro de 2024, os dados relativos às pendências globais no Supremo Tribunal de Justiça indicam que, do total de 559 processos, 149 apresentavam duração superior a quatro anos, correspondendo a 26,65% do universo global.

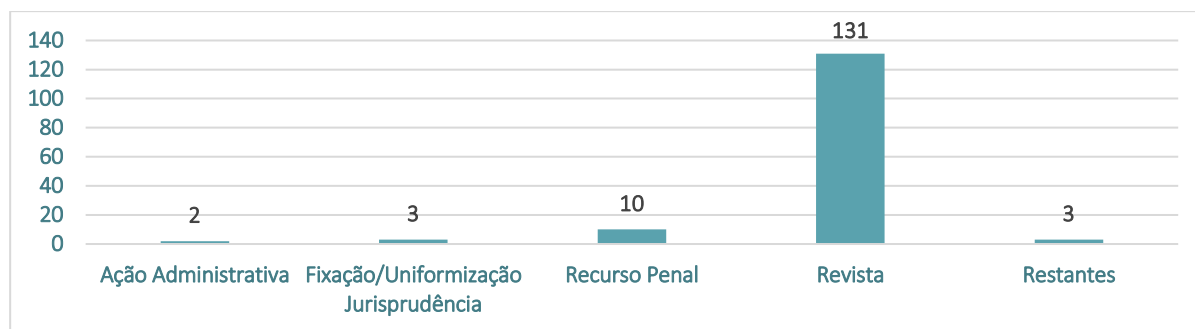
1.2. Processos entrados há mais de 4 anos pendentes no STJ, por espécie

Para efeitos de análise, foram identificadas as seguintes espécies: Revista, que engloba a Revista (propriamente dita), a Revista (comércio), a Revista (concorrência) e a Revista (propriedade intelectual); Recurso Penal, onde se incluiu a espécie “A determinar”, por se tratar

de um recurso desta natureza; Ação Administrativa e Recurso de Fixação/Uniformização de Jurisprudência.

Em 31 de dezembro de 2024, do universo total de 149 processos pendentes há mais de 4 anos, as espécies em análise contabilizavam: 131 processos de Revista, 10 de Recurso Penal, 2 de Ação Administrativa e 3 de Recurso Fixação/Uniformização de Jurisprudência. As restantes espécies contabilizavam 3 processos (**Figura 218**).

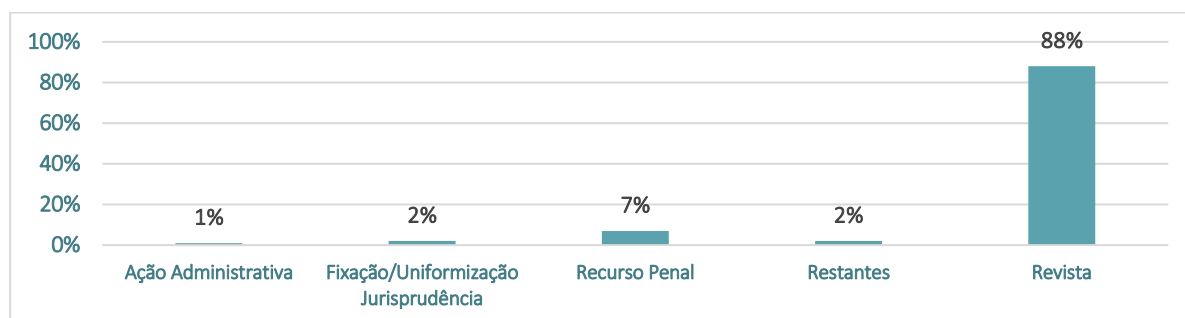
Figura 218 – Espécies em análise no STJ com mais 4 anos



Em termos percentuais, estas espécies apresentavam a seguinte distribuição: Revista 88%, Recurso Penal 7%, Ação Administrativa 1%, Recurso de Fixação/Uniformização de Jurisprudência 2% e as restantes espécies 2%.

Observa-se que a espécie Revista apresenta o maior peso relativo de pendências prolongadas, superando o conjunto de todas as outras espécies, que agregadas correspondem a 12% do acervo. (**Figura 219**).

Figura 219 - Espécies em análise no STJ com +4 anos, em percentagem



1.2.1 Pendência relativa das espécies em análise face à pendência total

Diferentemente da abordagem adotada para a primeira instância e para os Tribunais da Relação, e considerando que o Supremo Tribunal de Justiça constitui um Tribunal único, a opção metodológica recaiu sobre a sistematização das quatro espécies processuais analisadas numa única tabela de resumo global.

ESPÉCIES	TOTAL PENDENTES A 31/12/2024	TOTAL DA ESPÉCIES A 31/12/2024	% DA ESPÉCIE NO TOTAL
REVISTA	559	327	58,50%
RECURSO PENAL		80	14,31%
AÇÃO ADMINISTRATIVA		21	3,76%
FIXAÇÃO/UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDÊNCIA		49	8,77%

No que respeita à distribuição processual por espécie no STJ, a Revista é claramente a espécie predominante, representando 58,50% do total da pendência (327 processos num universo de 559).

Verifica-se que o Recurso Penal constitui a segunda espécie com maior peso relativo, situando-se nos 14,31%, seguido da Fixação/Uniformização de Jurisprudência, que apresenta um índice de 8,77%.

Inversamente, a Ação Administrativa apresenta a expressão mais reduzida no universo da pendência a 31 de dezembro de 2024, fixando-se em 3,76%.

1.3. Pendências com mais de 4 anos.

ESPÉCIES	TOTAL PENDENTES A 31/12/2024	TOTAL PENDENTES +4 ANOS	% PENDENTES +4 ANOS
REVISTA	327	131	40,06%
RECURSO PENAL	80	10	12,50%
AÇÃO ADMINISTRATIVA	21	2	9,52%
FIXAÇÃO/UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDÊNCIA	49	3	6,12%
OUTROS	82	3	3,66%
TOTAL	559	149	26,65%

Analisando os dados coligidos, verifica-se que a espécie Revista é a que apresenta o maior peso relativo de processos pendentes há mais de quatro anos, fixando-se nos 40,06% (131 processos num universo de 327). Segue-se o Recurso Penal, com uma taxa de 12,50%, ao passo que as espécies Ação Administrativa e Recurso de Fixação/Uniformização de Jurisprudência apresentam valores mais baixos (9,52% e 6,12%, respetivamente).

No cômputo global das espécies analisadas, a taxa de processos pendentes há mais de quatro anos no STJ situava-se em 26,65%.

2. Processos entrados há mais de 1 ano

A análise dos processos sem decisão há mais de um ano é feita em si mesma e em relação com o acervo global dos processos pendentes e por espécie.

Importa referir que este indicador temporal se reporta à data de entrada do processo no STJ, refletindo assim o tempo global de tramitação processual até à data considerada.

Resulta indiferente, para este efeito, a tramitação em primeira ou segunda instância.

2.1. Processos entrados há mais de um ano pendentes no STJ

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA		
TOTAL A 31/12/2024	TOTAL +1 ANO	PERCENTAGEM +1 ANO
559	60	10,73%

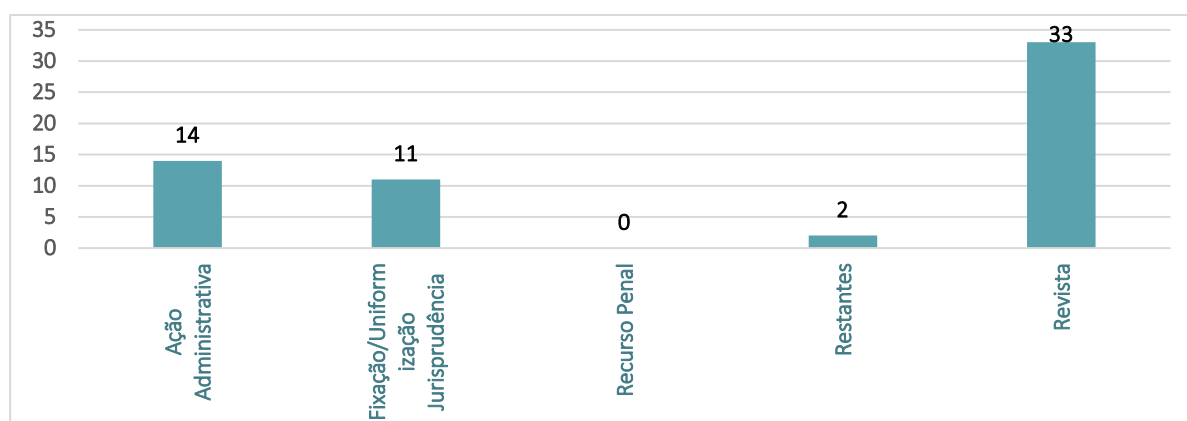
A 31 de dezembro de 2024, os dados relativos às pendências globais no Supremo Tribunal de Justiça indicam que, do total de 559 processos pendentes, 60 apresentavam uma duração superior a um ano, correspondendo a 10,73% do universo global.

2.2. Processos entrados há mais de um ano pendentes no STJ, por espécie

As espécies em análise foram as mesmas consideradas no ponto relativo aos processos pendentes há mais de quatro anos.

Em 31 de dezembro de 2024, do universo total de 58 processos sem decisão há mais de 1 ano, as espécies em análise contabilizavam: 33 processos de Revista, 14 de Ação Administrativa e 11 de Recurso de Fixação/Uniformização de Jurisprudência e não existiam processos de Recurso Penal (Figura 220).

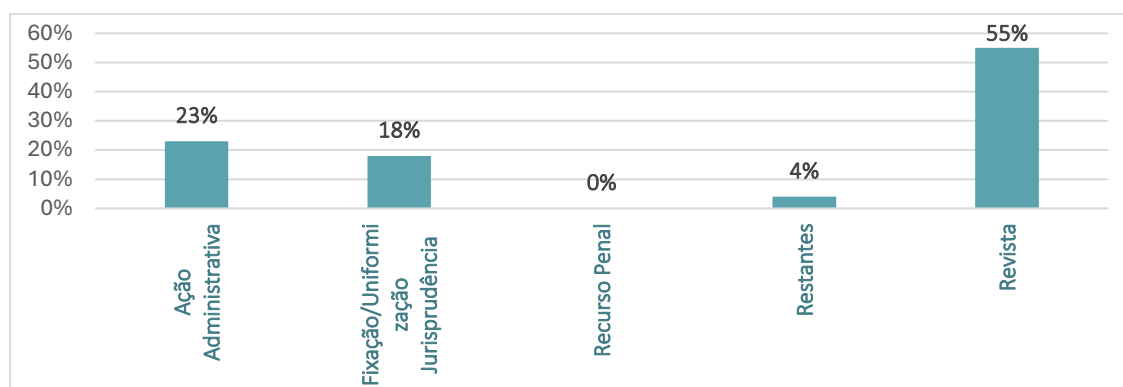
Figura 220 – Espécies em análise no STJ com mais de 1 ano



Em termos percentuais, estas espécies apresentavam a seguinte distribuição: Revista 55%, Ação Administrativa 23%, Recurso de Fixação/Uniformização de Jurisprudência 18% e as restantes espécies 4%.

Observa-se que as Revistas possuem uma expressão superior ao conjunto de todas as outras espécies, as quais representam, agregadas, 45% do acervo (Figura 221).

Figura 221 - Espécies em análise no STJ com +1 ano, em percentagem



2.3 Pendência relativa das espécies pendentes há mais de 1 ano face ao total

ESPÉCIES	TOTAL PENDENTES A 31/12/2024	TOTAL PENDENTES +1 ANO	% PENDENTES +1 ANO
REVISTA	327	33	10,09%
RECURSO PENAL	80	0	0,00%
AÇÃO ADMINISTRATIVA	21	14	66,67%
FIXAÇÃO/UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDÊNCIA	49	11	22,45%
OUTROS	82	2	2,44%
TOTAL	559	60	10,73%

Da análise dos dados apresentados, destaca-se o peso relativo da Ação Administrativa com 66,67% de processos sem decisão há mais de 1 ano.

Em sentido oposto, os Recursos Penais não apresentam qualquer processo neste escalão de pendência.

As espécies de Revista e de Fixação/Uniformização de Jurisprudência registam, respetivamente, taxas de 10,09% e 22,45%.

No conjunto das espécies analisadas no Supremo Tribunal de Justiça, a taxa média de processos sem decisão há mais de um ano fixa-se nos 10,73%.

V) DESENVOLVIMENTOS SUBSEQUENTES E DIFICULDADES APURADAS

1. Enquadramento e Delimitação da Análise

A análise desenvolvida no presente relatório encontra-se delimitada pelos termos definidos no Programa de Atividades do Conselho Superior da Magistratura (CSM), onde se prevê a sua realização. O decurso dos trabalhos evidenciou a pertinência de desenvolver estudos posteriores sobre a **tempestividade processual**, suscetíveis de aprofundar e complementar os resultados agora obtidos, bem como de permitir uma identificação mais precisa dos contextos em que se verificam situações de maior pendência. Revelou-se igualmente relevante a análise

da **estrutura das pendências**, quer numa perspetiva global quer relativamente aos processos de maior duração.

No âmbito do estudo, a **pronúncia dos tribunais** assumiu particular importância, tanto para a validação dos dados analisados como para a identificação de dificuldades associadas ao registo e à recolha da informação estatística. Tais dificuldades afetam a fiabilidade dos dados disponíveis e limitam a sua utilização enquanto instrumento eficaz de apoio à gestão dos tribunais e ao acompanhamento da atividade judicial. Os dados recolhidos refletem a situação decorrente do registo das secretarias no momento da recolha, sem quaisquer correções. Não são dados de estatística oficial.

Os comentários apresentados pelos tribunais relativamente aos critérios utilizados no estudo, nomeadamente quanto aos resultados obtidos em processos reabertos, com apensos ou sujeitos a revisões periódicas, evidenciam sobretudo limitações das funcionalidades do CITIUS, da atividade de registo das secretarias tal como atualmente praticada e da inexistência de critérios uniformes ou de mecanismos de validação que assegurem maior rigor. Estes contributos revelam-se de grande utilidade para a leitura e interpretação dos resultados, sendo por isso relevante a informação detalhada constante dos anexos, que permite evitar leituras simplificadas ou conclusões fora do âmbito estrito do estudo.

Os comentários que defendem que processos reabertos, determinados apensos ou processos sujeitos a revisões periódicas não devem ser considerados pendentes há mais de quatro anos devem ser ponderados na leitura dos dados, especialmente quando cruzados com os elementos constantes dos anexos.

Em síntese, o decurso dos trabalhos e a interação com os tribunais demonstraram a conveniência de realizar estudos adicionais sobre a tempestividade processual, capazes de aprofundar e complementar os resultados obtidos e de identificar com maior precisão os contextos em que as situações de longa pendência se verificam. A pronúncia dos tribunais revelou-se igualmente útil para identificar dificuldades no registo e recolha de dados, nomeadamente enquanto instrumento de apoio à gestão dos tribunais.

2. Dificuldades Identificadas

2.1. Definição dos dados pertinentes

Verifica-se a inexistência de uma definição estratégica dos dados relevantes para a melhoria do serviço de justiça, que permita estruturar adequadamente o registo da informação processual no CITIUS.

2.2. Insuficiência de automatismos

Constata-se uma excessiva dependência da atividade de registo das secretarias, com reduzido automatismo na produção de dados associados à tramitação processual.

2.3. Divergências entre o CITIUS e a realidade processual

Foram identificadas divergências entre os dados registados no CITIUS e a realidade processual, especialmente em processos reabertos ou com decisões já proferidas. Deve ser dada particular atenção à reabertura de processos após decisão e à consequente perda do registo estatístico dessa decisão.

2.4. Recursos humanos

Verifica-se carência de recursos humanos que assegurem a atualização rigorosa e sistemática da informação estatística.

3. Aspetos a Considerar e Aprofundar

3.1. Consolidação da atividade de registo das secretarias

O registo processual efetuado pelas secretarias é um elemento estruturante da fiabilidade dos dados estatísticos. A sua execução deve ser objeto de verificação sistemática, acompanhada de ações de formação orientadas para a clarificação dos critérios aplicáveis e para a sensibilização dos intervenientes quanto à importância do rigor e da uniformidade. Neste contexto, afigura-

se pertinente que o CSM volte a proceder a uma análise crítica dos dados de secretaria recolhidos através do sistema de monitorização.

3.2. Definição dos dados estatísticos relevantes

Torna-se necessário definir e comunicar ao IGFEJ quais os dados estatísticos efetivamente relevantes para o exercício das competências do CSM, designadamente no domínio da gestão dos tribunais e do acompanhamento da atividade processual. Estatísticas desajustadas ou mal estruturadas podem conduzir a diagnósticos imprecisos e a opções de gestão inadequadas.

3.3. Análise da duração processual por fases

A análise da duração dos processos deve ultrapassar a perspetiva global e centrar-se na segmentação por fases processuais relevantes. Esta abordagem é essencial para identificar estrangulamentos concretos e fundamentar intervenções baseadas em evidência empírica. Para tal, devem ser recolhidos dados que permitam apurar as principais causas da duração, frequentemente apontadas pelos tribunais, como:

- atrasos na realização de perícias
- suspensões da instância
- demora no cumprimento de cartas rogatórias
- incidentes de habilitação de herdeiros
- insuficiência de recursos humanos

3.4. Estudo específico sobre processos de insolvência

Justifica-se a realização de um estudo aprofundado sobre a tramitação dos processos de insolvência após a decisão inicial de declaração, incidindo sobre:

- tempos de permanência em pendência de secretaria
- gestão dos múltiplos apensos
- impacto efetivo da intervenção judicial na satisfação dos credores

A complexidade estrutural e o elevado volume destes processos tornam essencial distinguir entre pendência imputável à atividade judicial e pendência decorrente de fatores externos ou legais.

3.5. Estudo sobre a pendência nos processos de execução

A pendência superior a quatro anos dos processos executivos carece de análise específica, nomeadamente para avaliar o cumprimento das regras processuais relativas à extinção das execuções a que se aludiu.

Noutra perspetiva, revela-se oportuno retomar o critério de pendência imputável aos tribunais, anteriormente proposto pelo CSM e integrado pela DGPI no Sistema de Indicadores de Gestão (SIG), entretanto descontinuado. A sua reintrodução permitiria uma análise mais justa e diferenciada das causas da pendência.

3.6. Realização periódica de estudos com objeto idêntico

Para avaliar de forma consistente a evolução da tempestividade da atividade judicial, é conveniente realizar periodicamente estudos com objeto idêntico, permitindo comparações ao longo do tempo e identificando tendências, progressos ou retrocessos de forma sustentada.

3.7. Avaliação da estrutura das pendências por referência à duração

Assume particular relevância a análise da estrutura das pendências com base na respetiva duração. A aferição da proporção de processos com pendência superior a quatro anos, bem como a segmentação por diferentes escalões temporais, contribui para um conhecimento mais aprofundado da atividade dos tribunais e permite distinguir situações excecionais de fenómenos de natureza sistémica.

VI) CONCLUSÕES

1. Os dados devem ser lidos tendo em atenção que os resultados de recolha variam em função da atividade de registo das secretarias, uma vez que o sistema atribui aos registos a data do

facto registado e não a data do registo; a recolha em datas diferentes pode dar resultados diferentes. Trata-se de dados dinâmicos pertinentes para a gestão, não de estatísticas oficiais.

2. Inexiste solução tecnológica que permita de forma cabal a fiabilidade da recolha de dados diretamente do sistema CITIUS: a atividade de registo posterior anula a anterior pelo que não é possível obter dados pretéritos.

3. As práticas registais divergem de tribunal para tribunal e existem práticas erradas (como por exemplo a alteração da data de autuação em caso de redistribuição) que colocam em causa a fiabilidade do registo e, consequentemente da pesquisa estatística que se pretende obter a partir daqueles registos.

4. O número de processos executivos sem intervenção do juiz pendentes há mais de 4 anos é excessivamente elevando, considerando as atuais disposições legais que determinam a extinção da instância em diversas situações. Justifica-se a revisão das boas práticas processuais dos agentes de execução quanto à extinção das execuções.

5. O critério estatístico anteriormente existente nas execuções relativo à pendência imputável à responsabilidade dos tribunais, sugerido pelo Conselho Superior da Magistratura no âmbito do sistema de indicadores de gestão e introduzido pela Direção-Geral de Política de Justiça, deixou de se encontrar disponível, apesar da sua reconhecida utilidade para exercícios de análise como o presente.

6. Os dados revelam que nos Tribunais de 1.^a Instância os processos sem decisão há mais de 4 anos representam 10,64% do total, sendo a maior incidência observada nos processos de insolvência, de ação comum cível e de inventário.

7. A distribuição dos processos por comarca revela que a Comarca de Lisboa é aquela com maior número absoluto de processos sem decisão há mais de 4 anos. Contudo, em termos relativos estes processos em Lisboa representam 12,15%. Sendo que a Comarca na qual o peso

relativo é maior é a Comarca de Lisboa Norte com 23,86%. Com menor percentagem as Comarcas de Braga (6,82%) e Viana do Castelo (7,35%)

8. Considerando o critério adotado, pendência desde a entrada na 1.^a instância, a percentagem de processos com mais de 4 anos tenderá, necessariamente, a subir nas instâncias superiores, não sendo significativo da eficiência de resolução; nos tribunais superiores a dimensão da duração dos processos resulta sobretudo dos dados relativos aos processos sem decisão neles entrados há mais de 1 ano. Excetuam-se, naturalmente, os processos em que julgam em primeira instância (anulação de decisão arbitral e revisões de sentença estrangeira, nas Relações, e ações administrativas no STJ).

9. Os dados revelam que nos Tribunais da Relação os processos sem decisão há mais de 1 ano representam cerca de 6,77% do total de processos. A Relação de Lisboa tem a maior percentagem (10,97%) e a de Coimbra a menor (2,50%). As revisões de sentença estrangeira são dominantes, mas trata-se de processos tramitados pelas Relações em primeira instância, necessariamente com duração mais elevada por implicarem tramitação mais longa com diligências, como as de citação, por vezes de grande demora. Das espécies tramitadas em segunda instância dominam as revisões de sentença estrangeira, com uma percentagem global de 69,25%.

10. O Supremo Tribunal de Justiça tem 149 processos pendentes há mais de 1 ano que representam 10,73% do total de processos. São dominantes as revistas, com a percentagem de 55%. Assumem relevo as 2 ações administrativas pendentes há mais de 4 anos, uma vez que entram no STJ em primeira instância.

ANEXOS

I) Dados recolhidos relativos às Comarcas e aos Tribunais de Competência Territorial Alargada

II) Dados recolhidos relativos às Relações

III) Dados recolhidos relativos ao Supremo Tribunal de Justiça